

XXXI SEMANA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**50 ANOS DO GOLPE MILITAR BRASILEIRO:
MEMÓRIAS E RESQUÍCIOS DO
AUTORITARISMO**

27 A 31 DE OUTUBRO DE 2014 – UFJF

ANAIS DO EVENTO

Aline Abranches Lima Tavares
Diego Rodolfo de Castro Gomes
Henrique Silveira Gomes
Inajá Reis Costa
João Victor Rossetti Brancato
Laiz Perrut Marendino
Marcos Daniel Souza
Mariana de Oliveira
Mariane Alves Simões
Paloma Juliana Silva
(Organizadores)

**XXXI SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH

**CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA – GESTÃO
“Mosca na Sopa”**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF

Ficha Técnica

Anais da XXXI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “50 anos do Golpe Militar brasileiro: memórias e resquícios do autoritarismo”, Juiz de Fora, 2014. ISSN: 2317-0468.

340 p.

1: Golpe militar; 2: Memória; 3: Autoritarismo.

Comissão Organizadora:

Aline Abranches Lima Tavares
Diego Rodolfo de Castro Gomes
Henrique Silveira Gomes
Inajá Reis Costa
João Victor Rossetti Brancato
Laiz Perrut Marendino
Marcos Daniel Souza
Mariana de Oliveira
Mariane Alves Simões
Paloma Juliana Silva

Sumário

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS:	6
01. Intelectuais, Culturas políticas autoritárias e a escrita da História	6
O “Eixo quebrado” na Guerra Mundial: a participação do Eixo nos eventos da Segunda Grande Guerra sob o prisma das charges da revista Careta - Marcelo Almeida Silva	6
Por uma história conceitual do integralismo: da modernidade, dos mitos políticos e os contextos históricos no período entreguerras - Pedro Ivo Tanagino	20
Disritmia Histórica: o desencontrado pensamento de Plínio Salgado pós-AIB –Vinícius da Silva Ramos.....	33
02. História Política do Brasil Republicano (1930 a 1985)	45
Vargas e o empresariado: aspectos da relação entre Estado e representantes dos setores industrial e comercial entre 1930-1945 - Priscila Musquim Alcântara de Oliveira.....	45
Entre o ideário e a conjuntura: abordagens de um partido político nos manuais escolares.- Ramonn Rodrigues Magri.....	52
Movimento e Justiça: Os trabalhadores metalúrgicos na greve de 1954 em Juiz de Fora/MG - Luisa de Mello Correard Pereira	60
Camaradas mineiros: A organização do PCB em Minas Gerais na década de 1950 - Camila Gonçalves Silva	69
A ideologia esguiana e sua influência na longevidade dos governos militares pós-64 - Shirley da Silva Oliveira	79
Propaganda política institucional: um dos 'tentáculos' do poder nacional - Regilany da Silva Alves	93
A trajetória prisional de quatro religiosos assuncionistas no governo militar (1968 – 1969) - Dirceu Ferreira Barbuto	106
O desenvolvimento da política federal de preservação do patrimônio no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985) - Carolina Martins Saporetti	114
03. Nas teias do poder: religião e política na Época Moderna	127
Voltaire, la ilustración y el Perú a fines del siglo XVIII: El caso de José Baquijano y Carrillo - Jeremy Gibran Dioses Campaña	127
Os Redentoristas e a kulturkampf - José Leandro Peters	140
04. Políticas Públicas no Brasil Republicano.	148

A Higieneização no combate às epidemias na Era Vargas (1930-1945) - Marina Brandão Mendes Regazzi.....	148
Políticas de Saúde Brasil e Argentina (1995 – 2000); uma análise comparada - Adebiano Robert Rodrigues Pereira	160
Análise comparativa preliminar entre as políticas industriais automotivas no Brasil e na China (1998-2012) - Fernando Marcus Nascimento Vianini	174
05. Elites e poderes locais no Brasil: origens, transformações e perspectivas (séculos XVI-XXI).....	183
Os juizes ordinários de Vila do Carmo: perfil socioeconômico (1711-1731) - Mariane Alves Simões.....	183
06. História e Linguagens Políticas.	198
Elites de Barbacena na Revolta Liberal de 1842 - Leonardo Bassoli Angelo.....	198
Revolução e Iluminismo nos discursos da Geração de 1870 brasileira a favor da secularização - Dievani Lopes Vital	204
República e federalismo: imprecisões conceituais e diferenças entre os anseios brasileiros e estadunidenses - Vítor Fonseca Figueiredo	219
A formação de professores durante os anos de chumbo: algumas considerações - Eliane Silva do Sacramento e Maria de Fátima Ferreira.....	235
07. Por uma História Social da Política: fontes e metodologia no estudo sobre o século XIX.	242
A Liberdade de imprensa no século XIX – Leis e suas aplicações na prática - Laiz Perrut Marendino.....	242
08. Aspectos da escravidão no Brasil e nas Américas: séculos XVI ao XIX.	249
Escravidão: A questão da violência e da liberdade - Fernanda Gallinari Machado Sathler Musse	249
A evolução da população escrava na Paroquia de Santo Antônio do Juiz de Fora da segunda metade do XIII - Caio da Silva Batista	259
09. Possíveis estudos da imagem na História da Arte.	272
Abaporu: Antropofagia e inversão hierárquica no corpo do “homem que come”, de Tarsila do Amaral - Raíssa Varandas Galvão.....	272
Cenas de família: legitimação de um discurso familista ou produtos da modernidade? - Amanda Tostes Capichoni	281

10. Dimensões, Políticas, Características e Ações do Patrimônio Cultural.	293
A importância das iniciativas de Lindolfo Gomes para a preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora nas décadas de 1930 e 1940 - Fabiana Aparecida de Almeida	293
Representações da conquista do tricampeonato mundial de futebol nas fontes jornalísticas. Das areias brasileiras à altitude mexicana e o comunismo camuflado de João Saldanha na seleção verde-amarela. A apropriação da Ditadura sobre o maior símbolo de unidade e cultura nacional - Lucas Toledo Gonçalves.....	302
COMUNICAÇÃO LIVRE:.....	312
O movimento migratório de portugueses e a constituição de famílias luso-brasileiras em comunidades rurais da América Portuguesa – século XVIII - Clara Garcia de Carvalho Silva	312
De democracia combinada à democracia ameaçada: o breve período de soberania popular no Brasil – 1945 a 1964 - Ronaldo José Passos Júnior	327

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 01. Intelectuais, Culturas políticas autoritárias e a escrita da História

O “Eixo Quebrado” na Guerra Mundial: a participação do eixo nos eventos da Segunda Guerra Mundial sob o prisma das charges da Revista *Careta*.

Marcelo Almeida Silva¹

Resumo: O presente texto traz as conclusões de uma pesquisa que procurou compreender, entre outras questões, como os chargistas brasileiros formaram representações e mergulharam em críticas a participação do Eixo nos eventos que permearam a Segunda Guerra Mundial. As charges foram publicadas na revista periódica *Careta* e circularam por todo o país durante o conflito (1939 a 1945), num período em que o Brasil vivenciava, desde 1937, a ditadura do Estado Novo comandada por Getúlio Vargas. A análise das imagens trouxe à luz fontes – até então inexploradas – que representam uma via alternativa da resistência cultural brasileira ao alinhamento do país às ditaduras europeias do período. A participação de Itália, Alemanha e Japão no conflito foi duramente criticada e satirizada pelos caricaturistas, que buscavam, com isso, desacreditar seus adversários e protestar contra o terror que deles emanava.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Eixo; charges.

Abstract: This text brings the findings of a study that sought to understand, among other things, how the Brazilian cartoonists formed representations and dived in critical the participation of the Axis in the events that permeated the Second World War. The cartoons were published in the periodical *Careta* and circulated throughout the country during the conflict (1939-1945), a period in which Brazil was experiencing, since 1937, the Estado Novo dictatorship led by Getúlio Vargas. The image analysis brought to light sources - hitherto unexplored - representing an alternative route of Brazilian cultural resistance to the alignment of the country to European dictatorships of the period. The participation of Italy, Germany and Japan in the conflict was harshly criticized and satirized by cartoonists, who sought thereby discredit their opponents and protest against the terror that emanated from them.

Keywords: World War II; Axis; cartoons.

Em fevereiro de 2014 foi defendida por mim a dissertação de mestrado “O Reich e o Stato aos pés do Cristo: o totalitarismo sob a ótica das charges da revista *Careta* durante a Segunda Grande Guerra”, cuja proposta inovadora consistia em compreender como os caricaturistas de uma das principais revistas ilustradas do país elaboraram representações cômicas dos principais regimes totalitários envolvidos no conflito mundial - Alemanha, Itália

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marcelo_90_jf@hotmail.com

e Japão – em um período em que o próprio Brasil vivenciava a ditadura do Estado Novo e lutava ao lado dos Aliados contra o Eixo. O texto que se segue pretende, em linhas gerais, trazer em síntese as conclusões de um dos capítulos deste trabalho, que em sua totalidade contou com a análise de mais de 120 charges e caricaturas que representam um outro viés da resistência brasileira ao alinhamento com as ditaduras de extrema-direita da Europa.

A revista carioca escolhida vem a ser a *Careta*, que, embora publicada no Rio de Janeiro, circulava em outros estados do país. Lançada em 1908 por Jorge Schmidt, a *Careta* tinha publicação semanal, circulando aos sábados, e possuía um caráter humorístico presente tanto em seu aspecto textual quanto no iconográfico. Sempre na oposição de quem estivesse na situação dominante e contando com um quadro de coparticipantes composto por literatos, artistas plásticos e desenhistas, a revista detinha ainda a colaboração de profissionais de grande renome no campo nacional da caricatura, como Djalma Pires Ferreira – Théo – e José Carlos de Brito e Cunha – J. Carlos, cuja produção artística, reconhecida mundialmente, foi presença constante nos mais de cinquenta anos de veiculação do semanário. Nas palavras de R. Magalhães Junior, “A *Careta* “Transcende do plano municipal e nacional ao internacional, dando os seus tiros de atiradora solitária contra os tubarões do fascismo, contra os pretensos salvadores do mundo, do tipo de Mussolini, de Hitler, de Franco, de Salazar, etc” (LIMA, 1963: 152).

A opção por trabalhar com charges como fontes preferenciais para a realização da pesquisa advém do fato de as imagens serem veículos próprios de representações simbólicas que a sociedade e a cultura forjam sobre si mesmas. São também o modo privilegiado de expressão de representações do imaginário coletivo (TEIXEIRA, 2005: 16), além do fato de suas expressões visuais possuírem notável poder de comunicação e alcançarem efeito superior ao do discurso verbal (MOTTA, 2006: 17). Assim sendo, as charges se constituem como uma arma de grosso calibre a serviço da manifestação de uma “opinião pública”, canalizando sua agressividade latente contra quem se encontra em evidência publicamente. Portanto, é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social. Apesar de a charge parecer um texto ingênuo e desprezioso, é carregada de parcialidade e se caracteriza como importante ferramenta de conscientização, pois ao mesmo tempo que diverte, informa, denuncia e critica.

Contextualizando rapidamente, no período de circulação das charges o Brasil vivenciava a ditadura do Estado Novo de Vargas, que, embora não se defina propriamente

como fenômeno fascista, possuía inspirações e recebia influências das experiências alemãs e italianas, especialmente no que se refere à propaganda política (CAPELATO, 1999: 166). A partir de 1942, o Brasil de Vargas passou a combater tais países no conflito mundial, ao lado principalmente dos EUA, da Inglaterra e da França, o que representou uma contradição evidente que, ao lado de outros fatores, contribuíram para impulsionar o Estado Novo ao seu fim. Na Europa, na África e no Pacífico, o Eixo e os Aliados enfrentavam-se mortiferamente, lideradas, de um lado, por Alemanha, Itália e Japão, de outro, por Estados Unidos, Inglaterra e URSS.

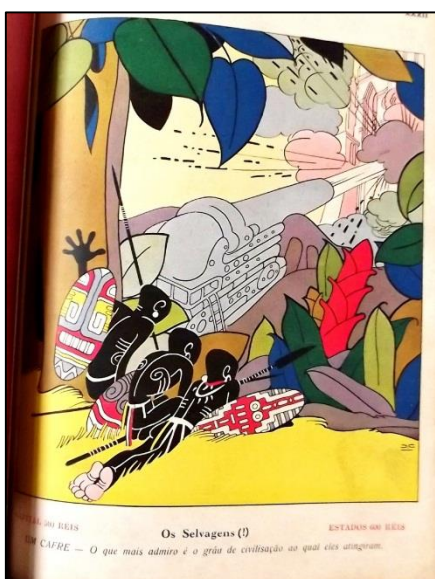


Figura 1 J. Carlos. Careta. 18/05/1940, nº 1664, ano XXXII, capa.

Os selvagens (?)

UM CAFRE – O que mais admiro é o grau de civilização ao qual eles atingiram.

homens civilizados. O ponto de interrogação entre parênteses no título é o responsável por causar este estranho questionamento: quem são os selvagens, quem são os civilizados?

De fato, As luzes da civilização pareciam apagar-se sucessivamente – na Europa, na Ásia, na URSS. A barbárie parecia avançar por toda parte. 1940, 1941 e 1942 foram os anos mais negros de nossa era. Coincidentemente – ou não – nestes mesmos anos os exércitos do Eixo conquistaram suas mais significativas vitórias. A *Blitzkrieg* alemã mostrara-se mortalmente eficaz, e a declarada “guerra de aniquilação” contra a União Soviética em muito contribuiu com o número de vítimas no conflito.

Alemanha, Itália e Japão, os componentes do Eixo, foram severamente criticados pelas charges da *Careta*, que não hesitavam em se posicionar a favor dos Aliados nos diversos episódios que formaram a guerra. Mais do que se manifestarem a favor dos Aliados, os caricaturistas se posicionavam *contra* os países do Eixo. Eles eram descaradamente a torcida rival aos regimes fascistas, e, depois da Alemanha, é claro, a Itália foi a mais visada. Em 10 de outubro de 1942, Osvaldo sintetizou brilhantemente as críticas à Itália com uma única charge.



“Mussolini, o braço direito de Hitler.

(O Fueher deve ser canhoto)”

Principal aliada da Alemanha, a Itália de Benito Mussolini não foi poupada de críticas nas charges da *Careta*. Na guerra, a Itália em grande medida teve uma participação coadjuvante, ofuscada pelas conquistas alemãs e japonesas. Despreparada para a guerra, enfrentando contradições internas a esse respeito entre o próprio Estado Maior, a atuação italiana deu-se principalmente no Mediterrâneo e no Norte da África, onde fracassou em ambos. Em linhas gerais, as críticas se voltaram contra uma postura dos exércitos italianos considerada pelos caricaturistas como covarde, contra a inconveniência de ter a Itália como aliada no conflito, e contra a incapacidade italiana em suportar o ônus da guerra. Com a charge de Osvaldo se veiculava a ideia de aliado inoperante, o braço esquerdo de um destro, ideia que se reforçava em diversas outros momentos, como em março de 1943, numa charge assinada por Théo e denominada “O lastro”. Nela, Hitler, segurando um grande facão, surge dentro de um balão ao lado de Hideki Tojo, general do Exército Imperial Japonês e Primeiro Ministro do Japão. Pendurado do lado de fora por uma corda, Mussolini, com feições de desespero, atuava como uma âncora, responsável pela perda de altura do balão. Hitler, prestes

a cortar a corda, estaria, assim, realizando uma ação a favor do Eixo, eliminando o “peso morto” – fazendo referência à legenda de outra charge acerca da participação italiana na guerra. A incapacidade italiana de suportar a guerra foi genialmente representada na capa da *Careta* – edição de 8 de maio de 1943, assinada por J. Carlos – em que Mussolini aparece com sérias dificuldades para manter-se num bonde vermelho comandado por Churchill e Roosevelt, representando a guerra. A frase de Roosevelt é esclarecedora: “devagar, Churchill: parece que o Benito quer descer”.

Foi a postura dos italianos no cenário de guerra que configurou, contudo, o foco das críticas dos caricaturistas. Neste aspecto, os italianos eram os melhores em “borrar as calças” de medo: as charges percorreram vários caminhos para enfatizar o medo da Itália, como a irrelevância dos purgativos no país, que contava com o medo como alternativa mais eficiente; em outra charge, assinada por Osvaldo e veiculada em fevereiro de 1943, duas personagens aparecem conversando em um cenário neutro sobre o sucesso do livro escrito pelo médico de Hitler², que, no entanto, seria ofuscado pelo hipotético aparecimento de um livro após o bombardeio de Roma: “fui lavadeira de Mussolini”, no qual escreveria sobre as experiências adquiridas com o lavar das calças do Duce.



Além de medrosos, os italianos foram tidos como covardes, em virtude das diversas retiradas do exército italiano, principalmente no teatro de guerra Africano, quando precisavam recorrer ao auxílio de seus aliados germânicos. O fato pode ser constatado na legenda da charge de Osvaldo publicada já em 17 de maio de 1941, cuja estratégia de crítica foi utilizada em mais de uma ocasião:

Figura 3 Théo. *Careta*, 17/05/1941, nº 1716, ano XXXII, p. 40.

“É parecido mas não é igual...”

- Você é um péssimo observador. Não há essa diferença entre os dois componentes do Eixo...

² Trata-se, aqui, do livro de Kurt Krueger – “Eu fui médico de Hitler”.

- Não há? Enquanto um deles ‘socorre’, que faz o outro?
- O outro? O outro ‘só corre’...”

Não obstante a ajuda alemã no norte da África e o brilhantismo estratégico de Rommel³, as tropas alemãs só recebiam apoio italiano insignificante e hesitante, e foi esse fator, mais do que qualquer outro, que permitiu que os Aliados Ocidentais triunfassem no Mediterrâneo, em 1942. Assim desencadeou-se a contraofensiva dos Aliados Ocidentais, dirigida à Itália, via Sicília – o “frágil baixo ventre” da Europa, como lhe chamava Churchill. A este respeito, publicou J. Carlos uma brilhante charge na capa da *Careta* de 19 de junho de 1943. A charge, cheia de metáforas, retrata bem o que foi dito por Churchill. Nela, a Europa é representada como uma grande fortaleza medieval, defendida por Hitler e Mussolini, ambos também representando papéis. A guarita do castelo, destoante do restante da construção, é pintada nas cores verde, vermelho e branco, as cores da bandeira da Itália. A sentinela da fortaleza é Mussolini, que se encontra coberto por ataduras, portanto completamente debilitado e impossibilitado de impedir a entrada de qualquer um, que é a ordem que recebe de cima – de um Hitler-soldado medieval. A charge ilustra com precisão o que Churchill definiu como o “frágil baixo ventre” da Europa – a fraca e incapaz Itália.

Nessas linhas foi pintada a participação da Itália na guerra. O país assumiu a forma de um aliado dispendioso e inoperante, incapaz de sucessos em operações militares e mau estrategista. As estratégias militares alemãs no Mediterrâneo eram, de maneira geral, ditadas pelos atos da Itália, cuja incompetência militar impedia uma guerra por procuração, e foi satisfatoriamente retratada pelos caricaturistas da *Careta*. A Itália foi completamente desclassificada enquanto inimiga, e, ironicamente, as tropas brasileiras da FEB enviadas para o *front* na Europa obtiveram seu maior êxito contra os italianos, como na batalha de Monte Castelo.

A respeito da outra potência aliada à Alemanha, o Japão, as críticas foram mais arrefecidas. O Japão era chefiado por uma ditadura militar de orientação fascista, que governava ao lado do Imperador Hirohito, também chamado de Imperador Showa. Na guerra, o impulso do Japão limitava-se à criação de uma zona de influência no leste da Ásia e no Pacífico, e o Memorando de Tanaka estabelecia logo no início que, para o exército japonês, a

³ Erwin Rommel, brilhante general indicado por Hitler para comandar as tropas alemãs no Norte da África. (KITCHEN, 1993:55)

conquista da China era apenas um degrau na hegemonia mundial, que seria atingida após esmagar a resistência dos EUA (MENDEL, 1989: 14). O imperialismo japonês foi, portanto, obviamente um dos alvos dos caricaturistas da *Careta*, e a este respeito Théo publicou uma charge que merece destaque.



Figura 4 Théo. *Careta*, 11/04/1942, nº 1671, ano XXXIV, p. 12.

Hirohito, portando a bandeira do Império Japonês, sobe em uma escada apoiada em uma árvore que revela o cenário da ação: trata-se da América do Sul, e as árvores são coqueiros. Dois sul-americanos observam atônitos a situação, e um deles se espanta com a situação, que não passa de uma grande metáfora. A escada que Hirohito sobe representa a corrida imperialista japonesa, e cada degrau tem o papel de um país ocupado. Ultrapassado o degrau das Filipinas, o próximo seria o australiano, seguido de um outro sem nome, apenas com um ponto de interrogação, que, pela lógica criada por Théo, obviamente seria – em um primeiro momento – a costa oeste da América do Sul, banhada pelo Pacífico. Valendo-se novamente de um ditado popular, o título da charge encontra sua continuação na fala do segundo sul-americano: quanto

mais alto, maior o tombo. Ainda que a ameaça do Japão na América do Sul fosse considerada, tal ponderação era acompanhada pela forte crença no fracasso do país.

A ideologia dominante do imperialismo japonês foi um extremado nacionalismo chauvinista, com um ingrediente cada vez maior de demagogia do “poder-antibranco-pró-asiático”. Demagogia, porque os imperialistas japoneses, se e quando vitoriosos, trataram os povos asiáticos de suas colônias, quando menos, pior do que os colonizadores britânicos, franceses, norte-americanos e holandeses. A propósito de como os países do Eixo tratavam os países ocupados, Théo fez uma charge em que um japonês conversa com Mahatma Gandhi, o idealizador do moderno Estado Indiano. O japonês tenta convencer Gandhi a se alinhar ao Eixo, que estaria aplicando suas teorias nos territórios ocupados – não sua Satyagraha, a política gandhista de desobediência civil sem uso da violência (ADAMS, 2012: 25), mas sua

campanha de jejum coletivo. A charge evidencia, de modo cômico, um dos muitos problemas enfrentados pelos países ocupados pelo Eixo.

Também o poderio bélico do Japão foi transformado em chiste e descrédito: numa charge de Osvaldo de novembro de 1942, um americano questiona a um japonês qual seria o melhor avião de seu exército, e recebe a resposta “é o *Zero*”, da qual deduz que a denominação é dada de acordo com a eficiência. Os aviões “*Zero*”, ou Mitsubishi A6M Zero, foram os principais caças da marinha japonesa durante toda a guerra. Ficaram muito famosos também por serem os principais aviões usados pelos kamikazes, os suicidas japoneses. Théo não perdeu a deixa e construiu uma charge que relacionava os kamikazes com o potencial



Figura 5 Théo. *Careta*, 21/11/1942, nº1795, ano XXXV, p. 32.

bélico japonês. O maior defeito do *Zero* era o de ser mais vulnerável ao fogo inimigo: para que pudesse ter a leveza e o poder de manobra que tinha, era privado de blindagem em relação à cabine do piloto e ao tanque de combustível. Por isso a crítica de Théo, que, além de denominar os “*Zero*” como aviões de bambu, cria duas personagens japonesas – segundo um deles, todos seriam suicidas ao pilotarem estes aviões japoneses, nos quais a vida do piloto valia o mesmo que o nome do avião:

nada.

O Japão não poderia escapar da crítica da covardia. Pintada por Osvaldo Navarro, foi a vez dos japoneses borrarem as calças. Conversando sobre a notícia de que um general japonês teria praticado o Harakiri – o antigo ritual suicida japonês reservado à classe guerreira – um dos homens se questiona sobre a motivação ou a causa do brutal ato de dilacerar os intestinos. O amigo interlocutor, por sua vez, acredita ser pelas constantes evacuações das tropas sob seu comando. O exército japonês, visto como covarde, era ao lado do italiano, igualmente desqualificado enquanto defensor do Império Japonês.

A Alemanha, primeira potência do Eixo, também, naturalmente, foi rechaçada nas charges da *Careta*. Seu poder de guerra e seus fracassos foram duramente criticados em terras

cariocas, bem como sua capacidade de vencer a guerra. As críticas surgiram, no entanto, em um momento posterior. Isso se deveu, em grande medida, à situação de neutralidade da política externa brasileira e à ação censitária do governo Vargas. Mas, é válido lembrar, deveu-se também aos inegáveis sucessos alemães do início da guerra até meados de 1942, que foi quando começou, de fato, a surgirem as charges mais impactantes. De maneira geral, foi a ofensiva contra a Rússia e os episódios que a envolveram que deram o pontapé inicial para as críticas mais incisivas.

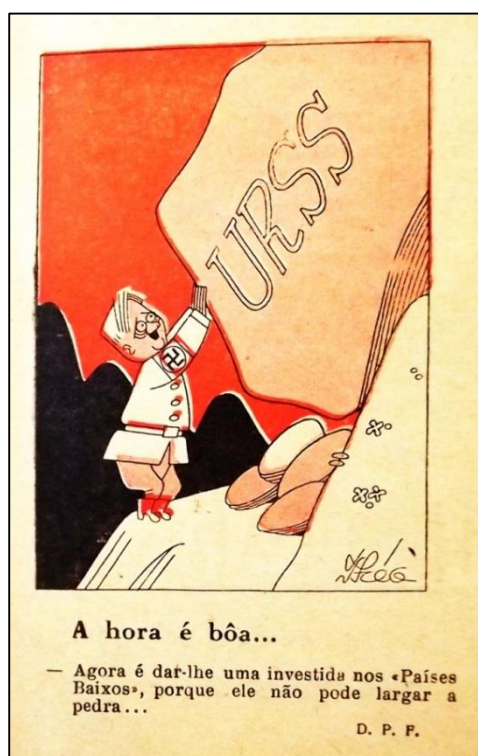


Figura 6 Théo. *Careta*, 09/05/1942, nº 1767, ano XXXIV, p. 12.

A charge de Théo ilustra bem a maneira como a guerra contra a União Soviética, que Hitler presumira erroneamente duraria apenas meses, era enxergada nas páginas da *Careta*. Nela, Hitler segura uma grande pedra – representando a URSS – no alto de uma montanha. Segundo um narrador desconhecido, que pode ser a voz de qualquer um envolvido na luta contra o nazi-fascismo, esta seria a hora de “dar-lhe uma investida nos ‘Países Baixos’”, o que, decodificando o aparato militar da frase, significa o mesmo que “dar-lhe um chute nas ‘partes’”. Dessa forma, Hitler teria se metido em uma grande enrascada ao declarar guerra à antiga “aliada” Rússia. Além dessa, diversas foram as formas de críticas e

envolvendo a triste escolha bélica de guerrear contra a Rússia. O mais implacável nelas foi, sem dúvidas, Théo, que, no ano seguinte, expressou a mesma ideia através de outra metáfora. Valendo-se do recurso da zoomorfização, o chargista representou a União Soviética como um urso, animal símbolo da Rússia. Hitler teria ido caçar o urso, isto é, teria tensionado conquistar a



Figura 7 Théo. *Careta*, 27/04/1943, nº1809, ano XXXV, p. 32.

URSS, mas acabou voltando acorrentado. O caçador teria virado a caça, caindo em uma terrível armadilha.

No final de 1942 o exército alemão sofreu uma importante derrota em Stalingrado, a partir da qual a União Soviética passaria à ofensiva da frente oriental. Foi essa a batalha principal de 1942-1943, portanto esteve presente nas páginas ilustradas da *Careta*. Stalingrado foi vista como um lugar de onde não se volta. Pelo menos essa foi a ideia que Osvaldo procurou retratar em mais de uma ocasião. Em novembro de 1942, desviou-se de seu monótono par de amigos para caricaturar Hitler e um soldado alemão. O Führer se encontra um mister de assustado com acanhado, quando se vê diante do soldado que diz acabar de regressar de Stalingrado – “de onde não se volta”. Na semana seguinte, Osvaldo voltou ao tema, dessa vez com suas habituais construções cotidianas. Um dos soldados conta ao outro que havia pedido licença ao comandante para se casar; a resposta havia sido positiva, porém após a conquista de Stalingrado. Seu amigo, em frase que evidenciou sua ‘brasilidade’, embora fosse alemão, deduz que o comandante é contra o casamento, sugerindo que não haveria conquista de Stalingrado. Dessa forma, a conquista de Stalingrado era uma missão impossível, o que muito agradou os caricaturistas e permitiu diversos tipos de abordagem.

Osvaldo, particularmente, foi muito caro a este momento da guerra. Valendo-se dos episódios de Stalingrado – até quando estes eram favoráveis aos alemães – Osvaldo conseguiu



Figura 8 Osvaldo. *Careta*, 14/11/1942, nº 1794, ano XXXV, p. 36.

“inverter a jogada” e ainda assim criticar os germânicos, com uma situação que era conhecida e temida por Hitler – o inverno russo. Ainda que os nazistas tivessem destruído o observatório de Stalingrado, o inverno cuidaria da situação, porque não havia como evita-lo. Nenhuma vitória alemã poderia retardar a ação do frio glacial soviético. O inverno foi novamente invocado por Osvaldo para aterrorizar os alemães em outra ocasião. Dessa vez, teria sido responsável pelo congelamento das tropas alemãs, que outrora estiveram frescas. As charges, nessas

categorias, consistiam mais em comentários tendenciosos contra a Alemanha do que propriamente em críticas agressivas como outras já vistas.

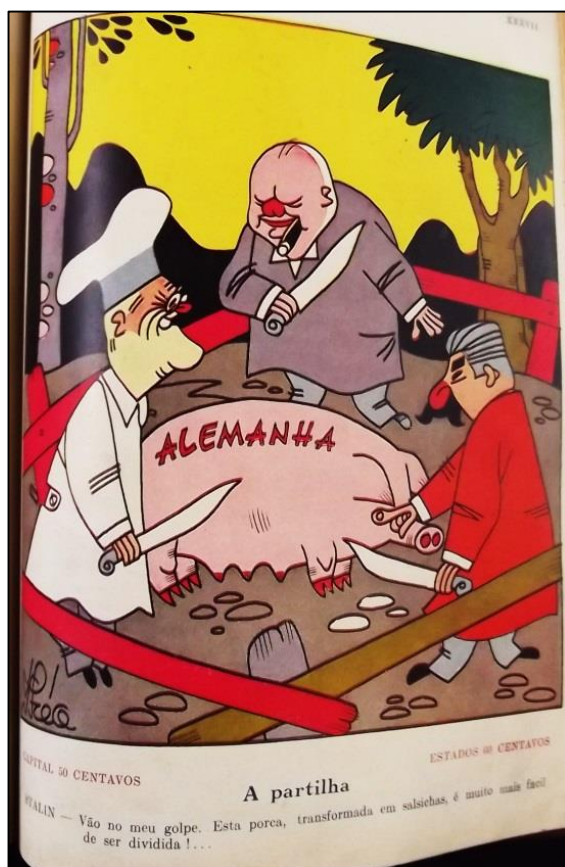
A Alemanha, assim como a Itália e o Japão, também recebeu críticas no sentido da covardia. A sátira em relação à fuga foi uma grande estratégia adotada pelos caricaturistas, uma vez que enquanto a derrota, embora negativa, é nobre, a fuga é claro sinal de despreparo e covardia. A respeito da fuga, publicou Théó uma divertida charge em agosto de 1943 que define as novas orientações de guerra de Hitler, que vê a necessidade de virar os canhões para trás, já que os alemães não estavam mais na ofensiva, e sim recuando. A ideia do recuo novamente ocorreu a Théó na construção da charge da página 3 da edição de 2 de setembro de 1944. Nela, Hitler dialoga com Goebbels a respeito de estratégias de guerra. Não sabe se deve retirar tropas da Rússia para a França, ou da Itália para a Rússia. Goebbels sugere, ao contrário, que o Führer retire todas para a Alemanha, assumindo que já não pode mais vencer a guerra. Já em 1940, brincando com a palavra *Blitzkrieg*, Théó promoveu uma aproximação do leitor com o termo, ao substituir “Krieg” por “fuga”, e assim passar a ideia de fuga relâmpago nos episódios que envolveram a tomada do norte da África pelos aliados.



Figura 9 Théó. Careta, 28/12/1940, nº 1696, ano XXXIII, p. 12.

A desqualificação da Alemanha enquanto exército, somada ao que já foi dito a este respeito sobre Japão e Itália, representa o empenho dos caricaturistas em amenizar a ameaça e o medo que a guerra e todos os seus terríveis ônus pudessem causar nos leitores. Transformando os exércitos inimigos em algo passível de riso, dissolve-se grande parte de seu caráter de ameaça, tornando-os, enfim, palpavelmente superáveis.

Com o famigerado fim da guerra se aproximando, os caricaturistas começaram a discutir o destino e o futuro da Alemanha e de seus dirigentes. J. Carlos assinou uma grande capa a este respeito em setembro de 1944. Já estava claro que alguma espécie de divisão ocorreria com a Alemanha após a guerra, com os despojos sendo divididos entre os grandes vencedores: Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. Na charge de J. Carlos, que assim como Théó também se valeu de um zoomorfismo, a Alemanha é uma grande porca rosa e gorda, porém inofensiva, e se encontra imóvel no chiqueiro. Ao redor dela, os três chefes de Estado estão armados com grandes facões, mas é Stálin quem fala. Segundo ele, os outros dois devem segui-lo em seu golpe, e a porca que estava diante deles, quando transformada em salsichas, seria muito mais fácil de ser dividida. J. Carlos buscou na tradição alemã em comer carne bovina a inspiração para a construção de sua charge, que representa em traços cômicos o futuro que teria a ex-potência que havia sido a Alemanha durante o Terceiro Reich.



“A partilha

**Stalin – Vão no meu golpe. Esta porca,
transformada em salsichas, é muito mais fácil de ser
dividida!”**

Com a realização deste trabalho, creio ser possível concluir que as charges trouxeram a guerra e seus múltiplos desdobramentos para a língua do povo. E isso muito se deveu aos brilhantes recursos linguísticos que as elas possuem. Era preciso traduzir o emaranhado de acontecimentos envolvendo os múltiplos agentes de cada uma das potências em um código que fosse mais simples e direto, de fácil entendimento e fácil reprodução. Caricaturar todos os marechais e generais atuantes na guerra seria o mesmo que publicar um texto impresso; a adoção de figuras-chave – em geral os chefes de Estado dos correspondentes países – possibilitou forte reiteração, que se traduzia em familiaridade. Essa síntese permitia que mirabolantes acontecimentos se tornassem simples e reproduzíveis em um desenho – como os vários desdobramentos da guerra no Norte da África, por exemplo, que foram representados por Hitler e Mussolini correndo – tornando a guerra inteligível.

Eles não somente simplificaram a guerra. Théó, Osvaldo e J. Carlos atuaram nos três teatros de guerra: na Europa, no Mediterrâneo e o Pacífico. Dessa forma, as críticas avançaram para além do nazismo de Hitler, atingindo também os governos de Mussolini e Hirohito, os integrantes do Eixo. Ambos os exércitos foram desqualificados – eram todos despreparados e covardes. As potências do Eixo, gananciosas e desumanas, pareciam completamente perdidas na guerra, representada na revista como um comportamento primitivo. Das lutas e resistências que opuseram jornalistas e artistas – órgãos da imprensa – ao sopro controlador dos órgãos de censura do Estado Novo e aos diabólicos regimes totalitários, surgiram charges de inestimável valor historiográfico, político, social e cultural. O trabalho procurou revelar este tesouro documental e dar-lhe algum significado, contribuindo para a produção historiográfica sobre o período.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Jad. **Gandhi: ambição nua**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

CAPELATO, M H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

KITCHEN, Martin. **Um mundo em chamas: uma breve história da Segunda Guerra Mundial na Europa e na Ásia (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963. V.1

MENDEL, Ernst. **O significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática. 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão, a charge**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 2005.

Por uma história conceitual do integralismo: da modernidade, dos mitos políticos e os contextos históricos no período entreguerras

Pedro Ivo Dias Tanagino⁴

Resumo: Neste trabalho, buscamos apresentar o integralismo enquanto uma teoria do conhecimento e uma escrita da História originais fundamentadas no período entreguerras, marcada pelo tema da “modernidade” e pelo advento da Era da política de massas. A discussão sobre o problema da modernidade no integralismo e a construção de suas linguagens políticas e seus respectivos conceitos sociais e políticos básicos segue a metodologia da análise sincrônica e diacrônica dos conceitos, tomando como base as obras de Plínio Salgado publicadas entre 1932 e 1937, período de vigência da Ação Integralista Brasileira (AIB). No que concerne a construção das linguagens políticas no entreguerras, este artigo dialoga com estudos realizados no campo das culturas políticas, explorando as “mitologias políticas” integralistas para entender seus sistemas de comunicação e construção do conhecimento.

Palavras-chave: Integralismo. Culturas Políticas. Teoria da História e Historiografia.

Abstract: In this paper we present the Integralism as a theory of knowledge on a original History writing reasoned and the interwar period, marked by the theme of "modernity" and the Era of mass politics advent. The discussion of the problem of modernity on Integralism and the construction of their political languages and their social and political methodology follows the basic concepts of synchronic on diachronic analysis of concepts, based on the works of Pliny Salgado published between 1932 and 1937, a period the legal existence of the Ação Integralista Brasileira (AIB). Concerning the construction of the political languages in the interwar, this paper dialogues with studies from the fields of political cultures, exploring the integralist "political mythologies" to understand their systems of communication and knowledge construction.

Keywords: Integralism. Political Cultures. Theory of History and Historiography.

Introdução

Acompanhando a tendência atual da História Política e Social, este artigo trata em conjunto, ainda que de forma sumária e breve, os temas da literatura e da política na construção de novas linguagens, na formulação ou reformulação de conceitos sociais e políticos novos que pretendiam suscitar mudanças na história, analisados na dinâmica da ação intelectual inserida nas arenas do *poder*. O *corpus* documental que trouxemos para este

⁴ Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista PPGH-UFJF, orientado pela Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. E-mail: pedrotanagino@hotmail.com

trabalho foi selecionado a partir da leitura de alguns trechos de obras de Plínio Salgado, fundador e Chefe Nacional da AIB, publicadas entre os anos de 1932 e 1937.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político e cultural de grande abrangência no Brasil entre os anos de 1932 e 1937, surgiu em um contexto histórico delimitado entre as duas guerras mundiais, quando a América Latina e a Europa tornaram-se palco de uma nova atitude por parte dos intelectuais cada vez mais engajados na ação política, na luta pelo Estado e na transformação cultural das grandes massas.

O contexto em que viveram os “camisas-verdes” (como eram chamados os militantes da AIB) foi marcado pelos impactos dos processos de formação de uma sociedade de mercado cada vez mais globalizada, pela subsequente emergência da “questão social” e da “questão nacional” como tópicos políticos e sociais de primeira ordem na agenda dos governos e pelo crescimento das “esquerdas” com o socialismo, o sindicalismo, o anarquismo e o comunismo.

A reação a estes movimentos contestatórios, formada pelas “direitas” em todo o mundo inspiradas no modelo comunista de *partido revolucionário militarizado* originado na III Internacional de 1919, também conhecida como *Komintern* (PINTO, 2009), ganhou força com a crise do sistema de crenças da democracia liberal após a “Grande Guerra” de 1914 a 1918, a Revolução Russa em 1917 e a Crise de 1929.

Entre os objetivos que uniram os intelectuais fundadores e demais membros da AIB, podemos considerar, primeiramente, a tentativa de se criar um projeto de modernização alternativo às vias do liberalismo praticado no mundo capitalista e do comunismo defendido no mundo socialista. Por outro lado, a elaboração deste projeto de modernização *terza via* exigiria uma outra tarefa: consolidar um paradigma de construção do conhecimento genuinamente brasileiro, para que pudesse suscitar teorias coerentes com as realidades brasileiras, buscando respaldo nas obras de autores como Alberto Torres, Euclides da Cunha, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna.

De acordo com Maro Lara Martins, ao estudarmos a ação dos intelectuais enquanto grupo social, cuja atividade se concentra na criação de projetos para a organização da cultura, devemos nos debruçar sobre suas estratégias de uso da linguagem enquanto tentativa de ordenação do mundo, desembocando, muitas vezes, na tentativa de construção de teorias do conhecimento (MARTINS, 2010, 232).

A partir dessas considerações sobre o universo intelectual, passamos a pensar os processos de construção das tradições e da História, que justificariam seus projetos de

ordenação do mundo. Isso inclui tanto uma concepção própria de tempo histórico, quanto seu repertório de fatos e personagens de relevo para a coerência das narrativas e teorias criadas.

De acordo com Martins, a emergência da História como fonte de conhecimento da política e da sociedade merece atenção, principalmente a partir da promoção social do papel do intelectual no período da Primeira República no Brasil. A “questão nacional” e o tema de um Brasil moderno trouxera consigo uma intensa disputa entre narrativas da história-pátria, que buscavam impor seus projetos sociais para o futuro do país com suas respectivas teorias do conhecimento (MARTINS, 2010, 233).

Nesse contexto, projetos modernizadores e conservadores se chocavam, as mais contrastantes ideologias circulavam entre o Velho e o Novo Mundo, a questão social e a questão nacional atingiam seus paroxismos, tornando-se fontes de inspiração para a elaboração das ideias de “crise” e “reconstrução”. Ambas estas ideias formaram o principal eixo temático no imaginário político e social desse período, no qual os intelectuais reclamavam para si um papel relevante na construção da cultura nacional e na escolha dos rumos da sociedade diante da “Crise da modernidade”. Foi nesse contexto em que emergiu a Ação Integralista Brasileira (TANAGINO, 2013, p. 64).

Propomos uma análise da ação dos intelectuais a partir de uma concepção da *linguagem* e do *texto* produzidos por eles como uma tentativa de ordenação do mundo. Assim, os intelectuais são entendidos como um grupo social cuja ação se concentra no esforço de organização da cultura. Deste modo, esta pesquisa se dedica à análise do conceito de “*integralismo*” no período entreguerras no Brasil, e por isso, trouxemos algumas questões levantadas preliminarmente, no que tange a teoria e o método na investigação do integralismo que procuramos construir.

Integralismo e modernidade: observações teórico-metodológicas

Para Pocock, várias linguagens políticas podem coexistir no interior de uma mesma sociedade histórica ou de uma mesma língua, cada uma delas apropriada por um determinado grupo, não raro dotado de interesses conflitantes em relação aos demais. Nesse contexto metodológico, a tarefa precípua do historiador do pensamento político é a reconstrução dessas linguagens e o estudo de sua manutenção no tempo, de modo que um determinado autor sempre deve ser estudado em relação às linguagens políticas de sua época e de seu contexto.

Partindo do pressuposto de que os atores políticos empreendem seus discursos no interior de uma linguagem convencionalmente estabelecida e, por conseguinte, compartilhada,

Pocock infere que o contexto linguístico (*langue*) existente em um determinado período histórico determina os “modos de discurso disponíveis” às performances individuais da língua (*paroles*) sem com isso impedir que esses atores sociais influenciem mudanças na linguagem em uso (POCOCK, 2003: 27-28).

A importância dada pela história do pensamento político ao contexto linguístico nas análises dos “atos de fala” é compartilhada pela “*Begriffsgeschichte*”. Do ponto de vista metodológico, a história dos conceitos predica que os conflitos sociais e políticos do passado devem ser lidos e interpretados através do horizonte conceitual existente e mutuamente compartilhado e desempenhado linguisticamente pelos atores que participaram desses conflitos.

Segundo Koselleck, um conceito não é simplesmente um indicativo das relações que ele cobre; é também um fator dentro delas. Assim, toda linguagem é historicamente condicionada, e toda história é linguisticamente condicionada (JASMIM; FERES JÚNIOR, 2006: 26). Destarte, a investigação conceitual quer tornar as proposições do passado mais precisas em seus termos próprios, deixando mais claras as circunstâncias contemporâneas em que foram formuladas.

A prioridade na abordagem da história dos conceitos é identificar nos textos aquelas palavras que, a partir da interpretação da terminologia social e política da língua que se examina, podem ser caracterizadas como “conceitos” sociais e políticos. Durante a investigação da história de um conceito, é possível investigar também o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* – as duas categorias analíticas fundamentais dessa abordagem - associados a um determinado período histórico, ao mesmo tempo em que se investiga a função social e política desse mesmo conceito, aplicando conjuntamente as análises sincrônicas e diacrônicas. Esse procedimento atende ao princípio básico da história dos conceitos, que consiste em redefinir metodologicamente significados lexicais em uso no passado para nossa atual compreensão (KOSELLECK, 2006: 104).

A importância das categorias de campo de experiência e horizonte de expectativa também é ressaltada fora do ambiente formado pelas abordagens expostas. Entre os estudiosos das “*culturas políticas*”, Daniel Cefaï em sua obra *Cultures Politiques* (2001) ressaltou que a observação dos “contextos de experiência e atividade dos atores” é a chave para o entendimento da noção de culturas políticas.

Tais contextos englobam uma variedade de fenômenos individuais e coletivos, entendidos pela rubrica da afetividade, da sensibilidade, do imaginário, das identidades,

memórias e projetos, os quais constituem elementos fundamentais das experiências individuais e coletivas nas sociedades, sendo ambas as escalas de experiência igualmente constringidas pelas “gramáticas da vida pública” em meio às disputas de projetos e representações concorrentes. (CEFAÏ, 2001: 94).

Deste modo, devemos notar que as estruturas de temporalidade flagradas na história de pessoas, objetos, obras e símbolos, abarcam o passado, o presente e o futuro envolvidos nos campos da experiência, memória e do horizonte de expectativa, tornando assim explícita a multiplicidade de contextos temporais presentes nos campos onde as culturas políticas se desenvolvem (CEFAÏ, 2001: 95).

Pensar o espaço de experiência do contexto histórico em que emergiu originariamente o conceito de “integralismo” utilizado por Salgado e demais intelectuais da AIB, nos conduziu inevitavelmente à reflexão sobre a modernidade, e o quão pertinente poderia ser esse conceito nos estudos sobre o integralismo brasileiro. Essa indagação surgiu ao analisarmos o diagnóstico de crise da modernidade lançado por Salgado (entre muitos outros na época) como maior justificativa para sua ação, que pretendia superá-la com um projeto de consumação da História fundamentalmente exigente da participação das massas (TANAGINO, 2013: 30). Sem embargo, a interpretação do homem como ator histórico na modernidade consiste uma das premissas centrais na epistemologia da história dos conceitos, exigindo-nos breves apontamentos preliminares.

Foi a Filosofia da História que primeiro separou a modernidade ainda nascente de seu passado imediato, inaugurando assim a nossa modernidade com um novo futuro em aberto, cada vez mais distante das profecias apocalípticas e do fim iminente na “história da salvação”. Uma consciência do tempo e do futuro começou-se a se desenvolver às sombras do Estado Absolutista, combinando política e profecia, prognóstico racional e previsão salvacionista, no interior da filosofia do “progresso” no século XVIII (KOSELLECK, 2006: 35).

Kant, o “criador” do sentido moderno do conceito de “progresso”, já teria apontado que este conceito traduzia, necessariamente, a esperança por um futuro cada vez mais diferente e melhor que seu passado. De acordo com Koselleck, a fórmula da estrutura temporal retesada no interior dos conceitos políticos e sociais da modernidade, conceitualizada pela noção de “progresso”, nos mostra que quanto menor o campo de experiência, maior o horizonte de expectativa que dele se descortina (KOSELLECK, 2006: 326).

Para Hegel, a condição do homem moderno apontava para a dupla compreensão que se expressava na fórmula “consciência em si” e “consciência para si”, frisando assim a distinção

entre a consciência "do acontecido" como um acontecimento externo, e a autoconsciência, isto é, a capacidade do próprio sujeito de observar seu papel no processo histórico como se pudesse assumir um ponto de vista exterior. É esta autoconsciência que permite a historização radical da vida diária, na qual o ator social é continuamente consciente de suas condições de existência, segundo as quais será atribuído um valor a sua ação, enquanto ator histórico (SPRINGBORG, 2003: 468).

Deste modo, na modernidade, muitos conceitos básicos, especialmente aqueles que, com auxílio do sufixo “ismo”, foram temporalizados em conceitos de movimento imbuídos de seu *telos*, concordam na exigência de que a história futura deve diferir fundamentalmente da passada (KOSELLECK, 2006: 99). Tais conceitos funcionam como fundamentação teórica do movimento histórico que pretendem dar curso, bem como atuam como fatores diretos, suscitando a prática (KOSELLECK, 2006: 325).

Assim, a filosofia do progresso impregnada pelo valor do papel histórico dos atores sociais, fundamentou a profusão de ideologias revolucionárias que se encontravam em disputa no contexto do entreguerras – uma luta travada até a morte em nome do “utopismo”. No Brasil, durante o período entreguerras, o conceito de integralismo parece ter sido um dos maiores representantes dessa tendência política tão particular do período, muitas vezes tratada apenas como *totalitarismo*, ou outras vezes, de forma mais imprópria, como *nazi-fascismos*, de modo que se faz necessária a reflexão teórica mais criteriosa acerca do conceito de “*integralismo*”, analisado principalmente em seu contexto original.

Esse projeto de transformação proposto pela AIB se daria a partir de um novo conceito Estado brasileiro (o Estado Integral) cuja tônica seria a centralização do poder, a direção da economia, a adoção do sistema corporativista e a direção da revolução cultural integralista. O integralismo no Brasil, como outros “*partidos revolucionários militarizados*” em profusão no período entreguerras no resto do mundo (PINTO, 200: 218), com seus “ismos” baseados na noção do *progresso*, teve seu sentido teleológico explicado por uma Filosofia da História, a qual apresentava um projeto de “consumação da História” com a realização da “*Era Integralista*”, também chamada de “*Quarta Humanidade*”.

O princípio fundamental do pensamento integralista de Salgado, sua filosofia política e visão da História, se encontra na ideia da dialética entre as forças espiritualistas e materialistas que, segundo o autor, estruturariam o universo, e se manifestavam nos processos sociais e

históricos⁵. Embora conflitantes, uma não existe sem a outra. Segundo o autor, os processos desencadeados pela relação de conflito entre elas poderiam ser interpretados com um sentido finalista de harmonização, isto é, de uma tendência *progressiva* ao aperfeiçoamento e ao equilíbrio com as emanções do “Espírito Absoluto”, consubstanciadas no mundo da matéria sob a forma de *revoluções*.

A obra *A Quarta Humanidade*, cuja primeira edição data de 1934, é um marco na produção bibliográfica de Salgado. Um tom profético é bem evidente neste livro escrito para dar “uma consciência política aos povos do Novo Mundo; uni-los no grande objetivo de criar uma Civilização, - a do Último Ocidente [...] E possa a América Latina ser a Nova Atlântida onde terá início a Quarta Humanidade” (SALGADO, 1995: XXVII-XVIII).

No Prefácio da 3ª Edição de seu ensaio *Psicologia da Revolução*, publicado pela primeira vez em 1933, referindo-se ao papel histórico de seu ensaio, às vésperas da eleição presidencial de 1937 que concorria com chances reais de sucesso, Salgado escreveu:

Quanto à tese aqui exposta, ela está plenamente vitoriosa. Afirmei que o Homem pode interferir no curso da História: eu próprio fui realizar esse pensamento e operei a transformação da “ideia” em “fato”. Suscitei novas circunstâncias na vida brasileira. Contrariei as leis do chamado materialismo histórico e do determinismo científico. [...] efetivei a minha intervenção no meio social deste país e demonstrei, não com palavras, mas com “ação”, o acerto do pensamento central deste livro: - a “ideia-força” pode interferir no fato histórico (SALGADO, 1955: 14).

Vemos a valorização da ação individual, pressuposto hegeliano do sujeito “moderno”, envolvido pela visão de mundo que reconhece a idéia como precedente do fato. A “revolução”, efeito dinâmico na História, seria assim operada pelos homens, todavia, sob os constrangimentos da dialética idealista. Continuando, Salgado completa sua tese sobre a transformação da “idéia-força” em “idéia-fato”, afirmando o maior princípio do integralismo. Ser “integral” significava querer buscar uma visão total da realidade, compreendida em sua dualidade entre as forças dialéticas e complementares do *materialismo* e do *espiritualismo*. O salvacionismo ajuda a descortinar o horizonte de expectativa de uma História por fazer:

⁵ “A História deve revelar-nos as posições do Ser Humano na sua permanente gravitação. No desenvolvimento desses ritmos é que vamos surpreender as três etapas, que poderemos denominar: de *adição*, de *fusão* e de *desagregação*. A formação das sociedades obedeceu a esses movimentos. A Primeira Humanidade veio da caverna, até a criação do Politeísmo; a Segunda, vem do Politeísmo ao Monoteísmo; a Terceira vem do Monoteísmo ao Ateísmo; e a Quarta, que é a nossa, encontra-se na mesma situação trágica da Primeira, diante do mistério universal. Depois da adição, da fusão e da desagregação, chegou a hora da síntese”. SALGADO, 1995: 20).

Deus, que deu o livre arbítrio ao Homem, para que ele se servisse das leis do determinismo da matéria, para criar renovados efeitos, permitiu que eu conseguisse êxito completo na aplicação prática das idéias deste livro. E eu creio que Ele permitirá muito mais, porque, afirmando o arbítrio do Homem e os imperativos do mundo material, afirmei sobretudo, o poder da Providência, que preside, domina e completa, de modo maravilhoso e miraculoso, a harmonia de dois mundos que se interferem, se contrastam e se combinam produzindo a perpetuidade da criação na História (SALGADO, 1955: 14).

Do ponto de vista da revolução cultural, “*integralismo*”, de acordo com Salgado, não se tratava tão somente de um movimento político. Deveria ser uma nova concepção de vida, um novo paradigma e um novo “método” de construção do saber, que o autor denominou “integral”. Como forma de superar a “crise” da modernidade, fragmentada na ciência, nas classes sociais, nos partidos políticos, o integralismo prometia realizar o produto da revisão e síntese das filosofias do passado submetidas à nova sensibilidade proposta por Salgado para o processo do *conhecer* e do *ser*.

O conceito de “*integralismo*” através de seu contexto lingüístico: as mitologias políticas como fonte do conhecimento

Como foi destacado por Cefaï, ao analisarmos as “estruturas de pertinência” intrínsecas a um determinado discurso político, devem ser priorizados os quadros interpretativos e pragmáticos que informaram as escolhas dos atores, as disputas e compromissos, que seriam expressão do grau de autonomia dos atores frente às limitações e alternativas apresentadas pelo contexto, permitindo notar a pluralidade de posições ao invés de um “consenso hegemônico” no interior dos vários grupos e projetos existentes nas sociedades, em luta pela proeminência de uma dada visão de mundo (CEFAÏ, 2001: 95-96).

Neste ponto, ressaltamos uma ampla transformação notada no campo das linguagens, principalmente das linguagens políticas, durante o entreguerras e a ascensão do fenômeno da política de massas. Segundo Cassirer em seu livro *O Mito do Estado*, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, em meio a toda desordem econômica e psicológica que ela causou, houve um recrudescimento do uso do mito nas narrativas políticas, uma vez que a alternativa racionalista havia sido solapada pela tempestade de incertezas que varria a sociedade no período entreguerras (CASSIRER, 2003: 322).

Nessas condições, teria prevalecido “um tipo de concepção mental que é contrária ao pensar teórico e discursivo. Pois, se este tende à expansão, à concatenação e à conexão sistemática, as apreensões lingüística e mítica, ao contrário, tendem à condensação, à

concentração e à caracterização isolada” (CASSIRER, 1992: 73). O mito é entendido para além de sua compreensão tradicional de ilusão ou mentira. A visão mítica da realidade, antes de tudo, compreende um grande sistema de conhecimento e de comunicação.

O mito foi sempre descrito como o resultado de uma atividade inconsciente e como um produto livre da imaginação, “Mas aqui encontramos o mito feito de acordo com um plano. Os novos mitos políticos não crescem livremente; não são frutos bravios de uma imaginação exuberante. São coisas artificiais fabricadas por artesão hábeis e matreiros” (CASSIRER, 2003: 327). A fim de poder *criar*, o homem moderno “deve encontrar algumas razões para o seu credo; deve formar uma ‘teoria’ para justificar as suas crenças. E essa teoria, pelo menos, não é primitiva: é, pelo contrário, altamente sofisticada” (CASSIRER, 2003: 325).

Salgado enfatizou o conceito de “revolução” eminentemente cultural apresentado pelo integralismo: “Neste ponto, o problema será de cultura, se tomarmos a cultura como síntese de conhecimentos, de finalidade espiritual, de compreensão de necessidades e de modalidade sentimental. Criar essa cultura será formar uma ‘elite’ de onde sairão os médiuns da Nação” (SALGADO, 1995: 106). Conforme Salgado, compreendendo-se o Sigma, isto é, a “*mística*” do movimento integralista, compreender-se-á o seu método de construção do conhecimento:

O Integralismo, tenho dito às inteligências mais esclarecidas, é um método. Sendo uma filosofia, sendo uma norma moral, sendo uma política na alta acepção do vocábulo, determina uma concepção de método. Esse método só o apreende quem se deixou penetrar pela *mística* do Movimento. Sim; porque somos também uma *mística*. Sabemos que todos os grandes empreendimentos humanos só se tornam possíveis mediante o misticismo que lhes é próprio. Não se confunda, porém, o misticismo dos homens ativos com o misticismo dos homens contemplativos. Nós somos, principalmente, homens ativos (SALGADO, 1937: 183-184).

Algumas das principais indagações que nos levaram a pensar este artigo surgiram da análise do pensamento teórico sistematizado por Plínio Salgado em torno de suas investigações sobre a cultura brasileira. Em sua busca, o autor se debruçou sobre as culturas ameríndias e as línguas tupi-guaranis, em pesquisas intensas realizadas ao longo da década de 1920 e início da década de 1930. Essas investigações começaram no campo da arte de modo geral e, da literatura e linguagem, em particular, sendo possível notar o aumento do teor político de seus escritos a partir de 1927, aliás, ano em que foi eleito deputado estadual pelo PRP, em São Paulo.

As novas experiências realizadas em sua fase modernista repercutiram em seu engajamento ativo, já no verdeamarelismo. Mas como veremos na “revolução da Anta” alguma

coisa aconteceu. Após 1927, as pesquisas de Salgado conduziram o autor a conclusões que ele não hesitou em utilizar como uma poderosa arma política: o poder que a linguagem e o mito assumiram na vida política durante o período entreguerras.

Como Salgado deixou escrito em muitos de seus textos, ser “*integral*” significava mais do que simplesmente realizar a *síntese* das ciências fragmentadas pelo sentido de *análise* que teria marcado o século XIX (SALGADO, 1995: 40). Significava querer buscar uma visão total da realidade que enxergasse unidade na multiplicidade, uma unidade compreendida em sua dualidade entre as forças dialéticas e complementares do *materialismo* e do *espiritualismo*. Ao atingir essa consciência de si e de si no universo, o “Homem Integral” poderia então atuar e interferir na realidade, crendo que “a ideia pode interferir no fato histórico” (SALGADO, 1995: 14). Aqui, o “Homem Integral” surge como símbolo do “Homem moderno”, consciente de sua condição de ator histórico, capaz de interferir nos fatos sociais.

Plínio Salgado fez parte de uma geração de intelectuais, caracterizados por seus discursos em que articulavam a estrutura funcional dos mitos políticos mais às suas teorias do conhecimento, apresentando conceitos sociais e políticos novos ou reformulados, na tentativa de suscitar a revolução cultural e política, usando para isso a destreza de “artesãos hábeis e matreiros”, como disse Cassirer (2003: 327). Salgado, de outro modo, preferiu afirmar que “O espírito de uma Pátria extrai-se com a poderosa energia de um pensamento, a força de um sentimento e o fogo imortal de uma mística” (SALGADO, 1937: 188).

Salgado compreendeu que no universo da apreensão linguística e mítica o poder está no Verbo: “Um dia, o caboclo brasileiro interpretará esse tumulto, essa babel de espíritos: e falará.” (SALGADO, 1935: 47). O integralismo pretendia uniformizar essa fala, controlá-la, não apenas formalmente pela via gramatical, mas induzindo uma maneira particular de sentir, conhecer, se expressar e de ser no mundo, simbolizada no integralismo pelo sentido de síntese que emana do *Sigma*.

De acordo com Salgado, paralelo aos estudos étnicos, o estudo das manifestações religiosas das populações brasileiras, em que se mesclaram a mitologia tupi e os ritos africanos, indicaria um “notável poder religioso” (SALGADO, 1995: 43-44). Sobre esse aspecto, o autor afirmou que as ideias do espiritualismo cristão trazidas ao Brasil pelos jesuítas, ganharam força ao impregnar-se “no ingênuo espírito de uma raça cósmica”. O cristianismo, encarado pelo autor como uma “revolução espiritual profunda”, seria, então, “a religião por excelência destinada ao gentio”.

Na América, era o homem no politeísmo nascente, ainda não estilizado, por conseguinte, com um acúmulo de energia subjetiva poderosa. Através do processo de cruzamento étnico, de amálgamas sociais, o monoteísmo cristão absorveu as forças bárbaras e refulgiu uma expressão inédita. Se, para ser perfeito, o homem deve tornar-se criança, conforme afirmam os Evangelhos, a raça americana entra para o cristianismo em toda a inocência cândida de uma infância selvagem (SALGADO, 1995: 43).

Ao lado do nacionalismo, o cristianismo aparecia como pano de fundo da doutrina de Salgado e de sua propaganda política, cujo objetivo seria sublimar as particularidades étnicas, regionais e de classe, ao passo em que elevava a “religião nacional” ao nível de um “denominador comum” entre todos, gerando uma noção de integridade entre a nação e o Estado. Nesse intuito, Salgado se valeu da construção das narrativas mitológicas que explicam, de forma intuitiva, uma relação coerente entre as diferentes partes do “todo” que apresenta por meio de um projeto de construção do Estado-nação.

O autor expandiu os significados do conceito finalista de Homem ao inseri-lo na narrativa da *Quarta Humanidade*, que constituiu o nascimento de um novo e particular mito político. Essa característica de “novo” é essencial para a apreensão mítica do mundo, por que permite àquele que narra o mito poder criar livremente todo um universo de significação própria sem os constrangimentos das realidades alheias, que ferem o sentido de unidade do mito.

Concluimos assim uma parte importante de nosso presente estudo, certos de possuir, agora, uma noção mais clara do funcionamento do tipo de abordagem discursiva utilizada por Salgado, compreendendo melhor o que o autor queria dizer quando escreveu que “É preciso crer, seja no que for, mas crer” (SALGADO, 1934: 30-32).

Considerações finais

Podemos ver o conceito de “*integralismo*” por uma percepção da modernidade que capta o conceito de progresso e a Filosofia da História como os promotores do indivíduo a ator histórico, orientado por um conceito básico cuja amplitude do horizonte de expectativa é inversamente proporcional ao seu campo de experiência. Neste sentido, a aproximação com a abordagem da história dos conceitos vem sendo muito proveitosa.

Acreditamos, assim como sugeriu Koselleck, que durante a análise sincrônica de um texto, o historiador deve ter em mente aqueles critérios de seleção que levaram um dado

escritor a usar os conceitos de certa maneira e não de outra, e fazê-lo através de uma formulação inteiramente nova ao invés de outra antiga (KOSELLECK, 2006: 102).

Segundo Koselleck, lidamos aqui com uma característica geral da linguagem. Nenhum autor pode criar algo novo sem voltar-se para o corpus estabelecido da linguagem, para aqueles recursos lingüísticos criados diacronicamente no passado e compartilhado por todos os ouvintes e falantes. Compreender ou ser compreendido pressupõe um conhecimento prévio de como a linguagem foi usada. Toda palavra e todo conceito tem, portanto, um impulso diacrônico contra o qual qualquer um que busque um novo significado precisa operar (KOSELLECK, 2006: 102).

Assim, propomos a inserção do integralismo nos estudos sobre a História da Ciência, Teoria da História e História da Historiografia no Brasil. Destarte, aprofundando-nos no método integralista e no processo de formulação das linguagens políticas integralistas e no contexto de emergência de seu horizonte de conceitos sociais e políticos, esperamos contribuir para um projeto futuro que busque apresentar uma redefinição metodológica do conceito de “*integralismo*” empregado pela historiografia contemporânea.

Bibliografia

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **O Mito do Estado**. São Paulo: Códex. 2003.

CEFÄI, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001.

JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. “História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual”. In: _____. (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, pp. 9-38.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira. In: **Política e Sociedade**. v.9, n° 17, outubro de 2010.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Edusp, 2003.

PINTO, António Costa. “Fascism: a ‘revolutionary right’ in interwar Europe”. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. **Themes in modern European history, 1890-1945**. Nova York: Routledge, 2009.

SPRINGBORG, Patricia. “Algunas premissas de la historia de los conceptos (Begriffsgeschichte). Modernidad e consciencia histórica”. Traducción Nerea Aresti. *Historia Contemporánea*, 27, 2003, pp. 465-504.

TANAGINO, Pedro I. D. “O contexto de emergência da AIB: os dilemas da modernidade e as representações de ‘crise’ e ‘reconstrução’”. In: _____. **“É Preciso Crer”**: Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

Fontes

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. 5 ed. São Paulo: GRD, 1995.

_____. **Despertemos a Nação!**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Páginas de Combate**. Rio de Janeiro: Antunes, 1937.

_____. “Psicologia da Revolução”. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Editora das Américas, 1955, v.7, pp. 21-180.

_____. **O Sofrimento Universal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

A Disritmia Histórica: o desencontrado pensamento de Plínio Salgado pós-AIB.

Vinícius da Silva Ramos⁶

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir o pensamento de Plínio Salgado, fazendo uma busca por conceitos caros ao escritor na época de atividade da Ação Integralista Brasileira em documentos produzidos após o fim da AIB, mais especificamente o livro “O Ritmo da História”. Nossa intenção é demonstrar o que foi abandonado no que diz respeito a determinados conceitos, e também o que permaneceu no discurso de Salgado.

Palavras-chave: Plínio Salgado, pensamento, discurso.

Abstract: This paper aims to discuss the thought of Plinio Salgado, doing a search for concepts dear to the writer at the time of activity of Ação Integralista Brasileira on documents produced after the end of AIB, more specifically the book "O Ritmo da História." Our intention is to demonstrate what was abandoned with regard to certain concepts, and also what remained in the speech Salgado.

Keywords: Plinio Salgado, thought, speech.

INTRODUÇÃO

As atividades de Plínio Salgado após o fim da Ação Integralista Brasileira, fechada em 1937 por conta do golpe do Estado Novo imputado por Getúlio Vargas, mereceram pouco destaque, se compararmos com o período que se inicia em 1932 com o lançamento de seu Manifesto de Outubro. Numa tentativa de contribuir para o debate é que analisamos a obra de Salgado, “O Ritmo da História”. O livro é uma compilação de artigos publicados nos jornais *Idade Nova*, *A Marcha* e *Diário de São Paulo* durante o período de 1946 até 1953, ou seja, ocupando um significativo período após o fim da Segunda Guerra Mundial. Os dois primeiros periódicos foram instrumentos de divulgação e propaganda do Partido de Representação Popular (PRP), fundado por Plínio Salgado como uma tentativa de continuar com sua ação política após o fim do Estado Novo (Calil, 2012: 147-150). O livro é dividido em quatro partes, sendo cada artigo, um capítulo. O que pretendemos é observar as reminiscências – e também o que foi olvidado - do pensamento do autor após o fim da Ação Integralista Brasileira (AIB), além de tentar demonstrar a dificuldade que existe em encontrar uma linha muito coerente no pensamento de Salgado, que varia em determinados artigos.

Os conceitos utilizados neste trabalho são basicamente os que Héglio Trindade e Ricardo Benzaquen de Araújo - em suas obras *“Integralismo: o fascismo brasileiro na*

⁶ Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientador: Márcia Gonçalves. E-mail: viniciussramos@yahoo.com.br

década de 30” e “Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado” – mostraram ser as ideias de maior impacto na obra de Plínio Salgado durante o período em que esteve à frente da AIB. Não descartando é claro a contribuição de outros autores, mas estes dois constituem parte fundamental do estudo da doutrina integralista. A saber: o espiritualismo, o nacionalismo, a crítica ao liberalismo, ao materialismo, ao capitalismo e ao comunismo, entre outros conceitos que o chefe integralista cultivou durante seu período de atuação à frente da Ação Integralista Brasileira.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o presente trabalho apoiar-se-á em autores que buscam o revigoramento do estudo das ideias políticas e dos intelectuais numa tentativa de encontrar novas fontes e métodos para a história política, que ainda carece de trabalhos que embasem o retorno desta corrente historiográfica a um lugar de destaque na academia. Esses autores sugerem a análise de discursos e ideias, seja através da comparação analítica ou pela lexicografia como uma forma de superação de métodos engessados ou inadequados (Sirinelli, Winock, Prost, 2003).

E para melhor entendimento do trabalho, sabendo da problemática utilização de conceitos tão discutidos e amplos, apresentaremos rápida introdução sobre estes mesmos conceitos na intenção de deixar claro que caminho nós tomamos na investigação. Os conceitos trabalhados serão aqueles descritos no “Dicionário de Ciências Sociais” da Fundação Getúlio Vargas de 1987, sendo: o espiritualismo, enquanto ideia da existência da desincorporação de personalidades, bem como suas relações com o campo físico e psicológico; o nacionalismo, enquanto ideia de pertencimento e valorização da nação; a crítica ao liberalismo, enquanto teoria política que prega a busca pela preservação de liberdades em política e economia; a crítica ao materialismo, enquanto corrente filosófica que busca a explicação para as mudanças na sociedade através dos meios de produção; a crítica ao capitalismo, enquanto sistema econômico que baseia seus investimentos e sua propriedade no caráter privado; e por fim a crítica ao comunismo, enquanto teoria reformadora que busca a socialização dos bens de produção através da passagem pelo socialismo. Logicamente, essa conceituação não é suficiente para abarcar todas as questões pertinentes aos assuntos, porém servem de referência para melhor compreensão do texto.

Inicialmente faremos uma breve contextualização do funcionamento da Ação Integralista Brasileira e de como Salgado a comandou, suas principais características e os pontos principais de sua doutrina. Posteriormente analisaremos a atuação de Salgado após a Segunda Guerra Mundial à frente do Partido de Representação Popular, o PRP.

A Ação Integralista Brasileira foi fundada em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado, em São Paulo. Plínio Salgado descende de uma família tradicional de São Paulo. Nascido em 22 de janeiro de 1895, em São Bento do Sapucaí, tem a política em suas veias. Seu pai era político do Partido Republicano Paulista (PRP), e Salgado ainda jovem tenta criar um movimento de renovação do partido através de sua ação no jornal que era seu veículo de divulgação, o *Correio Paulistano*. Essa tentativa se dá por volta da 1924, porém fracassa em seu intento, mesmo tendo o apoio do redator-chefe, Menotti del Picchia, literato que muito influenciou Salgado em sua formação ideológica. Em 1927 é eleito deputado estadual e vê novamente uma possibilidade de renovação do partido, desta vez com o apoio de Júlio Prestes, porém mais uma vez fracassa.

Salgado então funda a Sociedade de Estudos Políticos (SEP) em fevereiro de 1932, como um fórum de discussão de suas ideias autoritárias e as divulga no jornal *A Razão*, fundado em 1931. Estavam fundadas as bases da AIB.

Em 7 de outubro de 1932 Plínio Salgado lança o Manifesto Integralista e funda o partido, a Ação Integralista Brasileira. Salgado aglutina em torno de si, lideranças como o tenente Sombra e Olbiano de Mello e as põe sob a mesma doutrina – Sombra rompe com Salgado algum tempo depois- lançando o manifesto como uma forma de reavivar o moral dos paulistas depois do sufocamento da Revolta Constitucionalista. A partir daí, a extrema-direita será representada pela AIB.

A partir de agora, demonstraremos – de forma introdutória, apenas, mesmo devido à bibliografia menos rica em comparação ao estudo da AIB – alguns aspectos da atuação de Salgado á frente do Partido de Representação Popular, assim como sua estrutura e funcionamento, de forma que entendemos que esses detalhes são fundamentais para a melhor compreensão do trabalho.

O Partido de Representação Popular foi fundado por Plínio Salgado após o fim do seu exílio em Portugal em 1946. O partido buscava retomar os ideais integralistas agora num contexto no qual ideias antidemocráticas deveriam ser tratadas com cuidado, afinal a Guerra Fria iniciava-se e utilizar-se de referências contrárias à democracia ocidental defendida pelos EUA não seria bem visto. Embora com o endurecimento do governo Dutra (Reznik, 2004), as vias eleitorais eram ainda a única forma aceitável de chegada ao poder, e Plínio Salgado soube fazer essa leitura quando da fundação de um partido para jogar dentro das regras da democracia (Calil, 2012).

Embora o PRP fosse um partido que cumpria a plataforma democrática liberal, com registro partidário, disputa legal das eleições, tendo mesmo lançado a candidatura de Plínio Salgado à presidência, nunca escondeu sua filiação com o integralismo, tendo muito de sua organização inspirada na Ação Integralista Brasileira, fenômeno mesmo admitido por Salgado em correspondência a Alcildio Barreto (Calil, 2012: 153).

Na primeira página de sua obra, Salgado já mostra que a religiosidade ainda está muito presente em seu pensamento. Ao explicar o ritmo cíclico da História, e a formação das nações, usa como exemplo trechos bíblicos.

“Já Salomão no Eclesiastes ponderou que há o tempo de juntar pedras e o tempo de espalhar pedras; nem de outra forma tem os povos procedido na sua marcha através dos séculos.”

“... e de um modo especial as narrativas de Gênesis, mostram-nos uma sucessão de guerras ou de alianças...”(Salgado, 1978: 5-7).

Salgado faz um esquema de sucessões para explicar a formação dos impérios supranacionais: indivíduo à família, família à tribo, tribo à nação, nação ao império. E sugere que este caráter supranacional dos impérios leva a uma desvalorização do fator nacional, e que conseqüentemente leva ao ocaso do mesmo. Seus desdobramentos são os mais nefastos para a nacionalidade, levando o indivíduo ao egoísmo, já que as bases morais que os sustentavam perdem sentido em meio a uma confusão de tantas outras moralidades. Aí, enfim, é que o império chega a seu declínio completo, atropelado pelo individualismo exacerbado como resultado da perda da nacionalidade. Enfim, abre-se espaço para a “invasão bárbara”. O autor se utiliza do exemplo do Império Romano, sendo o fator nacionalista inconfundível na obra de Plínio Salgado.

“Foi desse modo que se destruiu o Império Romano. Será sempre desse modo que se destruirão os Impérios fundados na terra, mesmo os da época do avião e da bomba atômica.” (Salgado, 1978:10-12)

E ao fim do primeiro capítulo, mais uma boa dose de religiosidade.

“Os impérios passam, o homem retorna a si mesmo, e, contemplando esse ritmo da História, o olhar de Deus Criador se compraz verificando que o ente que Ele fez, à sua imagem e semelhança, pode errar no exagero de suas construções, mas sabe reconsiderar nas crises dolorosas em que é ferida a sua liberdade e a sua personalidade.” (Salgado, 1978:13)

Com o decorrer da obra, o espiritualismo do ex-chefe integralista vai se mostrando mais presente, como quando explica a transição de uma sociedade medieval baseada no

binômio *Religião-Filosofia*, para um trinômio renascentista *Religião-Filosofia-Ciência*, aonde aos poucos a religião vai perdendo força por conta do experimentalismo e do empirismo, onde enfim a Ciência torna-se solitária no domínio da sociedade.

“A Ciência, agnóstica, desinteressada, super-ética, absorve, por fim, nos tempos modernos, todas as prerrogativas da Filosofia. Une-se, primeiro, com esta; vai, em seguida, conquistando-lhe os espaços, constringindo-a, sufocando-a, matando-a.” (Salgado, 1978: 16)

A crítica ao materialismo da ciência é evidente. E a forma como Salgado descreve sua ascensão sobre a Filosofia não é nada suave. Logo, podemos perceber que já nas primeiras páginas de sua obra, um escopo de suas principais ideias vai sendo desenhado, e o espiritualismo, a crítica ao materialismo e o nacionalismo se encontram presentes como sobreviventes do período da AIB.

Plínio Salgado mais uma vez utiliza a Bíblia como argumento de convencimento da validade de seus argumentos.

“Em conclusão: vinte séculos depois da Paixão e Morte, Ressureição e Ascensão de Jesus Cristo, a humanidade desligou-se, pouco a pouco e, por fim, de modo completo, dos seus deveres para com Deus.” (Salgado, 1978: 17)

Dessa forma, o autor vai demonstrando uma ligação cada vez maior com a religiosidade, e a crítica à cientificidade da sociedade burguesa vai se tornando cada vez mais contundente. O irracionalismo nos seus argumentos, como demonstrou Chasin (1978: 211) é uma característica marcante de seu pensamento.

Salgado enfim inicia sua crítica ao regime que mais apaixonadamente lutou contra: o socialismo. Acusado de participar da corrida para a obtenção de armas de alto poder de destruição e de praticar o totalitarismo.

“E como pode haver esse critério moral, se a imoralidade mais impudente domina as assembleias internacionais, onde se diz pugnar por uma democracia verdadeira e pelos direitos naturais inerentes ao Homem, e ao mesmo tempo ali tomam assento Nações que praticam regimes totalitários, como a Rússia e seus satélites? (...) como foi o caso da aceitação da Inglaterra, do falso Estado Chinês, criado pelo assalto de malfeitores abastecidos por uma potência estrangeira, e sendo essa potência, cooperante no assalto, um Estado totalitário como jamais houve no mundo?” (Salgado, 1978: 20)

Prossegue a crítica ao socialismo:

“Tememos a tirania do Estado Totalitário Socialista, que enterrou já as suas garras sobre numerosas nações, onde suprimiu toda a liberdade humana e onde pratica milhares de assassínios, fazendo correr rios de sangue, a pretexto de depurações necessárias à segurança de governo hediondamente cruéis.” (Salgado, 1978: 21)

Ligado como estava à religiosidade, Salgado não poderia deixar de queixar-se da festa profana, o Carnaval.

“(…) É o homem das boates, dos casinos, dos teatrinhos alegres e pornográficos, das canções obscenas do Carnaval que exploram os temas dos ‘soros’, dos ‘brotinhos’ e das ‘balzaquianas’, ao mesmo tempo satirizando os costumes e refocilando neles. É o Homem-Existencialista, do boulevard de Sain-Gemant em Paris e das avenidas de todo o mundo americanizado ou russificado, ao som de orquestra típicas e coros havaianos, cantigas de Harlem e sambas das Favelas.” (Salgado, 1978: 23-24)

Enfim, todos os elementos de destaque - o espiritualismo (religiosidade), o nacionalismo, o anticomunismo, a crítica ao liberalismo - do pensamento do Salgado já estão desenhados no primeiro capítulo de sua obra, exceto um: a crítica à democracia. Os tempos eram outros. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, o discurso de Plínio Salgado necessariamente deveria mudar para não seguir novamente rumo ao exílio. (Mayo e Cytrynowics, 2011:48)

A revolução integral, que se fosse necessária viria através da força parece estar fora da pauta deste Plínio Salgado assaz religioso. Naquele momento, a revolução também (?) deveria ser espiritual e o advento da nova humanidade deveria chegar pela autodestruição da civilização burguesa, e não mais pela força integralista.

“E, dessas cinzas, renascerá, por certo, uma outra civilização – a nova Fênix – que resplandecerá em juventude perene e beleza imortal, à luz da Graça, que vem dAquele que é a própria luz, ‘a luz verdadeira, que alumia a todo homem que vem ao mundo,’ conforme diz o versículo do Evangelista de Patmos.” (Salgado, 1978: 25)

Salgado parece ter mudado pouco seus argumentos após o exílio. A crítica ao liberalismo e ao que ele chama de “democratismo” (Salgado, 1978: 30) ainda estão vivos em seu texto, parecendo ser ingredientes eternos de sua retórica, mas sem a mesma agressividade dos tempos de AIB. Porém, um novo quadro se apresenta no momento, algo inesperado para o ex-chefe integralista: a crítica ao nazismo. (Salgado, 1978:30). O mesmo movimento que tanto se assemelhava ao de Plínio Salgado durante sua atuação política na década 1930 foi renegada pelo político como um abuso de poder nas mãos de um autocrata (Trindade, 1979:

252). Os tempos de derrota do fascismo não eram apropriados para comentários elogiosos para com o Reich. Salgado, articulista de longa data, mostra como ser levado de acordo com os ventos dominantes na situação. No início da Guerra Fria, era mais bem visto chamar o regime soviético de “nazismo russo” (Salgado, 1978: 32) do que voltar a defender a Alemanha de Hitler.

É interessante notar como a Guerra Fria parece mexer com os ânimos de Plínio Salgado. De forma recorrente, o anticomunismo que sempre foi sua marca, permanece vivo na mente e no discurso do autor. Conforme as páginas vão passando, a impressão que se tem é que pouquíssimas modificações ocorreram no pensamento de Salgado, haja vista que a única coisa que omite de suas afirmações é a possibilidade da tomada do poder de forma abrupta. Grande parte de seu arcabouço teórico continua vivo e inalterado, parecendo que apenas os meios foram modificados, mas os fins permaneceram idênticos: uma sociedade espiritualizada, livre da influência comunista e formada por um povo brasileiro forte e independente das grandes potências. Essa ideia de independência do Brasil é bem explicitada por Gilberto Vasconcellos (1979: 50-51).

Como mostrado por Calil (2012:147-150), os jornais *Idade Nova* e *A Marcha*, se tornaram propagadores das ideias de Salgado em momento diferente daquele vivenciado na época da AIB. Salgado agora precisava encarar uma nova realidade. Alcançar o poder através das eleições, sem que o PRP fosse seu único instrumento de propaganda. Afinal, apenas um partido político não seria suficiente para empreender a obra da revolução integral desejado por Salgado, sendo necessários outros órgãos de organização e principalmente de propaganda.

O irracionalismo constatado por Gilberto Calil nos escritos de Salgado fica evidenciado em passagens na qual o integralista critica os avanços da ciência moderna e os contrapõe à valorização do espírito do homem, partindo de um paradoxo no qual o homem que busca a modernidade na ciência é um “Homem Velho”, e aquele que busca sua essência no cristianismo bíblico e que se volta aos antepassados proféticos é o verdadeiro “Homem Novo”. (Salgado, 1978:67).

Parece, por vezes, que se substituirmos as palavras “democracia espiritual” e “democracia de Deus” na obra de Plínio Salgado pela palavra “Estado Integral”, estaremos fazendo uma viagem bibliográfica no tempo. Afinal, todos os conceitos, os preconceitos e as conclusões que chega são as mesmas, salvo o que diz respeito ao nazismo. Salgado sugere a construção de uma democracia centrada na moral do homem, espiritualizada, na qual as

classes dominantes estariam livres da “*crise psicológica da multidão conduzida por um ou mais indivíduos*”, como ele se refere à escolha das “massas” (Salgado, 1978:77).

Até o momento, o paradigma teórico de Salgado permanece pouco inalterado. Porém, daqui em diante, idas e vindas aconteceram em seus escritos. O dito aqui pode ser desmentido ali. A dificuldade de se rastrear o pensamento do autor aumenta.

Na segunda parte de seu livro, Salgado parece ter escolhido seu modelo de nação favorito após a derrota do Eixo na II Guerra Mundial: os Estados Unidos da América. Como já dito, em tempos de Guerra Fria, a defesa da democracia – embora Salgado buscasse uma democracia diferente, “espiritual” – era necessária em detrimento do Estado Integral. Legitimando a Doutrina Truman, o autor sugere que se foi necessária a união dos países da América contra a Santa Aliança, nada mais natural agora do que buscar a proteção do “Senhor Presidente dos Estados Unidos da América” (Salgado, 1978:103) contra a ameaça de uma União Soviética expansionista, que segundo Salgado dominava

“os povos Bálticos e Balcânicos, dispor do Mar Negro, do Arquipélago e do Adriático, estendendo suas garras até o Mediterrâneo; exercer influência no Médio Oriente e decidir dos destinos da China e da Coréia; e se consentirem que a soberania dos povos seja burlada, como tem sido na Polônia, na Finlândia, na Estônia, na Lituânia, na Letônia, na Eslováquia, Bohemia, na Iugoslávia, na Bulgária na Rumânia, na Áustria e a na Hungria, países onde vem sendo suprimidas a liberdade dos partidos democráticos e onde os chefes detentores do Poder recebem ordem direta de Moscou, - então a defesa das Américas estará seriamente comprometida (Salgado, 1978: 111)”.

Dessa forma, Salgado se utiliza, e muito, da ameaça comunista para legitimar a influência estadunidense no país, afinal o discurso de um Brasil apartado resto do mundo, com os pés voltados para o interior e o rosto para a Europa (Vasconcellos, 1979) parece ter ficado ultrapassado em tempos de forte presença da “diplomacia” de Washington no Brasil. Não é tarefa fácil seguir os passos de Plínio Salgado nesta obra. As variações teóricas são grandes: do nacionalismo à defesa de uma integração americana crescente; da crítica à democracia ao apontamento de uma solução negociada no legislativo; com o desbravar da obra, é difícil encontrar uma unidade nas propostas de Salgado, que parecem variar de acordo com o momento em que cada artigo que compõe o livro é escrito.

Seguramente, um dos capítulos mais interessantes da obra de Salgado, é “*O canto do Piaga*”. Ao analisar a poesia de Gonçalves Dias, Salgado faz um esforço tremendo para ligar suas teorias anticomunistas com a poesia do consagrado poeta. Para ele, a obra de Gonçalves Dias é fundadora no Brasil no que diz respeito ao nacionalismo, e toma emprestada a poesia

que dá nome ao capítulo para supostamente ratificar o caráter nacional e defensor da pátria de Gonçalves Dias. A poesia narra a história do encontro entre nativos e europeus no Brasil, mas para Salgado, tem muito mais do que isso. Valendo-se de suas capacidades proféticas, Dias teria tido a iluminação de enxergar na primeira metade do século XIX, o que ocorreria à América no século XX. O encontro entre os europeus e os tupis seria um prelúdio do encontro entre os brasileiros e o comunismo, e Dias, como um profeta protetor, parecia querer prevenir os brasileiros deste contato nefasto (Salgado, 1978:128-137). O espiritualismo de Plínio Salgado que fica claro aqui mais uma vez parece que pouco se modificou desde os tempos de AIB. Quem sabe, até se aprofundou.

Salgado talvez nunca tenha deixado de olhar para trás. Alguns de seus capítulos em “O ritmo da História” são reservados para fazer pequenas biografias de personalidades de destaque, como Rui Barbosa, José Bonifácio, Alexandre de Gusmão e Couto de Magalhães. E assim como deixou claro Cruz (2012:56-58), Salgado se utiliza dessas personagens para evocar um passado glorioso, numa tentativa de legitimar seu nacionalismo (Salgado, 1978:160-164). Desta forma, Salgado vai misturando a valorização dos intelectuais lusitanos, bandeirantes, indígenas, caboclos, dando a impressão de que um pensamento original e com o mínimo de retidão não seja necessário. Se em uma página, o autor busca dar ao português a maior parcela de contribuição para a formação nacional, na seguinte, o nativo já surge como o responsável pela construção do Brasil.

Com certa timidez, Salgado critica a democracia brasileira, que no seu ver, vem sendo conduzida de forma errada desde a proclamação da República em 1889. Idas e vindas do poder Executivo federal, confusões no que diz respeito às esferas de atuação de cada nível de governo e falta de ideologia e alcance nacional dos partidos (exceto é claro, a AIB). Neste momento, no entanto, podemos dar falta da tão defendida organização corporativa do Parlamento que esteve presente em toda obra de Salgado no período de funcionamento da AIB. O autor projeta uma formação legislativa apoiada em partidos políticos fortalecidos pela fusão de pequenos partidos e com uma relevância nacional, numa tentativa de a partir desse fortalecimento, conseguir a governabilidade necessária para o desenvolvimento do Brasil. Parece que Salgado não busca mais o corporativismo na política. Pelo menos neste texto, fica a dúvida - que dificilmente será sanada - se esqueceu do corporativismo por desenvolvimento de seu pensamento ou pela derrota de tais ideais com o fim da Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez fica clara a dificuldade de se apontar uma linha minimamente coerente na obra, já

que se na primeira parte da obra o “democratismo” é criticado, agora parece ser uma solução plausível.

Um fato interessante é narrado por Plínio Salgado nas páginas de “*O ritmo da História*”. O autor descreve um passeio que fazia com um professor espanhol de Salamanca que havia sido apresentado a Salgado por um monge beneditino que fora expulso da Alemanha por fazer sua tese de doutoramento baseado na obra de Plínio Salgado. A questão colocada não é sobre o teor da expulsão do monge, mas sim a revelação de tal informação por Salgado. Para o ex-chefe integralista, que tantas vezes demonstrou afinidades de atitude e pensamento com os nazistas – embora não se afirme totais concordâncias de Salgado com o regime de Hitler, nem que o movimento fosse sua cópia, críticas tão contundentes não eram reveladas anteriormente -, é de se notar a narrativa de Salgado. Ao que tudo indica, a derrota da Alemanha na guerra implica um abandono imediato dessas afinidades. Ou seja, a direção dos ventos modifica claramente o discurso de Salgado.

Sobre esse mesmo professor de Salamanca, Salgado rasga elogios à sua obra, que transcreve em vários momentos do texto, onde se vê uma proximidade teórica tamanha entre os dois. A crítica à ciência, o irracionalismo e o espiritualismo compõem a ideia central do professor Tejada, que para Salgado é um “pensador moderno”. Direta ou indiretamente, seja através de suas palavras, seja pelo elogio a autores afins ao seu pensamento, Salgado vai delineando seu pensamento pós-AIB.

Prosseguindo nessa análise sobre o trabalho de Tejada, Salgado traz aproximações do teórico com suas preferências intelectuais, tais como a premissa de que a nação deve ser apenas um instrumento para elevar o Homem até Deus, além da teoria de que a tentativa de implantar regimes exógenos na vida social de cada nação vai contra “os desígnios de Deus” (Salgado, 1978: 201-204). Salgado continua nesta levada de aproximações de pensamento com Tejada, seguindo seu amigo espanhol no que diz respeito à tradição. Para Salgado, a função de cada nação é única, sendo revelada pela sua tradição, e que perder essa tradição para regimes estrangeiros “é o embrutecimento, que prepara o homem, como as coletividades humanas, para a abdicação de toda liberdade e a extrema degradação dos cativos políticos, econômicos e morais” (Salgado, 1978: 210). Esta ideia de manutenção do tradicionalismo se encaixa muito bem com a tese defendida por Chasin, de que Salgado era um intelectual defensor de “formas de regressividade”. Salgado aparenta temer a perda desse elo com o passado, sempre lutando contra teorias que pudessem extinguir as “raízes do homem

brasileiro”. Característica esta, presente em toda sua obra como chefe integralista e mantida agora após o fim da A.I.B.

A última parte da obra de Salgado traz apenas um capítulo. Este narra as aventuras do herói Teseu. Sua juventude, sua luta contra o Minotauro, etc. Acaba se tornando um artigo de difícil análise, pois muito pouco Salgado acrescenta à estória. Concluimos, com certa cautela, que a intenção do autor foi mostrar a valorização do ideal de heroísmo que Salgado cultivava. O curupira, o caboclo, Teseu. Estes são alguns exemplos desta característica.

Procuramos mostrar, a partir deste trabalho, que o pensamento de Plínio Salgado se modificou muito pouco com o passar dos anos. Apesar das críticas contundentes ao nazismo, Salgado mostra que o anticomunismo, o nacionalismo e a valorização do passado continuam presentes em seu discurso. Mesmo que o ataque à democracia tenha diminuído bastante, e mesmo uma solução representativa pareça possível para Salgado, o pensamento do autor não mostra modificações profundas.

Finalmente, notamos certa confusão entre os artigos publicados no livro. Por vezes, existem inúmeras contradições nos textos. O que é afirmado num artigo pode ser contrariado em outro, mas tomada a obra como um todo, existem pequenas variações do discurso de Plínio Salgado. Evidentemente lacunas ainda permanecerão neste recorte, o que cabe ainda mais estudos aprofundados. Nosso intuito, no entanto, não foi de esgotar o tema, mas sim colocar em debates tais averiguações.

Referências Bibliográficas:

PROST, Antoine. As palavras. In. RÉMOND Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1988.

CALIL, Gilberto. O integralismo e a contrarreforma moral e intelectual nos anos 1950. In: **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. CRUZ, Natália dos Reis. Rio de Janeiro: Garamond: 2012.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978.

CRUZ, Natalia dos Reis. A Ação Integralista Brasileira (AIB). Nacionalismo, antissemitismo e fascismo. In: **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. CRUZ, Natália dos Reis. Rio de Janeiro: Garamond: 2012.

DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987. 2 v.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

SALGADO, Plínio. **O ritmo da História**. São Paulo: Voz do Oeste, 1978.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Editora Brasiliense: 1979.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In. RÉMOND Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

ST 02. História Política do Brasil Republicano (1930 a 1985)

Vargas e o empresariado: aspectos da relação entre Estado e representantes dos setores industrial e comercial entre 1930-1945

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira⁷

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar os aspectos da relação entre o governo Vargas e o empresariado brasileiro, tanto do setor industrial quanto do comercial, no período que vai de 1930 a 1945. A expansão da máquina burocrática, a proliferação de órgãos técnicos e consultivos que permitiram ao Estado, nesse período, estender e aprofundar o controle sobre a participação política dos grupos privados funcionou, por outro lado, como uma via permeável ao acesso do empresariado. Nesse sentido, os conselhos econômicos, além de atuarem como instâncias de informação e decisão representaram, a partir de 1937, o caminho de acesso dos grupos privados ao centro do poder. A proposta deste trabalho tem como objetivo principal perceber as estratégias, alianças e conflitos enfrentados por esses grupos para conseguir a representação de seus interesses no governo Vargas.

Palavras-chave: Empresariado; governo Vargas; classes produtoras

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the aspects of the relationship between the government Vargas and the Brazilian business, both the industrial sector and the trade in the period from 1930 to 1945. The expansion of the bureaucracy, the proliferation of technical bodies and advisory that allowed the state in this period, extend and deepen control over the political participation of private groups worked on the other hand, as a way permeable entrepreneurs access. In this sense, the economic councils, and act as an information and decision-makers represented, from 1937, the access path of private groups to power the center. The purpose of this study aims to understand the strategies, alliances and conflicts faced by these groups to achieve representation of their interests in the government Vargas.

Keywords: Entrepreneurship; Vargas; producing classes

A crise de 1929 se refletiu na economia do Brasil, abalando os setores comercial e industrial do país. Atingiu a orientação agroexportadora da economia, expondo a fragilidade de uma economia centrada basicamente na defesa de um único produto agrícola de exportação – o café. Para conter as conseqüências desastrosas da queda dos preços internacionais do produto, a defesa do café era apontada como elemento primordial para a superação da crise, inclusive pelo empresariado. Em meio aos debates de superação da crise, representantes dos setores comercial e industrial enfatizavam que o atendimento das demandas do setor cafeeiro,

⁷ Doutoranda em História/UFJF. Linha Poder, Mercado e Trabalho. E-mail: priscila.musquim.alcantara@gmail.com

embora necessário, não deveria ser feito em detrimento de um real atendimento dos problemas que afetavam a indústria e o comércio (GOMES: 1979, 200).

A relação do empresariado do setor industrial com o empresariado representante do setor do comércio agroexportador passava longe da harmonia. Ao longo da Primeira República, os dois setores vivenciaram tensões em função de conflitos de interesses. O setor do comércio defendia o livre-cambismo alfandegário, enquanto o empresariado representante da nascente indústria nacional apresentava como demanda o estabelecimento de tarifas protecionistas, condição essencial para o desenvolvimento da indústria no país. Para o principal órgão de representação do setor comercial no país, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), as indústrias, ao reivindicarem tarifas protecionistas, buscavam se consolidar como inimigas da economia do país, prosperando produzindo a custos elevados aquilo que poderia ser comprado mais barato (LAMARÃO: 2010).

O panorama de crise começa a ser vencido a partir de 1933. O ritmo de crescimento econômico gradualmente retomava. A atuação dos setores do empresariado industrial na defesa de seus interesses se intensifica, em especial, com relação à defesa da proteção tarifária, da ampliação do crédito e das denúncias dos inúmeros impostos que os sobrecarregavam. O núcleo principal de articulação do grupo era o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), criado em 1928.

Embora a política econômica do período ainda seguisse a orientação agrária, o compromisso político inaugurado em 1930, que incorporou novos atores ao jogo político e a necessidade de enfrentar os efeitos da depressão econômica internacional impediam a manutenção do modelo econômico da República Velha. É dentro desse novo contexto político e econômico que os interesses ligados à industrialização ganham novo estímulo, emergindo como uma área que precisava ser efetivamente considerada e incorporada às alternativas de governo com a finalidade de superar a crise e promover o desenvolvimento econômico brasileiro (GOMES: 1979, 200).

Cabe destacar o estudo de Eli Diniz sobre o empresariado entre os anos de 1930 e 1945 e sua crítica às abordagens que apresentam a intensificação do processo de industrialização brasileiro deste período como sendo uma resposta automática à crise internacional. A aceitação desse argumento implica em se perder de vista o papel que os atores políticos internos desempenharam, e, no que diz respeito ao empresariado, implica em minimizar ou excluir sua atuação da análise. Nesse sentido, o empresariado é visto como dependente em relação aos setores dominantes tradicionais, pouco capaz de apresentar

demandas específicas e sem consciência de seus próprios interesses. Diniz propõe que seja feita uma distinção do setor industrial em estratos, permitindo assim o confronto de pequenas e médias empresas com grandes empresas. Desta maneira, é possível colocar em evidência um núcleo formado por um reduzido número de empresas de grande porte que se configuram em uma elite que se destaca de maneira nítida dos demais estratos. Essa elite, segundo Diniz, apresenta expressiva capacidade de articulação e pressão, assim como um grau significativo de unidade de ação via órgãos de representação, como as federações industriais e a Confederação Nacional da Indústria.

EMPRESARIADO BRASILEIRO NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

Desde os anos iniciais do governo de Getúlio Vargas, as relações entre Estado e empresariado sofreram mudanças notáveis. Vargas e seus ministros se articularam como interlocutores e árbitros nos conflitos de interesses entre os setores da indústria e do comércio, em especial, o setor agroexportador. (LEOPOLDI: 2003, 244). Deste modo, a política economia de seu governo esforçou-se em promover um equilíbrio da situação do café no mercado internacional, ao mesmo tempo em que investiu em iniciativas para diminuir o predomínio do modelo agroexportador, dando apoio ao crescimento industrial (DELGADO: 2001, 110).

Em um contexto de intervenção estatal mais delineado, em especial, a partir de 1937, o crescimento da máquina burocrática, o aumento do número de órgãos técnicos e consultivos utilizados pelo Estado como instrumentos para estender e aprofundar o controle sobre a participação política de grupos privados serviu também como uma via permeável ao acesso do empresariado.

Um grupo de empresários ligados à ACRJ, que tinha como seus representantes os gaúchos Serafim Valandro e João Daudt d’Oliveira, passou a articular estratégias de aproximação com o empresariado industrial na tentativa de formular um discurso comum e desta maneira, levar ao governo as demandas das classes produtoras, ou seja, do grupo formado por representantes dos dois setores.

A ACRJ foi mais diretamente afetada pelo governo Vargas após o movimento de 1930, em comparação ao CIESP. Seu então presidente Pereira Carneiro renunciou ao posto, sendo acompanhado por quase toda a diretoria. O novo presidente foi Valandro, indicado pelo governo federal. Durante o período democrático do primeiro governo de Vargas, a ACRJ propôs aos representantes do setor industrial a criação de um partido político visando as

eleições de 1934: nascia assim o Partido Economista do Brasil, fundado por comerciantes e industriais do Rio de Janeiro. Do setor industrial, participaram Oliveira Passos, presidente da Federação Industrial do Rio de Janeiro, Carlos da Rocha Faria, presidente do Centro de Fiação e Tecelagem, João Augusto Alves, presidente do Centro de Comércio e Indústrias.

A proposta do Partido Economista era defender na Assembleia Constituinte o governo constitucional e a autonomia dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. No entanto, sem que lhes fosse permitido contrair empréstimos no estrangeiro sem autorização federal. Também eram contrários a qualquer obstáculo à livre circulação de produtos dentro do território nacional. O partido defendia a liberdade expressão e de reunião e acreditavam que as forças econômicas e culturais poderiam e deveriam interferir eficientemente na solução dos problemas nacionais e influenciar na criação de órgãos técnicos e econômicos de caráter decisório, ou, excepcionalmente, consultivo. Quanto a questão trabalhista, defendiam a fixação do salário mínimo de subsistência de acordo com o custo de vida, levando em conta cada região do país e mais participação nas definições da legislação trabalhista junto ao governo federal. Em 1933, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, conseguiu eleger Henrique de Toledo Dodsworth e Miguel de Oliveira Couto pelo Distrito Federal (ABREU: 2010).

Assim, mais articulados em torno de elementos que propiciavam o esboço de um discurso em comum, as chamadas classes produtoras se utilizaram dos conselhos econômicos, não só como instâncias de informação, mas como canais diretos de diálogo e negociação com o governo.

Nesse período, segundo Eli Diniz, a elite industrial destacou-se pela expressiva capacidade em obter o apoio de órgãos que compunham a hierarquia decisória, a exemplo do Conselho Federal do Comércio Exterior. Por meio deste, industriais obtiveram demandas atendidas, a exemplo da expansão do crédito industrial e projeto de regulamentação de determinadas áreas (DINIZ: 1978, 287). Para Ignacio Delgado, embora nem sempre tenham prevalecido os interesses dos industriais, a presença dos Conselhos Técnicos era compreendida pelo empresariado como essencial à sua participação na definição de políticas públicas (DELGADO: 1989, 176).

A QUESTÃO TRABALHISTA

No Brasil, a adoção de políticas sociais que resultam no fortalecimento do Estado de Bem-Estar teve seu início durante um contexto onde o Estado apresentava feição

intervencionista. No Estado Novo, entre 1937 e 1945, empresários e trabalhadores se constituíam enquanto classe em um período que o Estado promulgou uma legislação trabalhista no quadro da regulação corporativista, diferente, portanto, do contexto social democrata, onde classe patronal e trabalhadores operaram no sentido de abortar uma revolução socialista, pela via parlamentar democrática e com o apoio de setores rurais. O Estado Novo corresponde a uma modalidade autoritária e não equilátera do triângulo do tempo de guerra em que, nos Estados Unidos e em parte da Europa conduziu a um consenso cada vez maior em relação à intervenção do Estado na economia e à criação do Estado de Bem-Estar social (BOSCHI, 2001:9).

No Brasil, foi basicamente na década de 1930 e em especial, no Estado Novo, que os trabalhadores foram incorporados como ator relevante ao cenário da política nacional e seu acesso à cidadania assumiu contornos bem significativos. Wanderley Guilherme dos Santos sugere que o conceito-chave que possibilita a compreensão da política economia e social do pós-1930 é o de cidadania regulada, que diz respeito a um tipo de cidadania cujas raízes encontram-se em um sistema de estratificação ocupacional definido por uma norma legal. Assim cidadãos são aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. Este conceito, segundo Santos, encontra-se implícito na prática política do primeiro governo Vargas. Desta maneira, os parâmetros para definir a cidadania são três: a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público. Os direitos do cidadão decorrem dos direitos de suas profissões. Essas profissões só existem se reconhecidas pelo Estado. Nesse modelo, a carteira profissional representa uma certidão de nascimento cívico, superando o sentido de evidência trabalhista, pois era o instrumento jurídico de comprovação do contrato entre Estado e cidadania regulada. Ângela de Castro Gomes ressalta que o processo pelo qual os trabalhadores se configuraram como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado, projeto que a historiadora define como trabalhismo brasileiro.

Nesse processo, a política social tornou-se uma área de interesse político do Estado, conforme atesta a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio logo após o movimento de 1930. Do ponto de vista do empresariado, a questão social também adquire novo sentido. Diante do aumento das pressões, tanto oficiais quanto dos trabalhadores, pela formulação e aplicação da legislação social, modificou-se também natureza do problema do trabalho e o sentido da legislação voltada para ele. Segundo Angela de Castro Gomes, “é

justamente tendo em vista esta transformação que o posicionamento dos setores empresariais no pós-1930 deve ser avaliado”.

A hipótese principal deste trabalho é que o elemento chave que viabilizou a formação de um diálogo comum entre representantes do setor industrial e comercial no Brasil foi a questão trabalhista e este movimento de aproximação se deu durante o primeiro governo Vargas.

O empresariado mudou o discurso com relação a questão social no período. Passa de uma postura de recusa a uma postura de aceitação acompanhada da demanda do poder de interferência na formulação de uma legislação comum. Essa mudança consiste em um reflexo do surgimento do trabalhador como ator no cenário político brasileiro, que ocorre, em certa maneira, concomitantemente ao processo de transformação do próprio empresariado, que passa de uma situação inicial de indiferenciação ideológica, expressiva nas duas primeiras décadas do século XX, para um perfil de unidade de pensamento que engloba a adesão a elementos simbólicos que viabiliza ao grupo um expressivo grau de consciência de sua especificidade, se comparado aos demais grupos sociais.

Nesse sentido, é relevante analisar a atuação do efêmero Partido Economista. Embora sua atuação em termos da eleição de quadros efetivos para a atuação junto as esferas de poder legislativo e executivo não tenham sido tão expressiva, é válido analisar em que medida seus esforços geraram resultados ao conciliar interesses do empresariado brasileiro, tanto do setor industrial quanto do setor comercial.

Se no final dos anos 1920, quando os industriais se organizam para articular seus interesses com a criação da CIESP e de reconhecem enquanto um grupo distinto dos demais setores, os quais classifica como “conservadores”, a partir dos anos 1930, com o governo Vargas é possível observar os esforços partindo do Distrito Federal em criar um discurso em comum, abarcado por um partido político.

Se continuarmos acompanhando a questão, veremos a proximidade entre a cúpula dos representantes dos setores novamente em torno da questão do trabalhador, congregando João Daudt d’Oliveira, então presidente da ACRJ com Roberto Simonsen, presidente da FIESP (antigo CIESP) na formulação de questões referentes a assistência social via iniciativa privada, criando assim, organismos de certo modo, análogos: o SESI, que beneficiava os trabalhadores industriais e o SESC, que atendia aos trabalhadores do setor do comércio, em

um cenário de incertezas em meio aos trabalhadores, logo após o golpe que deu fim ao Estado Novo. Período de turbulência, de eclosão de dezenas de greves pelo país e que levou o empresariado a propor iniciativas no sentido de acalmar as tensões que cresciam junto aos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves. Partido Economista do Brasil. Verbetes. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/consulta>. Acesso em: 29/08/2014.

DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência Social e Mercado no Brasil**. A presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTR Editora, 2001.

_____. **Burguesia e Estado** - o caso de Minas Gerais: a estratégia de um revés. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

DINIZ, Eli. **Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1979.

LAMARÃO, Sérgio./ PINTO, Simone Cuber Araújo. Moreira, Regina da Luz. ACRJ (Verbetes). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/consulta>. Acesso em: 29/08/2014.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

Entre o ideário e a conjuntura: abordagens de um partido político em manuais escolares

Ramonn Rodrigues Magri⁸

Resumo

O trabalho mostra as maneiras como a União Democrática Nacional (UDN) foi apresentada em livros didáticos de Ensino Médio publicados ao longo dos últimos trinta anos. Considerando a historicidade dos manuais, explicita-se a imagem que quatro deles – cada qual publicado em uma década diferente – transmitem da conduta política, do discurso e da trajetória pública do partido e de seus membros mais proeminentes. Observaram-se fundamentalmente as tendências editoriais e filiações ideológicas dos autores, sem se descuidar da especificidade de cada contexto histórico, comparando as narrativas. Dessa forma, as obras foram examinadas com o propósito de perceber as diferenças e similaridades nas abordagens que fizeram acerca da UDN, bem como suas conexões com a literatura produzida até então sobre o tema.

Palavras-chave: UDN, História Política, Livros Didáticos

Abstract

This article shows the ways the União Democrática Nacional (UDN) was presented in high school textbooks published over the last thirty years. Considering the historicity of the manuals, explains to image four of them - each published in a different decade - convey political conduct, speech and public trajectory of the party and its most prominent members. Observed primarily editorial and ideological affiliations of the authors trends without neglecting the specificity of each historical context, comparing the narratives. Thus, the works were examined in order to understand the differences and similarities in the approaches they did about the UDN, as well as their connections with literature produced so far on the subject.

Keywords: UDN, Political History, Textbooks

Considerações Iniciais

O interesse pela pesquisa empírica com manuais escolares ganha cada dia mais vigor. Particularmente os de História geral e do Brasil vêm sendo objetos de análise historiográfica há algum tempo por conta fundamentalmente da conotação política que apresentam. As pesquisas recentes, no entanto, têm transcendido a abordagem meramente “ideológica”, almejando entender tais obras em sua totalidade. Por isso é fundamental levarmos em conta não apenas a postura dos autores, mas a conduta das próprias editoras, o momento histórico da sociedade em que as obras foram publicadas, bem como o tipo de narrativa e de avaliação que propõem ao discente. Outro aspecto sempre avaliado é distância que os livros didáticos têm da literatura propriamente científica. Evidentemente não se espera que sejam decalques, nem é essa a finalidade deles. Acerca dos manuais de História, que aqui interessam, quase sempre há enormes discrepâncias. Neste campo, antes de tudo, é necessário frisar que “a importância do

⁸ Mestrando em História pela Universidade Federal de São João Del Rei. E-mail: ramonnrm@gmail.com.

livro didático reside na explicitação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica.” (BITTENCOURT, 2004: 313).

Nesta pesquisa abordamos os modos como quatro obras apresentaram a UDN. São livros publicados nas últimas três décadas e utilizados por professores de diversas instituições de ensino, sobretudo da rede pública. Ainda hoje, os trabalhos acadêmicos mais consistentes e desmistificadores sobre o partido são contribuições da Sociologia e da Ciência Política: Benevides (1981) e Dulci (1986), respectivamente. Tratava-se de uma agremiação absolutamente heterogênea, tanto que Maria Benevides ratificou a existência de “várias UDN’s” e Otávio Dulci, corroborando, falou em “UDN no plural”. Contudo, ainda predomina no imaginário político brasileiro e no senso comum em geral a ideia de que a UDN não passava de um partido de direita com três características bem marcantes, quais sejam: o elitismo, o moralismo e o golpismo. Perceber se os manuais foram “evoluindo” à medida que rompessem com tais visões enviesadas e/ou caricaturadas sobre esse tema foi o intuito deste trabalho.

História da Sociedade Brasileira (1985)

Exemplo da renovação por que passaram os livros didáticos após o ocaso da ditadura civil-militar, a obra de Alencar, Ramalho e Ribeiro (ambos professores das redes pública e particular do Rio de Janeiro) é condizente aquele momento de redemocratização. (REZNIK, 2009: 425) Os autores destacam que, de início, a UDN fora um partido de composição bastante diversificada, inclusive agrupando quadros de esquerda, porém em breve se tornaria majoritariamente conservador. Priorizando aspectos de cunho político, a narrativa destaca as tentativas de golpe do partido. Já os vários fracassos eleitorais da UDN são explicados pela composição oligárquica, pelo conservadorismo bem como pelo moralismo dos membros do partido. O epíteto “inimigo do povo” não deixa de aparecer. Na conjuntura do retorno de Vargas à presidência da República, com as eleições de 1950, tal ideia é realçada. Ser anti-Vargas como eram os muitos políticos da UDN, para os autores, era sinônimo de ser contra as “classes trabalhadoras”. Sobre a crise que conduziu Getúlio ao suicídio, no entanto, a participação dos diversos outros atores políticos envolvidos é suprimida, apenas Carlos Lacerda – tido como símbolo do partido durante toda a narrativa – surge como motivador da morte do presidente.

O golpismo volta à tona após o pleito que elegeu JK, quando políticos do partido solicitaram uma intervenção militar. Uma contradição da UDN é analisada quando a

agremiação se aproxima de Jânio Quadros. Carlos Lacerda é elogiado por ter encontrado um nome com apelo popular. Entretanto a união duraria pouco. Até a renúncia do presidente, em agosto de 1961, Lacerda se mostraria bastante insatisfeito com as atitudes “esquerdizantes” de Jânio. Daí até o golpe de 1964 a narrativa ignora o partido. Somente a postura pró-intervenção militar de Lacerda é frisada.⁹ O partido é abordado na seção de exercícios, onde os autores pedem que os alunos pesquisem sobre características dos maiores partidos da época em pauta.

Embora já existissem, na década de 1980, vários debates sobre o conceito de populismo, o livro usa indiscriminadamente a expressão, bem como “período populista”, empregando-a como categoria de explicação generalizante para o contexto. A despeito disso, o enfoque da narrativa dá conta, em boa medida, dos cenários políticos de cada momento da História Republicana do Brasil até então. É nítido que o livro é fruto do momento em que foi produzido porque, sobre a participação UDN, os autores a colocaram como protagonista uma vez que o partido era indiscutivelmente uma das maiores forças políticas do contexto e, sobretudo, para destacar que se tratava de um cenário democrático da política no Brasil.

História & Vida. Brasil: do Império aos dias de hoje (1997)

O livro dos irmãos Pilletti traz algumas diferenças em relação ao anterior. Alguns nexos explicativos são revistos. Os autores têm mais cuidado, por exemplo, com a utilização de noções como a de populismo ao se referirem ao interregno 1946-1964, limitando-se a sustentarem que se tratou de uma época democrática. Democracia que, ao longo da narrativa, é um dos termos mais sublinhados. Já num dos primeiros capítulos, a UDN é caracterizada, não sem algum maniqueísmo, como uma das “forças conservadoras” que iam de encontro com as aspirações da “maioria da população”. Unido às velhas oligarquias rurais, bem como com o capital estrangeiro, o partido também se associaria ao militares.¹⁰

São colocadas no mesmo bojo todas as “forças conservadoras” do momento. Sem distinção alguma da parte dos autores, elas estariam envolvidas em vários episódios de golpismo desde a morte de Getúlio até a deposição de Jango. A importância da democracia é o cerne da narrativa, tanto que até o evento que fora uma das principais origens da UDN – o Manifesto dos Mineiros, redigido em 1943 – é visto como “uma das primeiras manifestações claras a favor da redemocratização do país.” (PILLETTI, 1997: 88) Porém, o partido

⁹ O silêncio é compreensível já que os principais estudos sobre a atuação do partido ainda não tinham sido feitos.

¹⁰ Afinidade, aliás, que, de acordo com Benevides (1981), se tornou característica da política desenvolvida pelos udenistas. Sobre isso, também ver Gaio (2002).

novamente só tem autonomia na narrativa até a ascensão de Carlos Lacerda. Mais uma abordagem personifica o partido na figura do político carioca...

Frequentemente secundária, a UDN surge como esteio para as tentativas de golpe protagonizadas por Lacerda. A proeminência deste é especialmente destacada na discussão acerca do governo Jânio Quadros, quando o discurso anticomunista se fez presente ao criticar medidas adotadas pelo presidente quanto ao controle de remessa de lucros internacionais e a condecoração de Che Guevara. No capítulo sobre a ditadura instaurada em 1964, entretanto, é ressaltada a importância de outro udenista nas conspirações pré-golpe. O então governador de Minas, Magalhães Pinto, prejudicado pelas reformas sinalizadas por Jango, teria mobilizado a população contra o governo a fim de depor o presidente.

Nova História Crítica (2005)

Objeto de enorme tiragem, a coleção de Mário Schmidt apresenta diferenças significativas em relação às outras obras aqui analisadas. O uso de iconografia, principalmente fotografias de jornais, e a linguagem bastante coloquial, com emprego frequente de diminutivos, merecem destaque. Esta publicação, assim como *História da Sociedade Brasileira* (1985), dá muito espaço à História Política do Brasil. São caracterizados os principais partidos de cada época. Embora reconheça que a UDN, em seu início, contou com membros de esquerda, o autor marxista sustenta, numa descrição densa para os parâmetros didáticos, que o partido representava uma direita identificada com o capital estrangeiro, opondo-se ao trabalhismo. Apesar de pregarem em favor da democracia, os políticos udenistas seriam inimigos dos trabalhadores. Nota-se um aspecto particularmente empobrecedor da abordagem: seu caráter teleológico. Isso fica evidente quando o autor tenta salientar o apoio da UDN ao golpe de 1964, uma das maiores contradições da agremiação. Tal inclinação é sugerida quando a narrativa discorre a respeito de eventos que ocorreram muito antes dos arranjos que culminaram na deposição de Jango, gerando a impressão de que existia uma espécie de “destino manifesto”, de que a História caminharia para aquele fim determinado.

Na caracterização dos políticos da UDN, a descrição não escapa do trivial. São apontados o elitismo, o conservadorismo e a composição de “classe média”. Logo se chega a Carlos Lacerda, cujo perfil acompanha fotografia, que é demonizado e concebido como ícone do partido. O papel do golpismo também é enaltecido. Numa passagem a respeito do retorno de Getúlio (1951-1954), afirma-se que o partido opositor “não sossegaria um minuto até que

Vargas tivesse saído do governo.” (SCHMIDT, 2005: 635) A postura da agremiação também é vista exclusivamente pelo prisma do golpismo na discussão da conjuntura da eleição e posse de Juscelino Kubitschek.

Diferentemente das interpretações anteriores, Schmidt não aponta o paradoxo que representava a UDN apoiar Jânio Quadros. Para o autor, ambos seriam conservadores e o rompimento precoce – evidência das incompatibilidades –, sequer é mencionado. Como não poderia deixar de ser, a participação do partido nas articulações que levaram ao golpe de 1964 é bastante pontuada. Descreve-se um cenário em que o país estava dividido entre forças progressistas (favoráveis às “reformas de base” do presidente) e a “potência do conservadorismo de direita” (UDN como protagonista). Num primeiro momento, afirma-se com todas as letras que o partido combatia as reformas no Congresso. Logo depois é feita uma ressalva, talvez com a intenção de transmitir para o leitor a ideia de que as coisas fossem bem mais complexas que o que estava sendo dito, de que a ala “Bossa Nova” da UDN tinha posições favoráveis ao programa de Jango.

Schmidt abusa das simplificações, empregando, além disso, uma linguagem absolutamente inadequada para o tipo de publicação que ora analisamos. Ainda discorrendo sobre a crise pré-golpe de 1964, afirma-se que “cada vez mais o PSD juntava as patas com as da UDN.” (SCHMIDT, 2005: 657) Mas um dos maiores equívocos – não se sabe se deliberadamente – aparece quando se usa uma fotografia a fim reforçar a tese de que o partido reverenciaria interesses estadunidenses, apresentando uma informação falsa. Na legenda, afirma-se que um político brasileiro estaria beijando a mão do presidente dos Estados Unidos.¹¹ Na realidade, a fotografia, de 1946, exibe Otávio Mangabeira cumprimentando o Gal. Dwight Eisenhower, que visitava o Brasil mas seria eleito presidente de seu país somente em 1953.

História Global (2010)

Este livro, autoria de um dos mais experientes escritores de livros didáticos do Brasil, dá enfoque menor aos aspectos políticos de cada época. A disposição intercala capítulos de História Geral e do Brasil, dividindo mais claramente assuntos de cunho político, econômico e social. Há a preocupação de problematizar a leitura de textos e imagens específicos de cada tema. Ao fim de cada capítulo também são apresentadas questões de vestibulares. A

¹¹SCHMIDT, 2005: 651.

abordagem ignora a caracterização dos partidos do período democrático a partir de 1945, limitando-se a citá-los. Entre as forças que se uniram contra o presidente, Cotrim destaca empresas internacionais (afetadas pela Lei Antitruste) bem como políticos de oposição que, “concentrados na UDN, temiam que Vargas impedisse a realização das eleições presidenciais e continuasse no poder.” (COTRIM, 2010: 118)

O antagonismo da UDN em relação a Getúlio após o governo Dutra, bem como o papel de oposição sistemática aos três presidentes seguintes é destacado. Ao longo da narrativa, o golpismo e a liderança de Carlos Lacerda afloram como traços inerentes a qualquer movimento do partido. À semelhança de Schmidt, o autor também explora a noção de trabalhismo ao se referir ao retorno de Vargas. O papel da imprensa oposicionista aliada à UDN também é salientado. São narrados os desdobramentos do atentado contra Lacerda até o suicídio do presidente. Em seguida, como nos outros livros, são apresentados trechos da última carta de Getúlio numa espécie de exercício analítico.¹² Pede-se que o interlocutor aponte, com base na carta, quem eram os adversários políticos do presidente. A questão tenta moldar a percepção do leitor porque acentua a condição de vítima do autor da carta, já que se sabe que ele morreu em seguida. Portanto, há a tendência de atribuir a culpa do ocorrido a seus opositores.

As tentativas de golpe de alguns membros do partido são enfatizadas no contexto da posse de JK e seus primeiros anos de governo. Nota-se que a perspectiva de Cotrim segue uma linha similar à de Schmidt, pois não avalia com sensibilidade a associação da UDN a Jânio Quadros. Porém, alguns aspectos da controvertida política externa independente (conduzida pelo udenista Afonso Arinos), como o restabelecimento da diplomacia com a União Soviética e com a China comunista, e o rompimento do partido e de grandes empresários com o governo são notados.¹³ Opondo golpistas e legalistas, a narrativa apresenta detalhes da crise instaurada após a renúncia de Jânio, no entanto a UDN “desaparece” de uma conjuntura em que teve papel central: o governo Jango e a intervenção civil-militar de 31 de março.

Considerações finais

Em geral as pesquisas sobre materiais didáticos de história se debruçavam sobre aspectos ligados a ideários. Porém os estudos dessa natureza foram se diversificando.

¹² COTRIM, 2010: 199.

¹³ Idem, p. 204.

Segundo Bittencourt (2004), houve uma evolução onde entraram principalmente aspectos sobre conteúdos, incluindo as diferenças entre o que se produz na academia e os manuais escolares. Sendo assim, “o estágio atual demonstra que as análises têm buscado ultrapassar as constatações de seu caráter ideológico, cuja denúncia é importante, mas não conduz a uma compreensão mais significativa dessa produção.” (BITTENCOURT, 2004: 306)

Os livros didáticos, assim como quaisquer outras produções, devem ser entendidos em seus respectivos tempos. Deve-se ter em mente, antes de analisá-los, a historicidade de cada um. Isso é essencial para não incorrerem em anacronismo ou outros juízos erráticos. É preciso ter ciência de que “o texto historiográfico tem um alto teor de politização, e os livros didáticos de história não são exceções”, porém “como em todo e qualquer texto historiográfico, não há homogeneidade interpretativa para dois textos de uma mesma época.” (REZNIK, 2009: 427)

História Crítica (2005) e *História Global* confirmam essa tese. Os dois foram escritos na mesma época, porém têm narrativas muito discrepantes. Cada um é fruto de uma determinada escolha metodológica. Ambos os livros, no entanto, apresentam alguns modelos explicativos similares. Por isso o ideário de cada autor bem como os segmentos editoriais tão importantes. É nítido que nenhum dos autores aqui elencados se baseou nas produções acadêmicas mais proeminentes sobre a UDN. Ainda assim, é fundamental sabermos o que tais estudos apontaram a fim estabelecermos critérios para avaliarmos as obras didáticas. Benevides (1981), por exemplo, indica alguns traços marcantes do partido: campanhas contra o comunismo no país, defesa do capital internacional e de acordos militares com os EUA; mas também situações aparentemente ambíguas: a maior parte dos deputados do partido ter sido contra a cassação de parlamentares comunistas (1947) e favorável quanto ao petróleo brasileiro ser monopólio de exploração nacional. Já Dulci (1986) mostra a relação entre o partido e o combate ao populismo, analisando a evolução da UDN até o colapso da democracia em 1964.

Um detalhe-chave é união de temas sobre História Geral e do Brasil. Isso é fruto de mudanças recentes. A “história integrada”, ao aproximar estudos de temas que, em tese, ocorrem simultaneamente, tem a possibilidade de preterir a História do Brasil em favor da Geral, apresentando assim problemáticas que dizem respeito ao Brasil determinadas apenas por atores de cenários internacionais. Vimos, por exemplo, uma interpretação sugerir que os interesses estrangeiros impactavam exclusivamente o comportamento político dos udenistas.

É evidente que nenhum dos manuais aqui discutidos se debruçou sobre as obras de maior referência ao abordar a UDN em suas narrativas. É provável que a inserção em campos diversos do conhecimento tenha dificultado a aproximação. Sabemos também que a produção didática tem de respeitar determinadas características. Ela tem de ser clara, direta, compor uma narrativa unívoca e seu destinatário é diferente do acadêmico. Todavia a noção de uma abordagem minimamente interdisciplinar, ou seja, a aproximação de outras ciências, como a Sociologia e Ciência Política, neste caso, é imprescindível, uma vez que o conhecimento é uno e, ao mesmo tempo, plural.

Fontes:

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira: 2º grau**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. 1. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida. Brasil: do Império aos dias de hoje**. 16. ed. v. 2. São Paulo: Ática, 1997.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica: ensino médio**. 1. ed. v. Único. São Paulo: Nova Geração, 2005.

Bibliografia:

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

GAIO, André Moysés. Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas Brasileiras. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 6, p. 31-40, 2002.

REZNIK, Luís. História da historiografia: a era Vargas nos livros didáticos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, p. 411-429, 2009.

Movimento e Justiça: Os trabalhadores metalúrgicos na greve de 1954 em Juiz de Fora/MG

Luisa de Mello Correard Pereira¹⁴

Resumo: O objetivo do trabalho é estudar a ação política dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora no contexto da greve de 1954. Em maio de 1954, é decretado o aumento do salário mínimo pelo Governo Federal. Mas o patronato mineiro se recusa a pagar o novo mínimo, o que levou os trabalhadores a abrirem um dissídio coletivo. Com a pressão grevista em agosto de 1954, o patronato se compromete a pagar o mínimo. Porém, as empresas metalúrgicas de Juiz de Fora burlam o acordo, o que faz os trabalhadores novamente procurarem a Justiça do Trabalho. Assim, analiso como os operários metalúrgicos aliam a luta institucional, através da Justiça do Trabalho, com a luta direta, através das greves.

Palavras-chave: dissídio coletivo, metalúrgicos, greve de 1954.

Abstract: The objective of this article is studying the politics of metalworkers of Juiz de Fora-Brazil in the context of 1954's strike. In May 1954, the increase of the minimum wage is decreed by the Brazilian government. But the patronage refuses to pay it, which lead the workers into a collective trial. That and the pressure by the strike in august 1954, make the patronage compromise to pay the minimum. But the metal employers in Juiz de Fora still not paying it, and then metalworkers seek too justice in the Labor Court. Therefore, this article analyses the way that the metalworkers in Juiz de Fora ally the both political methods – the Labor Court and the strikes.

Keywords: collective trial, metalworkers, strike of 1954

Em agosto de 1954, as vésperas do suicídio do presidente Getúlio Vargas, a cidade de Juiz de Fora parou por cinco dias em decorrência de uma greve geral dos trabalhadores. De 16 a 20 de agosto de 1954, com adesão de 80% dos trabalhadores juiz-foranos, o comércio, a produção industrial e até os serviços públicos ficaram paralisados. Os operários reivindicavam melhores salários através de um dissídio coletivo – que de fato só ocorreu com a pressão da paralisação.

Várias foram as categorias envolvidas, mas os trabalhadores metalúrgicos se destacam neste processo, e em todo o contexto de luta política nas indústrias de Juiz de Fora no século XX. O objetivo dessa pesquisa é estudar a evolução política dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas na cidade – setor em ascensão na economia no país – através de sua busca por aumento salarial.

Para tanto, são analisadas as fontes jornalísticas do período da greve, bem como Atas de Assembleia do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, e os processos da

¹⁴Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista de Monitoria (UFJF).

Justiça do Trabalho concernentes ao movimento de 1954. Através da análise minuciosa das fontes, procurarei demonstrar como os trabalhadores utilizaram de todos os recursos em seu poder para alcançar o seu objetivo – seja os meios institucionais ou a luta direta.

A formação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora

Na década de 1930, em meio à uma forte crise econômica, Juiz de Fora sofreu grande perda de indústrias e de postos de trabalho, gerando um quadro de grande desemprego e arrocho salarial (OLIVEIRA, 2011:88). A queda da qualidade de vida atingiu principalmente os trabalhadores, gerando um momento de grande efervescência social e, conseqüentemente, de grande repressão.

Em primeiro de maio de 1932 os operários juiz-foranos de doze categorias – entre elas a metalúrgica, têxtil e construção civil – formaram a União Trabalhista Sindical Mineira (UTSM), com o intuito de lutar conjuntamente pelos interesses dos trabalhadores da cidade dentro da lei e das bases jurídicas. Esse apreço pela legalidade – tanto que a União chegou a proibir a presença e comunistas entre seus membros – era vista como a forma mais concreta de levar suas reclamações à consideração dos poderes públicos regionais (OLIVEIRA, 2001:91).

A principal contribuição da União para a vida sindical de Juiz de Fora foi o incentivo às categorias em fundar seus sindicatos próprios, reconhecidos dentro da lei de 1931, e assim alcançar mais benefícios e participação política. Assim, entre 1932 e 1933, três sindicatos profissionais oficiais foram fundados em Juiz de Fora: o Sindicato dos Operários Têxteis, da Construção Civil; e dos Operários Metalúrgicos (OLIVEIRA, 2001:92-93). Estas instituições mantiveram a tradição de lutar pelos interesses da classe trabalhadora dentro do limite da lei, reivindicando diretamente com o patronato ou, mais tarde, utilizando-se da Justiça do Trabalho.

Assim, a União e os sindicatos dela oriundos abriram mão de certas formas de luta direta para não enfrentar a clandestinidade, mas em momento nenhum se caracterizaram como órgãos apolíticos ou vazios de características de classe. Pelo contrário, utilizavam meios legais para garantir o respeito aos direitos sociais vigentes e reivindicar a instauração de novas leis de interesse da classe trabalhadora local.

Denominado “Syndicato dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora”, o órgão foi aberto oficialmente em 24 de novembro de 1932, em uma assembleia na sede social da União

Trabalhista Sindical Mineira na cidade¹⁵. Embora o Sindicato fosse institucionalizado junto ao governo federal no ano de 1932, sua existência e combatividade remonta à períodos anteriores, mesmo que não ligado diretamente à uma instituição oficial. A criação do sindicato foi em decorrência do crescimento do setor metalúrgico no Brasil e conseqüentemente pelo crescimento dos trabalhadores dessa categoria e sua participação política na cidade e no país (NETO, 2010:39-41).

Os trabalhadores metalúrgicos da cidade já eram combativos, mas ainda não constituíam sindicato próprio e reconhecido. Como visto anteriormente, a Lei da Sindicalização de 1931 reassegurou o direito de associação, mas atrelou os sindicatos à vigília do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Apenas os órgãos por ele oficializados gozariam dos direitos sociais, dentro da lógica da cidadania legislada: só era considerado cidadão brasileiro e tinha o direito de usufruir dos benefícios dessa cidadania os trabalhadores de profissões oficializadas. Nas palavras de Vanderlei Guilherme dos Santos:

“Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei.[...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.” [grifo do autor]. (SANTOS, 1994:68)

Nesse sentido, na ata de abertura do Sindicato encontram-se características de um novo sindicato procurando legitimar-se dentro da lei do Estado corporativo em construção, e assim obter os benefícios assegurados por essa legislação específica.

[...] consitando, para que todo o metalurgico saiba cumprir com o seu dever, fazendo parte no seu Sindicato. Ainda com a palavra o companheiro Soares, disse que todo o associado com. a carteira da união [...] sera um carteira util atodos, os associados serviria de carteira social [...]. Helio que em breves palavras explicou o protesto do companheiro Luiz Pereira, desse que este grupo redusido de desordeiro [...] tera que desaparecer por que estamos dentro da lei e portanto somos garantido pela mesma.¹⁶

Mas apesar disso, os membros presentes na assembleia pareciam comprometidos com a causa operária. Há discursos sobre a escravidão – que só havia sido abolida há 44 anos,

¹⁵ ARQUIVO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Acta de installação do Syndicato de Operarios Metalurgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932. P. 1-3. Caixa 01 P. 01..

¹⁶ Idem, P. 2-3.

sendo ainda uma memória incômoda na sociedade – sobre reivindicações e solidariedade entre os operários e os outros sindicatos da região.

[...]mais para conseguirmos isto precisamos estar todos unidos dentro dos Sindicatos, falou depois na formação do Sindicato dos Trabalhadores em transportes [...] convidou os metalurgicos para emcorporarem uma caravana, da uniao para irem Domingo dia 4 [de dezembro] a chapéo de uvas para formar o Sindicato camponez [...].Marcilho agradeceu a [construção] civil e analisou qual sera o dever do Sindicato [...] fez um pequena confronto da escravidao antiga e da, Escravidao atual.[...] e disse que em breve elle prophetisava, que o operario Brasileiro teria dias melhores[...].¹⁷

Esta aparente dicotomia - o dever do sindicato para os trabalhadores e a necessidade legal de responder ao Estado - é importante para se compreender o movimento dos trabalhadores do período. Segundo Aarão Reis: “A grosso modo, podemos pensar a legislação social no Brasil como fruto da inter-relação de forças de três atores principais: o Estado, os trabalhadores urbanos e a burguesia do comércio e da indústria, com evidentes diferenças de papéis e capacidade de pressão.” (REIS FILHO, 2010:321). Era uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a legalização dos sindicatos representava o reconhecimento pelo Estado da força de organização e contestação dos trabalhadores, também se constituía em uma estratégia de controle dos mesmos (GOMES, 2008:24). Mas os trabalhadores extraíam deste modelo político recursos para suas lutas e para o fortalecimento das suas noções de justiça social. Havia, então, uma relação de reciprocidade.

O Sindicato nas décadas de 1940 e 1950

Em 1940, o Sindicato tem decretado o Estatuto¹⁸ que regulou a instituição até a década de 50. Nesse período, muitas leis trabalhistas estavam em vigência, embora a própria CLT ainda não tivesse sido decretada. Também nesse período o Estado corporativo já estava regulando a vida dos trabalhadores e dos sindicatos, de modo que influenciou o Estatuto e o cumprimento do mesmo.

As regras do estatuto regulavam várias instancias do sindicato: as assembleias, os direitos e deveres dos associados, as assistências que deveriam ser oferecidas etc. Mas principalmente enfatizam as eleições sindicais – o modo com ela deveria ser procedida, quem podia se candidatar e quem podia votar; os cargos elegíveis; e obrigava as eleições sindicais a

¹⁷ Idem, p. 1-2.

¹⁸ Não há como provar que é o primeiro estatuto da história do Sindicato, mas é o mais antigo encontrado em seu Arquivo.

estarem subordinadas ao Tribunal da Justiça Eleitoral e ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁹.

A partir da década de 50, o Sindicato teve suas atividades aceleradas – no contexto de um regime democrático – e novas pautas são introduzidas em suas Assembleias. Os dissídios coletivos são aprovados em sequencia bienal. As movimentações se intensificam, tanto dentro do sindicato, na Justiça do Trabalho – e também nas ruas, tendo como um dos ápices a greve de 1954.

A greve de 1954 em Juiz de Fora e a participação dos metalúrgicos: ação direta e ação judicial se unem na luta dos trabalhadores por melhores salários

No contexto de renovação das organizações sindicais e movimentos sociais intensos – a partir de um governo democrático, porém com traços controladores – as lideranças trabalhistas se unem em prol de conteúdos e reivindicações comuns aos trabalhadores juiz-foranos, principalmente sobre aumento de salário. (OLIVEIRA, 2011:98).

Em maio de 1954, há o aumento de 100% do salário mínimo proposto pelo Ministro do Trabalho João Goulart e imposto pelo governo Vargas através de Decreto-Lei n.35.450 de 01 de maio de 1954. A participação dos trabalhadores juiz-foranos nesse processo é intenso, com a participação de um representante da cidade na Comissão de Revisão do Salário Mínimo (LOYOLA, 1980:68)..

Em 29 de julho de 1954, o Sindicato dos Metalúrgicos publicou em jornal local uma convocação para Assembleia Geral Extraordinária que seria realizada na noite do mesmo dia, a fim de tomar deliberações sobre a negação das empresas da cidade em não pagar o mínimo decretado por lei²⁰. O mesmo fizeram os sindicatos da Construção Civil e dos Gráficos, já demonstrando uma união das entidades em torno da questão salarial que marcara, até então, o ano de 1954. Já em primeiro de julho, o mesmo jornal publica uma matéria indicando a ameaça de greve:

Como noticiamos durante toda a semana, as entidades trabalhistas da cidade acham-se grandemente empenhadas no sentido de que os trabalhadores entrem em greve a partir de depois de amanhã, caso sejam baldados os esforços legais para conseguir que as empresas que se estão recusando a pagar aos seus empregados o novo salário mínimo o façam no tempo devido.²¹

¹⁹ ARQUIVO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora/MG. Estatuto Sindical de 1940 do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora. 1940. Caixa 10. P. 3.

²⁰ DIÁRIO MERCANTIL. Seção Vida Sindical. Juiz de Fora, 29 de julho de 1954, p. 6.

²¹ Idem, 01 de agosto de 1954.

Em reunião realizada na Sede dos Sindicatos Trabalhistas no dia seguinte, os juizes suspenderam a greve imediata, para entrar em consonância com o indicativo grevista do estado de Minas Gerais, que previa o início da greve para o dia 12 do mesmo mês²². Depois, no Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais, que contou com representantes da cidade, ficou decidida a data de segunda-feira, 16 de agosto, uma vez que não houve acordo entre muitas empresas e os sindicatos²³.

A greve foi finalmente deflagrada no dia 16 em toda Minas Gerais. Em Juiz de Fora, foram cinco dias de greve, e com a realização de piquetes, cerca de 80% dos trabalhadores da cidade paralisaram suas atividades, incluindo os metalúrgicos e os gráficos - também os servidores municipais; de modo que serviços de transporte coletivo, bem como todas as obras públicas e coletas de lixo ficaram paralisadas. Algumas categorias, como alimentícias, hidroelétricas e telefonia, foram impedidos de realizar a greve por serem serviços essenciais, cujo impedimento das atividades era ilegal pela C.L.T²⁴. A imprensa local destacou o caráter pacífico do movimento. “Não obstante, a polícia esteve atenta, impedindo de agitadores agissem, perturbando a ordem²⁵”.

A greve findou-se em 20 de agosto, após o representante dos empregadores aceitar o acordo no Tribunal Regional do Trabalho e as empresas se comprometeram a pagar o valor fixado pelo Decreto-Lei, de Cr\$ 2.200,00. Na mesma noite, houve um grande comício na cidade em comemoração à vitória da causa grevista, reunindo trabalhadores e sindicalistas de todo o estado²⁶.

Mesmo após a greve e a decisão em dissídio coletivo, muitos empregadores de Juiz de Fora ainda se negaram a pagar de acordo com o aumento salarial. Essa situação gerou uma onda de processos impetrados por metalúrgicos à Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora – a instância local da Justiça do Trabalho. Após a greve, todos os processos trabalhistas abertos por metalúrgicos tem entre um de seus objetos de reclamação, algo relacionado à paralisação.

Destaco aqui parte da decisão da Junta logo no primeiro processo sobre a greve:

²² Idem, 03 de agosto de 1954.

²³ Idem, 12 de agosto de 1954.

²⁴ DIÁRIO MERCANTIL. 21 de agosto de 1954.

²⁵ Idem.

²⁶ Ata de instrução (julgamento) do processo nº CJJ – 527/54 realizada na audiência seis de novembro de 1954. p.4.

CONSIDERANDO que a greve legítima não constitui falta grave capaz de rescisão do contrato de trabalho, ainda mais quando termina por acôrdo, já que, nesse caso, principalmente, é inadmissível a punição do empregado com base em sua ausência pelo motivo da greve geral [...] [grifo meu].²⁷

A Junta julga que a greve é legal – por ter sido uma greve considerada pacífica e resolvida em dissídio coletivo na TRT – com base na lei. Assim, uma instituição oficial do governo reconhece a greve como uma forma de luta legítima dos trabalhadores.

Juntando as duas situações – a greve a os processos trabalhistas - parece claro que os trabalhadores não abandonam as greves para reivindicar seus direitos por melhores salários, ante a presença da Justiça do Trabalho. Pelo contrário, nessa mobilização específica, as duas plataformas são unidas pelos trabalhadores em prol do aumento salarial no ano de 1954.

A associação entre os sindicatos e a Justiça do Trabalho é um instrumento forte em Juiz de Fora – quase todas as ações coletivas são via sindicato²⁸. O Sindicato não só lançou mão da prática do dissídio junto à TRT para obter aumento salarial para seus trabalhadores, como garantiu o respeito à esse aumento usando a instância local e trazendo os patronato para a Corte sob pena de confissão, revelia e leilão de bens.

Considerações finais

No momento em que os meios legais não foram suficientes para garantir os direitos dos operários, as greves e as mobilizações estavam presentes. Ao contrário do que poderia se pensar – que, na verdade, a historiografia prega quando fala de um operariado passivo diante da legislação social corporativa - o uso do processo trabalhista não impedia a realização de greves.

Isso é demonstrado na análise dos processos impetrados a partir de agosto de 1954 na JCI/JF, após a greve geral que houve em Minas Gerais. Todos os processos dos metalúrgicos após a paralisação tinham reivindicações sobre a greve em seus objetos. Aliás, o próprio movimento e o dissídio dele resultante confirmam a tese de que a Justiça e o Trabalho e as greves constituem uma via de mão dupla para a reivindicação de direitos. Procurando a Justiça a princípio, a associação dos trabalhadores de Minas Gerais não consegue um acordo com órgão patronal, o que leva os operários à paralisar suas atividades por seis dias em todo o

²⁷ Idem, p. 5-6

²⁸ Idem.

estado. E só a partir da pressão da greve e dos piquetes, é que o dissídio coletivo acontece, e os trabalhos são retomados²⁹

Assim, é constatado que, mesmo com a presença e o uso do Tribunal, os operários de Juiz de Fora não pararam de utilizar os confrontos diretos, como a greve e os piquetes, para reclamar seus antigos e novos direitos. Na cidade, as greves e os processos estão em consonância.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

ARQUIVO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Acta de instalação do Sindicato de Operarios Metalurgicos de Juiz de Fora. 24 de novembro de 1932.

DIARIO DA TARDE. Juiz de Fora, 21 de agosto de 1954. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

DIÁRIO MERCANTIL. Seção Vida Sindical. Juiz de Fora, 29 de julho a 21 de agosto de 1954. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JUIZ DE FORA. Processos de 1954. Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora.

Bibliografia

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

LOYOLA, Maria Andréa. **Os sindicatos e o PTB**. Estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1980.

NETO, Murilo Leal Pereira. **A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”**; Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006. P. 39-41

OLIVEIRA, Luís Eduardo. Movimentações classistas e lutas por direitos na Era Vargas: As experiências sócio-políticas dos trabalhadores de Juiz de Fora entre 1930 e 1954. In: LOBO, Valéria. DELGADO, Ignacio Godinho. VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. (Orgs). **Trabalho, proteção e direitos: O Brasil além da Era Vargas**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011.

PACHECO, Jairo Queiroz. **Guerra na fábrica: Cotidiano fabril durante a segunda guerra – O caso de Juiz de Fora/MG**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, maio de 1996.

²⁹ Dados coletados através da análise dos processos de agosto de 1954: JCJ/JF 527/54, 536/54, 544/54, 674/54, 675/54 e 676/54.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 321-377.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: A Política Social na Ordem Brasileira. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

Camaradas mineiros: A organização do PCB em Minas Gerais na década de 1950

Camila Gonçalves Silva Figueiredo³⁰

Resumo: A comunicação é resultado das conclusões iniciais da pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Analisaremos o surgimento do Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais/PCB com o objetivo de compreender a constituição e formação da estrutura orgânica do partido nas distintas regiões do estado, da sua origem no estado em 1925 na cidade de Juiz de Fora, ao contexto de apreciação desta apresentação, ou seja, a década de 1950. Por meio desta análise será possível identificar como foram planejadas e implementadas as estratégias com vistas à consolidação dos comitês e ampliação das fileiras da agremiação, sobretudo, no meio operário e sindical, enfoque desta tese.

Palavras Chave: Partido Comunista, estrutura, Minas Gerais.

Abstract: Communication is a result of the initial findings of doctoral research linked to the Graduate Program in the History of the Federal University of Juiz de Fora. We will analyze the emergence of the Brazilian Communist Party in Minas Gerais / PCB in order to understand the formation and training of the organizational structure of the party in different regions of the state, from its origin in the state in 1925 in the city of Juiz de Fora, in the context of assessing this presentation, ie, the 1950s Through this analysis you can identify how they were planned and implemented the strategies in order to consolidate committees and expanding the ranks of the club, particularly in the labor and union environment, focus of this thesis.

Keywords: Communist Party, structure, Minas Gerais.

Este trabalho trata dos resultados parciais da pesquisa de doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo desta comunicação consiste em analisar as estratégias de atuação do Partido Comunista Brasileiro/PCB no estado de Minas Gerais junto ao movimento operário, na década de 1950. Para isso, examinaremos, de maneira sucinta, a organização da estrutura orgânica do Partido neste contexto. Por meio desta análise será possível identificar não somente como e por que o PCB organizou estratégias no intuito de adentrar ao movimento operário, mas também, quais ações foram aplicadas pelo Partido. Nossa pesquisa tem enfoque na compreensão do papel das relações entre o PCB e o movimento operário, mas, para isso, examinamos como a estrutura partidária influencia na dinâmica das ações que focalizam na articulação entre o partido e os trabalhadores. Transitamos nosso olhar investigativo da estrutura para as relações, ou seja, examinamos a dinâmica interna e externa do PCB em Minas Gerais. Nesse sentido, por ser

³⁰ Mestre e Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientadora: Dr. Valéria Marques Lobo. Bolsista UFJF.

uma comunicação, faremos menção de maneira sucinta a algumas das estratégias empregadas pelo PCB na década de 1950.

As fontes utilizadas para esta exposição referem-se à obra de caráter normativo, divulgada na década de 1950, para os comitês estaduais intitulada: *"Resolução sobre a política de organização do partido"*. Também foram utilizados relatórios de atividades e atas de reuniões do PCB, bem como boletins de monitoramento do Serviço Público do Estado de Minas Gerais, setor responsável pelo monitoramento das atividades de esquerda em âmbito estadual. As fontes arroladas são provenientes da Coleção Informante do Regime Militar disponíveis no Arquivo Público Nacional/APM.

Em se tratando de estudos sobre o Partido Comunista Brasileiro/PCB e sobre a atuação das esquerdas no Brasil, a historiografia possui autores que são referência, dentre os quais o sociólogo Marco Aurélio Santana, os historiadores Carlos Fico, Daniel Araújo Reis Filho, Pedro Moraes e Maria Paula Nascimento Araújo. Em "Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil", Santana analisa a articulação e atuação do Partido Comunista Brasileiro com o movimento sindical no período de 1945 a 1992. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o autor contou com uma gama variada de fontes, dentre os quais: jornais, revistas, documentos relativos à atuação do PCB e do movimento sindical, e também, realizou entrevistas com integrantes do partido a partir da metodologia da História Oral. (SANTANA, 2001)

No transcorrer do seu trabalho Santana afirma que teve dificuldades em relação ao referencial teórico utilizado na pesquisa, pois farta parcela dos estudos converge para análises focadas no desempenho político do PCB ao longo da sua trajetória e, sobretudo tendiam a relativizar ou a minimizar o papel do partido junto ao movimento sindical. A obra "O populismo na política brasileira", do historiador Francisco Weffort, é um significativo exemplo deste viés historiográfico. Neste trabalho, o autor considera o papel do movimento operário e do Partido Comunista Brasileiro, nas décadas de 1930 a 1950, como pouco relevante no cenário político nacional. Segundo Weffort, estes segmentos não detinham autonomia nas decisões políticas. A atuação dos sindicatos é tida pelo autor apenas como função de intercessão entre o poder político e empresarial, não tendo, pois um papel forte na consolidação das reivindicações trabalhistas. Ainda conforme Weffort, a longa trajetória de ilegalidade do PCB consolidou a perda de projeção política e social. Para ele, é somente a partir da década de 1960, durante o período do Governo João Goulart, que a atuação das esquerdas emerge de maneira efetiva. (WEFFORT, 1980.)

Na contramão desta perspectiva, que podemos considerar como tradicional, a obra "Homens partidos" se destaca pela valorização do papel dos indivíduos e pelo exame da complexidade das interações sociais em um universo coletivo. Trata-se, pois, de um importante referencial para a nossa proposta de pesquisa, pois corroboramos da concepção de que para compreender a dinâmica interna do PCB mineiro junto ao movimento operário é prioritário deslocar o eixo analítico da estrutura para as relações. Deste modo, será possível avaliar a maneira pela qual eram construídas as ações e articulações contíguas à classe trabalhadora, mesmo em meio a ilegalidade política, para, assim, entender a multiplicidade de ações do partido no estado de Minas.

Após a notificação enviada ao comitê central da capital mineira pelo Tribunal Regional Eleitoral, o PCB teve o seu registro cancelado em 1947. Apesar da clandestinidade a agremiação prosseguiu com suas ações. Para isso, eliminou cidades e comitês centrais que não obtiveram a projeção esperada até então. O partido deu continuidade ao processo de reestruturação orgânica em Minas Gerais, que já vinha sendo paulatinamente realizado desde meados da década de 1940. Essa reestruturação tinha como foco central aperfeiçoar as ações de militância e, principalmente alargar o raio de atuação e projeção do partido no estado. Nessa perspectiva, o PCB passou a concentrar suas ações em localidades designadas como 'cidades fundamentais'. Seguindo essa acepção, em 1951, os comitês regionais foram distribuídos de acordo com as seguintes zonas: Comitê Zona Central, com sede em Belo Horizonte, Comitê Zona do Triângulo Mineiro com sede em Uberlândia, Comitê Zona da Mata com sede em Juiz de Fora, Comitê Zona do Vale do Rio Doce com sede em Governador Valadares, Comitê Zona Sul de Minas com sede em Itajubá, Comitê Zona Norte de Minas com sede em Montes Claros.

Este processo de redefinição das cidades sede dos Comitês da agremiação comunista possuía justificativas relacionadas ao interesse em consolidar a articulação com áreas economicamente ativas e industrializadas. Desta forma, o partido teria maiores possibilidades de introduzir suas ações no movimento dos trabalhadores. Cabe salientar que, alguns documentos que retratam este processo, apontam que além do mote econômico, a escolha pelas referidas cidades atendem, ao mesmo tempo, demandas estratégicas, com destaque para as localidades cuja amplitude quantitativa era consolidada.³¹

³¹ Resolução sôbre a política de organização do partido. 32 p. Coleção Informante do Regime Militar. Disponível em: < <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACP402.pdf> > Acesso em janeiro de 2014. Portal Memórias Reveladas. Arquivo Nacional.

Cabe salientar que, este processo de reestruturação do PCB em Minas Gerais enfrentou outros desafios para além da ilegalidade política. No início de 1952 os dirigentes nacionais passaram a intervir nas decisões dos vários comitês do interior do estado. De acordo com os informes identificados, a justificativa para a realização das intervenções estava relacionada no fraco desempenho dos integrantes do comitê central da capital, sendo, pois uma atitude de punição frente à má gestão, sobretudo, das ações de agitação, propaganda e ampliação das fileiras. A partir dessa intervenção o comitê da capital passou a receber ordens apenas do Comitê Nacional.³²

O comitê de Belo Horizonte foi o primeiro a perder a sua autonomia. Os dirigentes nacionais também arquitetaram outros mecanismos de organização das ações do partido no interior do estado. Para isso, foram criados os chamados "Comitês Avançados" nas cidades do interior, e a partir deles enfatizaram a ampliação da constituição das organizações de base, sobretudo, por meio da ampliação das células. Na cidade de Juiz de Fora, por exemplo, foram criados 16 comitês estaduais e 64 células. Em Uberlândia, o número também foi latente, 14 comitês e 84 células. Em consulta ao documento relativo a constituição do partido, identificamos as razões que incentivaram a criação das células:

Os militantes comunistas organizam-se nos organismos de base, que são o centro de gravidade do partido, a sua razão de ser, as células de que se organismo depende. São uma espécie de modelo reduzido do próprio partido possuindo - dentro de seu espaço de atuação - as diversas funções do todo partidário. Por isso, são também chamadas de 'células'. Elas são o partido organizado em espaços comuns de atuação e luta (a fábrica, a empresa, o bairro, a escola, os movimentos sociais).³³

A criação das 'células' não foi algo restrito a Minas Gerais, já fazia parte das orientações nacionais que objetivavam a reestruturação orgânica do partido e ampliação das fileiras. A criação das 'células' foi essencial, sobretudo no período em que o partido operava na ilegalidade, haja vista que os membros de cada célula ao integrarem-se em meio às esferas da sociedade passaram a instruir os simpatizantes sobre as concepções ideológicas do partido, orientando os indivíduos conforme seus interesses. Além disso, igualmente foi possível identificar as reivindicações dos setores, suas necessidades e experiências em prol de integrá-las as estratégias de ação do partido, angariando assim um número maior de adeptos.

³²*Idem.*

³³ COMUNISTA, Partido. *O que é o Partido Comunista?* Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/partidocomunista.pdf>> Acesso em janeiro de 2014.

Em contrapartida, a intervenção realizada pelo órgão nacional trouxe à tona a influência exercida por outros estados, atuante desde o período de criação das Sedes do PCB em Minas Gerais. Os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo contribuíram para a fundação das primeiras agremiações do PCB em Minas Gerais, durante as décadas de 1920 a 1930. Além de evidenciar esta característica a perda da autonomia contribuiu para reforçar a influencia destes estados na condução das ações do partido. Isso porque, no ato da intervenção à sede do Comitê Central do estado, as determinações nacionais foram para que os comitês regionais se mantivessem subordinados aos estados que influenciaram e participaram da sua criação e consolidação. O Comitê Central além de que se submeter às demandas nacionais, revogando a autonomia em sua gestão, igualmente perdeu o controle sobre os demais comitês nas várias regiões do estado:

Tabela 01: Comitês do PCB em Minas Gerais na década de 1950

Cidade do Comitê	Subordinada à:
Belo Horizonte	Nacional
Juiz de Fora	Rio de Janeiro
Uberlândia	São Paulo
Aimorés	Espírito Santo
Sul de Minas e Triângulo Mineiro	São Paulo
Vale do Rio Doce	Espírito Santo
Montes Claros e Conselheiro Lafaiete	Não identificado

Fonte: Dados compilados. Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Na documentação consultada até o momento não foi possível identificar qual estado contribuiu para a criação e instalação dos comitês regionais nas cidades de Montes Claros e Conselheiro Lafaiete. Considerando a localização geográfica e as trocas de correspondências entre os integrantes do partido, nossa principal hipótese é de que o Comitê Central de Belo Horizonte, que estava sob responsabilidade da diligência Nacional, tenha conduzido as ações do Comitê Conselheiro Lafaiete, enquanto o Comitê Central do Estado da Bahia tenha conduzido as ações do Comitê Regional da cidade de Montes Claros. No entanto, apenas no decorrer da realização desta pesquisa, por meio da análise fontes ulteriores, será possível confirmar ou refutar esta hipótese.

Com relação à movimentação das esquerdas em Minas Gerais na década de 1950, as fontes³⁴, destacam as diretrizes para que os representantes do partido direcionassem suas estratégias de infiltração, especialmente nas áreas industrializadas e, em cidades próximas a área de mineração. O objetivo do partido era infiltrar-se exatamente nos setores de maior destaque da economia, nas distintas cidades do estado, sobretudo, aqueles que tinham maior relevância no mercado internacional.³⁵ É interessante ressaltar que eram realizadas constantes análises e reuniões com a finalidade de planejar como os infiltrados deveriam adentrar nas indústrias e em comércios de cada município, sempre atentando para a vocação econômica local e regional. Os manuscritos destacam a prioridade nos seguintes profissionais: ferroviários, siderúrgicos, metalúrgicos, indivíduos que atuavam em indústrias têxteis e em empresas de mineração. Também informam as empresas que o PCB mineiro deveria consolidar a sua participação, tanto na consolidação e criação de sindicatos, como no envolvimento das demandas trabalhistas. Cidades como Nova Lima, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, por exemplo, receberam instruções para que os filiados do partido se infiltrassem nos sindicatos dos trabalhadores, principalmente nas funções de representação e chefia, a fim de facilitar a realização de paralisações e greves quando julgasse necessário.

[Nova Lima](...) Tratando-se de ur: Sindicato muito unido, em razão mesmo da natureza do trabalho e levando em conta que o trabalho exercido é há mais de milhares de metros no fundo da terra, onde não imperava nem a disciplina da Empresa e, nem a Polícia podia manter vigilância, os comunistas tinham plena liberdade de ação. (...) [Conselheiro Lafaiete] Ali, 03 comunistas dominam inteiramente o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e outros Metais, sendo que são comunistas o Presidente do Sindicato, José Batista Fernandes e o seu Secretário, José Severiano, este tendo até tomado parte, no ano passado, no Congresso da Federação Sindical Mundial de Viena. [Ouro Preto] Na Campanha Brasileira de Pirita S.A., com a presença dos dois elementos comunistas dirigidos por José Visarue, duas paralizações de serviço foram feitas, em 1952 e 1955.³⁶

Os comunistas também conseguiram exercer influência em associações de ferroviários em várias cidades mineiras, atuando principalmente na organização de sindicatos e na realização de greves. Além das associações de ferroviários, os comunistas operaram em cidades com certo desenvolvimento industrial, como na cidade de Uberlândia:

³⁴ COMUNISTA, Partido. *Ligeiras considerações sobre o aparecimento do Comunismo em Minas Gerais*. Referência: BRANRIOX900ESIACL3/5. Documento, Versão Digitalizada. Disponível em: portal Memórias Reveladas.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Idem*.

Os comunistas conseguiram em agosto de 1952 fazer deflagrar uma greve entre os ferroviários das oficinas da Rede Mineira de Viação, em Divinópolis, sendo seus dirigentes três comunistas de fora. Em janeiro de 1953, em Passa Quatro, elementos comunistas conseguiram a paralisação do serviço de Fábrica de Vidros. Em maio do mesmo ano, em Uberlândia, elementos comunistas conseguiram à greve trabalhadores da Prefeitura Local. Ferroviários associados a estrada de ferro de Leopoldina assessorados por elementos comunistas tentaram por mais de uma vez paralisar o trabalho nas oficinas de Além Paraíba e Porto Novo da Cunha, fazendo ainda muitas agitações.³⁷

O historiador Marco Aurélio Santana identificou que os membros do PCB nos períodos de ilegalidade utilizaram outras estratégias para adentrarem as esferas políticas do país. Uma das ações impetradas consistiu em candidatarem-se através de legendas partidárias que operavam na legalidade. Em Minas Gerais esta estratégia também foi realizada, foram eleitos os deputados estaduais Oscar Dias Correia, Fabrício Soares, Edgard Godoi Mata Machado, Rodon Pacheco, através da legenda União Democrática Nacional na eleição de 1951. Além dos deputados federais Hidelbrando Brisália e Pedro Gomes de Oliveira pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

A preocupação com a unidade e com a permanência das ações dos militantes em meio à clandestinidade foi essencial no período de repressão para a sobrevivência do partido. Tal aspecto, muitas vezes, é desconsiderado pela historiografia, que compreende as ações do PCB na clandestinidade como inexpressivas. Mesmo na ilegalidade os comunistas mobilizaram movimentos no interior das fábricas em todo o país, fomentando tanto a realização de greves, como também decisões sobre os rumos das ações de vários sindicatos. Dessa forma, deram continuidade a estratégia de manter integrantes acoplados as ingerências sindicais.

Em vários documentos consultados, com destaque para a obra "Resolução sobre a política de organização do partido", distribuído nos comitês, são expressas claras orientações para que os integrantes do PCB se articulem junto à classe trabalhadora com a finalidade de recrutar adeptos e de influenciar as ações deste setor. Esta não é uma orientação de caráter estadual, mas fazia parte do processo de organização da estrutura orgânica da agremiação de caráter nacional. Deste modo, de acordo com a "Resolução", o processo de inserção no meio operário é tido como uma tarefa capital para que o partido pudesse se constituir enquanto dirigente das massas:

³⁷*Idem.*

Nas atuais condições do país, um Partido de ação, dirigente de grandes massas, deve possuir número elevado de membros. Não pode ser um partido de 'poucos e bons'. Deve ser um partido de dezenas e centenas de milhares de membros, para ligar-se estreitamente as massas onde elas estejam, viver seus problemas, organizá-las, levá-las a luta, aprender com elas, educá-las, dirigi-las. (...) [o recrutamento] Ele precisa ser cuidadosamente estudado, planejado e controlado, dirigindo-se para os setores fundamentais da massa. No plano nacional deve ser orientado, em primeiro lugar, para os setores fundamentais do proletariado, metalúrgicos, têxteis, ferroviários (...) dando-se preferência ao recrutamento dos operários das grandes e médias empresas.³⁸

De maneira contígua a essas orientações, o documento esclarece que o processo de ampliação das fileiras do partido não tem caráter apenas quantitativo. Salienta a necessidade de planejamento adequado para agregar indivíduos que possam contribuir com plena atuação cotidiana, no intuito de evitar 'flutuações' na composição da agremiação.

Considerações Finais

Embora esta seja uma pesquisa em curso, já é possível refutar alguns argumentos de Francisco Weffort, no que se refere ao papel do PCB e do movimento operário nas décadas de 1930 a 1950. Segundo Weffort, quando a referida agremiação adentra o circuito da ilegalidade perde não apenas projeção política no país, mas também suas ações são paulatinamente desarticuladas ou pouco eficazes. Além disso, Weffort aponta que apenas no limiar do governo do presidente João Goulart, na década de 1960, é que é possível observar o crescimento da atuação das esquerdas em meio a setores como: o movimento sindical e o estudantil. Mesmo assim, para ele, são agremiações minoritárias, sem poder decisório. Do mesmo modo, Weffort não considera os sindicatos como fonte de poder político, ao indicar que este segmento deve ser compreendido como “intermediária entre o poder político e a classe”, ou seja, representa as reivindicações junto ao poder, mas não possuem autonomia.³⁹

Através das fontes consultadas, prontamente identificamos dados sobre o processo de formação da estrutura orgânica do PCB, e como e porque o partido estabeleceu ações acopladas ao movimento operário no estado. Ao contrário do que foi apregoado pela historiografia tradicional, que compreende como inexpressiva a atuação do PCB quando este se encontra na ilegalidade política, através desta pesquisa averiguamos que, apesar desta

³⁸ Resolução sobre a política de organização do partido. 32 p. Coleção Informante do Regime Militar. Disponível em: < <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACP402.pdf> > Acesso em janeiro de 2014. Portal Memórias Reveladas. Arquivo Nacional.

³⁹WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros)

condição o partido prosseguiu com as suas ações. Nesse sentido, a pesquisa ora em desenvolvimento, compactua das concepções apresentadas pelo historiador Marcos Aurélio Santana, na obra "Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil". Nesta obra, Santana aponta que, apesar da ilegalidade política, após 1947 o PCB prosseguiu com o processo de infiltração de comunistas no movimento operário, influenciando no planejamento das suas ações e na realização de greves. Em nossa pesquisa, analisamos a ocorrência desta atuação em Minas Gerais. Não desconsideramos as dificuldades enfrentadas pelo partido na execução destas ações, ao se encontrar na ilegalidade política e na vigência de monitoramento da polícia política, mas avaliamos como o PCB criou mecanismos para superar estes empecilhos próprios do contexto de nossa investigação.

Consideramos o fato de que ao longo da sua trajetória o PCB passou grande parte dos seus anos na ilegalidade e esta situação prejudicou suas ações políticas. Alguns estudos da historiografia tradicional, dentre os quais podemos fazer menção a Weffort, afirmam que a ilegalidade política minou quase que por completo o raio de atuação dos comunistas em todo o país. Não obstante, não chegamos a esta conclusão haja vista que consideramos como foco de análise as estratégias utilizadas pelos seus integrantes na clandestinidade para manterem vivas as ingerências nas questões sociais e políticas, conforme a perspectiva do historiador Marco Aurélio Santana.

Fontes:

Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional. BRANRIOX90NESIACP1/8. p.01

Referências

FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de (Org.). **1968: a paixão de uma utopia.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. (Pensando o Brasil, v. 9)

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução: do CPC à era da TV.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
(Estudos Brasileiros)

A ideologia esguiana e sua influência na longevidade dos governos militares pós-

64.

Shirley da Silva Oliveira⁴⁰

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar o período ditatorial brasileiro, no que tange a ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG), que serviu de suporte para o Golpe de 1964 e posteriormente teria garantido a longevidade do regime. Como os governos marciais, pós-64, tornaram-se fortemente militarizados, é imprescindível a compreensão das Forças Armadas e da ESG, suas relações na construção da auto-imagem de seus membros e clivagens internas. Refletindo, igualmente, sobre as ações de controle social e a constante procura pela legitimação, decorrentes do ideário que perpassava o ambiente castrense.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Ideologia Esguiana.

Résumé: Ce travail vise à analyser la période de la dictature brésilienne, avec référence l'idéologie de l'École de Guerre (ESG), qui a servi de support pour le coup 1964 et plus tard aurait assuré la pérennité du régime. Alors que les gouvernements martiaux, post-64, est devenu fortement militarisée, il est essentiel de comprendre les forces armées et la ESG, leur relation dans la construction de l'image de soi de ses membres et des divisions internes. Reflétant aussi sur les actions de contrôle sociale et la recherche constant de la légitimité, issue des idées qui envahissaient l'environnement militaire.

Mots-clés: Dictature Militaire, Les Forces Armées, National War College, L'idéologie Esguiana.

Introdução

Os militares desde os primórdios da instauração da República sempre se mantiveram ligados ao poder estatal. Tendo, em outras oportunidades, exercido efetivamente o governo do país, não somente em 1964. As Forças Armadas experimentaram várias transformações modernizadoras desde sua formação, possibilitando a constituição de uma identidade e a propagação de ideologias, que encontravam no fechamento desta instituição, lugar propício para seu florescimento. Em que pese à leitura das Forças Armadas como uma Instituição Total⁴¹, isto é, exigindo mudanças radicais na existência dos seus integrantes, resultando em uma identidade sólida, é essencial ter um olhar crítico sobre a mesma. A Instituição não

⁴⁰ - Graduada em História na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

⁴¹ - Este conceito de Instituições totais é do cientista social Erving Goffman, este afirma que o indivíduo quando começa a fazer parte destas incorporam suas regras formais com intuito de atender aos objetivos institucionais, a partir disto acontece um fechamento da mesma dando-lhe a forma totalizante. In. CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

estava de forma alguma blindada contra as influências externas, não obstante suas muitas características totalizantes.

A Instituição e sua trajetória foi alvo de pesquisas e consta de uma bibliografia abrangente. O brasilianista⁴², Alfred Stepan, teceu considerações em sua obra⁴³ (STEPAN, 1975) sobre a mesma, sua estrutura e relacionamentos com o país, dentro das diversas esferas existentes. As relações entre civis e militares também são vistas por Stepan, este aponta o poder moderador, no qual se investe a Instituição, nos momentos de crise, sendo este o ponto central destas ligações. Os militares intervinham sempre que a ordem interna do país estivesse ameaçada, porém quando esta conjuntura achava-se estabilizada o poder voltava para os civis. Esta situação sofreu mudanças em 1964, quando os militares tomaram o poder e o mantiveram para si durante décadas.

Edmundo Coelho Campos analisa a constituição das Forças Armadas e as fases vividas por esta, desde a Primeira República com a falta de profissionalização causando maior interesse de seus membros pela política. Os militares teriam a função de manter a ordem interna e educar o cidadão (COELHO, 1976).

Em seu estudo sobre as Forças Armadas José Murilo de Carvalho aponta a Instituição como uma Instituição Total (CARVALHO, 2005). Estas exigem uma transformação radical na vida de seus membros e instituem uma identidade forte. O autor expõe o sistema organizacional das Forças Armadas, a fim de entender os militares e as circunstâncias que desembocaram no evento de 64. O fechamento das Forças Armadas é reiterado sempre em suas observações no transcorrer do livro, seus membros convivem com suas diferenças e estas se mantêm dentro de uma lógica singular, restrita aquele ambiente e suas normas. Para além deste fator há um compromisso tácito entre os militares, que é a consciência do bem comum da Instituição.

Muitas são as versões sobre o motivo da duração do regime militar, que contrariando uma predisposição para sanar crises e promover o retorno aos quartéis, os militares ficaram no poder para governar o país.

Para se entender um período histórico é fundamental, entre outras coisas, várias leituras sobre seus diversos grupos participantes, suas idéias e suas ações. Então, em que pese o Golpe de 64, ter como atores, civis e militares, a militarização posterior do Estado foi um traço marcante.

⁴²- Brasilianistas são estudiosos estrangeiros, que se especializaram em assuntos brasileiros.

A observação da ideologia, que permeava o ambiente castrense, aponta para compreensão do desfecho do evento de 64, principalmente no que tange o prolongamento das Forças Armadas à frente do governo, incluindo como foi orquestrada a volta dos militares às casernas.

O conceito de ideologia utilizado é o de Ricoeur (RICOEUR, 1990), a saber, o comportamento de um grupo é conduzido para o outro, atrelado a isto é essencial que este grupo saiba construir uma imagem de si próprio. Quanto mais tempo este grupo mantém viva esta imagem, independente das conjunturas externas, esta representação preserva o mesmo.

A historiografia apontou à falta de um projeto de governo após o Golpe de 64, mas já se pode aferir, pelos estudos da criação e estrutura da ESG (Escola Superior de Guerra), um direcionamento doutrinário com diretrizes e planejamento para a Nação através de uma política nacional, fazendo uso de programação e estratégia. Diz Antonio de Arruda,

“Em 1951 e 1952, surgiu o primeiro esboço para o tratamento de assuntos doutrinários nas conferências sobre Conceito Estratégico Nacional – outro objetivo da Escola...”

“Em essência, o Conceito Estratégico Nacional, partindo da concepção de Estratégia, em seu significado militar, **deveria ser formulado em seu mais alto nível governamental**⁴⁴, tendo em vista a definição dos Objetivos Nacionais e da Política Nacional para atingir esses objetivos.” (ARRUDA 1983, pág. XXII).

Importa analisar as clivagens existentes no ambiente castrense, a fim de detectar um fator motivador para a longevidade do regime. As doutrinas, que perpassavam as casernas e a posteriori nos governos militares, não tinham total coesão no que tange a leitura de seus princípios. Então embora a admissão de certos preceitos basilares pelo grupo, tal como a violência, para conseguir a manutenção da ordem, a intensidade da mesma era aceita de formas diferentes.

A Escola, seus conceitos e métodos foram utilizados na construção do projeto dos governos militares e a ideologia esguiana preservou a imagem castrense, com certo grau de coesão, ocasionando a durabilidade destes governos.

Clivagens nas casernas

As pesquisas sobre o período ditatorial no Brasil, pós-64, sempre torna recorrente a idéia da divisão bipolar nas Forças Armadas, a saber, duros e moderados. Com os novos

⁴⁴ - Grifo meu.

estudos e acessos a documentações, já se considera esta divisão muito simplista, pois não dá conta da heterogeneidade presente nas instituições (FICO, 2004)

Chirio faz uma observação quanto à luta pelo poder dentro das casernas serem habitual e generalizada. No momento que estes assumem o governo brasileiro, este fator foi convertido no confronto binário, o poder castelista e os “grupos revolucionários, linha dura”. Segundo a autora inicialmente os grupos linha dura representam uma oposição ao governo de Castelo Branco, posteriormente estes assumem a alcunha e pressionam o poder central para não se desviar do objetivo “revolucionário”. Chirio concebe uma primeira “linha dura” e outra geração que é resultado da evolução do regime militar.

A autora segue alegando que a primeira representante da facção “linha dura” foi desmontada pelo próprio regime e a segunda foi uma consequência do mesmo. Abarcando estes pressupostos Chirio assinala a criação de vários grupos em 1968⁴⁵.

“Diversos grupos nascem no meio militar na segunda metade de 1968. É o caso da Vanguarda Revolucionária, que se dá como tarefa “promover o reagrupamento dos partidários da revolução” contra a “rearticulação dos comunistas e dos corruptos [...] do Movimento Anticomunista da Aeronáutica, bastante crítico ao governo; ou ainda da Centelha Nativista...” (CHIRIO, 2012, pág. 124)

Em 31 de março de 1965, um ano após o Golpe de 64, o presidente faz um pronunciamento a Nação, em comemoração ao ano decorrido, apontando o papel das Forças Armadas diante da “guerra revolucionária”, que ameaçava o Brasil. Papel este recorrente e, “... também se viesse juntar as Fôrças Armadas, que, ainda uma vez no curso da História, não fariam mais do que bem interpretar as aspirações nacionais.”, e também mostrando como tudo foi feito “sem maiores traumatismos para a Nação.⁴⁶”.

Também no dito discurso, embora havendo uma tentativa de camuflar as clivagens, a fala presidencial aponta para possíveis divergências no governo, “É possível e inevitável constatar-se a existência de irrelevantes divergências em torno do processo governamental. Serão discordâncias de superfície.”

Posteriormente na passagem do governo para Costa e Silva, Castelo Branco, também toca nas divergências existentes, quanto à escolha deste, que era notadamente contra suas

⁴⁵ - A autora, nas páginas 124 a 127, vem analisando estes grupos e outros mostrando as duas diversidades, embora denote um viés extremo conservador, tem algumas peculiaridades que não os faz hegemônicos.

⁴⁶ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso em comemoração ao primeiro aniversário da Revolução**. Belo Horizonte, 1965. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

expectativas. Contudo suas palavras denotam a preocupação com a proteção destes embates do conhecimento público.

“Houve quem dissesse, imaginando tisonar com uma suspeita a autenticidade democrática desta solenidade, que haveria aqui, não uma passagem de Governo, mas uma rendição de guarda. Maneira sutil, essa, de envolver a Vossa Excelência e a mim num militarismo...”⁴⁷

Pensar no dualismo “duro e moderado” para explicar estas clivagens, não corresponde a uma realidade aceitável como única. Havia, portanto, várias divisões com algumas características que as deixam mais próximas de um ou outro grupo, sem fazer delas uma “coisa” só. O país tem dimensões continentais, a Instituição militar, em que pese à estrutura com normas rígidas e de âmbito nacional, não estava imune às características regionais e demais interações socioeconômicas.

Escola Superior de Guerra e Guerra Revolucionária

A Escola

A ESG foi criada na década de quarenta, no contexto da Segunda Guerra Mundial e dos debates acerca da exploração do petróleo (OLIVEIRA, 1976). Além de militares, os civis, que alcançavam sucessos nas áreas desenvolvimentistas do país, eram convidados a fazerem os cursos ministrados na escola. Posteriormente estes e os militares participantes destes cursos eram usados em vários espaços da administração governamental. Tal fato se explica pelo foco da ideologia esguiana, a saber, preparar elites para conceber soluções aos problemas nacionais “em tempos de paz” (ARRUDA, 1983, introd., pág. XXII).

A Escola teve o papel de difundir o ideário “revolucionário” entre os militares, este conjunto de idéias é considerado importante para estes. Nos depoimentos coletados pelos pesquisadores Maria Celina D’Araujo, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 2004), o general Carlos de Meira Mattos comenta que a ESG teve muito a ver com o “espírito revolucionário” presente no período. O mesmo continua dizendo:

“Porque a ESG, desde que foi fundada, começou a estudar de uma forma sistemática, de uma forma científica, esses anseios de renovação do Brasil, que

⁴⁷ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso transmissão da faixa presidencial**. Brasília, 1967. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>

foram os anseios dos tenentes e depois vieram a ser os anseios da Revolução de 64.⁴⁸”.

Posteriormente, Mattos prosseguiu discorrendo sobre suas visões dos acontecimentos do Regime Militar e sua relação com a referida Escola, considerando não haver uma doutrina ideológica, mas sim doutrina de governo.

“Mas ela teve influência, porque desde 1949 havia começado uma pregação sobre o uso do poder, o uso da política, a aplicação do poder para se atingir objetivos e tudo isso. A ESG tinha formulado uma doutrina de governo. É uma doutrina correta, porque em vez de governar de uma maneira completamente despreocupada, você governa dentro de um sistema racional: selecionam objetivos, faz planos que se transforma em programas e têm que ser realizados.”

Como se pode aferir nos discursos dos presidentes dos governos ditatoriais pós-64, há uma convergência entre os debates existentes na ESG e as motivações dos atos estatais. Castelo Branco ao fazer um balanço do primeiro trimestre do seu governo, é taxativo ao aliar suas ações à herança recebida do governo anterior, “A herança que coube ao Governo atual é uma estrutura econômica, financeira e social desmantelada. A desorganização administrativa estava aliada aos objetivos subversivos.⁴⁹”.

Para, além disto, Castelo Branco, quando discursava na ESG, em dezembro de 1964, deixa claro a importância dos cursos e a utilização dos alunos da dita escola, nos cargos governamentais.

“E daí decorre a importância dada nos seus cursos ao exame do planejamento referente a vários setores da vida brasileira. E o Governo, frequentemente, sente na administração os resultados desses trabalhos, quer através de auxiliares que aqui estagiam, quer pelos estudos que aqui tão acuradamente formulados.”⁵⁰

Ao discursar na ESG, em 1967, Costa e Silva também reitera a importância dos fundamentos e ações formulados na mesma.

“O Governo, frequentemente, usufrui, na administração do País, dos frutos dos vossos trabalhos, das vossas pesquisas, quer através de auxiliares que aqui

⁴⁸ - Cf. D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A., CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: A memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pág. 118 e 119.

⁴⁹ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso fazendo um balanço 1º trimestre de seu governo**. 1964. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

⁵⁰ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso na Escola Superior de Guerra para os formandos**. Em 1964. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

estagiaram, quer através dos estudos, aqui tão perfeitamente formulados e de que resultam sugestões e orientação preciosas.⁵¹”.

As atividades da Escola, sua relação e importância ficam explícito em várias citações dos governantes militares, em seus discursos, assim como nas entrevistas dos militares, tanto aos pesquisadores do CPDOC, quanto ao projeto de História Oral do Exército. Para, além disto, podemos aferir nos princípios fundamentais da ESG, evoluindo desde sua origem, os propósitos de estabelecer projetos e metas para um plano de governo, para a alta cúpula de governo.

A Guerra Revolucionária

Várias missões militares passaram pelo Brasil e muitos militares foram mandados para fora do país, com intuito de aprimoramento e profissionalização das Forças Armadas brasileira.

As passagens destes militares estrangeiros modificaram a estrutura das Forças Armadas segundo Rouquié, criando sentimentos de corporação. Para conquista de patentes de oficial havia agora a obrigação de passar por escolas militares, fato que causou divisões internas. A responsabilidade dos militares é ampliada e diversificada, passando estes a assumirem o papel de formadores de cidadãos. Tais mudanças abarcavam autonomia militar ante ao poder dominante, estes se tornam parte do Estado, por conseguinte a tomada de poder estatal pelos militares seria um “reajustamento interno”.

Sobre o “espírito revolucionário” reinante o esguiano Antonio Arruda transcreve parte de uma conferência ocorrida em 1963, que estudou aspectos da Guerra Revolucionária (GR)⁵².

“Guerra Revolucionária é a guerra interna, de concepção marxista-lenista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos e que apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida.” (ARRUDA 1983-pág 253)

Havia sempre a teorização destas “possibilidades” de acontecimentos eminentes de desordem pública e pior ainda de infiltração destes “inimigos” nas Forças Armadas desmantelando a Instituição, que seria então, o bastião da ordem, da moral e das inspirações desenvolvimentistas do país. Chirio vai além elencando os aspectos desta doutrina:

⁵¹ - Cf. COSTA E SILVA. **Discurso na Escola Superior de Guerra para os formandos**. Em 1967. Disponível em :<www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

⁵² - Doravante denominada GR.

“... desconfiança em relação a classe política civil, supostamente superada ou corrupta; concepção organicista do social; paternalismo e desprezo pelas massas; convicção de uma missão política dos militares na esfera da guerra moderna, chegando a uma “refundação” política e social etc.” (CHIRIO 2012, pág.19)

No manual básico da ESG de 1959 mostra o quanto a Escola já trabalhava a noção de GR. Nele vem especificando aspectos fundamentais da mesma, a saber, esta seria uma guerra interna, abarcando indivíduos e partidos, opiniões e idéias. Os objetivos seriam o domínio da população, para estabelecer um “governo comunista”⁵³. Desde 1959, segundo Arruda, a ESG estuda a GR, pois esta visava “a conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa mística e seguindo um processo determinado.” (ARRUDA, 1983, pág. 251). Com a bipolarização política mundial, este inimigo criado pela GR toma feições, no Brasil, eram os comunistas. A teoria da GR é exportada da França, que Chirio diz ser uma das justificativas dos golpes militares latino-americanos.

A ideologia, portanto, trás em seu cerne os pilares norteadores dos governos marciais, para além se vê um forte discurso ético-moral, clamor pela disciplina nos quartéis, governos mantidos pela manipulação constitucional, e controle violento da sociedade.

Em seu discurso de posse o Presidente Castelo Branco, cita textualmente este desejo de devolver o Governo aos civis, retornando, portanto as práticas democráticas.

“Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento.”⁵⁴

Posteriormente Castelo Branco, manifesta-se em termos contrários, no discurso, em outubro de 1965, quando da edição do Ato Institucional (AI)⁵⁵ nº 2. Retrocedendo, portanto, na intenção expressa acima de entregar o governo aos civis.

⁵³ - Cf. FRAGOSO, Cel. Augusto. **Manual da Escola Superior de Guerra. Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: Gráfica da Escola Superior de Guerra, 1959, pág. 16.

⁵⁴ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso de Posse**. Brasília, 1964. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>

⁵⁵ - Doravante denominado AI.

“Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará. Por isso o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir seus objetivos.”

“A autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por esta limitação, ou se tenha despojado da carga do poder que lhe é inerente como movimento.”⁵⁶

Castelo Branco, em 08 de maio de 1964, em São Paulo, no jantar comemorativo com ex-combatentes da FEB, faz uma analogia entre a campanha expedicionária na Itália e a “revolução processada no Brasil”, nestes termos, “Na verdade, o Brasil está combatendo a ideologia comunista, como a FEB soube combater a ideologia nazista nos campos de batalha”. Prosseguindo há uma colocação sobre a permanência, dos militares no governo, a saber,

“Ainda não terminou a nossa Revolução. Devemos perseverar na procura da paz, da família brasileira, mas de uma paz digna, assentada em base de uma ideologia verdadeiramente democrática, a fim de podermos colocar o Brasil no caminho dos grandes destinos reservados à nossa Pátria.”⁵⁷

Analisando os discursos pode-se inferir uma posição diante da nação, e meses depois, diante de seus pares, a intenção de deixar o governo para restauração da democracia, não se mantém. Perpassa o discurso parte dos “objetivos nacionais”, no que tange a propensão para a grandeza reservada ao país, conseguida através do desenvolvimento econômico.

O governo posterior utilizou-se da GR, a fim de justificar o “fechamento” do regime, quando foi editado o AI-5. O presidente Costa e Silva, no almoço de confraternização das Forças Armadas, deixou claro esta posição em seu discurso.

“Diante de uma Guerra Revolucionária em marcha acelerada, com os episódios que estão na lembrança de todos: atentados terroristas; exploração de justos anseios e da pureza da mocidade; infiltração nos diversos setores da Nação, incluindo aqueles voltados para os valores espirituais; corrosão do sustentáculo político; tentativa de penetrar nas Forças Armadas — foi indispensável retomar o processo revolucionário pelo fortalecimento do Executivo”⁵⁸.

⁵⁶ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso ao editar o AI-2**. Em 1965. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>

⁵⁷ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso em jantar comemorativo com ex-combatentes da FEB**. Em 1964. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>

⁵⁸ - Cf. COSTA E SILVA. **Discurso de confraternização militar**. Em 1968. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>

O conceito de GR norteou as ações destes governos e posteriormente, quando não mais se pode manter esta justificativa ideológica, os militares organizaram o retorno às casernas, de maneira a conservar a posição e status da Instituição.

Ideário Esguiano

A observação da ideologia, que permeava o ambiente castrense, aponta para compreensão do desfecho do evento de 64, principalmente no tocante a prolongação das Forças Armadas à frente do governo, incluindo como foi orquestrada a volta dos militares aos quartéis. Pensando no conceito de ideologia dividida em duas fases, segundo Paul Ricoeur (RICOEUR, 1990) inicialmente mobilizadora e adiante justificadora, se pode apontar que primeiramente a ideologia esguiana efetuou um movimento em prol de projeto nacional, a saber, segurança e desenvolvimento econômico. Mediante estes objetivos militares e civis foram cooptados para estabelecer metas e propor soluções às questões nacionais. Em seguida a ideologia justificou a tomada de poder por estes seguimentos, como também a conservação do mesmo pelos militares.

A ideologia, segundo o autor, em primeira instância tem a função de mobilizar, iniciando-se a fase de dissimulação, reveladora da imagem que o grupo, no caso, os membros da Escola, tem de si.

Arruda ao analisar o desenvolvimento do conceito de segurança nacional, na ESG, diz que desde o início já se pensava na proposta mais ampla deste, não somente o de defesa externa.

“Em 1952, o então Contra-Almirante Benjamim Sodré focalizou também o tema, na conferência “A Educação e a Segurança Nacional” e, já naquela época, frisava que a Segurança Nacional não repousava somente nas forças militares, mas em todos os fatores econômicos, ideológicos, demográficos, geográficos, políticos, psicológicos, que se refletem na vida nacional, fortalecendo-a ou enfraquecendo-a.” (ARRUDA, 1983, pág. 3)

O desenvolvimento econômico e segurança são inseridos no mesmo conceito, então contando com estes, os militares alicerçam os governos pós-64. O inimigo interno, indicado pela GR, localizado em todas as áreas nacionais, inclusive querendo se infiltrar na própria Instituição, a “incompetência” e corrupção presentes na esfera política da nação e a vocação para salvação, inerente as Forças Armadas, mobilizam os militares.

O binômio segurança e desenvolvimento que são basilares na doutrina esguiana foram de tal forma importante, que o presidente Castelo Branco apontou a incorporação destes na

Constituição, “O tema escolhido — Segurança e Desenvolvimento — é assunto dominante no vosso programa, doutrinário nos vossos estudos e hoje já integrado, em sua essência, na nova Constituição brasileira e em leis modernas”.⁵⁹

Contudo ideologia abarca justificação, a utilização do simbólico para se legitimar. Como nenhum poder se mantém indeterminadamente pela força, no processo de dominação, pressupõe-se consenso. A violência somente não dá conta de conservar um regime autoritário, a justificação é o suporte que garante certa durabilidade ao projeto ideológico. Estes caracteres ideológicos, mobilização e justificação, levam à outra função da ideologia, que é a integração. Esta integração se garante através da durabilidade da imagem que o grupo tem sobre si.

Assim os governos militares procuram ter aprovação interna e externamente. Mediante as críticas contra os atos extremados de controle social, a institucionalização da violência, que passou a abarcar os militares como autores, houve todo um cuidado a fim de justificar o regime. A existência de eleições, ainda que visivelmente manipulada e cerceada, o Congresso Nacional presente, porém fechado sempre que fosse necessário à continuidade do regime ditatorial, foi uma das ações justificadora e legitimadora do mesmo.

Os presidentes militares sempre deixavam em seus discursos expressos a justificativa e legitimidade de seus governos.

“Tivemos de promover uma Revolução, e o fizemos conscientes de que não havia outro meio de evitar que o País mergulhasse no caos.”

“O movimento de março de 1964 foi, portanto, um compromisso com a democracia, e a candidatura, que hoje consagrastes, é inegavelmente dotada de atributos democráticos. O que torna militar uma candidatura não é a pessoa do candidato, mas as origens dessa mesma candidatura.”⁶⁰

Nas entrevistas dos militares ao projeto de história oral do exército, quando perguntados sobre a possível ditadura imposta em 64, as respostas são sempre negativas quanto a esta proposição.

“Não houve a perpetuação de um Presidente e sim um rodízio, através do processo legal de eleições indiretas. No Congresso Nacional, atuavam as forças de oposição e o judiciário funcionava normalmente. Os Ministros de Estado eram em sua sensível maioria civis. Apenas os desmandos foram coibidos, em defesa do próprio estado democrático. (MOTTA, 2003, PÁG. 130)

⁵⁹ - Cf. CASTELO BRANCO, H. Alencar. **Discurso na aula inaugural na Escola Superior de Guerra**. 13 de março de 1967. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

⁶⁰ - Cf. COSTA E SILVA. **Discurso sobre sua candidatura**. Em 1966. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

No prolongamento destes governos continuou-se a vislumbrar estes fatores ideológicos, propiciando uma assertiva sobre a legalidade da permanência no governo de representantes das FA.

“Eram tão profundos os descaminhos da vontade popular, que a Revolução precisou ser desdobrada, porque se impunha dar ao Governo, que dela emergiu para servir ao povo, instrumentos e poderes capazes de *realizar* as necessárias modificações de nossas instituições e a decisiva aceleração de nosso progresso.⁶¹”

Enquanto esta ideologia consegue manter dinâmico e estável seus preceitos, o grupo se mantém. Ricoeur também alega ser a ideologia uma interpretação do real em um campo limitado, gerando a cegueira ideológica, isto é, consolidação daquela independentemente das mudanças ocorridas ao redor.

Um projeto nacional de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula realizações cada vez mais admiráveis, mesmo que à custa de sacrifícios maiores que se faça acaso mister.⁶²

Assim a doutrina desenvolvida na ESG chegava até 1974 dando suporte ao poder estatal, mesmo quando a conjuntura interna e externa havia mudado.

O autor, Alain Rouquié, expressa sobre os governos militares da seguinte forma, o passado justifica os militares no poder e os objetivos futuros legitimam o golpe militar e impulsionam para frente. Entretanto isto condiciona um fim, por mais que se adie, fazendo com que estes sejam transitórios. Governos que por sua debilidade constitutiva, a saber, não propõe nada de novo e é tributário da cultura política das classes dominantes, possuem futuro antevisto que é a democracia representativa. A retirada sugere missão cumprida, ficando marcada a saída honrosa e o retorno a prática democrática condicionada à impunidade contra a violência empregada no exercício do poder (ROUQUIÉ, 1984).

A retirada lenta e gradual dos militares brasileiros do governo e como isso se deu, a saber, a impunidade garantida na Lei da Anistia, vem afirmar o exposto acima.

⁶¹ - Cf. MÉDICI, Emílio G.. **Discurso aos militares**. Em 1971. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

⁶² - Cf. GEISEL, Ernesto. **Discurso à nação**. Em 1974. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

Considerações Finais

Considerando os documentos sobre a criação da ESG, estrutura, desenvolvimento e a doutrina concatenada por seus membros, ficam claros os ideários construídos e emanados da mesma. Os conceitos desta doutrina foram usados nos governos marciais, como justificativa e permanência dos mesmos no poder central do país.

Em que pese os embates que ocorreram dentro das Forças Armadas, sendo responsável por clivagens diversas, a Instituição, com suas normas e configuração, mantiveram a coesão em nome de um bem maior, a saber, as Forças Armadas. Estas divisões também tiveram parte na longevidade do regime, mostrando as várias leituras de como agir dentro das conjunturas criada pelo movimento, porém havia muita assertividade quanto à validade do mesmo.

A ideologia e suas fases podem ser observadas nas colocações dos governantes militares frente à população, ou mesmo diante de seus pares. A cegueira ideológica, apontada por Ricoeur, também é um expoente, quanto à motivação do prolongamento marcial no governo do país. As conjunturas, a saber, mundial e interna sofrera mudanças, que desqualificava a “legitimidade” do governo e ainda assim procurava-se manter o status quo, sempre baseados numa suposta legalidade.

A memória castrense, sobre o período, está estruturada nestas prerrogativas, facilmente notada em suas entrevistas, coletadas pelos dois projetos, do CPDOC e História Oral do Exército, mesmo quando parte deles considera, que o maior erro da “revolução” foi se demorar demais no governo do país. Ainda assim a violência institucionalizada, a censura, manipulação dos processos eleitorais não são admitidos e não houve uma manifestação pública de admissão de culpabilidade destes erros.

Contudo, no momento que estes governos tornaram-se inviáveis, os militares orquestraram a retirada aos quartéis, de maneira a salvaguardar a honra militar. Situação sempre muito questionada, principalmente pelas pessoas e familiares atingidos pela violência estatal. Atualmente o canal usado para a busca de justiça e esclarecimentos é a Comissão Nacional da Verdade, depositaria das esperanças de muitos.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHIRIO, Maud. **A Política nos Quartéis – Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Edmundo C. *Em busca da identidade: exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A., CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: A memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRAGOSO, Cel. Augusto. **Manual da Escola Superior de Guerra. Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária.** Rio de Janeiro: Gráfica da Escola Superior de Guerra, 1959.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA Aricildes de Moraes. **1964–31 de março: o movimento revolucionário e a sua história.** Coord. geral Aricildes de Moraes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. (Tomo 1).

OLIVEIRA, Eliézer R. de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969.** Petrópolis: Vozes, 1976.

RICOEUR, PAUL. **Interpretações e Ideologias.** Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1990.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina.** Trad. Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política.** Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

Propaganda política institucional: um dos “tentáculos” do poder nacional (1969-1979)

Regilany da Silva Alves⁶³

Resumo: A asserção pretende analisar as propagandas políticas audiovisuais produzidas nos governos de Emílio Garrastazú Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1969-1974). A propaganda governamental fora realizada pelas Assessorias de Relações Públicas (AERP e ARP), órgãos destinados a cuidar da imagem presidencial, da opinião pública e da propaganda institucional. Embora, análises historiográficas assinalem que a institucionalização destes órgãos de propaganda deveu-se tão somente a uma relação de forças estabelecidas entre segmentos militares que defendiam a necessidade de um trabalho "propagandístico", em detrimento de outros que tutelavam a tese de que a 'verdade' não carece de propaganda; sua institucionalização e condução/produção arrolam-se em um mais amplo pressuposto: a "guerra revolucionária". E é exatamente essa premissa que orienta nossa investigação.

Palavras-chave: Propaganda; Ditadura Civil-militar; Doutrina de Segurança Nacional.

Abstract: The assertion is to analyze the audiovisual political propaganda produced in the governments of Emilio Garrastazú Medici (1969-1974) and Ernesto Geisel (1969-1974). Government propaganda carried out by outside consultants Public Relations (AERP and ARP), organs intended for care of the presidential image, public and institutional propaganda. Although historiographical analysis to report that the institutionalization of these propaganda organs was due solely to a balance of power established between military segments that defended the need for a job "propaganda" to the detriment of others who protected them the thesis that the 'truth' is not needed propaganda; institutionalizing and driving / production paragraphs list in a broader assumption: the "revolutionary war". And it is exactly this premise that guides our research.

Keywords: Advertising; Civil-military dictatorship; National Security Doctrine.

A criação de um órgão de propagandas fora, desde o golpe civil-militar que depôs Goulart, um aspecto divergente entre o núcleo castrense. Haviam os que consideravam indispensável um trabalho propagandístico que se inclinasse em difundir uma boa imagem do governo, outros, por sua vez, repudiavam a ideia que, segundo eles, denunciaria a circunstância de exceção vivida pelo país. Entretanto, não obstante às excessivas hesitações quanto à institucionalização da propaganda política, em 15 de janeiro de 1968, sob o Decreto nº 62. 119 criou-se a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão vinculado à Presidência da República, e composto basicamente de psicólogos, sociólogos e jornalistas. Seu criador foi Hernani D'Águilar⁶⁴ ainda no governo Costa e Silva, porém foi sob a

⁶³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. Orientador: Ricardo Antonio de Souza Mendes. Email: regilany_alves@yahoo.com.br

⁶⁴ Cf. Fico (1997:93), as peças publicitárias produzidas por Hernani d'Águilar no governo Costa e Silva possuíam um caráter fortemente oficial e ufanista, buscando enaltecer o país e seus governantes.

coordenação de Octávio Costa assessorado por Toledo Camargo, a partir do governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que esta alcançou notoriedade junto à opinião pública. (FICO, 1997:93)

Muito embora o governo Ernesto Geisel, inicialmente, não tenha mantido a Assessoria, argumentando que a produção de propaganda política, além de ser um gasto supérfluo, estava atrelada à característica de governos totalitários,⁶⁵ em janeiro de 1976 retoma a estrutura montada por Octávio Costa, e cria a Assessoria de Relações Públicas (ARP)⁶⁶, a partir de então chefiada por Toledo Camargo. Em linhas gerais, a sistemática de produção das peças publicitárias seguiu a mesma lógica das produzidas pela AERP. Mesmo tecnicamente, os filmes permaneciam apresentando uma excelente qualidade filmográfica, além de evitarem também propagandas personalistas e de moldes oficiais. Em geral, induziam ao trabalho, à paz, à solidariedade e buscavam valorização da cultura nacional. Logo, embora tenha havido uma descontinuidade quanto à institucionalização da propaganda política, verifica-se certa continuidade em meio ao que teria sido intermitente.

Norteados pelos estudos de situação da Escola de Comando Maior, o coronel Octávio Costa tinha como principal jargão para definir as competências e objetivos da propaganda institucional: "necessidade de motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento" (Apud FICO: 1997:75). Como assinala acertadamente Caparelli (1982:159) "Não era mais uma tática, mas o uso de uma nova linguagem política, despolitizando-a na superfície, inaugurando novas regras para o jogo, no momento em que o governo criava um esboço de mobilização controlada e participação simbólica".

Corolário fundamental dos cânones da Escola Superior de Guerra (ESG), a articulação psicossocial - estampada na propaganda política institucional - atuara, decerto, a apreender a subjetividade de uma larga maioria de grupos sociais.⁶⁷

⁶⁵ Passados alguns meses após a posse do presidente Ernesto Geisel, anteriormente a criação da ARP, fora instituída a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), que desenvolveria a atividade de coordenação da comunicação social do governo. Segundo Fico (1997:105), esta seria a manifestação da resistência de Geisel à produção da propaganda política institucional. Entretanto, o órgão fora rapidamente extinto, dando lugar para a Assessoria coordenada por Toledo Camargo.

⁶⁶ Criada segundo o decreto 77.000 de 9 de janeiro de 1976.

⁶⁷ Este artigo considera que, muito embora os governos pós- 64 - assim como a orquestração golpista - estejam inscritos em um processo extremamente complexo no qual a perspectiva de homogeneidade deste bloco de poder apresenta-se como insuficiente e inepta, haveria um elemento aglutinador deste bloco e conseqüentemente comum também às Forças Armadas como instituição: uma matriz ideológica de direita marcadamente assinalada por um profundo anticomunismo. A esse anticomunismo soma-se uma peculiaridade fundamental: sua vinculação e instrumentalização pela Escola Superior de Guerra, com seu papel de fornecedora do conteúdo doutrinário e ideológico amparado pela Doutrina de Segurança Nacional.

A importância atribuída, pelo Estado de Regime Militar aos meios de comunicação de massas enquanto meio profícuo para "mudar o sentido da convivência social" (MARTÍN-BARBERO, 2003:289), bem como em sua habilidade em produzir significações, pode ser evidenciada em documentos tais como o Manual Básico da Escola Superior de Guerra de 1977⁶⁸ - compêndio considerado pela própria ESG como resultado de aperfeiçoamento e síntese das quatro edições anteriores, nas quais são apresentados os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional de forma sistemática, concentrada e estruturada.

A esse respeito - o sentido e a importância atribuída aos meios de comunicação - a seção IV do primeiro capítulo, ao discorrer sobre a questão da "Estratégia Nacional", considera que a comunicação "constitui o instrumento pelo qual se dá a interação e o vínculo próprio para a difusão das correntes de opinião." Sendo "óbvia sua influência sobre a expressão política." E, sobretudo, como meio através do qual o governo poderá alcançar bases de legitimidade.

Ora, para que isso se configure é necessário e até **indispensável** que haja uma adequada comunicação entre Governo e Povo.

O fenômeno da comunicação não se exaure, contudo, ao nível vertical, Povo-Governante, mas horizontal, isto é, entre os diferentes setores e níveis do Estado [...] Sua importância cresce quando se consideram os meios de comunicação de massa, cuja influência sobre o povo e sobre a cultura divulgam fatos, idéias, sentimentos e emoções, atingindo, num espaço de tempo muito curto, grande área da população. Quando se utilizam os meios eletrônicos, encurtando distâncias e permitindo amplíssima difusão de receptores, criam-se possibilidades **insondáveis** para a comunicação direta a uma grande massa de pessoas. Desse modo é possível, inclusive criar - em pouquíssimo tempo - estados emocionais coletivos. Como quer que seja, os meios de comunicação de massa constituem um instrumento poderosíssimo para a célebre e padronizada difusão de idéias, criação de estados emocionais, alteração de hábitos e atitudes.

Bem utilizados pelas elites constituir-se-ão em fator muito importante para o aprimoramento dos Componentes da Expressão Política; utilizados tendenciosamente, podem gerar e incrementar inconformismos.⁶⁹

Tratava-se, efetivamente, da mobilização de recursos da Nação que, segundo os militares, poderia influenciar a moral Nacional, lhes propiciando, deste modo, "a disposição de enfrentar o que concebiam como "ameaça comunista" que se espraiava pela sociedade brasileira" (MENDES, 2008:15). Pois, inscritos numa Guerra que era Total, isto é, permanente e generalizada, caracterizada pelo mais amplo alargamento do campo de

⁶⁸ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Estado Maior das Forças Armadas - Escola Superior de Guerra - Departamento de Estudos, 1977/1978.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 116. [grifos nossos]

confronto - abrangendo assim, todos os recônditos da vida social - não seria espantoso que os meios fossem adaptados aos fins.

Alcançar os Objetivos Nacionais⁷⁰ era a meta a ser conquistada. E como não existia mais a diferenciação entre guerra e política, a obtenção destas Aspirações Nacionais delineava-se como a meta de ambas: tratava-se de uma questão de sobrevivência. Para tal, tornava-se então necessária a mobilização dos recursos da nação manifestos a partir do Poder Nacional (dividido em militar, político, econômico e psicossocial), seria este o meio para se alcançar os Objetivos Nacionais. Além, é claro, da Segurança, utilizada como Estratégia que viabilizaria a consecução destas Aspirações.

Como assinala acertadamente Mendes (2003:125), "abria-se a justificativa ideológica para um papel mais ativo dos militares não somente em assuntos que lhes eram pertinentes por profissão, mas também na área política, econômica e [principalmente]⁷¹ "psicossocial". Logo, a investida da contraofensiva dedicaria significativa atenção à educação, à cultura e à comunicação social. Onde buscava-se disseminar, através determinados ações, signos, símbolos, imagens, visões de mundo que legitimassem seu poder político ante a sociedade e consequentemente neutralizasse a ação comunista.

Neste sentido, já quena visão dos militares da segurança nacional a guerra contra as auspiciosas investidas comunistas seria travada principalmente no plano psicológico, não seria espantoso que o chamado "poder psicossocial" - um dos quatro "tentáculos" do Poder Nacional - fosse assinalado de forma vultosa e, de certo modo, abrangente:

O Poder Psicossocial também tem seus fundamentos específicos que são a população, o meio, as instituições sociais. Tem seus componentes, que são: o Poder da Moral Nacional, o Poder de Comunicação Social, o Poder da Opinião Pública, o Poder Sindical, o Poder Religioso, etc. Tem seus fatores, que são: a educação, a demografia, o trabalho e a previdência social, a ética, a religião, a ideologia, a habitação, a participação na riqueza nacional, a comunicação social, o caráter nacional, a politização, a organização e a eficiência das estruturas sociais e, finalmente, a poluição e os problemas urbanos.

Neste cenário de Guerra Total onde os Poderes da Nação deveriam ser mobilizados, a comunicação social assumia um papel fundamentalmente importante no que se refere à utilização de recursos da chamada *guerra revolucionária ou insurrecional*. De acordo com o

⁷⁰ De acordo com Comblim (1978:51-52) a definição dos chamados Objetivos, Interesses e/ou Projetos Nacionais (as expressões são equivalentes) alcançam uma generalização espantosa, visto que conseguem cobrir boa parte dos valores possíveis de uma sociedade. Eis os Objetivos Nacionais: Integridade Territorial, Integridade Nacional, Democracia, Progresso, Paz Social e Soberania.

⁷¹ Grifo nosso.

manual da ESG, a comunicação constituir-se-ia, nesta conjuntura, como uma "atitude preventiva" cujo efeito psicológico neutralizaria antagonismos e pressões ao passo que mobilizaria o apoio/consenso social.⁷²

Ora, de antemão poder-se-ia questionar sobre a chamada "atitude preventiva" mencionada acima, pois temos assinalado de forma aguda sobre a utilização da comunicação social e seu desdobramento - a propaganda - como elementos de uma guerra revolucionária; O que marcaria a utilização do termo como um significativo deslocamento de propósito. Entretanto, fora feito de forma acintosa visando o preâmbulo de duas modalidades de operações psicológicas que, na concepção proposta pela ESG, seria resultado da seguinte convergência: Guerra Psicológica + Ação Psicológica = Operações Psicológicas. A citação de um trecho do Manual pode tornar mais elucidativa esta questão:

A Guerra Psicológica se distingue das Ações Psicológicas porque, enquanto a primeira se dirige ao inimigo para abater-lhe o moral, as Ações Psicológicas agem sobre a população amiga para elevar-lhe o moral e têm por finalidade imunizar a nação contra qualquer tipo de propaganda contrária aos seus interesses. Para tanto, devem ter cunho construtivo e observar os padrões morais da sociedade. Sobreleva o aspecto ético, não sendo, portanto, lícito o emprego de técnicas de influência desonestas, demagógicas ou violentas.⁷³

Em linhas gerais, uma ação direcionada ao "inimigo" e outra direcionada ao "amigo". Ao primeiro, caberia um ataque propagandístico sistematizado, violento e ofensivo; enquanto ao segundo, visaria à construção de um arcabouço de consenso através de discursos que se inclinassem em elevar o moral nacional. Ilustrativo desta díade foi o tipo de propaganda utilizada pelo complexo empresarial IPÊS, no período que antecedeu março de 1964; conquanto, a segunda modalidade - ação psicológica - que nos interessa diretamente, se expressaria na propaganda institucional desenvolvida pelas Assessorias de Relações Públicas (AERP/ARP) que, como veremos, seguira à risca os preceitos desenvolvidos pela ESG.

Assim, as propagandas desenvolvidas pelas Assessorias eram, a rigor, aparentemente despolitizada⁷⁴ - desvinculadas, como sugere o manual da ESG, de conceitos político-partidários⁷⁵ - calcadas em discursos que buscavam identificação com o público-alvo e,

⁷² BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. p. 264.

⁷³ Ibidem, p. Cit. p. 252.

⁷⁴ Segundo Rollemberg (2006: 149), mesmo longe da barbárie da polícia política o trabalho "moderado" da propaganda institucional somava-se a elas, completando-as de modo a criar raízes, interferir e mudar valores da sociedade brasileira, sendo útil como um instrumento de legitimação de poder político.

⁷⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. P. 249.

sobretudo utilizando-se de ideias-força⁷⁶ que remetiam ao suposto destino manifesto do país, ao chamado "caráter nacional" e a uma postura ético-moral baseada nos valores ocidentais. Essa propaganda diferenciava-se das demais propagandas políticas clássicas por não se apresentar em prol de um partido político ou governante, porém, numa tentativa de dirigir-se à 'alma nacional', o que a 'despolitizava na superfície'. (FICO, 1997:75)

Era, a rigor, o 'esforço' descomedido para o desenvolvimento do caráter nacional. Pois, como sublinhava Octávio Costa,

Não estamos empenhados em fazer uma comunicação que gere a violência, o ódio, a fuga, a revolta, o terrorismo, a discussão, para romper com tudo. Queremos a comunicação para o progresso, para o desenvolvimento [...] a comunicação que faz [a Assessoria] está voltada para o estímulo a um estado de espírito [...] com isso tentamos fortalecer o caráter nacional.⁷⁷

E o que seria esse tão mencionado caráter nacional para o qual a propaganda governamental se dedicava? Teria o coronel - juntamente com sua equipe - forjado um objetivo comum à propaganda institucional? Ou a expressão "caráter nacional" estaria inscrita em um pressuposto mais amplo que, em última instância, relacionava-se à doutrina "esguiana"?

De acordo com o já citado Manual doutrinário da ESG, a definição e compreensão dos chamados Objetivos ou Aspirações Nacionais - fim último da guerra revolucionária, como fora destacado - condicionam-se a uma acurada análise da história e da cultura nacional, ao passo que esses últimos tão somente tornar-se-iam conspícuos a partir do levantamento - ainda que amplo e genérico - do caráter nacional. Tal levantamento fora acintosamente realizado pela Escola Superior de Guerra e disponibilizado no então Manual, que destacou os "atributos típicos" do caráter nacional brasileiro: "individualismo", "adaptabilidade", "improvisação", "vocação pacífica", "cordialidade" e "emotividade".⁷⁸

Logo, sendo papel das *elites* a identificação dos interesses e aspirações da nação, caberia então a ela o papel de interpretá-las, aperfeiç -las, e caso houvesse dificuldade de compreensão por parte da sociedade como um todo, desenvolver um "trabalho educativo bem

⁷⁶ Segundo Bourdieu (1989: 183), o campo do político é um lugar de concorrência pelo direito de falar e agir em nome da totalidade do grupo que det m o poder. Todavia, aquele que possui este direito, o faz de forma que a forçá das ideias propostas por ele não se medem pelo seu valor de verdade, mas pela forçá de mobilização destas.

⁷⁷ O Estado de São Paulo. *O comunicador exige amor*, 16-10-1970, p. 7.

⁷⁸ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. P. 44.

orientado", capaz de engendrar tais pressupostos.⁷⁹ E não seria esse o trabalho desenvolvido pelas Assessorias?

Dentre as peças publicitárias produzidas pela AERP, duas intitulam-se *Desenvolvimento e Segurança*. Tratam-se de duas produções datadas de 1970, isto é, no início da gestão do coronel Octávio Costa. Os dois filmes utilizam-se de um dos símbolos nacionais - qual seja, a bandeira do Brasil - atribuindo ênfase imagética à frase "Ordem e Progresso". Ambos recorrem a uma série de imagens relacionadas ao progresso e/ou desenvolvimento econômico, tais como a indústria, a ciência, a construção civil e hidrelétricas; entretanto, cuidando de estabelecer um contraponto entre estas imagens e outras relacionadas a atuação das Forças Armadas. Ainda em suas similitudes, as peças publicitárias contam com o recurso sonoro de uma música instrumental que pode ser alocada em dois momentos distintos: o primeiro, em que a música denota uma cena de ação - quando dos contrapontos estabelecidos entre as imagens relacionadas ao desenvolvimento nacional e às Forças Armadas -, e o segundo momento em que a música percorre outro tom até alcançar um matiz mais sereno. E este é exatamente o momento em que o interlocutor dos dois filmes anuncia: "Desenvolvimento e Segurança, bem-estar da coletividade".

Somente em um dos filmes há mudança de cena quando da variação musical - corte para momentos de lazer de crianças, jovens e famílias -, embora a própria mudança de tom transmita uma dada "realidade emocional" que se pretende. (TURNER, 1997:14) E qual seria esta "realidade emocional"?

Ora, conforme assinalamos, o objetivo eminente da chamada "guerra revolucionária", da qual acreditavam os militares estarem travando, era a consecução dos chamados Objetivos Nacionais, isto é, "a cristalização de interesses e aspirações que, em determinada fase da evolução cultural, toda uma nação busca satisfazer."⁸⁰ Estes, por sua vez, desmembravam-se em Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e Objetivos Nacionais Atuais (ONA), os quais eram definidos pelas elites políticas do país: quanto aos primeiros, estruturavam-se, segundo o compêndio doutrinário, a partir da identificação dos supostos interesses e aspirações da Nação subsistentes em longa duração; Enquanto os derradeiros - Objetivos Atuais - vinculavam-se a uma dada conjuntura, constituindo-se, deste modo, como "etapas intermediárias com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacionais Permanentes."⁸¹

⁷⁹ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 38.

⁸⁰ Ibidem, p. 35. [os grifos são do Manual]

⁸¹ Ibidem, p. 36-37.

Por hora, importa assinalar que os Objetivos Nacionais Permanentes foram estruturados a partir de considerações filosóficas que, em última instância, concebiam o chamado *bem comum* como o valor máximo almejado pela convivência humana em qualquer época. Partindo deste pressuposto - da mais ampla generalidade, fato reconhecido pela própria ESG - é que se definem dois critérios referenciais para a formulação dos Objetivos Nacionais brasileiros, quais sejam, Segurança e Desenvolvimento: o primeiro sendo fruto da indubitável necessidade de manutenção dos valores tidos como tradicionais - tais como a família e a ordem -, conquanto o segundo constituindo-se como a instância última da necessidade de renovação e inovação, isto é, "aperfeiçoamento, aprimoramento e progresso da nação como um todo e de cada indivíduo".⁸²

Logo, o discurso contido nas peças publicitárias acima mencionadas possuía uma diretriz básica cristalizada, em última instância, nos pressupostos fundamentais - e que é o "pontapé" inicial e final da Política Nacional - os Objetivos Nacionais Permanentes. A análise dos filmes nos permite perceber que não haveria distinção entre "Ordem e Progresso" e "Desenvolvimento e Segurança", ambos constituindo-se como fatores primordiais para o bem-estar da coletividade nacional. Deste modo, a inclinação discursiva visava além de calcar-se no conceito primordial da Doutrina de Segurança Nacional, difundir tais pressupostos de modo a gerar identificação, isto é, sugerir ao público que o bem-estar social seria produto do binômio Segurança/Desenvolvimento e da consecução dos Objetivos Nacionais.

Outrossim, um aspecto curioso do primeiro filme é a reprodução da imagem de um bebê no círculo azul da bandeira do Brasil. Trata-se de um aspecto determinante para a análise de todo o material fílmico produzidos pelas Assessorias e, em contrapartida, relacionado com a suposta superioridade do meio castrense - e seu bloco de poder - em relação a sociedade civil.

O engendramento de dada visão de mundo, cristalizada em sugestão de formas de conduta, pode ser verificada em boa parte dos filmes produzidos pela AERP/ARP. Tal ação torna-se axiomática se levarmos em consideração que, de acordo com os preceitos "desenvolvimentistas" da DSN, não bastaria que o desenvolvimento se realizasse tão somente no plano material, se assim fosse, o próprio desenvolvimento seria desumanizado, "pois passaria a desprezar certos valores que se constituem na própria essência da vida". O que resultaria ainda, na insurgência de "conflitos sociais e movimentos de rebeldia, que acabam

⁸² BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 35.

por tirar a vitalidade ao desenvolvimento". Para tanto, era necessário que desenvolvimento estivesse também intrinsecamente vinculado ao fenômeno sociocultural, isto é, deveria ocorrer em todos os âmbitos da vida social afim de se "construir uma nova sociedade inspirada no Bem Comum".⁸³

Neste mesmo viés de desenvolvimento de um trabalho educativo que orientasse e aperfeiçoasse a população para a possibilidade de consecução dos objetivos nacionais, foram desenvolvidas muitas outras produções propagandísticas. Isto porque, o conceito de Desenvolvimento Nacional, segundo a concepção "esguiana", dependia, indubitavelmente, "do desenvolvimento dos elementos básicos da nação", dentre os quais, "o desenvolvimento do homem, da terra e das instituições" constituíam-se como fatores determinantes⁸⁴.

Durante o governo Geisel, inúmeros filmes foram produzidos com a frase de efeito "A paz se faz com que ama o mesmo chão". Dentre estas peças publicitárias podemos destacar filme intitulado "Ano Novo" (1976), cuja música "Marcas do que se foi" é trilha sonora da peça. O filme inicia com um casal de jovens correndo à beira de um riacho de uma fazenda; o *close-up* da cena destaca as mãos dos jovens estendidas um ao outro até o momento em que essas mãos se encontram. O casal adentra em um automóvel - onde dois rapazes os esperavam. Corte para a cena de um vaqueiro em meio a um rebanho. Em seguida aparecem outros jovens de motocicletas em meio aquele mesmo rebanho, um automóvel mais modesto (oferecendo carona a outros jovens) e uma carroça com pessoas aparentemente oriundas daquela região rural (idosos, homens do campo). Ao final, todos esses personagens se aglomeram ao redor de uma fogueira onde dançam, cantam, interagem e se divertem entre si.

Trata-se efetivamente de uma batalha materializada no plano audiovisual, embora travado no campo simbólico. Uma luta levada a cabo pelos intelectuais orgânicos do regime de segurança nacional que buscavam a unificação política das consciências. Insistindo, deste modo, no projeto que visava "o desenvolvimento de um tipo de mentalidade harmoniosa, a qual a ditadura denominava de democrática, que rejeitasse todo e qualquer conflito e/ou rivalidade entre diferentes classes e grupos sociais". (REZENDE, 2013:46)

Assim, essa propaganda recorria a traços - definidos pela ESG - como típicos do caráter nacional brasileiro, dentre os quais, destacam-se a vocação pacifista do povo brasileiro que, segundo o manual, "em todo o processo histórico" sempre recorreu à atitudes de conciliação para solução de seus problemas; bem como, a cordialidade, "síntese de qualidades

⁸³ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit. P. 293-294.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 291.

positivas que representam, talvez, os traços mais generalizados do brasileiro" que é acolhedor, amigo e "humano".⁸⁵

A frase "A paz se faz com quem ama o mesmo chão" - utilizada nesta propaganda, para além de incitar "a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento", isto é, para além de se inclinar em convocar todos os indivíduos brasileiros - ligados por um vínculo comum -, atrela-se, indubitavelmente, a uma das Aspirações Nacionais, qual seja, a *Paz Social*. Aspiração esta que, segundo os doutrinários da ESG, pressupunha o estabelecimento de "um sistema de vida fundamentado na harmonia e solidariedade" que, eliminasse todos os "conflitos de interesses entre os indivíduos, grupos e classes sociais sob a égide do direito, da Justiça social, dos Valores morais e espirituais". (COMBLIM, 1978:52) A frase era, a rigor, uma ideia-força cujo fim último seria o reforçar este aspecto do imaginário social - qual seja, a integração social natural -, com vistas a inculcar no âmago dos telespectadores as principais pré-concepções da Doutrina com vistas ao *bem comum*.

Tendo como fio condutor uma visão organicista que, em última análise, concebe a sociedade e o Estado como entes naturais imunes a quaisquer complexidades, é que a Doutrina parte do pressuposto de que a integração social nacional seria aspecto irmanado ao "Homem Brasileiro", constituindo-se, deste modo, como uma de suas Aspirações Nacionais.

Ora, sabemos que tal concepção remonta à década de 1930, a partir da publicação de *Casa grande & senzala*, obra de Gilberto Freyre que, na contramão de publicações anteriores, ultrapassou o conceito de "raça" - até então em voga para análises que se debruçavam sobre a questão da miscigenação racial - adotando o conceito de "cultura", "o que lhe permitiu entrelaçar o fenômeno da miscigenação étnica e da mescla cultural". (VAIFAS, 1999:6) Tal perspectiva, parte do mais amplo pressuposto de que uma nação formada a partir de misturas raciais teria como produto a ausência de "antagonismos" e "conflitos sociais". (FICO, 1997:34) O que faria com que a assimilação das diferentes correntes étnicas e culturais - que numa admirável fusão de tradições, costumes e estilos de vida, incorporados à nacionalidade" - plasmassem "o Homem Brasileiro, que se" fora "definindo como a síntese de um mosaico de culturas".⁸⁶ Logo, a partir desse 'robusto' aspecto que permeava o imaginário social brasileiro a DSN - através da propaganda política institucional - se inclinara na tentativa de reforçar os supostos vínculos que dariam coesão à sociedade como um todo.

⁸⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 46-47.

⁸⁶ Ibidem, p. 45.

O esquadramento a cerca do modo como a propaganda política institucional se amparou nestes aspectos que permeiam ou permeavam o imaginário brasileiro fora superiormente realizado por Carlos Fico na já mencionada obra *Reinventando o otimismo*. Nossa pretensão aqui, conforme assinalamos anteriormente, é distinta. Isto é, compete-nos assinalar a forma com que tais pré-concepções foram assimiladas pela Doutrina - e conseqüentemente instrumentalizadas pela propaganda - a partir da noção de Guerra Total.

Com Rizzo de Oliveira entendemos que a DSN polemizou a luta de classes, que, defendendo a integração como aspecto natural ao "ser brasileiro", levou "para o domínio dos conflitos sociais" a guerra insurgente e permanente. Isto é, na medida em que a integração seria orgânica, a existência de disfunções e práticas dissidentes seria "sempre atribuída a ação de inimigos ideológicos". Ao passo que a segurança nacional passava a pressupor uma sociedade "tutelada" e "protegida" que, a rigor, deveria ter seu caráter fortalecido com vistas a mais ampla identificação entre os interesses do Estado e da Nação. (OLIVEIRA, 1987:66-67)

Calcados nestas pré-concepções foram produzidas peças publicitárias que buscavam exacerbar a integração física, social e econômica do país, pois estas constituir-se-iam, como demonstra o manual doutrinário, em nítidas aspirações nacionais.⁸⁷

Considerações Finais

Analisando os filmes produzidos pelas Assessorias, fora possível perceber como a matriz ideológica oriunda da Doutrina de Segurança Nacional esteve sutilmente permeando os elementos discursivos da propaganda política institucional.

Considerando que "a Expressão Psicossocial do Poder Nacional (Poder Psicossocial) é caracterizada por fenômenos e fatos preponderantemente psicológicos e sociais", ocupando-se essencialmente da "realização da pessoa humana" e de "sua participação na vida em sociedade"⁸⁸, ela se desdobra - visando a otimização da Expressão psicossocial - em alguns pormenores, quais sejam: **Fundamentos** (população, meio ambiente e instituições sociais), **Fatores** (cultura, educação, saúde, saneamento, trabalho, previdência, habitação, caráter nacional, moral nacional, ética, religião, integração nacional, comunicação social, ecologia, urbanização, ciência e tecnologia) e **Órgãos** (família, escola, igreja, sindicato e empresa).⁸⁹

⁸⁷ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p. 52.

⁸⁸ Ibidem, p. 165.

⁸⁹ De acordo com o Manual, "são considerados fatores da Expressão Psicossocial os elementos dinâmicos que influem sobre os fundamentos" - fundamentos estes que, como indica o termo, são a base de apoio da expressão-

Como pode notar o leitor, a comunicação social é aqui, um dentre os múltiplos Fatores do Poder Psicossocial a serem sistematizados, fortalecidos e aperfeiçoados, logo, qual seria então a relevância da "lupa" que se põe - nesta devassa - sobre a propaganda institucional no âmbito da comunicação social? Podemos responder a questão de forma assertiva: a comunicação social, além de ser um dentr BRASIL. Escola Superior de Guerra. Op. Cit., p e os diversos Fatores a serem mobilizados para o fortalecimento do poder psicossocial, é, sobretudo, um Fator agregador. O que pretendemos dizer com isso, é que a propaganda política institucional cumpriu, a partir de sua refinada sistematização, o papel de articular todos os demais pressupostos teóricos do Poder Psicossocial, tais como os que envolvem o desenvolvimento, a segurança, os valores tradicionais e a integração social.

FONTES

Publicação Oficial

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Estado Maior das Forças Armadas - Escola Superior de Guerra - Departamento de Estudos, 1977/1978.

Filmes

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. Filmetes Institucionais. Desenvolvimento e segurança, 1970.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. Filmetes Institucionais. Ano novo, 1976.

Periódicos

O Estado de São Paulo. *O comunicador exige amor*, 16-10-1970, p. 7.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: editora Bretand Brasil, 2012.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

COMBLIM, Joseph. **Ideologia de segurança nacional - o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

valorizando-os ou depreciando-os. Portanto, os fatores da Expressão Psicossocial qualificam a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Ibidem, p. 168.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MENDES, Ricardo. Cultura e repressão nos tempos do AI-5. In: FREIXO, Adriano e outros. **Tempo negro, temperatura sufocante - Estado e sociedade nos anos do autoritarismo.** Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio/Contraponto, 2008.

_____. **Visões das direitas no Brasil (1964-1965).** Tese (doutorado) . Universidade Federal Fluminense, Doutorado em História Moderna e Contemporânea Niterói, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo:** Rio de Janeiro, 1996. v. 1. P. 94-125.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Militares: pensamento e ação política.** Campinas: Papirus, 1987.

REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984.** [livro digital], Londrina: Eduel, 2013.

TURNER, Graeme. **Cinema como prática social.** São Paulo: Summus, 1997.

VAIFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Revista Tempo,** Niterói, n. 8. Agosto, 1999

A trajetória prisional de quatro religiosos assuncionistas no governo militar (1968-1969)

Dirceu Ferreira Barbuto⁹⁰

Resumo: Considerando os diferentes sujeitos históricos que modularam o período abordado e devido a visibilidade que o caso da prisão dos religiosos assuncionistas assumiu tanto na imprensa nacional quanto internacional, este artigo tem por objetivo contribuir para a historiografia das relações da Igreja com o governo militar e para a historiografia da Zona da Mata Mineira. Por seu impacto na sociedade brasileira, esta conjuntura merece ser trabalhada, analisada e pesquisada.

Palavras-chave: governo militar, Igreja Católica, zona da mata mineira, prisão, padres.

Abstract: Considering the different historical subjects that modulated the covered period and taking into account the visibility that the case of detention of religious Assumptionists took both the national and international press, this article aims to contribute to the history of the Church's relations with the government military and the historiography of Mining Forest Zone. For its impact on Brazilian society, this situation deserves to be worked, analyzed and researched.

Keywords: military government, Catholic Church, the mining area kills, prison, priests.

Introdução

Um dos primeiros episódios de divergências nas relações Igreja e Estado, ocorreu em 1968, quando em Belo Horizonte, aconteceu a prisão de três padres franceses e um diácono brasileiro, todos da Congregação Agostinianos da Assunção. O principal visado era o Pe. Michel Le Ven, assistente da JOC (Juventude Operária Católica) e professor do Instituto Central de Filosofia e Teologia na capital mineira. Mantidos incomunicáveis, foram submetidos a longos e penosos interrogatórios. Seus interrogadores informaram que os mesmos se reconheceram subversivos e comunistas e que planejavam organizar três focos guerrilheiros no interior de Minas Gerais (PRANDINI, 1986: 112-115).

As origens de divergências entre a Igreja Católica e o governo militar (1964-1985) estão inseridas no contexto da atuação e da influência ativa de católicos junto às comunidades periféricas e rurais na luta pela transformação político-social do Brasil após 1968. A hierarquia católica passa a enfrentar sérios problemas em suas relações com os militares, principalmente depois do Concílio do Vaticano II (1962-1965) e da Declaração de Medellín (1968), quando a Igreja consolida sua posição de conscientização e engajamento político com a transformação da sociedade (SERBIN, 2001: 98-99). Interessa-nos aspectos da prisão dos

⁹⁰ Bacharel em Direito (Instituto “Vianna Júnior”), Bacharel e Licenciado em História (UFJF), Especialização em História Econômica (UFJF).

religiosos mencionados que consideramos como um dos exemplos das relações Estado e Igreja Católica no período.

Os acontecimentos mencionados tiveram repercussão direta na cidade mineira de Eugenópolis, tantas vezes citadas nos interrogatórios como comprovam documentos. Em dezembro de 1968, o mencionado seminário assuncionista “Nossa Senhora de Lourdes” foi cercado pela polícia. Os religiosos foram presos na saída do refeitório e levados para a sala de Comunidade, enquanto a casa era vasculhada à procura de armas e outros materiais subversivos. (GUISARD, 2002: 188)

Considerando os diferentes sujeitos históricos que modularam esse quadro e devido a visibilidade que o caso descrito acima assumiu tanto na imprensa nacional quanto internacional, este artigo tem por objetivo contribuir para a historiografia das relações Igreja com o governo militar e para a historiografia da Zona da Mata Mineira. Por seu impacto na sociedade brasileira, esta conjuntura merece ser trabalhada, analisada e pesquisada.

1. A prisão e seus desdobramentos

De acordo com o jornalista político Elio Gaspari, a violência do Estado através da tortura bateu à porta da Igreja em 28 de novembro de 1968 com a prisão, em Belo Horizonte, na casa paroquial de Bom Jesus do Horto, de três padres franceses e um diácono brasileiro, todos Assuncionistas. Segundo o mesmo, com estas prisões subiu para treze o número de sacerdotes encarcerados naquele ano (GASPARI, 2002: 254).

A reação da hierarquia contra a prisão foi imediata. Para o 1º Domingo do Advento (01/12/1968), a Arquidiocese de Belo Horizonte determina que a missa dominical tenha texto, homilia e prece comunitária especiais (PRANDINI, 1986: 112). Uma nota distribuída à imprensa lembrava que desde o início, a Igreja perseguida sempre recorreu “à prece e à reflexão sobre a Palavra de Deus”.⁹¹ E Dom Serafim Fernandes de Araújo, bispo auxiliar, acentuou na sua homilia que a Igreja naquela cidade estava vivendo momentos de perseguição e frisou que não pedia privilégios para os padres só porque eram padres, mas porque seguiam o pensamento da Igreja.⁹²

Em vista dos protestos e das reações, a IV Região Militar (Juiz de Fora) divulgou uma nota oficial (02/12/1968), explicando que as autoridades não estavam contra a Igreja, embora houvesse de fato prisões de padres e que isto acontecia porque estes haviam

⁹¹ Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 29, fasc. 1, Março de 1969, p. 201.

⁹² Idem

abandonado a pregação do Evangelho para se entregarem à *“pregação política e ideológica e à organização da subversão e dos movimentos de guerrilhas armadas para a derrubada do regime.”*⁹³

A prisão preventiva dos padres franceses e do diácono brasileiro foi decretada *“por julgar graves para a Segurança Nacional as provas contra eles recolhidas pelo encarregado do IPM, coronel Motta.”*⁹⁴. No dia 03 de dezembro, foram divulgados os autos de acusação:

Padre Michel é acusado de participar de reuniões de operários, inclusive explicando-lhes o FGTS; participar do Congresso da JOC no Recife; estar envolvido em movimentos preparatórios de guerrilhas em Muriaé e Eugenópolis, além de ter participado em Belo Horizonte das manifestações do Dia Nacional do Protesto.

Padre Berthou é acusado de ter participado de movimentos preparatórios de guerrilhas em Vespasiano; de participar de reunião subversiva em julho de 1968; de preparar a queda do presidente da República e a formação de uma espécie de Guarda Vermelha com estudantes.

Todos eles e particularmente o padre Croguennec, estão implicados no trabalho de criação da Frente de Libertação Nacional.

O diácono brasileiro José Geraldo da Cruz é acusado de presidir o Diretório Acadêmico do Instituto Central de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Minas Gerais; de participar de movimentos da extinta UEE de Minas; do DCE da Universidade Católica, da ex-UNE e ter considerado tais entidades como próprias para a defesa dos interesses da classe, apesar de “ilegais”. (PRANDINI, 1986: 113)

A Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) manifestou-se oficialmente por três vezes. Em nota do dia 04 de dezembro, respondendo à nota da 4ª Região Militar (dia 02/12/1968), declara que *“normar a pregação é competência eclesiástica. O juízo sobre a pregação, autêntica ou não, do Evangelho, é de competência exclusiva da autoridade eclesiástica.”*(PRANDINI, 1986: 113).

Uma segunda nota da CNBB (07/12) define as competências para emitir pronunciamentos oficiais quanto aos acontecimentos e manifesta a solidariedade da entidade à Igreja de Belo Horizonte. Deixa bem claro que quer que haja processo para comprovar ou não a culpabilidade dos religiosos. Termina a nota:

Injustiça seria cometida se decretada sumariamente a expulsão do País dos três sacerdotes indiciados. Este fato feriria não apenas o direito ao julgamento de quem foi publicamente acusado de crimes contra o nosso País, mas também, afligiria à Igreja, cujos ministros no exercício do apostolado são concidadãos de todos os homens.⁹⁵

⁹³ Idem

⁹⁴ Idem

⁹⁵ SEDOC, vol. 1, fasc. 9, Março de 1969, p. 1236-1237.

No dia 06 de dezembro, o seminário assuncionista “Nossa Senhora de Lourdes”, em Eugenópolis (MG), recebe a visita de um coronel do Exército que chega na cidade com duas viaturas cheias de soldados para averiguações. Com uma nota intitulada “REPÓRTER NÃO VIU GERRILHA”, o *Correio da Manhã* de 07 de dezembro de 1968 nos diz que

(...) O repórter Olívio de Souza Araújo, do CORREIO DA MANHÃ, foi forçado, ontem, por autoridade militar, a deixar a cidade de Eugenópolis, aonde tinha sido enviado para apurar a suspeita levantada no processo dos padres presos em Belo Horizonte, de que ali se realizavam treinamentos de guerrilhas, sob orientação dos sacerdotes. Pelo que conseguiu apurar, antes de ser preso, constatou justamente o contrário, isto é, que os padres são muito queridos na cidade, e que nenhum movimento anormal foi notado nos últimos meses.⁹⁶

O padre Henri Guillemin, superior Provincial de Bordeaux, província à qual pertenciam os religiosos presos, veio imediatamente ao Brasil para acompanhar o caso e brilhantemente põe em alvoroço a imprensa brasileira e internacional. Guillemin também exigia que houvesse processo. (GUISARD, 2002: 186)

Se no dia 03 de dezembro, após sua primeira visita aos presos, dom João podia afirmar que “eles estavam bem e eram bem tratados”, na sua homilia do 3º Domingo do Advento, dia 15 de dezembro, declarava:

(...) E agora, irmãos, com a minha autoridade de Pastor da Arquidiocese de Belo Horizonte e com a anuência unânime de nosso clero, devo denunciar o que sei por ciência direta pessoal e segura: os depoimentos dos sacerdotes e do diácono presos não podem ser aceitos como expressão da verdade, porque foram usados com eles espancamentos e torturas. (PRANDINI, 1986: 114)

Sob forte tensão, ameaças e torturas, os presos assinaram declarações que não correspondiam à realidade. As palavras que eles diziam eram interpretadas com sentido diferente. Assim, quando se tratava de “treinamento de líderes”, interpretava-se no sentido de “treinamento de líderes para a guerrilha” quando na verdade se tratava dos chamados “líderes de evangelização” que já começam a surgir na cidade de Eugenópolis. Diz o relator do *habeas corpus* impetrado em favor dos presos:

⁹⁶*Correio da Manhã*, 07 de dezembro de 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=97981&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader# Consultado em: 05/04/2014.

Perguntado [padre Michel] em que região mais particularmente eles possuíam tais elementos credenciados a organizar e treinar novos grupos de guerrilhas, respondeu na cidade de Eugênioópolis, sob a orientação do padre Gwenael.⁹⁷

Outras declarações são tão inacreditáveis que o mesmo relator chega a ironizar:

Não menos ilógica e menos absurda [alusão à organização da guerrilha na região de Muriaé] por conflitante com a realidade dos fatos, a “assertiva” do padre Berthou de que ouviria o padre Michel, recém-chegado de Pernambuco, aonde foi participar de um Congresso da JOC, que, cerca de 40.000 (!!!) “guerrilheiros” estavam preparados naquele Estado para a derrubada do Governo. Santo Deus! Quarenta mil homens preparados para a gigantesca ação e nenhuma das autoridades de Pernambuco – onde se congregam forças regulares do Exército, da Aeronáutica, da Polícia Militar, Federal e Civil – tem conhecimento daquilo de que um humilde sacerdote tomara ciência e divulgara em reunião quase pública! Isto sim, data vênica, é de causar pasmo!⁹⁸

Apesar de o AI-5 ter suspenso a garantia do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, os três padres franceses e o diácono brasileiro tiveram recurso julgado no Supremo Tribunal Militar cinco dias após a assinatura do ato, porque seu pedido havia sido encaminhado antes do dia 13/12/1968. Em entrevista concedida ao caderno *Treinamento Folha* da F. de São Paulo em 10 dezembro de 2008, Michel Le Ven nos fala que

Naquela noite, fomos colocados numa Kombi e começamos a rodar pela cidade. O coronel falava “você podem rezar agora, não tem mais Deus, agora não tem mais direito.” Pensava “o que será que está acontecendo?” A gente lia o ‘Última Hora’ todo dia, sabia que podia acontecer alguma coisa, mas não entendia nada. Quando saímos da Kombi para voltar à prisão eram 6h30 da manhã. Todos os soldados do colégio militar estavam perfilados, e eu vi que designavam o grupo para ir controlar a TV Tupi de Belo Horizonte. Foi quando entendi que havia acontecido alguma coisa de diferente. Um coronel do colégio me perguntou: “o que o senhor está fazendo aqui essa hora?” Eu falei: “eu é que tô perguntando, o que está acontecendo agora?” Depois voltamos para o xadrez, fiquei sabendo mais tarde do AI-5.⁹⁹

No dia 30 de janeiro de 1969, *L'Osservatore Romano* ocupou-se do fato e, depois de manifestar que o próprio Papa Paulo VI estava interessado na sorte dos prisioneiros, assim se expressou

Só podemos formular votos para que possa quanto antes restabelecer-se na nobre nação brasileira a esperada pacificação dos espíritos, no respeito à liberdade e à verdade, e sempre seja levada na devida conta a preciosa contribuição oferecida pela Igreja no Brasil ao ordenado progresso daquele grande país católico.¹⁰⁰

⁹⁷ SEDOC, vol. 1, fasc. 9, Março de 1969, p. 1253

⁹⁸ Idem p. 1230-1233

⁹⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/novoemfolha46/ult10100u477658.shtml>. Consultado em: 04/08/2014.

¹⁰⁰ Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 29, fasc. 1, Março de 1969, p. 203.

Após dois meses de prisão, os padres Michel Le Ven, Francisco Xavier Berthou, Hervé Croguennec e o diácono José Geraldo da Cruz são soltos em 05 de fevereiro de 1969 e o processo teria o seu fim numa gaveta qualquer cinco anos depois (GUISARD, 2002: 220).
A REB conclui

Na primeira semana de fevereiro de 1969, os padres franceses e o diácono brasileiro foram liberados, devendo ficar confinados em Belo Horizonte até ulterior deliberação da Justiça Militar. No dia 06 de fevereiro, concelebraram missa na matriz do Horto, juntamente com dom Serafim Fernandes de Araújo, bispo auxiliar de Belo Horizonte.¹⁰¹

2. Considerações Finais

Segundo Mauro Passos, existe no período de 1960 a 1970, um fervilhar de experiências do ponto de vista social e religioso que germinam um novo modo de ser católico. Uma riqueza de práticas eclesiais surge em várias dioceses brasileiras (Metodologia da Ação Católica (Ver-Julgar-Agir), práxis sócio-política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Teologia da Libertação, entre outras), como ocorreu em Belo Horizonte. Havia todo um debate em torno da participação do leigo na Igreja. E o principal agente que se vai operando no interior desta nova prática e experiência são as camadas populares. A luta pela justiça social, na teoria e na prática, abriu novos horizontes para a Igreja. Muitos membros da hierarquia encontravam-se abertos para esse tipo de participação e envolvimento, como aconteceu com os bispos da capital mineira Dom João Resende Costa e Dom Serafim Fernandes de Araújo.¹⁰²

Sobre a terrível crise de novembro de 1968 com a prisão de quatro religiosos assuncionistas em Belo Horizonte pela ditadura militar, afirma Dom João

O episódio dos padres franceses foi uma situação difícil. Dias muito duros. Naquele momento, eu fiz algumas homilias para serem lidas nas paróquias. Eu não gosto dessas coisas, gosto de trabalhar com mais harmonia, tranquilidade, mas tivemos que conviver com aquela efervescência. Mas, pelo menos, orientamos o povo. Isso fez com que a Igreja fosse respeitada. Os militares viram que não estávamos de olhos fechados. (ANTONIAZZI, 2002: 58-59)

As repressões às quais os religiosos foram submetidos estabeleceram um marco nas relações Igreja e Estado e exigiram dos bispos um maior posicionamento e atitudes que

¹⁰¹ Idem

¹⁰² PASSOS, Mauro. *Religião e Sociedade: o movimento religioso em Belo Horizonte na década de 1970*. Disponível em: www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/simposioteologia/pdf/Mauro%20Passos.pdf

estavam adormecidas pelo fato da Igreja ter apoiado o golpe de 64. Foi a partir dessas acusações que a Igreja passou a agir como contra-poder, na defesa dos direitos humanos.

Como pontua José Murilo de Carvalho

(...) A hierarquia católica moveu-se com firmeza na direção dos direitos humanos e da oposição ao regime militar. Seu órgão máximo de decisão era a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). A reação do governo levou a prisões e mesmo assassinatos de padres. Mas a Igreja como um todo era poderosa demais para ser intimidada, como foram os partidos políticos e os sindicatos. Ela se tornou um baluarte da luta contra a ditadura. (CARVALHO, 2008:183)

Como observa Eliane Muniz Lacerda, nos acontecimentos que envolveram os quatro religiosos assuncionistas¹⁰³, ficaram evidentes duas perspectivas sob as quais os fatos foram apresentados: a subversão, com base nas acusações do regime, fundamentado na Lei de Segurança Nacional e os direitos humanos defendidos pela Igreja Católica. Em 1968 a censura ainda não estava tão rigorosa como nos anos seguintes e a CNBB encontrou espaço para se pronunciar. Para a autora, a imprensa foi o meio mais eficaz usado pela instituição católica para defender os religiosos, denunciar os abusos cometidos contra a dignidade humana e criticar a atuação do regime.¹⁰⁴

Fontes

Correio da Manhã, 07 de dezembro de 1968. Disponível [Online] http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=97981&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Abril, 2014.

REB, Março de 1969

SEDOC, Março de 1969

Referências Bibliográficas

ANTONIAZZI, Alberto; NEVES, Lucília de Almeida; PASSOS, Mauro (orgs.). **As veredas de João na barca de Pedro**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002.

¹⁰³ Vale ressaltar que o diácono José Geraldo da Cruz foi nomeado bispo na Diocese de Juazeiro – BA em 04/06/2003 pelo Papa João Paulo II.

¹⁰⁴ LACERDA, Eliane Muniz. *O Jornalismo nos limites da Liberdade: um estudo da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante o regime militar*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2585. Consultado em: 06/04/2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUISSARD, Lucien. **Os Assuncionistas de ontem até hoje**. Rio de Janeiro: Gávea, 2002.

LACERDA, Eliane Muniz. **O Jornalismo nos limites da Liberdade**: um estudo da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante o regime militar. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2007. Disponível [Online]
http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2585. Abril, 2014.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; Frei Romeu Dale, O. P. (orgs.). **As Relações Igreja-Estado no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. Vol. 2

SERBIN, P. Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Sites Pesquisados

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/novoemfolha46/ult10100u477658.shtml>.

www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/simposioteologia/pdf/Mauro%20Passos.pdf

http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/artigo_igreja.pdf

O desenvolvimento da política federal de preservação do patrimônio no Brasil durante a Ditadura Militar(1964-1985)

Carolina Martins Saporetti¹⁰⁵

Resumo: Este artigo tem o objetivo de dissertar sobre a trajetória da política federal de patrimônio durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Assim, procura-se refletir sobre as mudanças no IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e na legislação federal.

Palavras-chave: Patrimônio, legislação, IPHAN.

Abstract: This article have an objective discourse about the politic federal trajectory property during period the military dictatorship in Brazil (1964-1985). So, looking up reflect about the change in IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) and in federal legislation.

Keywords: Property, legislation, IPHAN.

INTRODUÇÃO

O período da ditadura militar no Brasil iniciou-se no dia 31 de março de 1964, com um golpe que saiu da cidade de Juiz de Fora, ao comando do General Olympio Mourão Filho. Segundo Carlos Fico o golpe estava marcado para acontecer em abril daquele mesmo ano, mas Mourão Filho se aliou ao então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e antecedeu o golpe (FICO, 2004, p. 17).

Como João Goulart não resistiu ao golpe, iniciou-se um período em que o Brasil foi governado por militares, que permaneceram no governo por 21 anos. Neste espaço de tempo o Brasil teve cinco presidentes e uma Junta Governativa provisória: Humberto de Alencar Castelo Branco (15/04/1964 a 15/03/1967), Arthur Costa e Silva (15/3/1967 a 31/8/1969), Junta governativa provisória (31/08/1969 a 30/10/1969), Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/3/1974), Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979) e João Baptista Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985).

Além de Atos Institucionais, durante o regime militar no Brasil, entraram em vigor alguns decretos, leis e emendas constitucionais, principalmente para legitimar as ações dos militares. Nestes haviam alguns artigos e cláusulas relacionadas à política de patrimônio. Além das leis específicas para as políticas patrimoniais.

¹⁰⁵ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: carolinamartinssaporetti@gmail.com

Neste período ocorreram grandes mudanças na gestão do SPHAN. O SPHAN teve três presidentes: Rodrigo Melo Franco de Andrade (13/01/1937-1967), Renato Soeiro (1967-1979) e Aloísio Magalhães (1979-1982).

No decorrer deste texto iremos analisar essas mudanças na legislação federal brasileira de preservação de patrimônio e no SPHAN.

AS TRANSFORMAÇÕES NO SPHAN E OS SEUS PRESIDENTES

A gestão de Rodrigo M. F. de Andrade (13/01/1937-1967)

Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, em 1936, Rodrigo M. F. de Andrade foi chamado para realizar um projeto, baseado no anteprojeto de Mário de Andrade, para criar uma instituição nacional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Assim, depois de várias discussões para a elaboração desse projeto, em 1937, na presidência de Getúlio Vargas, o SPHAN foi criado através de um decreto presidencial (GONÇALVES, 1996, p. 42).

Com a lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o SPHAN ficou integrado ao Ministério de Educação e Saúde (MES) comandado por Gustavo Capanema, até o fim do Estado Novo, em 1945 (FONSECA, 2005, p. 97). E foi através de um convite de Capanema, que Rodrigo M. F. de Andrade assumiu a presidência do SPHAN, em 1937.

Rodrigo tinha como função proteger o patrimônio histórico e artístico brasileiro, assim como conscientizar a população de sua existência. Rodrigo tinha como concepção a preservação do patrimônio como uma “causa” e dedicou sua vida integralmente ao SPHAN. A sua gestão na direção da instituição é vista como “fase heróica” por alguns autores, como José Reginaldo Santos Gonçalves, Maria Cecília Londres Fonseca, entre outros.

Para Maria Cecília Londres Fonseca, a “fase heróica” é marcada pelo período de criação e consolidação do SPHAN e das políticas de preservação do patrimônio cultural. Assim, este foi um período de grande transformação na cultura brasileira e de grandes desafios, visto que a partir da criação do SPHAN, o Brasil passou a pensar mais eficazmente em proteção de patrimônio.

Em 30 de novembro de 1937, criou-se o decreto-lei nº 25, para gerar meios legais para a atuação no campo da propriedade. Este era o principal meio de institucionalização do patrimônio histórico e artístico nacional. Havia a preocupação com os recursos operacionais que fossem legais e reconhecidos como legítimos (FONSECA, 2005, p.104).

O SPHAN foi estruturado em duas divisões técnicas: a Divisão de Estudos e Tombamento (DET), em que estavam vinculadas a Seção de Arte, a Seção de História e também o Arquivo Central e a Divisão de Conservação e Restauração (DCR). A instituição

era representada regionalmente em distritos e tinha sob sua responsabilidade os museus regionais (FONSECA, 2005, p. 97).

Fonseca salienta que de acordo com Joaquim Falcão antes de 1937, muitos projetos de preservação de patrimônio foram recusados no Congresso Nacional justificando o nome e o direito de propriedade. O tombamento surgiu como um recurso para assumir um compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação. O que se tornou possível a partir da Constituição de 1934 que limitou os direitos a propriedade (FONSECA, 2005, p. 105).

Em 02 de janeiro de 1946, começou a vigorar o decreto-lei nº 8.534 que transformou o SPHAN em diretoria, ou seja, passou a ser chamado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Criou-se também, quatro distritos da DPHAN, com sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo (SPHAN, 1980, p. 15).

O então presidente da república, José Linhares¹⁰⁶, outorgou esse decreto a fim de atender as necessidades da proteção de patrimônio do país de acordo com o desenvolvimento da época. Assim, houve-se a necessidade de descentralizar a atuação do SPHAN para melhor atender esses municípios.

A descentralização do SPHAN foi importante para que essas regiões pudessem adquirir maior autonomia, conseguindo assim agir de forma mais ágil na defesa e fiscalização do patrimônio.

No decorrer dos anos 60 algumas leis federais foram outorgadas como: a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; a Lei nº 4.717 de 29 de junho de 1965, que regula a ação popular, analisando as ações do cidadão em relação ao patrimônio; a Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, que institui um novo código florestal; a Lei nº 4.845 de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico; entre outras. Sendo que essas leis foram outorgadas na administração de Rodrigo M. F. de Andrade. As leis do ano de 1965 citadas acima foram outorgadas pelo presidente Castelo Branco, como dito anteriormente, o primeiro presidente do regime militar, ou seja, estava ocorrendo um momento de politização da cultura.

¹⁰⁶ José Linhares foi presidente o Brasil durante três meses, entre 29/10/1945 e 31/01/1946. Ele foi convocado a assumir o cargo pelas Forças Armadas, como presidente do Supremo Tribunal Federal, após a derrubada de Getúlio Vargas.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, a partir de 1965, o DPHAN começou a recorrer a UNESCO para reformular e reforçar a atuação da instituição, compatibilizando os interesses de preservação ao modelo de política de preservação do Brasil. Assim, a imagem do SPHAN como defensor do interesse público em relação ao patrimônio, sendo assim contrário a proprietários e setores “insensíveis” da Igreja e do poder público, foi transformada para se adequar as diretrizes da UNESCO. Deste modo, o SPHAN passou a ter o papel de negociador, defendendo a preservação do patrimônio e o desenvolvimento como compatíveis e não como conflitantes (FONSECA, 2005, p. 142).

É importante salientar a ideologia defendida por Rodrigo M. F. de Andrade para se entender o desenvolvimento do SPHAN nesse período. Para José Reginaldo Santos Gonçalves, Rodrigo acreditava que o patrimônio histórico e artístico nacional deveria representar toda a nação e suas diferentes regiões, assim o patrimônio foi concebido como nacional, não enfatizando o valor regional (GONÇALVES, 1996, p. 71).

Rodrigo M. F. de Andrade se aposenta em 1967, dando fim da “fase heróica” da instituição, em que Rodrigo lutou pela aliança entre preservação e desenvolvimento. Ele foi substituído por Renato Soeiro.

A política de Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1967-1979)

Renato Soeiro assume a presidência do DPHAN em um período em que a ditadura militar estava caminhando para o tempo de maior repressão, de grandes manifestações e atividades políticas culturais.

Maria Cecília Londres Fonseca salienta que Soeiro é visto como legítimo sucessor de Rodrigo M. F. de Andrade e no SPHAN ele não teve o mesmo prestígio (FONSECA, 2005, p. 141).

Soeiro embora mais discreto que os outros dois diretores que estamos trabalhando, teve grande importância para o desenvolvimento da instituição. Ele transformou a antiga DPHAN, com duas diretorias e quatro distritos, para IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que teve o Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 230 de 26 de março de 1976, com seis diretorias técnicas, assessoria jurídica e nove diretorias regionais. O IPHAN foi efetivado através do decreto-lei nº 66.967 de 27 de julho de 1970 (SPHAN, 1980, p. 19).

Nesse decreto, o IPHAN é vinculado ao Departamento de Assuntos Culturais do MEC como órgão autônomo. Assim, o MEC assegura a autonomia administrativa e financeira da instituição (Brasil. Decreto-lei nº 66.967 de 27 de julho de 1970). O que foi muito importante

para a gestão de Soeiro que pleiteava a proteção de conjuntos, visando compatibilizar o crescimento econômico com a preservação (DANTAS, 2013, p. 227).

Além disso, Renato implantou uma política de formação de uma rede federativa de instituições culturais que foi coordenada pelo IPHAN e institucionalizada com os Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio, que aconteceram em Brasília, em 1970, e em Salvador, em 1971. (AZEVEDO, 2005, p. 1).

No “Compromisso de Brasília” pode-se destacar que o documento aponta a necessidade dos governos estaduais e municipais atuarem conjuntamente com o IPHAN auxiliando-o na fiscalização e na intervenção para a preservação do patrimônio cultural a importância de criar cursos no Brasil para a capacitação de profissionais da área de patrimônio, entre outros apontamentos de grande relevância (SPHAN, 1980, p. 96).

O “Compromisso de Salvador” além de reafirmar o que foi proposto no “Compromisso de Brasília”, faz algumas recomendações, tais como: a criação de Ministério da Cultura, instituições e secretarias em âmbito estadual; criação de uma legislação complementar para ampliar o conceito de tombamento; quando possível, utilizar-se de bens tombados como pousadas, entre outras recomendações importantes (SPHAN, 1980, p. 99 e 100).

Soeiro teve que conciliar a industrialização, a facilidade e agilidade no acesso as cidades históricas, e assim o aumento do turismo em lugares como: Ouro Preto, Paraty, Porto Seguro, litoral nordestino, entre outros lugares. Durante a direção de Renato Soeiro esses municípios e alguns estados ganharam mais autonomia, para que através de leis municipais e estaduais pudessem auxiliar o IPHAN na luta de preservação do patrimônio.

Em 1973, criou-se o Programa das Cidades Históricas (PCH) em parceria do MEC com a Secretaria do Planejamento da Presidência da República. O PCH pode ser considerado um programa pioneiro do governo federal em termos de grande investimento na preservação do patrimônio cultural urbano relacionando estas questões com o desenvolvimento urbano e regional (CORREA & FARIA, 2011, p. 20).

Em observação ao desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas, o PCH dialogava com outros assuntos que estavam em discussão na década de 1970: o desenvolvimento urbano, regional e econômico, em um cenário que refletia territorialmente uma má distribuição de renda existente no país, conseqüente do crescimento urbano acelerado e concentrado (CORREA, 2012, p. 121).

De acordo com Sandra Rafaela Magalhães Correa, um dos principais objetivos do PCH era utilizar os monumentos tombados para atividades turísticas, gerando renda para os municípios integrados ao programa. Assim, este PCH pode ser visto como uma das várias medidas realizadas pelo governo para retomar o desenvolvimento econômico depois de uma intensa crise nos anos de 1962 a 1964 (CORREA, 2012, p. 121).

O PCH tinha como método uma mudança na maneira de abordar a degradação das cidades históricas. A cidade era vista como produtora de capital e bem de consumo e o patrimônio como um fator de desenvolvimento econômico por meio do turismo, possibilitando a criação dos recursos necessários para autoconservação da cidade.

Em 1975, no governo de Geisel, na gestão de Nei Braga como ministro da Educação e Cultura, aprovou-se a primeira Política Nacional de Cultura (PNC), depois de várias tentativas nos governos anteriores, conseguiu-se aprovar a primeira PNC no Brasil.

Para Paula Félix dos Reis, o principal objetivo da ação do MEC nesta PNC era apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e proteger o patrimônio cultural da Nação, sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura (REIS, 2009, p. 8). Assim, o PNC proporcionou as diretrizes básicas para que o poder público pudesse incentivar as ações particulares e uma maior integração da população com a preservação do patrimônio e com o IPHAN.

Para que essa descentralização da preservação de patrimônio fosse possível o PNC continha a participação de alguns órgãos, tais como: o Conselho Federal de Cultura, o Departamento de Assuntos Culturais, as universidades e algumas unidades federadas (Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios), e através de seus órgãos de atividades culturais (Conselhos Estaduais de Cultura, Secretarias de Cultura, Departamentos e Fundações Culturais) (REIS, 2009, p. 8).

Em junho de 1975 iniciou as atividades o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que foi criado a partir de conversas entre Aloísio Magalhães (grande designer), o ministro da Indústria e Comércio da época, Severo Gomes, e o embaixador Vladimir Murtinho, então Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal.

O principal objetivo do CNRC era traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira contemporânea. Tinha como principais características: adequar às condições específicas do contexto cultural do país; abranger e flexibilizar a descrição dos fenômenos que se processam em tal situação e vinculá-los as raízes culturais do Brasil; explicitar do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a

prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, e objetivar a percepção e o estímulo, nessas áreas, de adequadas maneiras regionais (SPHAN, 1980, p. 24).

Os projetos do CNRC desenvolveram-se segundo quatro Programas de Estudos: o do Artesanato, os dos Levantamentos Sócio-Culturais; o da História da Ciência e da Tecnologia no Brasil e os dos Levantamentos de Documentação sobre o Brasil (SPHAN, 1980, p. 25).

Em 1979, quando Aloísio Magalhães assumiu a diretoria do IPHAN o CNRC foi integrado a esta instituição. Para Fonseca essa união permitiu que se reunisse “o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC” (FONSECA, 2005, p. 154).

É importante ressaltar que na década de 1970 o Estado começou a ampliar a sua atuação no campo da cultura. Nesse período foram criadas importantes instituições culturais, como: Conselho Nacional de Direito Autoral (1975); Funarte (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976). Além disso, foi reformulada a Embrafilme que além da distribuição, a partir de 1975 começou a atuar na produção cinematográfica (REIS, 2009, p. 9).

A administração de Aloísio Sérgio de Magalhães (1979-1982)

Aloísio Magalhães criador e então coordenador do CNRC, assumiu a direção do IPHAN, em 1979, assumindo assim a união entre IPHAN-PCH-CNRC. Ele era visto como a pessoa mais indicada para fazer as modificações necessárias no trabalho da instituição. Já que este atuou no CNRC e teve uma experiência positiva no trabalho realizado neste órgão.

A incorporação do CNRC ao IPHAN permitiu que o último voltasse a se preocupar com as ações que já vinham sendo realizadas pelo CNRC, como projetos que trabalhavam com o artesanato e a preservação de tecnologias patrimoniais e endógenas.

A integração do PCH ao IPHAN foi de igual importância, permitiu que o PCH contribuísse tanto para a revitalização dos espaços históricos urbanos, quanto para a descentralização do trabalho do IPHAN, garantindo mais autonomia para as regiões e aumentando a participação efetiva da sociedade nos projetos realizados pelo IPHAN (SPHAN, 1980, p. 27).

A junção desses programas com o IPHAN contribui para que ampliar o conceito de bem cultural da instituição, complementando as atividades exercidas por este órgão. Também permitiu uma aproximação maior da sociedade (OLIVEIRA, ano 21, p. 29).

Assim, Aloísio Magalhães se difere de Rodrigo M. F. de Andrade. Segundo Gonçalves, Rodrigo defende o patrimônio cultural como “histórico e artístico” valorizando-

lhe enquanto objeto de conhecimento profissional (parte integrante da história e da arquitetura brasileira) e simultaneamente como uma causa nacionalista. Para Rodrigo, a proteção e preservação de “patrimônio histórico e artístico” é concebido como um instrumento para educar a população a respeito da “unidade e permanência” da nação. Aloísio anos depois, amplia esse conceito de patrimônio cultural analisando-o como “bens culturais”, incluindo a tradição. Então, para Aloísio, os “bens culturais” desempenham o papel de preservar a “identidade cultural” ou “caráter” “autênticos” da nação brasileira nesse processo de desenvolvimento econômico e tecnológico (OLIVEIRA, ano 21, p. 46).

Para Maria Cecília Londres Fonseca, através do grande envolvimento de Aloísio Magalhães com a sociedade e a implantação de vários projetos que abrangiam esta. Sendo possível observar assim a importância da educação patrimonial, como o CNRC e o Projeto Interação da Educação Básica e dos Diferentes Contextos Culturais do País. Percebe-se que ele prioriza mais a relação cultura e cidadania do que cultura e desenvolvimento. E assim em abril de 1981, Aloísio Magalhães alcançou o cargo de Secretário da Cultura. Em 1982, ele falece (FONSECA, 2005, p. 172).

Um exemplo dessa nova postura do IPHAN a partir da gestão de Aloísio Magalhães foi o tombamento da Fábrica de Vinhos de caju Tito e Silva, em 1984. Em que o tombamento não foi apenas do prédio, mas das técnicas e processos produtivos do vinho de caju. Que seria a primeira iniciativa do IPHAN em um tombamento do suporte de uma técnica em atividade (SABINO, 2011, p. 7).

Essa aproximação com a sociedade e com os trabalhos desenvolvidos por esta sociedade foi uma medida vista como positiva inclusive para o regime militar que estava em processo de redemocratização e precisava se aproximar dos movimentos e grupos sociais para que esses acreditassem e contribuíssem com o governo, para que ocorresse a então prometida “abertura lenta, gradual e segura”.

Em 13 de novembro de 1979, o Presidente João Figueiredo assinou o decreto-lei nº 84.198 e criou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nessa ocasião ele encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei autorizando o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória. Assim, o então Presidente da República assinou um ato comunicando a transferência da responsabilidade do PCH da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR) para o IPHAN.

Então, em 26 de novembro de 1979 o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 6.757 e criou a Fundação Nacional Pró-Memória. Transferindo a responsabilidade da direção superior

e coordenação nacional, da preservação do acervo cultural e paisagístico brasileiro para a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico e a Fundação Nacional Pró-Memória se tornou o órgão operacional (SABINO, 2011, p. 28).

Essas mudanças foram possíveis devidas algumas características do trabalho e da ideologia de Aloísio Magalhães. José Reginaldo Santos Gonçalves salienta a importância da mudança de visão do IPHAN a partir dessa nova gestão. Visto que Aloísio Magalhães vê o patrimônio cultural como “bens culturais” abrangendo assim além de monumentos, os artesanatos, o modo de fazer, ou seja, a tradição. Assim, ele defende a importância da interação da sociedade devido o valor do “bem cultural” no seu presente (GONÇALVES, 1966, p. 52).

Na concepção de bem cultural de Aloísio Magalhães é possível começar a visualizar a idéia de patrimônio imaterial, visto que ele incluía no conceito de bem cultural as tradições, o modo de fazer. Claro, que era um pensamento preliminar, algo que vem sendo discutido até os dias atuais.

Aloísio Magalhães falece em 13 de junho de 1982. Depois da morte de Aloísio Magalhães quem assumiu a Secretaria da Cultura foi Marcos Vilaça. Em 1985, houve a criação do Ministério da Cultura (MinC) através do decreto nº 91.144, de 15 de março, que também transferiu a ele vários órgãos, inclusive a Secretaria de Cultura.

Segundo Almir Félix Batista de Oliveira, a mudança proporcionada no conceito de bem cultural e os trabalhos que estavam em desenvolvimento foram interrompidos com a morte de Aloísio Magalhães. Houve uma retomada nesta perspectiva apenas em 1985 com o fim da ditadura militar (OLIVEIRA, ano 21, p. 29).

CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo dissertar sobre a trajetória da política federal de patrimônio na ditadura militar. A partir da realização desta pesquisa dividi o artigo em quatro partes de acordo com as gestões do SPHAN.

Primeiramente, escrevi sobre a criação do SPHAN, que embora não tenha sido o tema proposto foi essencial para entender a importância do primeiro gestor da instituição, Rodrigo M. F. de Andrade. Que assumiu esse desafio quando no Brasil se pensava muito pouco sobre política de preservação de patrimônio histórico e artístico nacional. Foi a partir da criação deste órgão que começaram a organizar essa política patrimonial.

Embora, Rodrigo não tenha gestado por muito tempo no período da ditadura militar, em 1965 leis importantes foram outorgadas (citadas anteriormente no decorrer do trabalho) e ocorreu um fato muito importante: a união do SPHAN com a UNESCO. O que fez o SPHAN adaptar-se as diretrizes da UNESCO, tornando-se um negociador em relação à política de preservação de patrimônio, aprofundando a idéia de desenvolvimento associado à preservação.

Rodrigo M. F. de Andrade teve grande mérito em seus trabalhos em um período anterior a ditadura militar, principalmente nos anos iniciais de sua gestão, quando a partir de seu esforço e de sua dedicação foi possível se pensar efetivamente em políticas patrimoniais e se consolidar o SPHAN, iniciando um grande trabalho realizado por ele.

Quem assumiu posteriormente, foi Renato Soeiro, que permaneceu na presidência do SPHAN até 1979. Além de Soeiro ter assumido em um período de muita repressão e de grandes manifestações devido o regime militar. Como podemos analisar ao decorrer do texto, observa-se que o período em que Renato Soeiro esteve na gestão no SPHAN foi um período de grandes mudanças na instituição.

Como foi explicitado anteriormente, Soeiro participou da transformação do DPHAN para IPHAN, instituiu no país cursos de especialização de técnicos em preservação de monumentos e obras de arte, descentralizou o poder do IPHAN para as regiões e municípios a fim de solucionar os problemas da industrialização nas cidades históricas.

Ademais, em seu governo foi aprovado o primeiro PNC, claro que com grande ênfase para a atuação do então Ministro da Educação e Cultura, Nei Braga. Também foi criada pelo Aloísio Magalhães nesse período a CNRC.

Portanto, embora alguns autores critiquem a atuação de Renato Soeiro, e dêem ênfase em estudar o período em que Rodrigo M. F. de Andrade e depois Aloísio Magalhães gestaram o SPHAN, acredito que Soeiro teve grande importância para as políticas patrimoniais, principalmente se analisarmos o período turbulento em que ele trabalhou.

O último gestor estudado foi Aloísio Magalhães, que embora atuou menos tempo a frente do IPHAN que os outros gestores analisados, teve um grande diferencial devido a sua experiência na coordenação do CNRC. Magalhães teve uma das gestões mais estudadas e elogiadas nas referências utilizadas, devido a sua ênfase em relacionar a sociedade com as políticas patrimoniais. Abrindo espaço assim para que se valorizasse não somente monumentos e obras de arte, mas que se desse também atenção para o artesanato e as técnicas utilizadas para a produção do produto que seria tombado.

Finalizando o período da ditadura militar, ou seja, ao estudar o espaço posterior a presidência do IPHAN de Aloísio Magalhães, houve muita dificuldade em achar trabalhos que abordassem sobre as políticas de patrimônio nesse tempo. Acredito que seja devido às grandes transformações do período, já que está se trata do período de redemocratização no Brasil.

Para Fonseca, as décadas de 70/80 foram um período de democratização das políticas patrimoniais, com maior participação da sociedade nos pedidos de tombamentos, além de terem ocorrido grandes e importantes mudanças nas gestões do SPHAN. Embora a autora critique a burocracia dentro do órgão e a demora nos processos de tombamento (FONSECA, 1996, p. 162).

Segundo Gonçalves, os discursos de dois gestores do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade e Aloísio Magalhães, que vêem as redescobertas do Brasil como “tradição”, “civilização”, “diversidade cultural”, “cultura popular”, “desenvolvimento”, entre outras, podem ser interpretadas como tentativas de uma narrativa de busca. Para o autor, ambos os gestores assumem um ponto de partida de que o Brasil é uma nação emergente (GONÇALVES, 1996, p.132).

Então, a partir da análise desses e outros autores estudados para a elaboração deste artigo, pode-se concluir que o período da ditadura militar foi um espaço de muitas mudanças nas políticas patrimoniais, que muito contribuiu para o desenvolvimento da proteção e preservação do patrimônio.

FONTES

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2005, p. 1. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363. Acesso em: 27/07/2014 às 18 horas e 43 minutos.

Brasil. Decreto-lei nº 66.967 de 27 de julho de 1970. Dispõe da organização administrativa do MEC. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/09/14 as 09 horas e 13 minutos.

Brasil. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Congresso Nacional, Brasília, DF, 26 de julho de 1961. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=203>. Acesso em: 14/07/2014 às 14 horas.

Brasil. Lei nº 3.717 de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Congresso Nacional, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=229>. Acesso em: 22/07/2014 às 18 horas e 03 minutos.

Brasil. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui um novo código florestal. Congresso Nacional, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=208>. Acesso em: 22/07/2014 às 18 horas e 03 minutos.

Brasil. Lei nº 4.845 de 19 de novembro de 1965. Proíbe a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico. Congresso Nacional, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=215>. Acesso em: 22/07/2014 às 17 horas e 06 minutos.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

CHAVES, César Roberto Castro. O Modernismo e a Política Federal Preservacionista: Um olhar crítico sobre a construção do patrimônio no Brasil. In: **Revista do CEDS**, nº1, agosto/dezembro 2014. Disponível em: Disponível em: <http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>. Acesso em: 17/09/14 às 14 horas e 01 minuto.

CORREA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. 2012. 343 folhas. Dissertação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

CORREA, Sandra Rafaela; FARIA, Rodrigo Santos de. **O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979)**. Risco, São Paulo, 14, 2º semestre de 2011.

DANTAS, Fabiana Santos. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 223-243, set/dez. 2013.

FALAVIGNO, Chiavelli Facenda. A tutela jurídica do patrimônio cultural brasileiro. **Revista Científica dos Estudantes de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 2, nº 1, maio/2010.

FICO, Carlos. **Além do Golpe** – Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar. Rio de Janeiro/ São Paulo, Record, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação: A política federal de preservação nos anos 70 e 80**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ IPHAN, 1996.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. In: **Cadernos do CEOM**, ano 21, nº 29.

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação nacional. **Revista Confluências Culturais**, v.1, nº 1, setembro de 2012.

REIS, Paula Félix dos. Políticas nacionais de cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. In: **V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2009, UFBA, Salvador-BA, p. 8.

SABINO, Roberto. As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984). In: **III Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2012, Rio de Janeiro.

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória**. Brasília, Editora Sphan/ Pró Memória, Nº 31, 1980, p. 15. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531. Acesso em: 17/09/14 às 14 horas e 01 minuto em: 28/07/2014 às 09 horas e 30 minutos.

ST 03. Nas teias do poder: religião e política na Época Moderna

Voltaire, la ilustración y el Perú a fines del siglo XVIII. El caso de José Baquijano y Carrillo

Jeremy Dioses Campaña¹⁰⁷

Resumen: La ilustración representó la aproximación de las sociedades americanas y europeas desde una nueva perspectiva, generando las condiciones apropiadas para dotar de una mayor independencia a los pensadores americanos. Este fenómeno provocó que las voces americanas fueran representadas por las Sociedades de conocimiento y participaran de un diálogo que significó una serie de encuentros y desencuentros. Esta compleja relación, dio lugar a la adaptación de los planteamientos de Voltaire y de pensadores que manejaban un discurso en contra de los intereses americanos.

Palabras Claves: Ilustración, Sociedades de conocimiento, Discursos racistas, Crisis (económica, política y social)

Abstrac: The illustration represented a rapprochement between American and European societies from a new perspective which produced the proper terms to outfit a bigger independence to American thinkers. This phenomenon triggered the American voices to be represented by societies of knowledge and to participate in a dialogue that implied a series of agreements and disagreements. This complex connexion provided the adjustment of Voltaire's approaches and thinkers which handled a speech against American interests.

Key Words: Illustration, Society of knowledge, discourses racists, Crisis (economic, politic and social)

Introducción

Posteriormente al descubrimiento de América y su consecuente conquista, podemos observar que se origina un segundo encuentro entre el mundo europeo y americano, suscitado en el siglo XVIII y XIX. Siendo motivado por la ilustración y por la necesidad de explorar las riquezas que se pensaban susceptibles a ser explotadas en territorios de ultramar. El resultado que provocaron estas preocupaciones por reafirmar el dominio y optimizar la explotación junto a la ilustración, fue la invención de ciencias como: La Antropología, la Arqueología y la Etnología. Estas invenciones permitieron un mayor rigor científico al momento de aproximarse a las sociedades del nuevo mundo. Producto de este acercamiento la literatura sufrió variaciones. Y, se dio la aparición de autores como: De Pauw, Jorge y Juan Antonio Ulloa, William Robertson y finalmente Charles Marie De la Condamine, George Louise Buffon; siendo los encargados de mantener un discurso que buscaba enfatizar la inferioridad de los americanos y del continente mismo.

¹⁰⁷Bachiller por la Universidad Nacional Federico Villarreal. E-mail: god_27_11@hotmail.com

La respuesta de los autores peruanos se hizo presente. Sin embargo, los encargados de la defensa fueron criollos ligados al gobierno que esgrimieron discursos a favor de su cuerpo social. Este acto es considerado, por Charles Walker, como el germen de un nacionalismo criollo¹⁰⁸. Entre los autores que representa dicho nacionalismo destacan José Baquijano y Carrillo y Pedro Nolasco Crespo. Ambos, escritores del Mercurio Peruano y miembros de la Sociedad Amantes del País. En cuyas publicaciones, se citan constantemente las obras de Voltaire y de los autores que ejecutaban discursos en detrimento de América. En este sentido, la lectura de autores europeos –ya sea para criticar sus apreciaciones sobre América o para respaldar sus posturas– constituyen el nexo entre América y Europa; llevando a cabo un diálogo de constantes encuentros y desencuentros.

La Ilustración

La bibliografía concerniente al fenómeno de la ilustración es abundante¹⁰⁹. Las reflexiones sobre este fenómeno van desde los escritos de autores pertenecientes al periodo hasta la actualidad en donde se desarrolla el gran debate historiográfico, llevado a cabo por Roger Chartier y Robert Darntorn. De este universo de textos, hemos privilegiado el trabajo de Zvetan Todorov¹¹⁰; debido a que prioriza el desarrollo de los conceptos de ilustración.

El autor estudia el tránsito cultural desde Asia hasta Europa, contacto que sirvió de materia prima para los pensadores que se hallaban desplazándose por toda Europa. Esta interacción le da un carácter universal al pensamiento que ellos construyen; ya que este intercambio cultural permitió comparar las sociedades y entender que en esencia los hombres poseían patrones que se repetían. [...] *Lo que los hombres tienen en común es más esencial que lo que les diferencia. «Yo soy necesariamente hombre y yo no soy francés que por azar», declara Montesquieu*¹¹¹.

El periodo de formación de la ilustración, en donde sólo se esbozaba como un proyecto, tuvo momentos de crisis provocados por la monarquía para evitar que el orden se subvierta. Considerando que los intentos de desacralización del poder monárquico era una

¹⁰⁸Véase Charles Walker "Voces Discordantes: Discursos sobre el Indio a fines de la Colonia". En: Diálogos en la Historia, Lima 2009.

¹⁰⁹ Con respecto a este fenómeno, los autores que hemos considerado para este estudio son: François Xavier-Guerra, Robert Darntorn, Roger Chartiere y Tzvetan Todorov.

¹¹⁰Véase Tzvetan Todorov. *L'esprit des Lumières*. Robert Laffont, 2006.

¹¹¹ Tzvetan Todorov. *L'esprit des Lumières*. P. 110 (La traducción es nuestra).

expresión de la ausencia de luces ¹¹²; ya que no consideraban posible un orden social ejecutado fuera del sistema de gobierno que contemplaba al poder espiritual como cabeza del poder temporal, pues para este sistema no había orden fuera de Dios. [...] *Para la religión cristiana, el alma debe comandar al cuerpo; después que él regrese a las instituciones religiosas, es decir, a la iglesia, no solamente de dominar directamente las almas, pero también, indirectamente, de controlar los cuerpos, y entonces el orden*¹¹³.

En efecto, la crisis del sistema, que se justificaba en la divinidad de Dios, fue causada por la aparición del antropocentrismo. La trascendencia del hombre hacia este plano, tiene un efecto en el campo legal, ya que permitirá la migración del derecho natural –en donde el hombre es valioso y digno por naturaleza– al derecho legal. La repercusión de estos cambios se visualizan en el establecimiento de los derechos humanos en la constitución norteamericana y posteriormente en la francesa¹¹⁴.

Lo expuesto líneas arriba, confirma la relevancia que tuvieron los cambios en los códigos culturales y su repercusión en el ámbito legal; en el cual lo más trascendente fue el establecimiento del antropocentrismo y la expulsión del poder espiritual en el estado.

Voltaire, Cándido y la imagen de Hispanoamérica colonial

El desarrollo de la ilustración coincide con una crisis económica que afectó a algunos reinos europeos. Los cuales, motivados por la necesidad de redescubrir e inventariar las riquezas que poseían sus colonias, enviaron expediciones. El desarrollo de estas expediciones, en un contexto en donde el pensamiento ilustrado se hallaba en ebullición, las dotó de un carácter científico; provocando la creación de herramientas científicas que le permitieran a los expedicionarios aproximarse a las realidades de dichos territorios con la finalidad de comprender las sociedades que se encontraban en estos espacios. Efectivamente, en este contexto aparecieron ciencias como: La antropología, la arqueología, la etnología, etc.

Hasta el siglo XVIII, el conocimiento sobre el mundo Americano, anterior a los españoles, se limitaba a las crónicas. Pero, con las nuevas exploraciones, el panorama sobre américa se amplió. [...] *En efecto, puede considerarse que hasta el siglo XVIII no había otras*

¹¹²Estos argumentos también fueron utilizado por los miembros del Mercurio Peruano para calificar los acontecimientos en Francia. Pues, el discurso dirigido desde el poder intentaba evitar la subversión del orden, estigmatizando el ejemplo francés.

¹¹³ Tzvetan Todorov. *L'esprit des Lumières*. P. 110 (La traducción es nuestra).

¹¹⁴Autores como Sade, Condorcet y Rousseau construirán los argumentos que permitieron posicionar al hombre como el medio y el fin de la humanidad misma, dejando de lado su condición de instrumento de Dios para su trascendencia.

*fuentes, aparte de estas crónicas, para evocar el Perú de los incas. No obstante, fue a partir de ese período cuando los vestigios materiales comenzaron a aparecer, ya no como curiosidades representativas de un mundo difícil de concebir, sino como documentos históricos susceptibles de ser leídos e interpretados; así fue como, paulatinamente, adquirieron un status de objeto de estudio*¹¹⁵.

Gracias a los factores mencionados, se dio inicio a una relación de naturaleza científica entre Francia y algunas sociedades que se hallaban en territorios americanos. En el caso peruano, la presencia de científicos franceses influyó en las producciones de las sociedades académicas, sobre todo en el primer cuarto del siglo XIX. La paupérrima frecuencia de expediciones hacia estos espacios en el siglo precedente se debió al celo español por sus dominios. Esta política condicionó que la influencia francesa no sea tan vigorosa como en otros espacios, permitiendo el desarrollo de una ilustración criolla.

Sin embargo, la negativa hispana a la influencia francesa no representó un verdadero impedimento para que algunos científicos franceses puedan tener contacto con sus objetos de estudio. Es por ello que Joseph Dombey pudo integrar la expedición liderada por Hipólito Ruiz. Y, a través de este medio, ingresar a territorios coloniales hispanos. La persistencia de estos exploradores permitió que el dialogo entre las sociedades de conocimiento no cesara; logrando revolucionar el mundo intelectual americano. Cuyo efecto fue la migración del concepto de crónica como verdad a ser simplemente una fuente susceptible a interpretación. Variación que dio lugar a la aparición de nuevos conceptos sobre los cuales se elaboraron cuestionarios, con los cuales se aproximaron a su objeto de estudio. El estudio de estas informaciones proporcionadas por los textos se complementan con los objetos recolectados en excavaciones, los cuales dejarán de ser, exclusivamente, piezas de colección y serán prestas a la investigación.

Además, de los cambios mencionados líneas arriba, las expediciones sirvieron para fundamentar la concepción de razas degeneradas sobre las cuales los europeos debían establecer su yugo¹¹⁶.

Uno de los efectos colaterales provocados por la sumatoria de eventos comentados líneas arriba fue la creación de las sociedades de conocimiento. Este fenómeno modificó la concepción del mundo, que por lo general se pensaba desde Europa; haciendo posible que los

¹¹⁵ Pascal Riviale. Las primeras instrucciones científicas francesas para el estudio del Perú prehispánico (siglo XVIII y XIX). Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines. Tomo 29 N° 1. p. p. 30

¹¹⁶Véase el texto de Pascal Riviale. Las primeras instrucciones científicas francesas para el estudio del Perú prehispánico (siglo XVIII y XIX). Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines. Tomo 29 N° 1. p. 44

americanos reflexionen sobre su realidad. Permitiendo la existencia de un diálogo más fluido entre las sociedades de ambos continentes.

La literatura producida, en este periodo, nos permite el ingreso para comprender las imágenes construidas producto del diálogo entre las sociedades europeas y americanas. De las cuales, tomaremos como muestra la obra de Voltaire, titulada “*Candide*”.

Voltaire, a través de esta historia, crea la imagen del hombre –representado por Cándido– que nace vacío y necesita ser conducido por la filosofía, conociendo en sus viajes a seres despreciables que lo envuelven en un mundo hostil. Realidad que contrasta con la bonanza que ofrece América, representada por el mundo ideal del dorado. En estos viajes, conoce a Pangloss, Martin y Cacambo; personajes que asumirán el rol de la filosofía en sus diferentes estados. El primero, es idealista; el segundo, es realista; el tercero encarna el estereotipo americano, él es un optimista, primitivo, casi inocente.

En este sentido, Voltaire se sirve de esta ficción para criticar las injusticias de su sociedad y dirigir la mirada de la literatura hacia el hombre y su problemática.

La Ilustración y Voltaire

La presencia de Voltaire y Rousseau en espacios coloniales, como el peruano, es evidenciada por la presencia de sus textos citados en los artículos del Mercurio Peruano. Su presencia responde a las necesidades provocadas por un clima caótico de rebeliones y reformas administrativas que necesitaban el auxilio de nuevas formas de ejercer el poder.

Voltaire plantea que las luces debían ser conducidas por una minoría; la cual sea capaz de organizar el resto del cuerpo social, este postulado fue manejado por los grupos que estaban en el poder para fundamentar su posición en la escala social [...] *Este es un Maquiavelo sonriente. «Lo importante, escribe él, es que el pueblo sea guiado, no que él sea instruido. Cuya necesidad nuestra, es de aproximadamente cuarenta mil sabios.» Las luces del siglo descenden de alto; el «bajo pueblo» debe satisfacerse del « ejemplo de sus superiores»*¹¹⁷.

Por esta razón, la ilustración propuesta por Voltaire triunfa sobre Rousseau. Destacando por su aplicabilidad a una realidad en la cual el cuestionamiento hacia los gobernantes comenzaba a agudizarse. Debido a esta situación, fue necesario instrumentalizar a la Sociedad Amantes del País con la finalidad de reproducir la propuesta de Voltaire. Los

¹¹⁷ Ídem. pp. 16, 17 (la traducción es nuestra)

miembros de esta sociedad de conocimiento, estarían encargados de dirigir al pueblo a través de un discurso parcializado con el gobierno virreinal [...] *En América ibérica, Rousseau fue vencido por Voltaire. Nosotros favorecimos, en ese momento de la historia la promesa de Voltaire –El futuro debía ser racional, feliz y orientado por una minoría iluminada– se conjugó a la coartada de Rousseau –nosotros podríamos al futuro reencontrar la unidad perdida del origen*¹¹⁸.

En este sentido, el concepto de ilustración válido para reflexionar el desarrollo de las ideas, en los espacios coloniales pertenecientes a España, es el de Voltaire. Y, para alcanzar este fin, estudiaremos el caso de José Baquijano y Carrillo.

José Baquijano y Carrillo

José Baquijano y Carrillo, nace en el seno de una familia acaudalada. *En Lima en 1751[...] fue hijo de un vasco llegado a Lima, que aquí se convirtió en acaudalado comerciante y de una dama perteneciente a la más antigua aristocracia criolla, descendiente de primeros conquistadores*¹¹⁹. Su padre se llamó José Bautista de Baquijano, I Conde de Viscaflorida. Y, su madre se llamó María Ignacia Carrillo de Córdoba y Garcés de Marcilla, dama perteneciente a la aristocracia criolla, descendiente de primeros conquistadores encomenderos.

La constitución de la familia de José Baquijano y Carrillo, corresponde a un periodo en el cual el comercio en Lima era una ocupación que dejaba grandes sumas de dinero; por este motivo, las antiguas familias con títulos nobiliarios, que habían sufrido algún debilitamiento económico, buscaban a través de las uniones matrimoniales restablecer el lugar que poseyeron anteriormente. Gracias a este mecanismo, ambas partes se beneficiaban.

La educación, del personaje en cuestión, estuvo a cargo de la compañía de Jesús y del Real Colegio de San Martín. Posteriormente continuó sus estudios en el Seminario de Santo Toribio. Él destacó en todas las instituciones de las que formó parte. La lógica consecuencia de forjarse un buen prestigio como alumno, le sirvió para acceder a importantes puestos de trabajo. José de la Puente Brunke menciona que producto de su entorno y su desempeño a los 20 años, Baquijano y Carrillo fue secretario del Obispo del Cuzco, con quien asistió al sexto concilio provincial de Lima en 1772.

¹¹⁸Idem. p. 21(la traducción es nuestra)

¹¹⁹ José De la puente Brunke. José Baquijano y Carrillo, p.17

Luego de ocupar los mencionados puestos, Baquijano y Carrillo en 3 ocasiones intentó acceder al cargo de Oidor, sin embargo, este cargo no le fue concedido, debido a que sus detractores encabezados por Jáuregui desprestigiaron su imagen. *En realidad, a lo largo de toda la década de 1780, y específicamente a partir de 1781, año del “Elogio”, no sólo recibió Baquíjano innumerables ataques de sus adversarios, sino que la postura que manifestó en el recibimiento del virrey Jáuregui le impidió en los años posteriores lograr algunas de las metas que él mismo se había planteado en su carrera como maestro universitario y como jurista y magistrado*¹²⁰.

En 1795 se jubiló de la cátedra de Prima de Cánones. Y, por influencia de su viejo amigo Gaspar de Jovellanos, asumió, posteriormente, importantes puestos de trabajo [...] *favoreció a nuestro personaje nombrándolo, en 1798, de juez de Alzadas Perpetuo del tribunal del Consulado de Lima y del Tribunal de minería de la misma ciudad*¹²¹.

Su destacado desempeño en las instituciones que formó parte, le sirvió para estrechar lazos con personajes influyentes tanto en el Virreinato peruano como en España. Estas relaciones nos permiten comprender el sendero que tomó su pensamiento y las fuentes de donde bebió para formular sus ideas plasmadas en los artículos publicados en el Mercurio Peruano. Jovellanos fue pieza clave en la formación del pensamiento de José Baquíjano y Carrillo. Su influencia es perceptible en sus ideas sobre la economía y el comercio colonial. Se sabe también de su cercanía con el peruano Pablo Olavide en Europa.¹²²

Además de Jovellanos y Pablo Olavide, las personas con las que él se relacionaba pertenecían a la iglesia, como por ejemplo: [...] *uno de sus amigos más cercanos, fray Cipriano Jerónimo de Calatayud espíritu muy abierto a las ideas de la Ilustración*¹²³. El cual, tuvo el cargo de confesor de la reina María Luisa. Sus otros amigos pertenecientes a la iglesia, fueron Vicente Morales Duares y Toribio Rodríguez de Mendoza. Este último sería un personaje clave en la independencia del Perú. Efectivamente, sus relaciones con los eclesiásticos le permitió el acceso a mejores puestos de trabajo y el acceso a lecturas consideradas prohibidas, siendo este un aspecto clave en su formación académica.

En este sentido, el entorno en donde se desarrolló el personaje, nos permite comprender su universo de influencias. [...] *Porque la identidad reposa, en efecto, sobre las cuestiones de nuestro vínculo con nuestro entorno, la cuestión de la plaza que ocupamos en*

¹²⁰Ídem, p. 24

¹²¹Ídem p. 28

¹²²Véase José de la Puente Brunke. José Baquíjano y Carrillo. Editorial Brasa S.A, Lima 1995.

¹²³Óp. Cit. P. 34

*él, ya que ser consciente de sí, de su propia identidad permite a cada individuo definir su relación con el mundo y con la existencia*¹²⁴.

La fidelidad hacia la iglesia y a la ilustración hispana que profesaba Baquíjano, constituyó la matriz sobre la cual se aproximó a la ilustración francesa; permitiéndole mantener sus lealtades y considerando a los autores que podrían adaptarse a esta realidad en la que él se encontraba. Por este motivo, él tomó algunas ideas de Voltaire que no comprometieran la estabilidad del gobierno; pero que le sirvieran para sustentar su posición de guía de los pueblos que conformaban el territorio del Virreinato peruano. [...] *no olvidemos que el pensamiento ilustrado de Baquijano fue en gran medida tributario de la Ilustración española, que tuvo como característica muy típica su intento de compatibilizar las atractivas novedades ilustradas con la propia doctrina cristiana*¹²⁵. Por otro lado, *muchas de las reuniones que Baquijano sostenía con sus amigos tenían como tema central la discusión de alguna de las propuestas que por entonces planteaban los libros de los más importantes "filósofos" de la Ilustración Francesa*¹²⁶.

Las reuniones celebradas con fines académicos por parte de la Sociedad Amantes del País y la formación de su órgano difusor el Mercurio Peruano fue visto con buenos ojos por el Virrey Gil de Taboada. Siendo él su principal promotor. De este modo, se constituyó esta sociedad de conocimiento integrada por José Rossi y Rubí, Hipólito Unanue y fray Diego Cisneros.

A través del Mercurio Peruano, José Baquíjano y Carrillo publicó algunos artículos. Siendo relevantes en la medida que su producción periodística incide en temas relativos al orden y al cuidado de las formas establecida por el gobierno virreinal. Y también al cuidado de una economía que permita mantener un buen gobierno y de este modo evitar levantamientos. El interés de Baquíjano por preservar el orden, está supeditado al apoyo recibido por parte del Virrey Gil de Taboada.

En un artículo sobre historia y economía colonial, plantea la necesidad de conocer el terreno en donde se piensa explotar, identificar cada elemento que permita mantener la economía y sobre todo incidir en la explotación del *Ramo* que de mayores ganancias¹²⁷.

¹²⁴Alonso García Martínez. Identidades y representaciones sociales, pp. 1,2. Consultado el 13 de Octubre del 2013.

¹²⁵ José De la puente Brunke. José Baquíjano y Carrillo, p. 56

¹²⁶ Ídem, p. 35

¹²⁷ "Disertación Histórica y Política sobre el Comercio del Perú". En: Mercurio Peruano, tomo I.

Para tener una idea cabal de un país, es preciso saber analíticamente, cuales son los recursos que pueden hacer su felicidad. La ilustración, la policía, las modas, el valor talvez, y el modo de pensar se elevan, ó se abaten en razón de los grados en que está la industria y la opulencia de las Naciones. Las modernas, según el sistema universal de los enlaces sociales y políticos, no florecen, sino arreglando y perfeccionando su comercio¹²⁸.

Además, el autor se muestra muy interesado en el desarrollo de las minas. Su propuesta responde a que la producción en Potosí había decaído y era necesario conocer para explotar otras minas que le permitan a España salir de la crisis en la que se hallaba: [...] *El Perú dedicado con preferencia casi exclusiva á la explotación de las Minas, no ha juzgado dignos de sus meditaciones los trámites del comercio, en que se ocupa. La imitación, la costumbre ó la necesidad muy á menudo dan el tono á las especulaciones*¹²⁹.

Por este motivo, indica que las tierras son infértiles y es que el autor considera que el Perú es un territorio en el cual su principal fuente de riqueza reside en los recursos mineros, más no en la agricultura. [...] *en el Perú dilatados espacios de veinte, y treinta leguas no recompensarán al activo trabajo de la [...] Pero la Naturaleza equilibra esa ingrata esterilidad con la abundancia de los preciosos metales, que aumentados con exceso por el descubrimiento del nuevo Mundo, y admitidos con exceso por el descubrimiento del nuevo mundo, y admitidos por señal de todas las producciones, ha variado enteramente el antiguo sistema del comercio del Globo*¹³⁰.

Estas observaciones acerca de la geografía peruana, se entrecruzan con críticas a la naturaleza de los pobladores del mismo territorio. Es decir, las ideas que poseían de lo indígena como primitivo y de lo español como ente civilizador e ilustrado se hallaban en sus ideas sobre América. De esta manera, el rol que asume Baquíjano –desde su perspectiva– es de un ente civilizador, ante una masa tanto geográfica como humana que se halla en el retraso y debe ser reformada con urgencia y guiada por la clase dirigente de origen europeo. Por este motivo, en el siguiente párrafo resalta, lo que desde su perspectiva fue, un deficiente gobierno del último emperador Inca, dando como testimonio lo siguiente:

[...] último Emperador del Perú no pudo juntar para su rescate] el valor de millón y medio en oro y plata; y el saqueo del Cuzco no se calcula en mayor suma, que la de 10. Millones: corta cantidad para tantos años de acopio y acumulación, pero inmensa para la simple y única maniobra de recoger entre las arenas de los Rios las menudas partes de oro que arrastan sus aguas, y la poca plata pura que podía excavar de

¹²⁸ José Baquíjano y Carrillo. "Disertación Histórica y Política sobre el Comercio del Perú". Mercurio Peruano, tomo I, p. 209

¹²⁹ Ídem, pp. 209, 210

¹³⁰ Ídem, p. 214

una profundidad, que á veces apenas pasaba del estado de un hombre, ó de una fundicion mal organizada¹³¹

En efecto, las atribuciones del pobre desarrollo comercial, en estos espacios, a las poblaciones indígenas por hallarse en el retraso, según sus criterios. Se conjuga con el hecho de negar responsabilidad alguna a los europeos que habían causado bajas demográficas causadas, en su mayoría, luego de la llegada de los españoles por las evidentes guerras y las enfermedades traídas de Europa.

Las causas verdaderas de esta extraordinaria despoblación de la América, tomada en el sentido general ya expresado, han de buscarse en el género de vida á que estaban contraídos sus habitantes originarios. Dependientes en la mayor parte de la caza y de la pesca, pasaban los días en una agitación violenta, ó carecían de aquellos alimentos, mas homogéneos á la propagación de la especie humana. Las Guerras casi continuas, que había entre las Naciones que poblaban el País: los sacrificios de víctimas racionales, que se acostumbraban en algunas: los delitos que eran bien comunes en otras¹³².

Las razones por el deterioro económico y el atraso en lo concerniente a la cultura y a la civilización –visto desde una perspectiva eurocéntrica–, constituyen argumentos muy similares a los utilizados por el holandés De Pauw, el español Juan Antonio Ulloa, el escocés William Robertson y finalmente los franceses Charles Marie De la Condamine, George Louise Buffon; para sostener su propuesta sobre el deterioro sobre las especies causado por el clima en América. Con la finalidad de afirmar que los Criollos también habían sido afectados por estas condiciones de la naturaleza. En este sentido, encontramos una readaptación del discurso europeo, según las necesidades de los criollos parcializados con el gobierno para explicar la crisis económica y social en el Virreinato peruano y en la Metrópolis. [...]finalmente lo insaludable del clima, con especialidad en las Islas y Provincias mas inmediatas á la equinoccial, sembradas de bosques y lagunas, que hacían la atmosfera mas húmeda que en ninguna otra parte de la tierra: todos estos principios se oponían á que las generaciones se multiplicasen; y á lo mismo contribuía la ignorancia en que yacía el Americano de las artes útiles y necesarias á las comodidades de la vida¹³³

Se desprende de los planteamientos esgrimidos por Baquíjano la intención de establecer un discurso que se podría entender como un nacionalismo criollo, el cual no contempla una defensa de la totalidad de la población colonial hispana; por el contrario,

¹³¹Ídem. p. 215

¹³²Ídem. pp. 221, 222.

¹³³Íbidem.

busca proteger a la parcialidad criolla de la propuesta bióloga europea, redirigiendo sus conceptos para mantener su hegemonía sobre las castas.

Podemos apreciar que las explicaciones a la crisis económica y social tienen como sustento los discursos racistas propuestos por los autores europeos mencionados líneas arriba. Estas propuestas se entrelazan con el rol de educador que intenta asumir Baquijano y Carrillo, considerando a los cuerpos sociales que conforman la sociedad limeña como una masa presta a ser transformada por la ilustración –orientación tomada del pensamiento de Voltaire–.

En otro texto,¹³⁴ en donde escribe la historia de la Real Audiencia de Lima. Baquijano busca reafirmar y justificar el control de la corona sobre este espacio colonial, planteando lo siguiente: *La administración de justicia es el noble objeto de cetro y la autoridad: sin el ejercicio de esa sublime virtud no ofrecería la tierra sino un vasto campo de mortandad y confusión*¹³⁵.

Afirmando la existencia de un desgobierno vivido al inicio de la colonia, debido a la falta de instituciones que representen a la Corona. Por este motivo, desarrolla una línea de tiempo, en la cual, los personajes que se hallan insertos en ella –aunque no se encuentren en el mismo periodo de tiempo– los conecta en una suerte de genealogía de errores debido a la anarquía o el desgobierno. [...] *quando no habiendo Rey en Israel cada hombre era árbitro, y juez de sus acciones. El implacable odio encendido entre los partidarios de Almagro, y Pizarro inutilizaba las mas acertadas, y sabias providencias perpetuándose la anarquia y confusión destructora cruel de la prosperidad, y aumento del Estado*¹³⁶.

Esta historia posee una doble función; reafirmar las instituciones monárquicas que venían siendo cuestionadas en algunos reinos europeos –sobre todo, por las personas que se hallaban en los espacios coloniales–, y elaborar una analogía entre los conquistadores y los criollos. Ya que ambos tenían en común un distanciamiento con la corona.

Estas apreciaciones acompañadas por la construcción de la imagen de un rey que se mantiene al margen de conductas relativas a la opresión y a la tiranía, constituye un claro intento de revalidar la menoscabada imagen de las instituciones monárquicas y del rey. Además, reproduce la idea de un gobierno en donde el poder temporal y el poder espiritual reinen juntos. Permittiéndonos entender que su pensamiento no era depositario de los planteamientos revolucionarios que demandaban la separación de los poderes y el destierro

¹³⁴José Baquijano y Carrillo. "Historia de la erección, y el establecimiento de esta Real Audiencia". Mercurio Peruano, t. I, N° 21, fs. 185-190.

¹³⁵"Historia de la erección, y el establecimiento de esta Real Audiencia". Mercurio Peruano, t. I, p. 185

¹³⁶ Ídem. p. 186

de Dios en la mentalidad de la época para que su lugar sea ocupado por el hombre. Por el contrario, él entendía el orden político fundamentado en la divinidad [...] *Los Principes por su sagrado carácter, y dignidad se declaran enemigos naturales de la opresion [...] Imágenes de la Grandeza, y Magestad del Dios Supremo*¹³⁷. Añade lo siguiente: [...] *para aquietar las porfiadas riñas de sus pastores. La viuda, el débil y el pupilo serían infeliz presa del fuerte, y poderoso, si el freno saludable de las leves no encadenase el violento impulso de las pasiones*¹³⁸.

Este texto responde a la historia interpretada desde una realidad conflictiva; en la cual, se habían gestado más de doscientas rebeliones anticoloniales en la sierra, en donde la participación de criollos, evidencia la necesidad de elaborar un discurso que relacione a los conquistadores con los criollos del siglo XVIII. Con el objetivo de deslegitimar a los insurrectos, estigmatizándolos ante el pueblo, con la finalidad de utilizar esta coyuntura como ejemplo para evitar posteriores levantamientos. En este sentido, Baquíjano instrumentaliza la historia para desprestigiar cualquier forma de discrepancia con la corona.

Conclusiones

- La ilustración fue un cuerpo de propuestas diversas, las cuales sufrieron mutaciones en los terrenos donde fueron aplicados. Es por ello que la ilustración fue interpretada en el Perú –desde los planteamientos de la ilustración hispana y los planteamientos de Voltaire– como el buen gobierno entendido desde el orden y control social, en donde una minoría criolla sujeta al gobierno conduciría a los cuerpos sociales.
- Los temas históricos, económicos y científicos; fueron abordados desde las ideas racistas que se desarrollaban en Europa, con la finalidad de redirigir el discurso hacia las castas y culpabilizarlas de la crisis social y económica, con la finalidad de librar de responsabilidad a los Criollos y Españoles.
- La necesidad de restituir la confianza en las instituciones del estado y aplacar las luchas entre la corona y los criollos, fue un tema recurrente en los escritos de Baquíjano y de los otros autores del Mercurio peruano. Reconociendo él y los mercuristas que debían cumplir el rol señalado por Voltaire, en la cual una pequeña parte debe dirigir las luces

¹³⁷Ídem. p. 185

¹³⁸Ibídem.

de una nación. Sin desautorizar el gobierno, situación que demuestra la presencia de una ilustración española, conviviendo con las propuestas de Voltaire.

Fuentes Primarias

Mercurio Peruano, Tomos (I-XII)

Bibliografía

CHARTIERE, Roger. **Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII**, Los orígenes culturales de la Revolución Francesa, editorial Gedisa, Barcelona, 2003

DE LA PUENTE BRUNKE, **José. José Baquijano y Carrillo**. Editorial Brasa S.A. Lima, 1995

DARNTORN, Robert. **La gran matanza de gatos y otros episodios en la historia de la cultura francesa**. Fondo de cultura económica, Mexico, 1987

ROUSSEAU, J-J.: El Contrato Social, Edaf, Madrid, 2007.

RIVIALE, Pascal. Las primeras instrucciones científicas francesas para el estudio del Perú prehispánico (siglo XVIII y XIX). Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines. Tome 29 N° 1. Lima, 2000

TÓDOROV, Tzvetan. L'Esprit des Lumières, Robert Laffont, 2006. Tr.: El espíritu de la Ilustración, Galaxia Gutenberg, 2008.

Os Redentoristas e a *kulturkampf*.

José Leandro Peters¹³⁹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo político vivenciado na Alemanha da segunda metade do século XIX conhecido como *kulturkampf*, e a interferência desse processo nas relações entre Estado e Igreja, naquele território. Compreende-se que esse processo político repercutiu de maneira significativa na história da Congregação do Santíssimo Redentor e acabou por ser um elemento determinante na escolha feita pelos padres da referida congregação ao optarem em responder positivamente ao convite dos bispos Dom Joaquim Arcoverde (São Paulo) e D. Eduardo (Goiás) para o trabalho missionário no Brasil, pedido que já havia recebido uma resposta negativa na década de 1850.

Palavras-Chave: Ultramontanismo, Redentoristas, *Kulturkampf*.

Introdução:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre duas questões centrais: entender porque a Congregação redentorista foi a escolhida pelos “bispos ultramontanos” brasileiros ao longo do século XIX, bem como as escolhas feitas pelos religiosos da Congregação Redentorista (especificamente do grupo que veio para o Brasil) no que tange às escolhas feitas em vir ou não para o Brasil.

Os poucos estudos que trabalham com a Congregação Redentoristas, focam o período posterior à chegada dos padres em solo brasileiro, ou seja, pós 1894. O estudo aqui presente tem como objetivo analisar um período anterior, momento em que a Congregação ainda encontrava-se em solo europeu, mais precisamente dois períodos distintos, a década de 1850 e o período entre 1890 e 1894. Em ambos, temos informações de que houve um contato do clero brasileiro com a Congregação na tentativa de trazer para o trabalho missionário no Brasil os padres redentoristas. No entanto, os dois contatos resultaram em respostas distintas: enquanto em 1850, quando o bispo de Minas Gerais D. Antônio Ferreira Viçoso, fez o primeiro contato com a congregação, a resposta foi negativa, ou seja, os padres redentoristas não demonstraram vontade de rumar para o Brasil; os contatos estabelecidos na década de 1890 resultaram em respostas distintas. Dom Eduardo, bispo de Goiás, Dom Joaquim Arcoverde, bispo de São Paulo e Dom Silvério, bispo de Minas Gerais, foram bem sucedidos ao recorrerem à Congregação Redentorista, conseguindo que os padres aceitassem o convite.

¹³⁹Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: joseleandropeters@yahoo.com.br.

Portanto, esse trabalho procura compreender um universo de escolhas, as quais são aqui abordadas como estratégias encontradas por esses atores para responder a situações impostas pelo contexto sócio-político e religioso em que viviam. Tanto os bispos brasileiros traçam uma estratégia ao recorrer ao trabalho missionário dos padres redentoristas, quanto esses, por sua vez também possuem uma intencionalidade ao recusar e/ou aceitar o convite feito pelos religiosos brasileiros. Assim procuro entender aqui porque os padres da Congregação Redentorista foram os escolhidos para a ação missionária no interior do Brasil na segunda metade do século XIX e quais foram as escolhas efetivadas pelos religiosos da congregação ao recusarem a proposta em 1850 e a aceitarem em 1894.

1- Os primeiros contatos: 1844

D. Antônio Ferreira Viçoso (1844- 1875) foi o primeiro bispo brasileiro a fazer contato com os redentoristas objetivando a vinda da Congregação para o Brasil. Segundo Augustin Wernet, em setembro de 1843, semanas depois de ter sido nomeado bispo de Mariana, D. Viçoso enviou correspondência aos redentoristas solicitando que eles viessem para o Brasil pregar as Santas Missões em sua diocese e para ensinar Teologia no Seminário diocesano¹⁴⁰.

Os estudos sobre a vida e atuação de D. Viçoso o descrevem como um dos primeiros bispos reformadores brasileiros. Era tendente à moralização do clero brasileiros e à política ultramontana da Igreja Católica. Em sua primeira carta pastoral (05 de maio de 1844) imprimiu uma série de admoestações ao clero e aos fiéis:

Os cônegos têm obrigação de dar exemplo de modéstia e silêncio (...) Vós reverendos párocos, que conosco participais do ofício pastoral, tendo havido tantos exemplos funestos, tantos escândalos políticos, lembremo-nos de que Nosso Senhor nos diz: ‘Comíeis o leite e vos vestíeis de lã, matáveis o que estava gordo, mas não apascentáveis meu rebanho’. (...) Ah! Companheiros do nosso ministério, que responderemos a Deus, quando nos lançar no rosto tanto descuido, tanta prevaricação, tanta dissipação?¹⁴¹

Na visão de D. Viçoso, as atitudes descompromissadas e relapsas do clero conduziram a efetivação de uma religião reduzida a atos externos de devocionismo, sem valorização da

¹⁴⁰ WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil*. Volume I. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1995.

¹⁴¹ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007. P. 122

prática sacramental, marcada por uma invasão do poder civil nos domínios do eclesiástico¹⁴². Como medida para solucionar esses problemas D. Viçoso empreendeu esforços para reestruturar o Seminário Episcopal de Mariana, concluído em 1845. Seu projeto, como já mencionado, passava por disciplinar o clero brasileiro. No entanto, para efetivá-lo o bispo esbarrava em uma série de empecilhos entre os quais estava a carência de recursos à sua disposição. Esses recursos não eram somente de caráter financeiro, mas faltava-lhe também um corpo missionário preparado para assumir a formação do clero. É nesse sentido que assume importância para o projeto de D. Viçoso a Congregação do Santíssimo Redentor.

Na década de 1840 a Congregação Redentorista ganhava espaço e reconhecimento no continente europeu. A Congregação, criada por Santo Afonso de Ligório em 1732 com o objetivo de suprir a carência espiritual dos camponeses desassistidos pela Igreja, se espalhava por meio de missões e administração de santuários pela Europa e América¹⁴³. O projeto de expansão para além de Nápoles vinha se efetivando desde 1820, e em 1845, os redentoristas já haviam atingido os reinos germânicos e algumas regiões da América do Norte. Do mesmo modo que as missões redentoristas cobriam um espaço geográfico cada vez maior, percebe-se que no período as obras escritas por e sobre Santo Afonso de Ligório ganhavam uma visibilidade considerável, sendo editadas e publicadas em várias regiões da Europa.

Por ser uma ordem que exaltava a infalibilidade papal, os redentoristas foram interpretados como praticantes de uma religião ultramontana e reformada segundo os princípios tridentinos, em que valorizavam as práticas sacramentais e condenavam o devocionismo. Acredito que essa leitura feita da Congregação, bem como o reconhecimento que o trabalho missionário redentorista vinha tendo no período em questão, são os motivos que explicam a motivação de D. Viçoso em trazer os redentoristas para assumirem a formação do clero reformado brasileiro.

No entanto, o mesmo motivo que levou D. Viçoso a estabelecer contato com a Congregação Redentorista foi o responsável pela recusa feita ao convite do bispo. Em 1845, a Congregação encontrava-se em uma fortuita expansão pelo continente europeu, na qual necessitava de um número considerável de religiosos para efetivar tal processo missionário. Era interessante para a Congregação naquele momento concretizar os projetos de expansão que vinham sendo colocados em ação no continente europeu e na América do Norte, muito

¹⁴²*Idem.*

¹⁴³ UNIÃO DOS REDENTORISTAS DO BRASIL. *Espiritualidade Redentorista: Textos*. Aparecida, SP: Editora Santuário, S/data.

mais do que a falta de entusiasmo e atração pelo trabalho missionário no Brasil, ao qual se refere Augustin Wernet¹⁴⁴, as escolhas feitas pelos superiores da Congregação nesse primeiro momento, em que recusaram o convite de D. Viçoso, foram feitas baseando-se no princípio de concretizar um projeto no continente europeu, projeto esse que necessitava do mesmo fator que o projeto do bispo de Mariana: religiosos dispostos ao trabalho missionário, à administração de santuários e à formação do clero. Assim a resposta negativa dada pelos redentoristas à proposta de D. Viçoso.

2- O segundo contato: a década de 1890.

O segundo contato com a Congregação Redentorista foi empreendido na década de 1890, por três bispos brasileiro: D. Silvério Gomes Pimenta, também bispo de Mariana; D. Eduardo Duarte da Silva, bispo de Goiás; D. Joaquim Arcoverde, bispo de São Paulo. Todos os três preladados tiveram uma formação de caráter reformadora e ultramontana. Na base de formação de D. Silvério esteve D. Viçoso, cuja visão religiosa já foi aqui exposta. D. Eduardo e D. Arcoverde tiveram sua formação marcada pela passagem no Pontifício Colégio Pio latino-americano, que junto com o Seminário São Sulpício, na França, eram os centros de formação do clero reformado na segunda metade do século XIX¹⁴⁵. Desse modo, as aspirações desses bispos eram muito próximas as de D. Viçoso e da mesma forma que ele provavelmente tenham reconhecido a Congregação Redentorista como aspiradora dos ideais reformadores e depositado nela suas esperanças de reforma da Igreja e da ação missionária brasileira.

Na passagem da década de 1860 para 1870, a questão do ultramontanismo ganha um espaço ainda maior nos debates religiosos e políticos devido ao Concílio do Vaticano I, levado a frente pelo papa Pio IX. Nesse concílio foi afirmado o dogma da infalibilidade papal e do primado do pontífice romano. Foram condenados neste Concílio quaisquer movimentos religiosos que se aproximassem do Galicanismo francês ou do Febronianismo alemão, ambos os movimentos eram direcionados a uma nacionalização do catolicismo e a uma limitação do poder papal em favor do episcopado em seus respectivos Estados. Foi determinada também a

¹⁴⁴ WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil*. Volume I. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1995.

¹⁴⁵ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

excomunhão de “antigos católicos” que se recusaram a aceitar o dogma da infalibilidade papal¹⁴⁶.

Nesse contexto, a leitura da Congregação Redentorista como uma congregação de vertente ultramontana e submissa a Roma assume importância significativa para as escolhas efetivadas pelos bispos brasileiros ao buscarem religiosos no continente europeu para o trabalho missionário no Brasil. Diferentemente da resposta dos redentoristas aos anseios de D. Viçoso, os contatos efetivados por D. Silvério, D. Eduardo e D. Arcoverde foram satisfatórios aos seus anseios, recebendo uma resposta positiva dos superiores da Congregação. Mas qual teria sido o motivo dessa escolha redentorista em aceitar o convite?

Para responder a essa indagação retomo o Concílio do Vaticano I. As decisões tomadas pelos prelados nesse concílio condenaram a interferência do poder temporal nas decisões tomadas pela Santa Sé, condenando qualquer prática política ou religiosa que visasse nacionalizar a Igreja ou as práticas religiosas, entrando em confronto com as aspirações políticas em alguns Estados europeus, entre os quais figurava a Alemanha, então recém unificada.

A Alemanha da década de 1870 é marcada por disputas políticas entre dois partidos: os liberais e o Partido de Centro. Enquanto os primeiros apoiavam os esforços de Otto Von Bismark

de modernizar a economia removendo todos os obstáculos remanescentes à liberdade do comércio, de estabelecer um código de leis uniforme e de eliminar os últimos vestígios do feudalismo da administração. O Partido de Centro defendia os direitos dos estados e se opunha a todas as tentativas de fortalecer o governo federal. Os liberais, por sua vez, eram violentamente anticatólicos e condenavam a igreja ultramontana como sendo hostil aos interesses nacionais, um corpo estranho, um ninho de superstição e atraso¹⁴⁷.

A ascensão de Bismark no governo alemão efetivou a proposta liberal, segundo a qual a modernidade exigia um Estado forte, que eliminasse instituições que atuavam como mediadoras entre o cidadão e o Estado, entre as quais figurava a Igreja. A Igreja passou a ser compreendida como antimoderna, entinacional, integralista, ultramontana e autoritária. A chamada “Batalha de Culturas” ou *Kulturkampf*, opôs Estado a Igreja, renovando a luta entre

¹⁴⁶ Sobre o Concílio do Vaticano I ver CASTIGLIONI, Carlos. *Historia De Los Papas*. Tomo segundo: desde Bonifácio VII a Pio XII. Barcelona/Madrid/Buenos Aires/Rio de Janeiro/México/Montevideo: Editorial Labor, S.A. 1951.

¹⁴⁷ KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013. P. 184

o imperador e o papa, conflito que foi intensificado pelas decisões tomadas no Concílio do Vaticano I. A promulgação da infalibilidade papal foi interpretada como uma indicação da mentalidade fechada de Roma e assim que se fez presente na Alemanha opôs duas aspirações distintas: de um lado, o Estado que queria aumentar o controle sobre a religião e de outro uma Igreja que queria diminuir a interferência do Estado sobre as decisões religiosas.

O aprofundamento desse conflito levou à supressão de ordens religiosas que se diziam submissas à Roma, entre as quais figuravam os jesuítas e os redentoristas. Os jesuítas eram compreendidos como a tropa de assalto do ultramontanismo. E os redentoristas por se dizerem fiéis à infalibilidade papal, e por serem compreendidos pelo Estado como herdeiros da tradição jesuíta, se viram também atingidos pela política da *Kulturkampf*. O aprofundamento dessa política alemã levou à promulgação de leis como a que se tornou vigente na região da Baviera, a qual proibia os padres de fazerem declarações subversivas em seus sermões e propôs o banimento dos jesuítas, o que foi aceito em 1872.

A reação da Igreja à política de Bismark conduziu o Estado a decretar o corte de recursos financeiros à Igreja, o fechamento de seminários e o confisco de propriedades, além da exoneração, aprisionamento e exílio de alguns bispos. Em 1875, praticamente todas as ordens religiosas foram banidas da região da Prússia.

A hostilidade política vivida pelos padres redentoristas no continente europeu é o principal elemento que, a meu ver, justifica a escolha dos padres redentoristas em aceitar os convites de D. Silvério, D. Eduardo e D. Arcorverde. Se em 1845, recusaram o convite porque estavam galgando espaço no continente europeu, em 1893 e 1894 viviam um processo distinto de quase supressão da Congregação. Da mesma forma que os jesuítas vislumbraram o Brasil como uma fuga para a opressão que viviam no continente europeu, migrando principalmente para o sul do Brasil¹⁴⁸, os redentoristas encaram a proposta dos bispos brasileiros como uma solução para os problemas que eles viviam no continente europeu, principalmente no que se refere aos redentoristas alemães.

Outro motivo que corrobora essa explicação é o fato da proposta de D. Eduardo ter sido muito mais bem aceita do que a feita, meses depois, por D. Arcorverde. Quando Arcorverde recorreu aos redentoristas alemães para o trabalho missionário na região de São Paulo, a política da *Kulturkampf* já havia sido suprimida, o que levou os superiores da congregação a relutarem em aceitar o convite feito pelo bispo paulista. Era preciso reconstruir

¹⁴⁸ VIEIRA, Dilermundo Ramos. O processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926). Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

a atividade pastoral no estados alemães dos quais haviam sido banidos e para tanto necessitava-se do fator humano, no entanto era necessário também um centro de apoio à ação missionária de Goiás e à ação missionária já encaminhada de Minas Gerais que fosse próximo ao litoral. Assim, afim de centralizar o contato entre os superiores em Roma e os missionários no Brasil os superiores da Congregação Redentorista decidiram por investir nas missões paulistas, mesmo tendo que reduzir o contingente de padres disponíveis para a reconstrução da ação missionária no continente europeu.

Portanto, o que percebemos é que a ação tanto dos religiosos redentoristas como dos bispos brasileiros, foram motivadas por estratégias traçadas pelos dois grupos para efetivarem suas respectivas propostas religiosas.

Palavras finais:

Ao final desse trabalho concluí-se que as escolhas efetivadas tanto pelos prelados brasileiros, quanto pelos padres redentoristas, estiveram de acordo com as suas aspirações naquele momento, as quais levavam em consideração a possibilidade de concretização do projeto reformista ultramontano no caso dos bispos brasileiros e a prosperidade da Congregação no caso dos redentoristas.

No Brasil era difícil para D. Viçoso encontrar sacerdotes, pautados por uma visão reformadora e ultramontana que pudessem efetivar seus projetos de formação de um clero pautado pelos princípios tridentinos e ultramontanos. Dificuldade enfrentada também pelos bispos que o precederam. Esse fator os levou a cogitarem a possibilidade de recorrerem à congregações que exaltavam a infalibilidade papal e a conseqüente submissão à Roma. Identificando suas propostas com as descrições feitas da atuação redentorista. Pelo outro lado, os redentoristas recusaram o primeiro convite porque era interessante para a Congregação a expansão pelo continente europeu e quando o aceitaram, o fizeram porque não vislumbraram no Brasil a possibilidade de efetivar nesse Estado uma ação missionária que não lhes era possível conduzir em seus Estados de origem.

Referências bibliográficas:

CASTIGLIONI, Carlos. *Historia De Los Papas*. Tomo segundo: desde Bonifácio VII a Pio XII. Barcelona/Madrid/Buenos Aires/Rio de Janeiro/México/Montevidéu: Editorial Labor, S.A. 1951.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

UNIÃO DOS REDENTORISTAS DO BRASIL. *Espiritualidade Redentorista: Textos*. Aparecida, SP: Editora Santuário, S/data.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de Reforma e Reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

WEISS, Otto. *Encontros com São Clemente*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2011.

WERNET, Augustin. *Os redentoristas no Brasil*. Volume I. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1995.

ST 04. Políticas Públicas no Brasil Republicano

A Higienização no Combate às Epidemias na Era Vargas (1930 – 1945)

Marina Brandão Mendes Regazzi¹⁴⁹

Resumo: Este artigo tem por objetivo descrever como se sucedeu o combate às epidemias na Era Vargas, a partir das políticas públicas de higiene, e da visão de médicos modernistas como Pedro Nava, Joaquim Nunes Coutinho Cavalcante e Benjamim Constante de Aquino Bretas, narrados na obra de Pedro Nava, “O Círio Perfeito”.

Palavras-chaves: Médicos Modernistas, Pedro Nava, Era Vargas.

Abstract: This article aims to describe how they succeeded in combating epidemics Vargas, from the public policy of hygiene and public health. And the vision of modernist doctors as Pedro Nava, Joaquim Nunes Coutinho Cavalcante and Benjamim Constante de Aquino Bretas, narrated in the work Pedro Nava, “O Círio Perfeito”.

Key words: Modernist Doctors, Pedro Nava, Era Vargas.

Introdução: Oswaldo Cruz e a higienização:

No fim do século XIX e início do século XX, o período que se denomina de República Velha, os interesses voltados para a saúde da população brasileira da época, não diziam respeito ao Direito Social ou a dignidade humana do brasileiro. A questão se encontrava totalmente entrelaçada ao interesse das elites agrárias de Minas Gerais e São Paulo, em preservar a saúde dos trabalhadores ex-escravos ou imigrantes.

Já nas bases da República Velha encontrava-se:

“(…) estava envoltos por valores positivistas de ordem e progresso, como se vê na própria bandeira nacional, e dessa forma, a valorização da ciência e de uma visão de um mundo europeu pautado na marca da modernidade invade o país, ainda que de forma contraditória a uma realidade ainda marcada pelo regime agrário exportador, pelo patriarcalismo, pela tradição de um passado escravocrata.”¹⁵⁰

É neste contexto histórico que entra em foco as Faculdades de Medicina da Bahia (a primeira do Brasil) e depois a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já no final do século XIX iniciou-se o processo de urbanização e modernização da Capital Brasileira. O Brasil só tornou-se um país urbano apenas na segunda metade do século XX. A partir daí o antigo e o moderno passaram a conviver em um novo Brasil.

¹⁴⁹ Graduanda em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marinaregazzi@hotmail.com

¹⁵⁰ Trecho do texto: O início das políticas públicas para a saúde no Brasil: da República Velha à Era Vargas. Encontrado no site: <www.brasilecola.com/sociologia/o-inicio-das-politicas-para-saude-no-brasil-erepublica.htm> e escrito por: Paulo Silvino Ribeiro.

As conseqüências da modernização desse novo Brasil Republicano, oriundo dos elementos arcaicos do Império foram a urbanização do Distrito Federal (Rio de Janeiro – Capital), o desenvolvimento da ciência e da medicina com a criação do Instituto Manguinhos e das Faculdades de Medicinas. Neste sentido:

“A medicina teria de se empenhar na luta contra os males da nação o que justificariam as medidas internacionalistas e autoritárias que marcam os primeiros anos da República Velha.”¹⁵¹

Neste contexto instalaram-se medidas profiláticas no combate às epidemias que assolavam o Brasil republicano, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

“As medidas de reforma urbana e higienização da cidade do Rio de Janeiro, assim como as campanhas para a vacinação da população, marcaram este período.”¹⁵²

Apenas no governo do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), que se instruiu como uma meta deste governo republicano, que foi o saneamento básico e a reurbanização do Distrito Federal. O presidente nomeou alguns nomes de peso para concretizar as reformas no seu governo.

“Para assumir as frentes da reforma nomeou Francisco Pereira Passos para o governo municipal. Este por sua vez chamou Francisco Bicalho para a reforma do porto e Paulo Frontin para as reformas no centro. Rodrigues Alves nomeou ainda o médico Oswaldo Cruz para o saneamento.”¹⁵³

Com isso a cidade do Rio de Janeiro sofreu inúmeras mudanças, como por exemplo: a derrubada de casarões e cortiços, onde moravam os trabalhadores urbanos, culminando com o despejo de seus moradores.

“A população apelidou o movimento de ‘bota-fora’. O objetivo era a abertura de grandes bulevares, largas e modernas avenidas com prédios de cinco e seis andares.”¹⁵⁴

É neste ambiente conturbado da política e da sociedade do Rio de Janeiro, que entrou em cena a figura do médico sanitariano Oswaldo Cruz. O referido médico iniciou a sua

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Trecho do texto : A Revolta da Vacina. Que foi retirado do site: <www.ccms.saude.gov.br/revolta.htm>

¹⁵⁴ Idem.

formação em medicina aos 15 anos cursando a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se como doutor no dia 24 de dezembro de 1892 na mesma instituição de ensino, com a defesa da tese “Veiculação Microbiana pelas águas”.

“Somente em 1896 pôde realizar o seu sonho: especializar-se em Bacteriologia no Instituto Pasteur de Paris, que, na época, regia grandes nomes da ciência.”¹⁵⁵

Quando voltou de Paris Oswaldo Cruz, encontra o porto de Santos assolado por uma grave epidemia de peste bubônica que assolava a cidade e se dedicou ao combate desta epidemia. Foi ai que ele foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves como médico sanitaria de seu governo e Cruz se dedicou à higienização da capital federal e à erradicação da Febre Amarela que assolava o Rio de Janeiro.

“Grande parte dos médicos e da população acreditava que a doença se transmitia pelo contato com as roupas, suor, sangue e secreção dos doentes. No entanto Cruz acreditava em uma nova teoria: o transmissor da Febre Amarela era um mosquito.”¹⁵⁶

E foi a partir deste ponto que Oswaldo Cruz lutou pelo combate do mosquito e erradicou a doença, com uma campanha maciça pela vacinação da população do Distrito Federal. O ponto culminante da atuação de Cruz foi em 1904, com a Revolta da Vacina, oposição da população carioca contras os policiais, mas no fundo era bem mais que isso. Um povo pobre, de baixa cultura e descontente com a modernização da cidade devido à expulsão desta camada social de suas casas. Mesmo com as lutas que ocorreram no Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz consegue erradicar a Febre Amarela em 1907, na capital.

Os Médicos Modernistas na Era Vargas:

Primeiramente, ao falar dos médicos modernistas e sanitaristas da Era Vargas, baseei-me no livro de memórias do médico modernista Pedro Nava (1903-1984) para melhor retratar a vida, felicidades e angustias de médicos como: Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti e Benjamim Bretas, que não pensavam apenas em si mesmo ou em enriquecer com a medicina, e sim em curar o povo brasileiro que habitava o sertão de nosso país, mais especificamente o oeste paulista, no caso do livro de Nava. Viviam a medicina como um celibato e a política

¹⁵⁵ Texto intitulado: Oswaldo Cruz. Retirado do portal da FIOCRUZ: portal.fiocruz.br/PT-br/content/Oswaldo-cruz.

¹⁵⁶Idem.

como um meio de encontrar o caminho para a higienização do interior do país como no caso de Cavalcanti.

A partir da sua formatura na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em 1927, Pedro Nava (1903 – 1984), fez residência na Santa Casa de Misericórdia da mesma cidade, que até 1930. Podemos observar em suas Memórias, que ele acreditava na medicina acima de tudo e o bem que ele fazia ao povo de Belo Horizonte, por isso fez a seguinte proposta ao coronel médico Américo de Magalhães Góes:

“Meu caro Goés vim aqui como um memorando do Argus para vocês me colocarem entre os médicos da polícia. Estou à sua disposição. Parece que o Dr. Cavalcanti quer ter o controle sanitário do Estado durante a Revolução e eu tenho ordens de pô-lo diariamente a par do que se passa aqui pela polícia. (...)”¹⁵⁷

No final do ano de 1930, após uma desilusão amorosa Nava decide se mudar de Belo Horizonte e ir clinicar no Oeste Paulista, com o intuito de cuidar daquela população sofredora e necessitada de tudo, como fizera anteriormente seu amigo Joaquim Nunes Coutinho Cavalcante.(NAVA, 1983, pag.84). É neste momento que entra em choque a vida de médico da cidade, buscando o enriquecimento e a hierarquia social do que o médico da roça, que não tem a intenção de enriquecer e sim apenas de ajudar o povo pobre do interior do Brasil. Neste contexto que se encaixa os médicos Nava, Cavalcanti e Bretas.

Nava acompanhou o Dr. Cavalcanti como seu aprendiz, até aperfeiçoar as suas práticas de médico da cidade para tratar o povo da roça. Quando se sentiu pronto para a medicina da roça foi montar o seu consultório em um pequeno povoado no Oeste Paulista – Monte Aprazível - e lá Nava atendeu doentes com moléstias típicas desta pobre região:

“O senhor desculpe, doutor, desculpe mesmo. Estou muito envergonhado. Peço perdão da má palavra mais estou sofrendo de doença de baixo apanhada no Bordel daqui (...)”¹⁵⁸

Esta fala diz respeito a doenças sexualmente transmissíveis como por exemplo a sífilis:

“O Egon paternal explicou que aquilo não era vergonhosa nenhuma, que aconteceu a todos os rapazes, que ninguém se livrava, que o necessário era tratar-se e no futuro tomar os cuidados.”¹⁵⁹

¹⁵⁷Fala de Dr. José Egon Barros da Cunha , descrita na página 28, que se encontra no livro; Nava, Pedro. O Ciro Perfeito: memórias 6. 3ª Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro , [s/d], 586p.

¹⁵⁸ Fala de um doente a Dr. Egon página 201, no livro O Ciro Perfeito.

¹⁵⁹ Ciro Perfeito página 201.

Explicação do médico sobre a doença, o cuidado para não pega-la de novo e sua profilaxia.

“(...) que sofria muito com a febre e a tremedeira dia sim, dia não. Era certo vir sempre assim. Na hora aquele calafrio que nem que ela tivesse caído num tanque de água gelada e era arrepio no corpo todo e a tremedeira batendo queixo que nem que podia falar e a dor de cabeça como se fosse malho batendo nas fontes às vezes na nuca ela vendo tudo vermelho só depois é que o corpo ia acalmando o frio de gelo. Começava a febre e parecia labaredas e sua pele ficando mais seca e toda áspera feito tronco de pé de pau e a moleza que não podia nem levantar o braço quanto mais da cama (...)”¹⁶⁰

“(...). Viera à consulta por dores de cabeça, às vezes muita tonteiras, uma sonolência mala depois das refeições . Tomava sim senhor. Sempre um cálice de garapa antes de cada refeição e vinho tinto durante a mesma. Às vezes uma ou duas cervejas durante o dia e o mesmo à noite. (...)”¹⁶¹

Nestes dois trechos Nava site discorre sobre a Malária e os seus sintomas.

O Dr. Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti (1906 – 1960) se formou com excelência pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte juntamente com Nava, mas diferentemente dele, ao se formar, decidiu ir trabalhar como médico da roça no Oeste Paulista. Ao chegar na roça ele teve que lidar com a presença do curandeiro.

“... num tem nem mais nem meio mais, doutor. E aqui neste sertão onde já existe médico, este tem de respeitar o curão e tratá-lo com ética, como aos colegas. O doente ignorante só toma do médico o remédio que vai ao encontro de suas crenças profundas. E se eu tirasse a carqueja de que mostrei preferência pela amarga só por políticas e se proibisse o caroço queimado – minha doente ficaria nesses remédios e não tomaria os que eu receitei. Assim ela vai melhorar com a dose forte de antipirina que eu dei e atribui tudo à muxuinifada receita pelo carimbamba. Gonzinho, Gonzinho, desbesunte-se da pretensão que aprendemos na faculdade. Se você quiser me censurar pode mais pelo fato d’eu num ter receitado a minha antipatia dizendo que melhor seria rezar antes de cada colherada a jaculatória de São Prudenciano. Pense nisso, se não quiser, nesta clínica do sertão que vai ensinar muito a você, ser vencido pelos bruxos ...”¹⁶²

Além de médico o Dr. Cavalcanti se tornou um político muito estimado, tanto na Era Vargas quanto depois.

“Coutinho Cavalcanti começou a sua carreira como vereador à câmara municipal de Rio Preto, ocupando a prefeitura como interino durante impedimento ocasional do prefeito efetivo. Eleito pelo cargo em 1936, não toma posse. Concorre novamente pelas oposições coligadas em 1947, tendo sido derrotado pelo candidato do governador Ademar Barros. É eleito deputado federal pela primeira vez, tendo

¹⁶⁰ Idem página 203.

¹⁶¹ Idem página 204 .

¹⁶² O Ciro Perfeito, página 115 e 116.

ocupado a cadeira na legislatura de 1948-1951. Foi secretário de Estado de Negócios de Saúde Pública, indicado por seus partidários durante o governo de Jânio Quartos, em São Paulo. Foi conselheiro do Hospital dos Servidores do Estado no período em que o dirigiu seu amigo Pedro Nava, durante a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira.”¹⁶³

O Dr. Beijamim Bretas (1891 – s/d), era bem mais velho que Nava por isso mais experiente e muito solícito aos seus amigos, como foi com o colega quando este teve dificuldade em fazer um parto.

“A mulher não gemia, mas apenas a cara de sofrimento(...). Ele sabia perfeitamente o que tinha de fazer. Tinha de meter a mão, pegar um pé - o bom pé e transformar aquele paço em uma extração podálica e de cabeça derradeira. (...) Mas perdia-se lá dentro, não achava o pé que lhe parecesse o bom, sua mão ia ficando dormente, acabou tendo uma câimbra que fê-lo sofrer um diabo (...). Ele tirou a mão e explicou à mãe e a parteira que com aquelas dores que lhe tinham dado não podia de jeito nenhum continuar o parto e que fossem rapidamente chamar em seu nome o Dr. Bretas. (...) Vinte minutos depois o colega chegou(...). Bretas, você não só salvou a vida desta criança como prestou-me um favor que não sei como pagar. Além disso deu-me a mais linda lição de coleguismo e de ética profissional que eu já recebi. Duvido que venha a ter, de outro, ensinamento igual ao que teve de você... O que tenho a dizer e que por sua causa e por seu exemplo procurei, em todas as ocasiões, ser útil aos meus colegas - exatamente ao jeito de que você o foi para mim. Muito obrigado. Não é dito com a boca mas com palavras buscando no coração. Muito e muito obrigado.”¹⁶⁴

A Higiene no Distrito Federal (1930 – 1945):

Foi a partir da Era Vargas que os cuidados com a saúde pública e com a higienização, não apenas na Capital Federal, como também, no interior do Brasil, passou a preocupar o Governo. É neste período que foi criado o Ministério da Educação e Saúde quando se destaca o ministro Pedro Ernesto. Neste período o governo investiu com força na sanitização do Distrito Federal. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 379)

“O Departamento Nacional de Saúde Pública, iniciou-se em 1930 entre os órgãos do recém-criado M. E. S., passou, a partir de 1934, por uma série de recomendações necessárias. Nesse ano reorganizaram-se em bases modernas vários serviços locais, que se executavam no Distrito Federal – e a eles se limitavam quase exclusivamente, até então, as atividades federais de saúde; cuidou-se também, de congregar sob um mesmo órgão de comando, vários serviços dispersos realizados pela União; e estendeu-se a ação federal aos estados, atendendo especificamente a certos problemas de caráter nacional e amparando técnica e financeiramente as reparações sanitárias locais para a solução dos demais.”¹⁶⁵

Ocorreu também uma melhor organização no serviço de água e no esgoto no Distrito Federal. O governo de Vargas investiu em cursos da saúde pública, com objetivo de preparar

¹⁶³ Idem, página 158 e 159.

¹⁶⁴ Ide, páginas 233 e 234.

¹⁶⁵ Trecho retirado do livro: SCHWARTZMAN, Simon. Estado Novo um auto retrato (1937-1945). Serie Temas Brasileiros v. 24. UNB/ Fundação Roberto Marinho, Brasília, 1982, 623 p.

sanitaristas para trabalhar com o combate de epidemias e na higienização de todo o país, com o principal enfoque na época, que foi o interior do Brasil. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 380)

Também foi criada uma Delegacia Federal de Saúde, órgão incumbido de fiscalização a saúde em todas as áreas do país a partir dos serviços locais de Saúde Pública e Assistência Médico – Social.

“Foram assim determinados, para o Departamento Nacional de Saúde, compreendendo 23 órgãos de ação (um instituto, 13 serviços de Lepra, Tuberculose, Febre Amarela, Peste, Câncer, Doenças Mentais, Educação Sanitária, Fiscalização da Medicina, Saúde dos Portos, Águas e Esgoto, Bioestatística e Administração, 2 divisões supletivas – de Organização Sanitária e Hospitalar e 7 delegacias federais de saúde) os seguintes encargos, todos do maior alcance:

Promover a realização de inquéritos, pesquisas e estudos sobre as condições de saúde, sobre as questões de saneamento e higiene, bem assim sobre a epidemiologia das doenças existentes no país e os métodos de sua profilaxia e tratamento.”¹⁶⁶

Foi aí que o D.N.S. em parceria com as Delegacias federais de saúde, aprimoraram as repartições sanitárias e estaduais de saúde em todo o país. Houve a criação de Centros de Saúde Pública e de Postos de Higiene por todo o interior do Brasil com o intuito de combater as epidemias.

O governo Vargas fez um amplo investimento no desenvolvimento, aperfeiçoamento da pesquisa científica com relação às doenças que perdurou de 1930 a 1942. Grandes nomes de avanço científico foram o Instituto Oswaldo Cruz, a Fundação Americana Rockefeller, o Jardim Botânico, o Museu Goeldi e o Museu Nacional. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 382).

As Epidemias que assolaram o país:

O governo de Vargas lutou para combater as epidemias que assolavam todo o país, através de: estabelecimento de um plano hospitalar para o Brasil, a criação de hospitais próprios para cada tipo de doenças, a reforma de Departamento Nacional de Saúde para melhor controlar os hospitais a partir de um cadastro hospitalar sistemático de todo o país.

Voltando à questão das epidemias provocadas pelas doenças e ao seu combate, é indispensável citar o problema sanitário primeiro do Brasil identificado pelo governo de Vargas: a Tuberculose. O combate decisivo desta doença começou em 1935.

A doença em questão gera problemas nos pulmões, febre, o doente tosse sangue. Na maioria dos casos, se não houver o tratamento correto a doença leva o doente à morte. Os

¹⁶⁶ Idem, página 382.

doentes devem ser separados das pessoas sãs, pois a doença é de fácil contágio. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 376)

O governo criou medidas urgentes de isolamento e assistência para os doentes, evitando o contágio, com a criação de Dispensários para os doentes, Sanatórios e Preventórios em todas as partes do país. Houve também a criação de hospitais próprios para tuberculose: só para homens, só para mulheres e para ambos os sexos, além da criação da B.C.G. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 377)

O combate à Lepra começou em 1920 se estendendo até 1930, onde deu-se os primeiros passos para a campanha de combate a uma das doenças mais antigas do mundo. Os sintomas da Lepra são variados, pois em cada pessoa a doença se manifesta de maneira distinta, porém há dois tipos de Lepra: a lepra mutilante, que mutila o doente sendo o caso mais grave e contagioso da doença, e a lepra tuberculoide que causa despigmentação insensíveis na pele. Na Antiguidade Clássica e Idade Média as pessoas que apresentavam a doença eram deixadas à margem da sociedade. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 379)

No Brasil do século XX, o governo Vargas construiu leprosários para os doentes, preventórios e dispensários.

“Organizou-se a campanha nacional contra a lepra, montando-se em todo o país leprosários, preventórios e dispensários, mediante a conjunções de esforços da União com os dos estados e como aproveitamento da iniciativa particular. Já a União dispendeu, nos últimos dez anos, cerca de 50.000 contos com a campanha contra a lepra. E o resultado é que, enquanto em 1930 havia no país cerca de 3.000 leitos para doentes de lepra, sobe esta cifra hoje a 14.500; os leitos em preventórios passaram de 200 a 1.050; sem falar no grande número de estabelecimento em vias de conclusão e inauguração.”¹⁶⁷

“(…) mais é só em 1935 organizou-se em verdade um plano de realizações, objetivas na construção de leprosários modernos, na realização de censo de leproso, no auxílio às sociedades de assistências aos lázaros para a construção e instalação de preventórios para filhos sadios de leproso e amparo às suas famílias, na instalação de dispensários.

E a partir de então, a luta contra a lepra tem sido ininterrupta e firme.”¹⁶⁸

A malária já descrita neste artigo é uma doença transmitida pela picada de um inseto, hospedeiro do causador da doença, que provoca febre e pode levar o doente à morte. O governo federal intensificou o combate da doença a partir da morte do mosquito, vetor desta doença.

¹⁶⁷ Idem, página 380.

¹⁶⁸ Idem, página 395.

“Os trabalhos nos vários setores compreendiam obras de pequena hidráulica, várias com caráter permanente, serviços de política de focos e o emprego largo de medicamentos específicos.

Pelo Decreto-lei nº 3.171, de 2 de abril de 1941, que reorganizou o Departamento Nacional de Saúde, foi criado o Serviço Nacional de Malária que, com a promulgação do Decreto-lei nº 3.672, de 1º de outubro de 1941, regulando o regime de combate à malária no país, teve a sua ação largamente ampliada.”¹⁶⁹

O Serviço Nacional de Febre Amarela iniciou-se com Oswaldo Cruz.

“Coube, porém, a Oswaldo Cruz a glória de dirigir o combate intenso à febre amarela no Rio de Janeiro e erradicá-la na capital. Entende-se o combate antistegômico posteriormente a várias outras cidades. Dada porém a descontinuidade da ação profilática, os triunfos alcançados não foram de caráter permanente.”¹⁷⁰

A campanha contra a Febre Amarela a partir de um ato do governo foi colocada como permanente em todo o território nacional.

“Organizou-se em todo o país a campanha contra a febre amarela, dirigida pelo Serviço Nacional da Febre Amarela, cuja ação envolve não somente a profilaxia da febre amarela urbana e da febre amarela silvestre, de recente descoberta, mas ainda compreende a pesquisa científica da febre amarela, ora realizada em laboratório modelar construído no Distrito Federal com a cooperação da Fundação Rockefeller.”¹⁷¹

A peste bubônica, é uma doença que teve maior caso epidêmico na Idade Média, onde foi conhecida pelo nome de Peste Negra. Era uma doença que causava bulbos (caroços inflamados) na pele, febre alta e gerava a morte do doente na maioria das vezes. Era transmitida pela picada da pulga de ratos. Causou a morte de 1/3 da população europeia na Idade Média. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 380)

O maior combate da doença no Brasil se dá na captura e destruição dos ratos.

“De 1935 até 1941, o Governo Federal aplicou no combate contra a peste a quantia de Rs. 8.431:000\$000, havendo destinado para o mesmo fim no exercício de 1942, Rs. 4.126.000\$000.

Dentre as realizações mais importantes verificadas no período 1936/1941, merecem destaque as seguintes:

Ratoeiras armadas -----	9.818.624
Ratos capturados -----	1.063.921
Pacotes de venenos contra ratos distribuídos	31.752.962

O Serviço Nacional de Peste contava em 1941 com o seguinte pessoal, distribuídos nas suas quatro circunscrições:

¹⁶⁹ Idem, página 398.

¹⁷⁰ Idem, página 402.

¹⁷¹ Idem, página 380.

Médicos -----	15
Laboratoristas -----	5
Pessoal de escritório -----	13
Guardas -----	358
Auxiliares -----	92
Motoristas -----	7.” ¹⁷²

A sífilis é uma DST – doença sexualmente transmissível, já mencionada neste artigo. O governo faz uma campanha sistemática contra as DSTs conhecido como Serviço Antivenéreos das Fronteiras. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 409)

“Por força do convênio firmado com a República Oriental do Uruguai, foi criado o Serviço Antivenéreo das Fronteiras, mantido na esfera federal de 1941, com 12 dispensários, inclusive um central em Porto Alegre, onde também funcionava o laboratório do Serviço.”¹⁷³

Já com relação ao câncer, foi criado em 1938 um Centro de Cancerologia no Hospital Estácio de Sá para o tratamento deste mal. (SCHWARTZMAN, 1982, pags. 409 e 410)

“Ao Centro de Cancerologia foi cometida uma dupla finalidade: de uma parte, o tratamento dos doentes curáveis, pelo emprego adequado de cirurgia, da roentgenterapia ou de curieterapia, de outra parte, a realização da pesquisa, do ensino, da produção científica, de modo a construir-se no Centro um núcleo de irradiação dos modernos conhecimentos sobre a etiologia, o tratamento e a profilaxia do câncer.

Mais não parou aí a ação do Governo Federal. Visando a intensificar e estender a todo o país a campanha contra o câncer, foi criado pelo Decreto-Lei nº 3.643, de 23 de setembro de 1941, no Departamento Nacional de Saúde, o Serviço Nacional de Câncer, incumbido de organizar, orientar e controlar essa luta mediante:

- a) A realização de investigações sobre a etiologia, a epidemiologia, a profilaxia, o diagnóstico e a terapêutica da doença.
- b) A execução de providências adequadas visando à prevenção do câncer.
- c) A difusão das vantagens das práticas dos exames periódicos de saúde, visando aos diagnósticos precoces da doença.
- d) A realização do tratamento precoce do câncer e a vigilâncias dos doentes após o tratamento; e
- e) O asilamento dos cancerosos necessitados de amparo.”¹⁷⁴

Foi na Era Vargas que o Governo Federal começou a se preocupar com as doenças mentais. (SCHWARTZMAN, 1982, pag. 411)

“Antes de 2 de abril de 1941, data em que foi assinado o decreto-lei que reorganizou o Departamento Nacional de Saúde, os serviços federais de assistência a psicopatas

¹⁷² Idem, página 409.

¹⁷³ Idem, página 409 e 410.

¹⁷⁴ Idem, página 411.

limitavam-se quase exclusivamente aos que o Serviço de Assistência a Psicopatia do Distrito Federal prestava aos doentes mentais da capital.

Com o referido decreto-lei foi criado o Serviço Nacional de Doenças Mentais, cujo âmbito nacional possibilita o estabelecimento de um programa para atender às necessidades mais urgentes oriundas da situação de verdadeira penúria em que se encontram muitos estados da União no que se referem à assistência a psicopatas.(...)”¹⁷⁵

Conclusão:

Foi a partir de meados da República Velha, que o governo republicano brasileiro começou o intenso combate da Febre Amarela, a partir dos ideais higienistas e sanitaristas, pelas mãos de Oswaldo Cruz, cominando na Revolta da Vacina.

Na década de 20 surgiu a figura dos modernistas na cultura, política e medicina, mas só foi no governo do Presidente Getúlio Vargas, que houve uma intensificação nas políticas higienistas e sanitaristas, no combate às epidemias e com a criação do Ministério da Educação e Saúde que as doenças entraram em voga nas preocupações do governo.

Referências Bibliográficas:

VALE, Vanda Arantes do. Modernismo: Saúde e Estado (1920-1935). Juiz de Fora, Locus: revista de História, v 15, nº2, p. 29-45, dez, 2009.

MACIEL, Marjorie Ester Dias. Educação em saúde conceitos e propósitos. Cogitare Enferm 2009, out/dez; 14 (4) : 773-6.

FONSECA, Ana Paulo Lopes de Abreu; PASSOS, Joanir Pereira. Saúde do Trabalhador: Políticas Públicas no Brasil, da Plocafmação da república à Era Vargas. Revista de Pesquisa : cuidado e fundamental Online . UNIRIO , -- , online 2010. Out/dez. 2 (Ed. Supl.): 917-200

NAVA, Pedro. O Ciro Perfeito: memórias 6. 3ª Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, (1983).

SCHWARTZMAN, Simon. Estado Novo: um auto-retrato (1937-1945). Série Temas Brasileiros v. 24. UNB/ Fundação Roberto Marinho, Brasília, 1982.

GASARINI, Savino . Palestras de Higiene na Rádio Tupi. Ministério da Educação e Saúde serviço nacional de educação sanitária , 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1945.

AMARAL, Lucas Marques do. Eduardo de Menezes e a Liga Mineira contra a Tuberculose. Museu da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFJF – Campos Universitário, Data: abril 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro Zahar Ed., 1982.

MERHY, Emerson Elias. A saúde pública como política : São Paulo, 1920-1948 Os movimentos sanitários, os modelos técnicos-assistenciais e a formação das políticas governamentais. Ed. Hucitec , São Paulo, 1992.

PANDOLFI, (org.) Dulce. Repensando o Estado Novo. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999.

GOFF, Jacques Le (Apresentação). As Doenças tem História. 2ª Ed., Terramar, Lisboa/Portugal, 1997.

MIRCELI, Sérgio. Intelectuais e Classes: dirigente no Brasil; 1920-1945. São Paulo, Difel, 1979 Difel, 1979.

_____. Poder, sexo e letras na República Velha. São Paulo, Perspectiva, 1977.

BRAGA, Belmiro. Dias Idos e Vividos. Rio de Janeiro, Arieal Editora, 1936.

OLIVEIIRA, Martins de. História da Literatura Mineira. Belo Horizonte, Itatiaia, 1958.

NAGEL, Jorge. A Educação da Primeira República. In: História Geral da Civilização Brasileira. 3ª Ed., São Paulo, Difel, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições a questão racial no Brasil 1870-1930. Campanhia das Letras, São Paulo, 1993.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A “Europa dos Pobres”: O intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na Belle-Epoque Mineira. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Centros de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

QUIOSSA, Paulo Sérgio. O morrer católico no viver em Juiz de Fora: 1850-1950. Universidade Federal de Juiz de Fora Pós-Graduação em Ciências da Religião Doutorado em Ciências da Religião. Juiz de Fora, 2009.

Política e sistema de saúde no Brasil e na Argentina; uma análise histórica comparada.

Adebiano Robert Rodrigues Pereira¹⁷⁶

Resumo: O trabalho que se apresenta busca desenvolver uma análise histórica comparativa entre o Brasil e a Argentina, versando acerca do Estado de Bem Estar Social e a centralidade que as políticas de saúde exercem em seu desenvolvimento. Para tanto, trataremos do desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social e posteriormente da seguridade social. Em um segundo momento, levantaremos informações sobre a seguridade social, serviços de saúde e a trajetória recente dos sistemas de saúde dos países envolvidos, para que possamos desenvolver uma breve análise comparativa.

Palavras-chave: Estado de Bem Estar Social, Políticas de Saúde, Sistemas de Saúde.

Abstract: The work presents seeks to develop a comparative historical analysis between Brazil and Argentina, covering about the State of Social Welfare and the centrality of health policies play in its development. To do so, we will address the development of the State of Welfare and Social Security later. In a second moment will arise about social security, health care and the recent trajectory of the health systems of the countries involved, so we can develop a brief comparative analysis.

Keywords: State Social Welfare, Health Policy, Health Systems.

INTRODUÇÃO

Nas linhas que seguirão abaixo desenvolveremos uma análise histórica comparativa entre Brasil e Argentina no que tange as políticas de saúde no período compreendido entre 1988 e 2009. Tomaremos este recorte temporal como referência devido ao fato de 1988 ser o ano da instituição de sistema de saúde com cobertura universal no Brasil, quanto ao ano de 2009 trata-se do ano em que foi revogada a desregulação econômica, admitida em 1991, para o mercado de medicamentos na Argentina, entendemos que este é o último fato de relevância para o estudo que ora desenvolvemos. No período compreendido entre as datas citadas ambos países buscam reformular a maneira em que se inserem no cenário econômico global e a forma a qual desenvolvem suas políticas de bem estar social.

A escolha dos países analisados se deve ao fato de que ambos se colocam como grandes economias da América Latina. Região a qual as políticas orientadas para o mercado encontram terreno fértil no início da década de 1990. Posteriormente, diante de um cenário de grave crise econômica que incide sobre esses países ao final da década, medidas voltadas para o fortalecimento de políticas sociais ganham força novamente a fim de garantir condições de governança. Daí o Estado de Bem Estar Social logra fundamental importância. Os sistemas de

¹⁷⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: adebiano@yahoo.com.br

saúde, por sua vez, ocupam um pilar central neste processo devido a sua capacidade de envolver de forma tão direta o Estado no funcionamento da economia e na assistência aos trabalhadores.

Diante disso, faremos um balanço acerca da Análise Histórica Comparada traçando de maneira sucinta sua trajetória e características mais notáveis. Do mesmo modo, trataremos a respeito do Estado de Bem Estar Social e de seus modelos. Por fim, findando esta primeira parte, analisaremos brevemente as relações que os sistemas de saúde mantem com a seguridade social. Na segunda parte do trabalho analisaremos a seguridade social e serviços de saúde, a disposição do sistema de saúde e a trajetória recente do sistema de saúde de ambos países enfatizando seus organismos. Finalmente, traçaremos uma rápida análise comparativa entre as políticas de saúde nestes países ao longo da década de 1990 e princípio de 2000.

ANÁLISE HISTÓRICA COMPARADA

Atualmente as ciências sociais encontram um rico campo metodológico com várias opções de procedimentos para a análise de seus objetos. Acirram-se assim os debates sobre seus métodos e abordagens, a Análise Histórica Comparativa situa-se nos centro dessas disputas e é amplamente utilizada em todas as ciências sociais. Nascida juntamente com a moderna ciência social a Análise Histórica Comparativa está no cerne dos estudos de Adam Smith, Alexis de Tocqueville até Karl Marx. Imbuídos da ideia de que nas ciências sociais o estudo comparativo vem a acrescentar elementos para a auxiliar na deficiência de não ser possível repetir eventos sociais para avançar no conhecimento empírico.

Nas décadas de 1960 e 1970 esta abordagem ganha novo ânimo (quando as pesquisas quantitativas transnacionais começaram a serem realizadas com alguma frequência), advindo dos novos trabalhos sobre provisão social nos Estados Unidos e na Europa. Devido a grandes inovações experimentadas nas ciências sociais a análise comparativa tem ocupado cada vez mais espaços. Esse tradição tem se renovado não apenas repetindo os estilos e as ênfases dos fundadores, mas adicionando novos elementos, triando novos olhares, evidências e ferramentas metodológicas que tem se tornado válidas ao longo do tempo. Nesta abordagem comparativa renovada o diálogo com outros métodos das ciências sociais tem sido constante, sobretudo com o novo institucionalismo principalmente em sua vertente história, o que leva ao contato com práticas das demais vertentes institucionalistas devido a uma aproximação recente dessas correntes (HALL & TAYLOR, 1996: 196). No entanto, *todos os trabalhos nesta tradição compartilham a preocupação com a análise causal, uma ênfase nos processos*

ao longo do tempo, e o uso da sistemática e contextualizada comparação. (MAHONEY & RUESHMEYER, 2003).

ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E SISTEMAS DE SAÚDE

O Estado de Bem Estar Social, tão estudado por pesquisadores da Análise Histórica Comparada e do Novo Institucionalismo, surge como um efeito dos movimentos de autodefesa da sociedade diante da emergência da ordem capitalista. No início do século XX começou a ser incorporado as constituições dos países precursores neste movimento que partia do entendimento de que a situação dos trabalhadores era algo que deveria ser tratado de maneira coletiva. Surge então, mecanismos compensatórios de coesão social para a manutenção da força de trabalho necessária ao desenvolvimento do capitalismo. O Estado de Bem Estar Social atinge seu ápice nas décadas de 1950 à 1970 momento em que lhe são conformados seus limites, que terminaram por lhe caracterizar pela forma com a qual o Estado se relaciona com o mercado e com a família no que tange a provisão social (SWAAN, 1988).

No estudo do Estado de Bem Estar Social Esping Andersen define três padrões de Welfare State que são influenciadas pelas coalizões formadas pelas classes sociais, a saber: Corporativista conservador, Social democrata ou público universalista e Liberal residual. No primeiro modelo, o Corporativista conservador, a seguridade é garantida apenas aos trabalhadores formais com benefícios equacionados de acordo com o cargo ocupado, é o modelo mais adequado para a caracterização do Welfare State argentino. No modelo Social democrata ou público universalista, todos os seguimentos sociais são incorporados e ocorre um processo de desmercantilização dos serviços de seguridade, tendo o sistema administrado pelo Estado. Em tese seria o modelo característico do caso brasileiro¹⁷⁷. Por fim temos o modelo Liberal residual, que distinguir-se por poucas transferências universais com planos de previdência acanhados e a assistência restrita aos comprovadamente pobres. O maior exemplo deste modelo é apresentado no Estados Unidos (ANDERSEN, 1991).

No Estado de Bem Estar Social os sistemas de saúde ocupam um lugar central, uma vez que poucos programas sociais são capazes de inserir o Estado de forma tão direta na

¹⁷⁷ Apenas em teoria, pois segundo estudos recentes (ALBUQUERQUE, 2008; MATTOS, 2011; BOTARO, 2012) a oferta privada de serviços de saúde assegurada pela constituição de 1988 como “serviço suplementar” vai além disso e tende a crescente autonomia com atuação desimpedida mantendo a mercantilização dos serviços de saúde diante de uma rede pública incapaz de prover o atendimento devido e que a fim de garantir o atendimento recorre a oferta privada. Daí temos o sistema brasileiro caracterizado como misto e segmentado.

economia e no exercício de uma profissão tão importante. Ainda no século XIX se estabelecem os primeiros sistemas compulsórios de seguro saúde. Evoluindo juntamente com os modelos de Welfare State em meados do século XX a Inglaterra inova para tornar-se o primeiro governo ocidental a adotar um programa de direito universal a serviços públicos de assistência médica. A configuração de um sistema nacional de saúde é influenciada por vários fatores dentre eles Jacob Hacker cita as estruturas de mercado, ideias políticas, interesses de grupos estratégicos, a opinião pública que forma em resposta as políticas de governo bem como a prevalência ideológica e econômica das variantes de Estado de Bem Estar Social presentes no mundo industrializado (HACKER, 1998: 57 – 59).

Uma vez avaliado o papel dos sistemas de saúde no Estado de Bem Estar Social passaremos a uma análise dos sistemas de assistência à saúde na Argentina e no Brasil para que possamos posteriormente produzir uma análise comparativa dos ditames das políticas voltadas a saúde nas últimas décadas nesses países.

ARGENTINA

SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇOS DE SAÚDE NA ARGENTINA

O sistema previdenciário argentino tem raízes ainda no século XIX, criado já de forma descentralizada por iniciativa voluntária associada a instituições mutualísticas, grupos migrantes ou categorias profissionais específicas. Com o crescimento das funções dos governos provinciais, deu-se início a estruturação de sistemas de pensões para funcionários públicos, financiados através de impostos gerais da província. Diversas experiências de financiamento foram aplicadas a outras categorias profissionais.¹⁷⁸ Em 1904 o governo nacional começa a legislar sobre o tema, criando caixas nacionais que ofereciam aposentadorias para trabalhadores do setor público e privado, garantindo pensões para seus dependentes em caso de morte do contribuinte. Ao final da primeira metade do século XX o sistema argentino é um dos mais abrangentes da América Latina. Na década de 1950, durante o governo Perón os aumentos de benefícios levam a uma crise de fundos que viria a ser resolvida na década seguinte com uma nivelção dos benefícios por baixo, mas que não impede que o sistema produza sucessivos déficits.

Como podemos observar o padrão de seguridade social argentino está relacionado ao modelo denominado por Esping Andersen como Corporativista Conservador, conforme já

¹⁷⁸*Evolución del sistema provisional argentino.* Disponível em: <<http://www.anses.gov.ar/general/institucional/historia-anses-220>>. Acesso em: 07 de Agosto de 2012.

mencionado. Podemos notar também que a descentralização e fragmentação são características marcantes. Abaixo teremos uma breve explanação sobre a disposição dos serviços de saúde no país.

DISPOSIÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NA ARGENTINA

O sistema de serviços de saúde argentino tem seu, via de regra, mediado pela participação no mercado formal de emprego e também por aposentados e pensionistas sem qualquer outra cobertura. Trata-se de um sistema dotado de grande segmentação em relação aos fundos de financiamento e marcado por uma grande separação entre funções de financiamento e provisão de serviços (MACEIRA, 2003). Abrangente, mas não universalista.

Sergio Francisco de Piola e Maria de Lourdes Cavalcante classificam o sistema de atendimento à saúde argentino como uma estrutura de três subsetores; *o público, o de seguro social obrigatório e o privado*. Onde o subsetor público é residual, financiado e gerido por estruturas administrativas municipais, provinciais ou nacionais. O subsetor de seguro social obrigatório, o subsetor de maior alcance, é organizado pelas Obras Sociais, que por sua vez são gerenciados por sindicatos de trabalhadores e coordenadas pela Superintendência de Serviços de Saúde (SSSalud)¹⁷⁹. Conta ainda com Obras Sociais Provinciais que prestam atendimento a funcionários públicos do governo provincial. Atualmente o sistema argentino conta com 24 OS's provinciais e cerca de 250 OS's nacionais sindicais ou patronais (MACEIRA, 2010). Objetivando tornar o sistema mais abrangente o Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (INSSPJ)¹⁸⁰ tem como uma de suas atribuições a manutenção do Programa de Assistência Médica Integral (PAMI) destinado ao

¹⁷⁹ A Superintendência de Serviços de Saúde é um organismo descentralizado da Administração Pública Nacional do Ministério da Saúde da Nação em jurisdição do Ministério da Saúde e Ação Social, é um ente que regula e controla os agentes de Sistema de Seguro de Saúde (Obras Sociais, Medicina Pre-paga, hospitais e profissionais farmacêuticos incluindo estabelecimentos e redes de prestadores de estabelecimentos farmacêuticos). Possui pessoa jurídica e regime de autarquia administrativa, econômica e financeira em qualidade de ente de supervisão, fiscalização e controle dos agentes que integram o Sistema Nacional de Seguro de Saúde. Carta Compromiso da SSALUD. p. 6. Disponível em: <http://www.sssalud.gov.ar/institucion/archivos/carta_com.pdf>.

¹⁸⁰ O Instituto Nacional de Serviços sociais para Aposentados e Pensionistas (INSSJP) é uma instituição pública, porém não estatal. Foi criada em 13 de Maio de 1971, por força da lei N° 19.032 cm a finalidade de fornecer a seus filiados de todo o país serviços médicos assistenciais de proteção, recuperação e reabilitação de saúde. Em 1988 o artigo 8° da lei N° 23.569 incluiu-se maiores de 70 anos que não possuem filiação direta ou indireta a nenhuma Obra Social. Em 2009 mudou-se o nome e sigla do instituto para PAMI, nome pelo qual já era conhecido pela população. Porém, agora o nome do instituto passa à Por uma Argentina Mais Integrada. PAMI; INSSJP. Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados. Carta Compromiso com El ciudadano. 2012. P. 07. Disponível em: <http://www.sgp.gov.ar/contenidos/onig/carta_compromiso/docs/1ra_Carta_PAMI.pdf>

atendimento de aposentados e pensionistas que não são afiliados em Obras Sociais. Em sua maioria as OS's não possuem instalações satisfatórias para o pleno atendimento, daí firmam contrato com a iniciativa privada para o atendimento de seus beneficiários. Outro fator significativo no atendimento das OS é a assimetria na prestação de serviços, categorias de maior prestígio ou volume de capital possuem uma cobertura mais abrangente e serviços de maior qualidade, enquanto outras categorias acumulam, com frequência, reclamações por falta de atendimento. Por fim, o terceiro subsetor do sistema de saúde argentino, o subsetor privado, é composto por profissionais e estabelecimentos de saúde (Clínicas, laboratórios, hospitais...) que atendem a casos individuais e, principalmente, os beneficiários das Obras Sociais mediante acordos individuais e coletivos, e as entidades de seguro voluntário (planos de saúde), chamadas Empresas de Medicina pré-paga. (PIOLA & CAVALCANTE, 2006: 222).

O Conselho Federal de Saúde (COFESA) da Argentina, desde 1981 com a lei Nº 22.373, é órgão do governo federal responsável pela política sanitária e pelo pressuposto político para sustenta-la. No entanto, segundo o federalismo do país os Ministérios Provinciais de saúde (equivalentes de nossas secretarias estaduais de saúde) possuem autonomia para definir suas próprias políticas dentro de suas respectivas jurisdições. Assim, o COFESA fica ocupado em coordenar a articulação entre o Estado nacional e as províncias, sem que ocorra uma verticalização hierárquica e nem mesmo uma vinculação de acordos formais nessas instâncias. Uma vez que, os ministérios provinciais cumprem as funções designadas pelo conselho na medida em que estejam de acordo com as linhas de ações e recursos nacionais para o financiamento (MACEIRAS, 2010: 56). Neste sentido, na Argentina, os Ministérios provinciais são as instituições de maior relevância na definição de políticas e mecanismos que regulam e reformam o sistema de saúde em suas jurisdições.

TRAJETÓRIA RECENTE DO SISTEMA DE SAÚDE ARGENTINO.

Na década de 1990 o sistema começa a sofrer uma série de reformas. Na primeira delas buscou-se reduzir seu excessivo grau de fragmentação, a lei 23.769 cria o Instituto Nacional de Provisión Social (INPS) que em seguida é dissolvido pelo Decreto 2481/91. Com a unificação de todos os regimes de previdência e a criação de um órgão para administrar sua totalidade, a Administración Nacional de Seguridad Social (ANSES) por força do Decreto Nº

2741/91¹⁸¹. Uma vez unificada as contribuições para a seguridade social fica determinado à contribuição em 17% para empregadores e 33% para empregados. Esta verba financeira beneficia a área de aposentadoria, pensões, *proteção à saúde* e proteção ao desemprego. Na segunda onda de reformas em 1994, o foco foi a sustentabilidade do sistema, estabelecendo novas bases de arrecadação e novos mecanismos de concessão, gestão dos benefícios para novos egressos no mercado de trabalho e regras de transição para os trabalhadores sob tutela do antigo sistema. O novo sistema é composto por dois pilares compulsórios e complementares. O primeiro pilar básico com benefícios definidos, administrados pelo setor público e financiado por contribuições em folha de pagamento e impostos gerais. O segundo pilar, complementar e obrigatório, é de administração mista (público-privado) de contribuição definida e operando em regime de capitalização individual.

As dificuldades de implantação do pacote de reformas de 1994 inviabilizaram a solução dos problemas oriundos do antigo sistema e produziram um ambiente de desconfiança e desalento da população em relação ao sistema de capitalização individual. A implantação deste modelo gerou um desfinanciamento do sistema público agravado pelo aumento do desemprego, trabalho informal e precariedade do mercado de trabalho, problema comum a vários países da América Latina ao longo da década de 1990, somado ainda ao grau de evasão do sistema argentino causado pelas diversas fontes de financiamento e descentralização (MEDICI, 2002; SACARDO, 2009).

A partir de meados da década de 1990 podemos notar que há a formação de um ambiente institucional favorável a regulamentações e fortalecimento de políticas de proteção social, ao menos no que tange a política de saúde.

Em Setembro de 1995, foi criado o Programa Médico Obrigatório (PMO) por força do Decreto 492/95. Objetivando reduzir as assimetrias entre os serviços prestados pelos diversos agentes do serviço de saúde já em seu artigo primeiro o decreto determina o estabelecimento de parâmetros mínimos que as Obras Sociais teriam de fornecer para continuarem em funcionamento. Em Dezembro do ano seguinte a Lei Nº 24.754 obriga as empresas de planos de saúde a cobrir como mínimo em seus planos as mesmas obrigações dispostas para as Obras Sociais. Em Dezembro de 2001, o Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES) publica resolução Nº 2.584 na qual declara conformidade com a lei de Obras Sociais (Lei Nº 23.661/88) o que coloca as associações mútuas no hall dos agentes do Sistema

¹⁸¹La creación de ANSES. Disponível em: <<http://www.anses.gov.ar/general/institucional/historia-anses-220>>. Acesso em: 07 de Agosto de 2012.

Nacional de Seguro Saúde e as obriga assim a cumprir as obrigações do Programa Médico Obrigatório (PMO).

Em 2002 a Argentina vive em cenário de grave crise economia, com altos índices de inflação e altas taxas de desemprego (que se torna ainda mais grave devido a seu formato corporativo de acesso a saúde, ausência de um sistema universal de acesso à saúde). Neste cenário, o marco de uma crise de emergência econômica, social e sanitária é o chamado programa REMEDIAR, que reformula os créditos cedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) convertendo o Programa de Atenção Primária da Saúde (PROAPS) para garantir acesso a medicamentos ambulatoriais a população abaixo da linha de pobreza e sem seguridade social. A distribuição destes medicamentos essenciais se faz por meio de farmácias públicas dentro dos Centros de Atenção Primária a Saúde (CAPS) equivalente dos Postos de Saúde brasileiros. O conteúdo desta política foram delineados pelo Decreto N° 486/02¹⁸² que declara emergência sanitária no território nacional.

Nesta ocasião temos ainda a criação do programa de medicamentos genéricos na Argentina medida instrumentalizada pelo Decreto 486/02, Lei N° 25.649¹⁸³ e leis provinciais. Sem dúvida o programa de genéricos facilitou significativamente o acesso da população aos medicamentos, bem essencial para a manutenção da saúde. Mas, devido a configuração do sistema argentino a Resolução N° 201/02 da SSALUD teve um impacto ainda maior. Criada no mesmo pacote do programa REMEDIAR, tal medida determinou a obrigatoriedade de um co-financiamento na ordem de 40% dos gastos com medicamentos dos beneficiários por parte dos agentes do Sistema Nacional de Seguro Saúde, ou seja, Obras Sociais, planos de saúde, seguradoras de saúde e associações mútuas que prestassem serviços de saúde estariam obrigadas a arcar com 40% do valor do medicamento de seus filiados.

Ao analisar esta mudança de paradigma é possível compreender como a dependência da trajetória, no sistema de prestação de serviços de saúde e seguridade social se configura como uma barreira na formação de um sistema centralizado e universalista. A fragmentação dos sistemas, diferentes fontes de financiamentos, marcante presença de entes

¹⁸² ARGENTINA. Decreto N° 486. De 13 de Março de 2002. Declara-se a emergência sanitária nacional. Atribuições do Ministério da Saúde. Fornecimento de insumos e medicamentos a instituições públicas de saúde com serviço de internação. Atribuições do Conselho Federal de Saúde (COFESA). Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/digesto/decretos/2002/decreto486.htm>>.

¹⁸³ ARGENTINA. Lei N° 25.649. De 28 de Agosto de 2002. Saúde Pública – Obrigação de expressar em receitas ou prescrições médicas o nome genérico do medicamento ou denominação comum internacional. Informações que se deve conter em rótulos e prospectos. Desembolso de medicamentos. Disponível em: <<http://www.legisalud.gov.ar/ley25649c.htm>>.

descentralizados na condução dos processos, bem como o baixo nível de institucionalização e ausência do Estado ligado diretamente à execução de políticas públicas essenciais, tende a gerar uma conjuntura desfavorável ao Estado de Bem estar social. Daí a necessidade de medidas que visam aumentar a cobertura do sistema, como a criação do Programa de assistência médica integral (PAMI) e suas modificações¹⁸⁴.

BRASIL

SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL.

O sistema previdenciário brasileiro nasce em 1923 com a criação das primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões, após a promulgação da chamada lei Eloy Chaves¹⁸⁵. Na década de 1930 foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), em 1960 a Lei orgânica da previdência social é sancionada (LOPS) com o objetivo de uniformizar os benefícios concedidos pela previdência social para as diversas categorias. Em 1966 é criado o Instituto Nacional de Aposentadoria e Pensão (INPS) e em 1975 foi criado o Sistema Nacional de Saúde (SNS) que assumia a atribuição de estabelecer diretrizes de uma política de promoção, proteção e recuperação da saúde. Em 1977, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) que era composto por seis órgãos básicos, dentre eles Instituto Nacional Assistência Médica Previdência Social - INAMPS. Em 1988 finalmente é suplantado o modelo de assistência mediado pelo vínculo de trabalho e criado um sistema de saúde público e universal onde a provisão privada é assegurada sob o conceito de “saúde suplementar”.

DISPOSIÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL

No Brasil o princípio federativo determina que as secretarias estaduais de saúde apliquem suas políticas em acordo com as normas e a legislação federal. Assim, a Constituição Federal de 1988 define que a saúde é um direito social de todos e que o Sistema

¹⁸⁴ O Instituto Nacional de Serviços sociais para Aposentados e Pensionistas (INSSJP) é uma instituição pública, porém não estatal. Foi criada em 13 de Maio de 1971, por força da lei N° 19.032 em a finalidade de fornecer a seus filiados de todo o país serviços médicos assistenciais de proteção, recuperação e reabilitação de saúde. Em 1988 o artigo 8° da lei N° 23.569 incluiu-se maiores de 70 anos que não possuem filiação direta ou indireta a nenhuma Obra Social. Em 2009 mudou-se o nome e sigla do instituto para PAMI, nome pelo qual já era conhecido pela população. Porém, agora o nome do instituto passa à “Por uma Argentina Mais Integrada”. FONTE: PAMI; INSSJP. Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados. Carta Compromiso com El ciudadano. 2012. P. 07. Disponível em: <http://www.sgp.gov.ar/contenidos/onig/carta_compromiso/docs/1ra_Carta_PAMI.pdf>

¹⁸⁵ 87 anos; Lei Eloy Chaves é a base da Previdência Social brasileira. Disponível em: <<http://mps.jusbrasil.com.br/noticias/2063032/87-anos-lei-eloy-chaves-e-a-base-da-previdencia-social-brasileira>>.

Único de Saúde (SUS) é o instrumento de realização desse direito. O Conselho Nacional de Saúde (CNS), é o órgão máximo de deliberação do SUS, tem como missão a fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde. Vinculado ao Ministério da Saúde do governo federal é composto por entidades e movimentos representativos de usuários, trabalhadores da área de saúde, governo e prestadores de serviços de saúde¹⁸⁶. Embora, formalmente tomado como a maior instância de regulamentação na área de saúde no Brasil e com grande peso na definição das políticas estaduais de saúde, o CNS tem seu alcance reduzido no que tange a regulamentação do setor privado a partir da criação da Agencia Nacional de Saúde (ANS) em 1999 (BOTARO, 2012).

Conforme já dito, desde a Constituição Federal de 1988 o Brasil deixou de adotar o critério corporativista para o acesso a serviços de saúde e passou a adotar um sistema universal sob a lógica de que a “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”¹⁸⁷. Ficava definido pela constituição as diretrizes das quais os Sistema Único de Saúde deveria ser organizado, dentre elas a descentralização com uma direção única em cada esfera que integrariam uma rede regionalizada e hierarquizada. Contudo, somente em 1993 é que a regionalização tornou-se uma prioridade no governo (CORDEIRO, 2001). As medidas de fortalecimento do Estado de Bem Estar Social conquistadas na constituição de 1988 como a universalização do acesso a saúde, a educação para todos entre outras desdobraram-se em processos que avançaram sobre os primeiros anos da década de 1990, e em determinados pontos além dela.

TRAJETÓRIA RECENTE DO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO

Ao final dos de 1990, portanto uma década após a elaboração do sistema de saúde universal no Brasil, importantes questões ainda estavam pendentes a exemplo da normatização para o financiamento da saúde a qual trataremos adiante. Mediante a dificuldades na manutenção do custo de medicamentos ao consumidor final, em 1999 por força da lei Nº 9787, se deu a criação da intercambialidade de medicamentos genéricos, três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996. Tal medida foi definida pela Anvisa na Resolução 391, de 9 de agosto de 1999¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/apresentacao.htm>>.

¹⁸⁷ BRASIL. Constituição Federal. Art. 196.

¹⁸⁸ Disponível em: <<http://www.progenericos.org.br/index.php/historia>>.

O ano 2000 foi marcante para as políticas de saúde no Brasil, neste ano foi, enfim, aprovado a Proposta de Emenda à Constituição que previa a obrigatoriedade da participação dos três níveis da federação no custeio dos gastos com o SUS (PEC 29) e também foi o ano da criação da Agência Nacional de Saúde (ANS) que debilitou a ação do Conselho Nacional de Saúde no que tange a oferta privada de saúde no país. Para fins de nossa análise estes dois atos são centrais na história recente do sistema de atendimento à saúde no Brasil após a criação do SUS.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 198, parágrafo 3º determinou que, por meio de lei complementar, deveriam ser definidos os percentuais que a União, os Estados e municípios aplicariam na área da saúde. A fim de que não houvesse lacunas no orçamento destinado a saúde ficou definido que a União alocaria 30% dos recursos da Seguridade Social para a saúde e nos anos seguintes a Lei de Diretrizes Orçamentárias definiria o montante de recursos a serem aplicados. Por falta da lei complementar regulamentando o orçamento da saúde a LDO manteve o volume de recursos a serem enviados à saúde. Somente em Maio de 1993 foi feita a Proposta de Emenda Constitucional nº 169 para deliberar acerca da soma de recursos necessários e o percentual de participação das esferas de governo.

Para além da questão da EC 29, cumpre também um importante papel na arrecadação de fundos para a saúde a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Tramitação de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, ou simplesmente CPMF. A medida destinada ao financiamento da saúde pública passou a vigorar em janeiro de 1997 e teve sua prorrogação rejeitada em Dezembro de 2007 e em 2011 o imposto retornou com o nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS).

Na gênese do SUS, a Constituição de 1988, ficou definido que o Conselho Nacional da Saúde (CNS)¹⁸⁹ como o organismo máximo na definição de políticas de saúde e, por conseguinte dos rumos do sistema de saúde brasileiro. Isso incluiria também a saúde suplementar, assim a carta de 1988 definia o CNS como arena fundamental para definição dos rumos do sistema. Com a criação da Agência Nacional de Saúde (ANS), em 1999 foi instituído um mecanismo de intermediação entre empresas e planos de saúde que se furta ao espaço normativo definido em 1988. Deste modo, introduz uma dissociação entre o sistema público e o privado de saúde no Brasil ao introduzir uma arena regulatória diferente que acaba

¹⁸⁹ O Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi criado no ano de 1937, como órgão consultivo do Ministério da Saúde. Contudo, só garantiu efetiva participação na política de saúde brasileira na década de 1970 com o movimento sanitarista e posteriormente com a Constituição de 1988.

por reduzir o poder do CNS e dá mais liberdade a atuação da iniciativa privada (BOTARO, 2012).

CONCLUSÃO

Jacob Hacker ao desenvolver estudo sobre a lógica histórica do desenvolvimento de seguro nacional de saúde na Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos, buscou defender uma lógica historicamente fundamentada enfatizando as instituições em que as decisões políticas são tomadas e a reverberação dessas determinações nas lutas políticas posteriores. Sua tese é de que o surgimento de seguro nacional de saúde está de acordo com uma lógica de desenvolvimento que é o máximo histórico, pois é política e institucional (HACKER, 1998: 59). Partindo dessa lógica tomamos o sistema público de saúde com acesso universal como um passo à frente na evolução dos sistemas de proteção. Dentro desse parâmetro o Brasil, desde 1988, se coloca a frente da Argentina na proteção social, pois nossos “Hermanos” ainda convivem com um sistema de acesso mediado, via de regra, pela ocupação (semelhante ao sistema brasileiro até a criação do SUS), e que mesmo com todas as suas ampliações para o atendimento de determinados seguimentos ainda é incapaz de atender a totalidade de sua população.

Partindo desta premissa observamos duas constatações; primeiro, que o excessivo grau de descentralização do federalismo argentino cria uma série de pontos de veto que dificultam a proteção social e favorecem a manutenção da distribuição de poder em suas arenas. Segundo, que a declaração de um sistema de acesso universal, além de tudo, facilita a ação do poder público na garantia de cobertura da proteção social. Estes fatores criam uma debilidade no sistema argentino em garantir serviços básicos de saúde a toda sua população da mesma forma em que ocorre no Brasil, onde a centralização destes serviços e a adesão de um sistema universal “acelera” o desenvolvimentos dessas políticas.

O grau de descentralização elevado e baixo nível de institucionalização da Argentina, representado pela restrita capacidade de ação efetiva do Conselho Federal de Saúde (COFESA) e preponderância dos Ministérios Provinciais da Saúde na aplicação das políticas na área, cria um entrave ao desenvolvimento do seguro social. Peter Evans, ao tratar da questão da ação do Estado no processo de mudança estrutural salienta que após a década de 1970 este ator passou a ser visto como um obstáculo. Contudo, o Estado permanece central no processo de mudança estrutural, mas a aplicação de qualquer política exige uma institucionalização permanente de um conjunto de mecanismos políticos (EVANS, 1993: 3).

Assim, enquanto o Brasil afirmou a saúde como um direito de todos e dever do Estado em 1988, a Argentina ainda estava buscando unificar a seguridade social que veio com a criação da Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES) em 1991. O mesmo ocorre com a regulamentação da intercambialidade por medicamentos genéricos que no Brasil ocorreu em 1999, enquanto na Argentina só foi possível em 2002, mediante a um esforço do Estado de ampliar o acesso a medicamento em uma política que incidia também junto a distribuição de medicamentos ambulatoriais e no repasse de responsabilidades do custeio aos agentes de seguro saúde privados e semiprivados.

O estabelecimento de um sistema universal de acesso a serviços de saúde no Brasil reduz consideravelmente o número de arenas decisórias, facilitando a administração do sistema e a normatização dos parâmetros mínimos de prestação de serviço. Podemos observar que na segunda metade da década de 1990, quando as economias neoliberais começam a apresentar sinais de desgaste e os esforços em construir um sistema de proteção social voltam a ganhar força a fim de garantir condições de governança, o debate brasileiro se concentra na definição da origem das verbas para o custeio da saúde, a exemplo da CPMF e da instituição da EC 29. No mesmo período o debate argentino se trava no sentido de buscar ampliar o número de segurados e garantir-lhes condições mínimas de atendimento, tomamos como indícios dessa verificação a adesão da INAES aos parâmetros básicos do PMO, o programa REMEDIAR, o programa de genéricos e o co-financiamento obrigatório dos prestadores de serviços de saúde ao custeio de medicamentos de seus segurados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALBUQUERQUE, Ceres; PIOVESAN, Márcia Franke; SANTOS, Isabela Soares; MARTINS, Ana Cristina Marques; FONSECA, Artur Lourenço. A situação atual do mercado da saúde suplementar no Brasil e apontamentos para o futuro. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2008.

ANDERSEN. Esping. As três Economias Políticas do Welfare State. *Revista Lua Nova*, n24, setembro de 1991.

BOTARO. Nitina A. A. B. Saúde e Mercado; uma análise da atuação da ANS no fortalecimento do mercado de planos de saúde e seguros privados de saúde no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2012.

CORDEIRO, Hesio. “Descentralização, universalidade e equidade nas reformas da saúde.” *Ciênc.saúde coletiva* vol.6 no.2 São Paulo. 2001.

EVANS, Peter. *O Estado como problema e como solução*. Lua Nova N° 29. São Paulo – S.P. Abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100006&script=sci_arttext>.

HACKER, Jacob. The Historical Logic of National Health Insurance; Structure and Sequence in the Development of British, Canadian, and U.S. Medical Policy. *Studies in American Political Development*. U.S.A. 1998. p. 57 – 130.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. *As três versões do neo-institucionalismo*. Political Studies. 1996.

MACEIRA, Daniel. *Instituciones sanitárias en um país federal: las obras sociales provinciales en contexto*. In: Série Seminários Salud e Política Pública - Seminário, 4. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2003.

MACEIRA, Daniel; CEJAS, Cintia; OLAVIAGA, Sofia. *Coodernación y integración: El desafío del sistema de salud argentino*. CIPPEC. Documento de Trabajo N° 49. Agosto de 2010.

MEDICI, André Cezar. *Avaliando a Reforma na Previdência na Argentina nos anos 90*. Rio de Janeiro. Dez, 2002.

MAHONEY, James; RUESHMEYER, Dietrich. *Comparative Historical Analysis; Achievements and Agendas*. In *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge University Press. New York. 2003.

PIOLA, Sérgio Francisco; CAVALCANTE, Maria de Lourdes. *Sistema de saúde da Argentina; Reformas e relações com o setor privado*. In: *Regulação do setor de saúde nas Américas*. BISOT Jr, Geraldo; SILVA, Pedro Luiz de Barros; Daín, Sulamis (Org's). Brasília – D.F: Organização Pan-americana de Saúde, 2006.

PROGRAMA MEDICO OBLIGATOLIO; LEGISLACIÓN NACIONAL VIGENTE. Camara de Diputados de la Nacion. Disponível em: <<http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/dip/documentos/RL.109.05.00-1.pdf>>.

SACARDO. Daniele Pompei. *As peculiaridades dos sistemas de saúde dos países membros do MERCOSUL: Perspectivas para a integração regional*. USP.Faculdade de Saúde Pública. São Paulo – SP. 2009.

SWAAN.A. *In Care of the State*. Cambridge. Polity Press, 1988.

Análise comparativa preliminar entre as políticas industriais automotivas no Brasil e na China (1998-2012)

Fernando Marcus Nascimento Vianini¹⁹⁰

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer um breve histórico sobre a trajetória do setor automotivo no Brasil e na China, com o objetivo de elucidar as principais políticas para o setor entre 1998 e 2012 nestes países.

Palavras-chave: Indústria Automotiva, Brasil, China, Política Industrial

Abstract: This article aims to do a briefly history of the automotive industry in Brazil and China, in order to elucidate the overall policies for the sector between 1998 and 2012 in these countries.

Keywords: Automotive Industry, Brazil, China, Industria Policy

Introdução

Este artigo objetiva a análise preliminar das políticas indústrias para o setor automotivo no Brasil e na China entre 1998 e 2012. Cabe ressaltar que às Políticas Industriais desenvolvidas neste período tiveram o foco voltado para os setores de tecnologia de ponta, tais como a biotecnologia, tecnologia da informação e novas energias. As políticas industriais representam, talvez, a forma mais direta de intervenção do Estado na atividade industrial. Conforme uma definição clássica, as PIs são um conjunto diverso de medidas, voltadas para grupos específicos, que visa obter resultados considerados pelo Estado como eficientes para a economia (Chang, 2004). Assim desde o momento de formulação das políticas até sua efetiva aplicação, os diferentes setores buscam ver atendidas suas demandas.

De fato, o setor automotivo não representa, contemporaneamente, um segmento prioritário para as políticas de inovação tecnológica, que estão no cerne das definições de PIs nos diferentes países. Todavia, permanece um setor muito influente por seu peso na estrutura econômica. No pós-Segunda Guerra Mundial, os países em desenvolvimento acreditavam que a implantação da indústria automotiva os levaria para uma posição central na economia mundial, por isto seu desenvolvimento ocupou lugar de destaque nas políticas industriais da maioria dos países. Além disso, a indústria automotiva possui importantes encadeamentos em sua cadeia produtiva; diversos setores produzem componentes que são essenciais para qualquer veículo, como o setor têxtil, o elétrico e eletrônico, o petrolífero, o siderúrgico e, até mesmo, o financeiro. Atribui-se a ela 10% do PIB nos países desenvolvidos, movimentando

¹⁹⁰ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), contato pelo email: fernandomvianini@gmail.com.

cerca de 2.5 trilhões de dólares por ano (Casotti & Goldenstein, 2008). Ademais, o setor é responsável pelo emprego expressivo de mão de obra¹⁹¹, direta e indiretamente.¹⁹² Trata-se, também de um setor difusor de tecnologia e de inovações organizacionais, tais como o Fordismo, Taylorismo, Toyotismo e o consórcio modular, embora não esteja mais, por assim dizer, no núcleo de atividades geradoras das inovações das áreas de fronteira tecnológica (Lopes, 2005). Por fim, sua importância reflete-se nas políticas comerciais de todos os países, que criam acordos de restrição, barreiras e tributação às importações; mesmo indo contra as recomendações das organizações multilaterais (Casotti & Goldenstein, 2008).

Ainda que atualmente a indústria automotiva não represente mais um setor de ponta, tal como no período do desenvolvimentismo/fordismo, tanto o Brasil, quanto a China precisam lidar com uma forte presença deste setor na economia, justificando assim, um maior estudo sobre este tema.

Trajatória do setor automotivo no Brasil e na China

A trajetória recente da indústria automotiva brasileira pode ser dividida em três períodos. O primeiro, classificado como desenvolvimentismo, se estendeu durante as décadas de 1950 e 1970. O segundo, a partir da década de 1980, é marcado pela liberalização do setor automotivo. E, por fim, o terceiro, iniciado em 1998, quando, por força das crises asiática, russa e brasileira, abre-se um período de redefinições nas trajetórias nacionais, no sentido de um maior protagonismo do Estado, por força do esmaecimento da crença na ideologia neoliberal. Na China, o *timing* é diverso. Entre as décadas de 1950 e 1970 o setor pouco evoluiu, ao contrário do que ocorreu no Brasil. A partir das reformas econômicas de Deng Xiaoping, na década de 1980, caracterizadas por certo grau de abertura do mercado, é que o setor se dinamizou com as *joint ventures*. Todavia, a ascensão de Hu Jintao (2003-2013) marca a inclinação para o reforço das opções estratégicas assentadas na indústria nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimentismo se torna a opção adotada pelos países periféricos, em especial na América Latina, que almejavam se desenvolver para alcançar o mesmo padrão de desenvolvimento dos países centrais, num esforço de *catching*

¹⁹¹ A ANFAVEA destaca o caso da fábrica de caminhões Scania, que, ao se instalar no país, teve que reduzir sistematicamente os pré-requisitos para a admissão de funcionários, tamanho o despreparo da mão de obra. Neste sentido, a ANFAVEA ressalta a importância do setor automotivo para políticas governamentais voltadas para a formação profissional. ANFAVEA. **Indústria automobilística: 50 anos.**Anfavea, 2006.

¹⁹² BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines. **Política e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: a experiência do setor automotivo nos anos 90.**

up¹⁹³. Condicionado pela “hegemonia benevolente” dos EUA, graças à presença da URSS no cenário internacional, o desenvolvimentismo era um recurso levado a cabo pelo Estado em prol da industrialização. No Brasil, dentre as principais características do Estado Desenvolvimentista, destacam-se a manutenção das oligarquias no poder e o corporativismo, caracterizado por Diniz e Boschi como setorializado e bipartite, sem participação do operariado (Delgado, 2001). Havia a percepção de que era necessário um redirecionamento a favor da modernização do país, sustentada pela industrialização, que só ocorreria através da criação de medidas protecionistas, da liberação de crédito para a indústria e da permissão da entrada de capital estrangeiro, conquanto obedecesse a determinadas regulamentações. Analisadas por Celso Furtado, tais formulações afirmam a centralidade do Estado na condução econômica, desbaratando pontos de estrangulamento na infraestrutura ou criando estatais em setores tidos como estratégicos (Delgado, 2010).

O governo brasileiro buscou diversificar sua estrutura industrial a partir da década de 1930, seguindo os princípios da política de substituição de importações (Delgado, 2012). Na China, a diversificação da indústria foi mais tardia, pois a indústria se instalou de fato apenas a partir do governo de Mao Tsé-Tung (1949-1976), e, todavia, o grande salto industrial se deu no período de Deng Xiaoping (1978-1992) (Goldman, 2007).

A década de 1950 marcou a criação do setor automotivo no Brasil e na China. Até então, os veículos eram importados como kits completos (Complete Knocked-Down ou CDK) ou parcialmente montados (Semi-Knocked-Down ou SKD) (Shapiro, 1997). Ramon L. Brandão, em sua dissertação, afirma que a primeira iniciativa de se criar uma indústria automotiva brasileira, partiu do Estado na década anterior, com a fundação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), contudo, esta tentativa fracassou. As políticas posteriores excluíram qualquer tentativa de criação de uma empresa automotiva estatal, reduzindo o Estado ao papel de planejador do processo, criador de regras e fiscalizador das ações.¹⁹⁴ Na China, a implantação do setor se deu pelo PCC com assistência da URSS. O estabelecimento

¹⁹³ Embora a noção de Estado desenvolvimentista tenha sido usada por alguns autores em relação à China, até a década de 1980, ela deve ser vista com reservas, uma vez que todas as características da economia chinesa indicavam a presença de uma ordem diversa das economias capitalistas, dado o predomínio do planejamento centralizado e da propriedade estatal. A partir das reformas instauradas em 1978, a China aproxima-se do modelo, mas mantém características diversas. Entre elas, cabe salientar, ironicamente, o papel desempenhado pelas multinacionais na China, virtualmente, inexistente em países como o Japão e a Coreia. Sobre a noção de Estado Desenvolvimentista, ver EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, n° 28-29. São Paulo 1993.

¹⁹⁴ BRANDÃO, Ramon de Lima. **O automóvel no Brasil entre 1955 e 1961: A invenção de novos imaginários na era JK**. 2011, 216 fl. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora. 2011.

da indústria automotiva foi iniciativa exclusivamente estatal, deste modo, surgem as grandes montadoras estatais, a SAIC e a FAW (Tang, 2012).

O governo JK dirigiu diversas políticas para o setor automotivo, tais como o Grupo Executivo da Indústria Automotiva (GEIA), o Programa de Metas e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), visando a atração de multinacionais, a formação de linhas de créditos e o estabelecimento de isenções fiscais e tarifas protecionistas (Lopes, 2005). Contudo, a industrialização via substituição de importações e pautada nas multinacionais ocasionou uma crescente inflação (Wad, 2009). Delgado destaca ainda que este processo se mostrou limitado em termos de criação de um sistema nacional de inovação, pois as empresas brasileiras optaram pela aquisição de bens de capital estrangeiros e pelas licenças, enquanto as multinacionais não trouxeram suas operações de pesquisa e desenvolvimento para o país (Delgado, 2001). Na China, a indústria automotiva pouco evoluiu entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente pelo contexto do governo de Mao Tsé Tung, focado no setor primário e na indústria de base (Goldman, 2007).

Após a crise do petróleo, o esgotamento do desenvolvimentismo evidencia-se (Freeman & Perez, 1988). Nos anos 1980, a crise da dívida e o colapso das economias do leste europeu fragilizaram as alternativas não liberais. Neste sentido, reforçam-se as perspectivas intelectuais centradas no mercado para a regulação da economia. Da primeira Rodada Uruguaí do GATT até a criação da OMC, passando pelas prescrições contidas no que foi chamado por John Williamson de Consenso de Washington, foram definidas as normas que deveriam moldar um novo padrão de regulação das economias capitalistas e das relações econômicas internacionais (Chang, 2004). As medidas liberalizantes incluíam a abertura comercial, a privatização das empresas estatais, a austeridade fiscal, a desregulamentação das relações econômicas e de trabalho e também a fixação da âncora cambial no dólar (Delgado, 2001). A ideia era que o Estado deveria encorajar a competição entre as empresas privadas. No Brasil, apesar da presença de reformas orientadas para o mercado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a ambivalência sobre as privatizações persistiu. A China, por sua vez, privatizou diversas empresas pequenas e médias pertencentes a setores de baixa importância estratégica (Pearson, 2011).

Enquanto os anos 1980 marcaram a estagnação da indústria no Brasil (Lopes, 2005), na China ocorreu o oposto. Esta passava por reformas econômicas durante o governo de Deng Xiaoping, seguindo o que é chamado por A. Kroeber de Desenvolvimentismo do Leste Asiático (Kroeber, 2011). O governo adotou uma política de permissão da entrada das

empresas estrangeiras, sendo a principal condição a realização de *joint ventures* com parceiros locais para obter acesso ao mercado interno (Tang, 2012). Contudo, uma série de restrições foi imposta, tais como a transferência de tecnologia para as contrapartes nacionais.¹⁹⁵

No Brasil, para reverter a estagnação, “a partir de 1991, as câmaras setoriais começaram a ser propostas pelo governo como espaços de negociação tripartite para viabilizar estratégias de reestruturação de setores industriais” (Arbix, 1996). A câmara do setor automotivo conseguiu que fossem assinados dois acordos que objetivavam a redução nos preços dos veículos e aumento dos investimentos. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso houve um aprofundamento da abertura econômica. Todavia, o governo lançou o Novo Regime Automotivo (NRA) que introduzia estímulos fiscais às montadoras já instaladas e visava atrair novas montadoras.¹⁹⁶ Na China, a década de 1990 apresentou outro perfil. O crescimento do setor se deu na costa leste e, ao contrário do Brasil, onde predominavam as multinacionais, na China, as *joint ventures* supriam a demanda interna e exportavam a maior parte da produção. Todavia, os dirigentes perceberam falhas no sistema, pois havia pouca transferência de tecnologia das partes estrangeiras para as partes nacionais.

Ao final da década de 1990 e início do século XXI, os ideais neoliberais são questionados, principalmente após as crises que ocorreram na Ásia, na Rússia, no Brasil e na Argentina. Novamente, o debate intelectual volta suas atenções para o novo desenvolvimentismo, que além de contrapor ao neoliberalismo, se coloca contrário à orientação protecionista e às modalidades de intervenção estatal do “velho desenvolvimentismo”. Neste sentido, o empresariado começa a questionar a paridade cambial estabelecida no governo de FHC, ao mesmo tempo em que reclamava por políticas industriais mais ativas (Delgado, 2010). O primeiro governo Lula incentivou as atividades de P&D e voltadas para a exportação. No segundo mandato, destacaram-se políticas multissetoriais, com objetivos, estratégias e metas mais definidos. Apesar de não ter sido incluído a PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), o setor automotivo está presente na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), dentro dos programas para fortalecer a competitividade.¹⁹⁷ Na China, após três décadas de rápido crescimento econômico, a indústria automotiva progrediu substancialmente. Apesar dos problemas como a qualidade dos

¹⁹⁵IBM Institute for Business Value. **Inside China:** the chinese view their automotive future.

¹⁹⁶ DELGADO, I. J. G., ESTHER, A. B., SALLES, H. M., CONDÉ, E. S. **A Política Industrial Brasileira Para Setores Selecionados e a Experiência Internacional.** Volume 4. In: Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. ABDI-FUNDEP/UFMG.

¹⁹⁷ Idem.

produtos, segurança e questões ambientais, a produção anual de veículos cresce vigorosamente. Mesmo entre os BRICs, a China se destaca. Brasil, Rússia e Índia produziram apenas um quarto do total que foi produzido pela China no período (Tang, 2012). A composição da produção chinesa também tem se alterado ao longo destes anos, se tornando cada vez mais voltada para atender o mercado consumidor doméstico de veículos de passeio. Contudo, são poucas as montadoras exclusivamente nacionais que experimentaram este crescimento, como a Chery e a Geely (Lin & Wu, 2011).

Descrição preliminar das políticas industriais

Nesta seção, procuraremos analisar os objetivos das principais políticas para o setor automotivo engendradas pelos governos brasileiros e chineses entre 1998 e 2012. Todavia, será uma apresentação muito mais descritiva que analítica destas políticas.

No Brasil, durante a década de 1990, tivemos o Novo Regime Automotivo, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Este regime introduzia estímulos fiscais às montadoras já instaladas e visava atrair novas multinacionais. Durante o governo Lula, o setor automotivo foi excluído da PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), mas incluso na PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), dentro da perspectiva de fortalecimento da competitividade. Por fim, o governo Dilma, lançou o Novo Regime Automotivo, que incluía isenção de impostos, que em contrapartida exigem maior investimento em P&D, desempenho energético.¹⁹⁸

Na China, além dos planos quinquenais que não serão aqui analisados, temos duas políticas cruciais para o setor automotivo, a saber, a Política da Indústria Automotiva de 1994 (que vigorava em 1998) e a Política da Indústria Automotiva de 2004.

A Política da Indústria Automotiva de 1994 tem como objetivo a ampliação da abertura do mercado doméstico e o acesso ao mercado internacional, a redução do peso da pequena indústria, o estímulo a empreendimentos de larga escala, o apoio à formação de joint ventures vinculada a exigências de transferência de tecnologia e a adoção de padrões atualizados, além de estímulos à constituição de departamentos de pesquisa e desenvolvimento e proteção patentária (Holweg et al 2005, Luo 2006).

Já a Política de 2004, além de reiterar os objetivos definidos dez anos antes, fic

¹⁹⁸ Idem.

fixava a meta de incluir marcas e empresas chinesas entre os grupos de ponta da indústria em nível mundial até 2010. Também tinha como objetivos a definição de *standards* sobre segurança, emissão e eficiência para aprovação de novos lançamentos, bem como é estimulada a pesquisa sobre veículos elétricos, híbridos e *fuel cell*. E enfatizava a criação de centros de P&D nas empresas e o desenvolvimento das medidas de proteção a direitos de propriedade intelectual, de modo a estimular a constituição de capacidade de endógena de inovação, associada à disposição de promover iniciativas para elevar a reputação das marcas chinesas, além do estímulo ao consumo interno (Holweg et al 2005, KPMG, 2004).

Bibliografia

ARBIX, G (1996). **Uma aposta no futuro**: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística. São Paulo: Scritta.

BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines. **Política e desenvolvimento no Brasil contemporâneo**: a experiência do setor automotivo nos anos 90.

BRANDÃO, Ramon de Lima. **O automóvel no Brasil entre 1955 e 1961**: A invenção de novos imaginários na era JK. 2011, 216 fl. Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora. 2011.

CASOTTI, Bruna Pretti e GOLDENSTEIN, Marcelo (2008). **Panorama do setor automotivo**: s mudanças estruturais da indústria e as perspectivas ara o Brasil. Departamento de Indústria Pesada da Área Industrial do BNDES. In: BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 28, p. 147-188.

CHANG. H (2004). **Chutando a Escada**. São Paulo: Editora da UNESP.

DELGADO, I. G (2001). **Previdência Social e Mercado no Brasil** – a presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTr. PP. 212-234. 2001.

DELGADO, I. G. (2010) **Desenvolvimento, Empresariado e Política Industrial no Brasil**. In: MANCUSO, W. P.; LEOPOLDI, M. A. & IGLECIAS, W. (org). *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias*. São Paulo: Editora de Cultura. Pp.115-141.

DELGADO. Ignacio Godinho (2012). **Política Industrial e Relação Estado Empresariado**. Nota Técnica solicitada pelo CEDEPLAR-UFGM, para o projeto *Análise dos blocos setoriais do Plano BrasilMaior*, apoiado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

DELGADO, I. J. G., ESTHER, A. B., SALLES, H. M., CONDÉ, E. S. **A Política Industrial Brasileira Para Setores Selecionados e a Experiência Internacional**. Volume 4. In: Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. ABDI-FUNDEP/UFGM.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, n° 28-29. São Paulo 1993.

FREEMAN, C. e PEREZ, C (1988). **Structural crises of adjustment**: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (edit) *Technical Change and Economic Theory*, London and New York, Pinter Publishers.

GOLDMAN, Merle (2007). **A era de reformas pós-Mao**. In: FAIRBANK, John King e GOLDMAN, Mele. *China: uma nova história*. 2 ed. Porto Alegre, RS: L&PM.

HOLWEG, M., LUO, J. & OLIVIER, N. (2005) *The Past, Present and Future of China's Automotive Industry: a value chain perspective*. Working Paper. The Cambridge-MIT Institute/Centre for Competitiveness and Innovation. Disponível em <http://www.research.ed.ac.uk/portal/files/7765689/Oliver.pdf> Acesso em 08/08/2013.

IBM Institute for Business Value. **Inside China**: the chinese view their automotive future.

KPMG. (2004) BROUGH, P., STANLEY T., PHILLIPS W. e TO, H. *China's new automotive policy*. Disponível em <http://www.kpmg.com/CN/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Documents/China-new-automotive-policy-200406.pdf> . Acesso em 13/08/2013.

KROEBER, Arthur (2011). **Developmental dreams**: policy and reality in China's economic reforms. In: KENNEDY, Scott. *Beyond the Middle Kingdom: Comparative Perspectives on China's Capitalist transformation*. Stanford University Press, Stanford, California.

LIN, Xiaohua e WU Guangqian (2011). **Technological Capability Building in the Automotive Industry**: Comparing China with South Korea. *Asia Pacific and Globalization Review*, Vol. 1, No. 1

LOPES, Ademil Lucio (2005). **A desconstrução da Indústria Automobilística Brasileira constituída no governo de JK pela política setorial do governo FHC**. In: REVISTA UNILARA. N. 17/18, 2005-2006. P. 125-143.

LUO, J. (2006) *The Impact of Government Policies on Industrial Evolution: The Case of China's Automotive Industry*. Massachusetts Institute of Technology. Disponível em <http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/38511/154715433.pdf> Acesso em 10/08/2013.

PEARSON, Margaret M (2011). **Variety within and without**: the political economy of chinese regulation. In: KENNEDY, Scott. *Beyond the Middle Kingdom: Comparative Perspectives on China's Capitalist transformation*. Stanford University Press, Stanford, California.

SHAPIRO, H (1997). **A primeira migração das montadoras: 1956-1968**. De JK a FHC: A Reinvenção dos carros. p.23-89, São Paulo: Scritta

TANG, Rachel (2012). **China's Auto Sector Development and Policies**: issues and implicatons. U.S. Congressional Research Service.

WAD, Peter (2009). **Impact of the global economic and financial crisis over the automotive industry in developing countries**. UNIDO Research and Statistics Branch. Working Paper 16/2009.

ST 05. Elites e poderes locais no Brasil: origens, transformações e perspectivas (séculos XVI-XXI)

Os juizes ordinários de Vila do Carmo: perfil socioeconômico (1711-1731)

Mariane Alves Simões¹⁹⁹

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral refletir sobre o perfil socioeconômico dos juizes ordinários que atuaram na região de Vila do Carmo, Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Na região, esses juizes atuaram de 1711, quando foi criada a Vila e a Câmara e conseqüentemente criado o aparato judicial local, até 1731, quando foi criado o cargo de juiz de fora na Vila. Assim, buscou-se entender quem eram os homens que assumiram esse cargo de juiz ordinário na região e fazer alguns apontamentos sobre execução judicial local.

Palavras-chave: juiz ordinário, justiça, Vila do Carmo.

Abstract: This article has the general objective to reflect on the socioeconomic profile of the judges ordinary who acted in Vila do Carmo region, Minas Gerais, in the first half of the eighteenth century. In the region, these judges acted in 1711, when it created the Village and the House and therefore created local judicial system until 1731, when it was created the office of judge from outside the village. Thus, we sought to understand who the men were who took that position from ordinary judge in the region and make some notes about judicial execution.

Keywords: judge ordinary, justice, Vila do Carmo.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A JUSTIÇA LOCAL EM VILA DO CARMO

Na última década do século XVII a descoberta do ouro nos sertões da América portuguesa gerou um rápido crescimento demográfico e o reforço do sistema escravista colonial. Muitos portugueses e estrangeiros deixaram seu país de origem para se aventurar pelo caminho das Minas, confirmando uma tendência migratória já suficientemente explorada pela historiografia e que era oriunda principalmente da região Norte de Portugal²⁰⁰.

De acordo com Claudia Damasceno, logo que a notícia do descobrimento aurífero se espalhou a região passou a receber um grande afluxo de pessoas e, em pouco tempo, já contava com uma população muito numerosa²⁰¹. Esse rápido crescimento demográfico fez com que as autoridades régias iniciassem um processo de institucionalização nas regiões mineradoras.

¹⁹⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: maalvessimoes@gmail.com

²⁰⁰ Iraci del Nero, ao levantar dados sobre a população portuguesa radicada em Vila Rica, constatou que 68,1% provinha do Norte de Portugal. Carla Almeida ao analisar a população inventariada em Minas entre 1750 e 1779, descobriu que 89% dos homens portugueses eram naturais das províncias do norte.

²⁰¹ DAMASCENO, Claudia. O espaço Urbano de Mariana: sua Formação e suas Representações. Revista LPH, nº 17, 2003.

Após o final da Guerra dos Emboabas, Dom Antônio de Albuquerque criou as primeiras vilas com o intuito de conseguir um maior controle da região mineradora. Foi nesse momento que foi instituída a Vila de Ribeirão do Carmo, em janeiro de 1711, criação estritamente vinculada ao desejo de uma melhor administração da justiça na região²⁰². De acordo com Joaquim Romero Magalhães as autoridades portuguesas consideravam indispensável à instituição de municípios para a ordenação da vida coletiva da população e para o exercício da justiça no Brasil colonial²⁰³. As palavras do rei Dom João V expressam claramente esse escopo:

Erigir em Vila o arraial de Nossa Senhora do Carmo e enviar na mesma, lugar de juiz de fora por assim ser conveniente ao meu real serviço e para boa administração da justiça²⁰⁴.

A criação das Vilas trazia novas exigências, “[...] regulando-se em tudo conforme ao estabelecimento das outras vilas do mesmo Estado do Brasil fundando se muito particularmente na construção das Casas da Câmara, cadeia, pelourinho, calçadas arruamentos e tudo mais pertencente a boa ordem²⁰⁵”

Destarte, nesse mesmo ano foi instituída a Câmara de Vila do Carmo, instituição que tinham o poder de decidir diversas questões referentes aos cuidados e medidas dirigidas na região.

Segundo Fernanda Bicalho²⁰⁶ as elites das conquistas buscavam distinção e privilégios através do controle das instituições locais, assim os cargos camarários eram alvo de disputas entre diferentes grupos das localidades, sendo espaço de distinção dos colonos e de negociação com a Coroa.

Como estrutura jurídica, a Câmara atuava em primeira instância, através do desempenho do juiz ordinário ou do juiz de fora, que delegavam funções aos juizes de vintena²⁰⁷, estando sujeita a apelação à Ouvidoria e o Tribunal da Relação mais próximo.

²⁰² Nesse ano também foram criadas Vila Rica e Vila do Sabará.

²⁰³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Documentos sobre “juizes ordinários” nos territórios brasileiros no século XVIII. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 172 (452): 547-614, jul./set. 2011.

²⁰⁴ AHU_ACL_CU_011, CX. 1, D 23: Provisão de Dom João V, em 24 de janeiro de 1711.

²⁰⁵ AHU_ACL_CU_011, CX. 1, D 23: Provisão de Dom João V, em 24 de janeiro de 1711.

²⁰⁶ BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. In: Revista Brasileira de História, vol. 18, nº 36. São Paulo: ANPUH / FAPESP / Humanitas, 1998.

²⁰⁷ Juiz para lugares com mais de vinte famílias, decidindo verbalmente pequenas causas cíveis, sem direito a apelação ou agravo, eleito pela Câmara Municipal.

Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte do rei nas localidades.

Apesar das alegações do rei para que se criasse o cargo de juiz de fora na Vila acontecerem desde 1711, foram os juízes ordinários que ocuparam lugar na Câmara até 1731, no qual eram eleitos dois por ano, totalizando 33 juízes nesse período²⁰⁸.

OS JUIZES ORDINÁRIOS DE VILA DO CARMO

Minha principal indagação nesse trabalho foi entender quem eram esses homens que atuaram como juízes locais na região de Vila do Carmo. Para tanto, utilizo como fontes: os inventários post mortem e testamentos desses homens, para além da documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Encontrei um total de onze inventários, dois processos de Habilitação da Ordem de Cristo e várias patentes e mercês, localizadas no AHU e no APM. Nesse sentido alguns trabalhos também me ajudaram a mapear a trajetória desses indivíduos, destaco os trabalhos clássicos de Diodo de Vasconcelos.

As Ordenações Filipinas determinavam que a duração do cargo de juiz ordinário seria de um ano. Diziam as Ordenações:

E mandamos, que o que em um ano for juiz, (...) não possa haver em esse Concelho nenhum dos ditos officios, que já houve e serviu até três anos, contados do dia que deixou de servir. Porém, isto não haverá lugar nos lugares pequenos, onde se puderem achar tantas e tais pessoas, que sejam para servir os ditos officios: porque neste caso poderão ser officiais um ano e outro não²⁰⁹.

Em relação à quantidade de anos em que permaneceram no cargo, percebemos que a maioria dos juízes ordinários cumpriram as ordens régias, permanecendo apenas um ano no cargo. Apenas o juiz Pedro Frazão de Brito e Salvador Fernandes Furtado assumiram o cargo por dois anos consecutivos e poucos foram os juízes que assumiram o cargo mais de uma vez.

²⁰⁸ É importante lembrar aqui o trabalho de pesquisa realizado pelas historiadoras Cláudia Chaves, Maria do Carmo Pires e Sônia Maria de Magalhães, no qual levantaram a composição de todas as vereanças da câmara de Mariana desde sua fundação até os dias atuais. Este mapeamento nominal é extremamente útil, relevante e facilitador para a identificação e cruzamento de dados relativos aos grupos de elite da região. CHAVES, Cláudia Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

²⁰⁹ ALMEIDA. Ordenações Filipinas, p. 156.

O juiz ordinário que mais atuou na região foi Rafael da Silva e Sousa, atuando cinco anos no cargo.

TABELA 1:

Padrão de Ocupação dos Juízes Ordinários de Vila do Carmo

Juízes Ordinários	Número	% (aproximado)
Um ano no cargo	28	84%
Dois anos no cargo	3	9%
Mais de três anos no cargo	2	7%
Total:	33	100%

Fonte:
CHAVES,
Cláudia
Mariana
das Graças

as, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de. Casa de veraneio de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008 e autos de notificação e processos crimes do AHCSM.

Alguns desses juízes assumiram outros cargos na Câmara de Mariana, como o de procurador e vereador. Aproximadamente 50% dos juízes ordinários da região assumiram outros cargos na dita Câmara.

Em relação à naturalidade desses juízes ordinários, dentre os 20 indivíduos para os quais foram obtidas informações a este respeito, 13, isto é, 65% deles eram portugueses, apenas 6 da região de São Paulo e 1 de outras capitânias, a saber, de origem fluminense. Segue abaixo uma tabela representando a naturalidade dos juízes para qual encontramos essa informação.

TABELA 2

Naturalidade dos Juízes Ordinários de Vila do Carmo

Local	Número	%
Reinol	13	65
Paulista	6	30
Fluminense	1	5
Total:	20	100

Fonte: Inventários post mortem, testamentos, cartas patentes e mercês. Algumas naturalidades desses juízes ordinários de Vila do Carmo também foram encontradas em trabalhos acadêmicos.

Grande parte dos juízes analisados estava entre os primeiros e principais povoadores da região mineradora. José Rebelo Perdigão que, junto com Pedro Frazão de Brito, foram os primeiros a assumirem o cargo na região, saiu do reino em 1767, junto com Arthur de Sá e

Menezes, assumindo o cargo de secretário da Repartição do Sul. Posteriormente, recebe várias patentes e mercês, assumindo, por exemplo, o cargo de mestre de campo.

Diz José Rebelo Perdigão [...] que lhe tem servido a Vossa Majestade na Capitania do Rio de Janeiro e seus distritos por espaço de 25 anos 5 meses e 11 dias contados de 5 de abril de 1677 até 14 de outubro de 1722 em praça de soldado em cargo de daquele governo e ultimamente no posto de Mestre de Campo [...] Vila do Carmo de Ribeirão²¹⁰.

O requerimento acima nos indica que Perdigão teve uma atuação importante no Império Português, com prestígio entre as autoridades centrais e “gozava de todas as honras privilégios, liberdades, isenções e fraquezas que em razão do dito posto lhe são concedidas; pelo que mando a todos os oficiais e soldados do dito terço conheçam ao dito José Rebelo Perdigão por seu Mestre de Campo e lhe obedeçam”²¹¹.

Salvador Fernandes Furtado de Mendonça saiu de Taubaté em destino ao interior, ainda no século XVII. O coronel chegou primeiramente em Itaverava, onde descobriu o ouro, sendo agraciado pelo feito com o cargo de capitão mor de Taubaté. Posteriormente, deixou suas lavras em Bom Sucesso se deslocando para o local inicialmente chamado de Morro Grande, depois São Caetano, se instalando no arraial chamado “o de cima” na Vila do Carmo, onde inclusive fez a primeira capela da região. Salvador Fernandes Furtado tinha um importante cabedal econômico e político, ganhando várias mercês, por exemplo, em 1711 ganhou uma sesmaria do governador Antônio Coelho de Albuquerque, que se localizava nas cabeceiras de seu sítio no Moro Grande, para a parte do Brumado, com uma légua de sertão para Guarapiranga.

O capitão Manoel Cardoso Cruz também foi um dos primeiros povoadores das Minas. Natural de Lisboa, Cardoso Cruz tinha prestígio entre as autoridades locais e centrais, se tornando um dos principais potentados da região²¹². Também foi cobrador do quinto nas regiões mineradas. O inventário do português, que era casado com Antônia Josefa de Almeida, demonstra que ele alcançou considerável riqueza com a mineração. O português também se tornou Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, apesar de ter alguns impedimentos mecânicos. O processo descreve:

²¹⁰ AHU_ACL_CU_011, Cx. 22, D. 1799

²¹¹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 97.

²¹² Manoel Cardoso Cruz foi listado por Ana Paula da Costa como um dos principais potentados das Minas. In: COSTA, Ana Paula Pereira. Armas escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

Parece o que V Majestade dispense o suplicante dando o donativo três mil cruzados para as despesas [...] Manoel Cardoso da Cruz, foi S Majestade servido dispensar para receber o Hábito da Ordem de Cristo [...]”²¹³.

Entre os juízes ordinários de Vila do Carmo se encontram figuras já bastante conhecidas, como Maximiniano de Oliveira Leite e Caetano Álvares Rodrigues, que se encontram na lista de homens ricos explorada por Carla Almeida²¹⁴. Maximiniano e Caetano foram agraciados com uma carta de sesmaria, que demonstra que ambos lograram prestígio nessa sociedade. A carta de sesmaria descreve:

Faço saber aos q esta minha carta de Sesmaria, vivem que tendo respeito a me representarem por sua petição o Guarda Mayor Maximiniano de Oliveira Leite, e seu sócio Caetano Alvares Rodrigues, que eles suplicantes caro senhores [...] Hey por bem fazer mercê como por esta faço de conceder em nome de S Majestade aos ditos guarda [major] Maximiniano de Oliveira Leite, e seu sócio o coronel Caetano Alvares Rodrigues, [meya] légua de terra (AHU_ACL_CU_011, Cx. 55, D. 4599).

Caetano Álvares Rodrigues, natural de Lisboa, atuou em diversas partes do Império como militar. Foi nomeado capitão de Ordenanças, em 1722, coronel de cavalaria de São Paulo, e, posteriormente, de Vila Rica. Além, de ser Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo em 1731 e condecorado com o foro de escudeiro e cavaleiro fidalgo da casa real em 1749. Por ser um dos mais importantes moradores das Minas, Caetano Álvares Rodrigues foi escolhido para atuar como familiar do Santo Ofício, realizando muitas prisões.

O paulista Maximiniano de Oliveira Leite, um dos principais potentados da região se consagrou coronel e guarda mor de Vila do Carmo, também recebeu o título de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, além de ter sido fidalgo da Casa Real²¹⁵.

Como os exemplos acima assinalam, possuir cargos militares também foi uma característica comum entre os juízes ordinários de Vila do Carmo. Carmem Silvia Lemos já havia demonstrado que em Vila Rica era enorme o número de julgadores com patentes militares²¹⁶.

²¹³ ANTT. Processo de HOC: Letra M, maço 40, doc 11- PG 9.

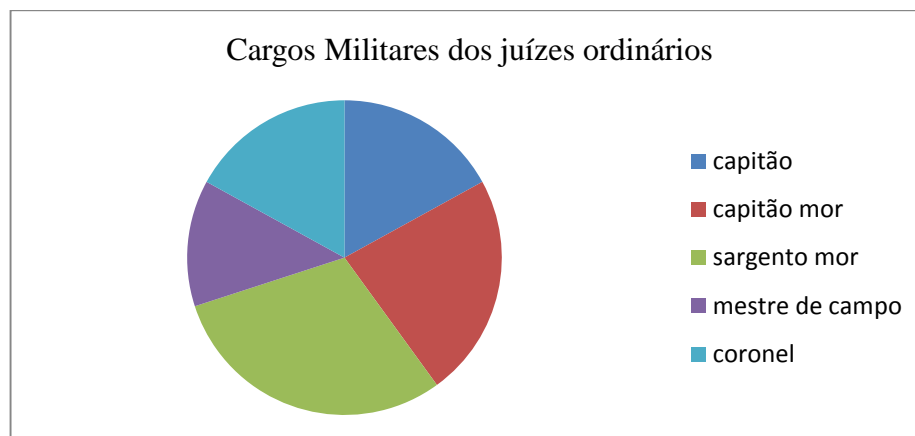
²¹⁴ ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de. Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

²¹⁵ COSTA, Ana Paulo Pereira. Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade XVIII, Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro: UFRJ,PPGHIS. 2010.

²¹⁶ LEMOS, Carmem Silvia. A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003.

GRÁFICO 1

Cargos Militares dos Juizes Ordinários de Vila do Carmo



Fonte: Cartas patentes do AHU, documentos judiciais disponíveis no AHCSM e trabalhos historiográficos. **OBS:** Foi priorização o cargo militar do momento de atuação como juiz de fora, inexistente essa afirmação priorizou-se a patente mais alta.

Rafael da Silva e Sousa, por exemplo, recebe do governador Dom Albuquerque a patente de sargento mor do terço dos auxiliares do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. A carta de confirmação da patente descreve:

Faço saber aos que esta minha carta de confirmação virem que tendo respeito a Raphael da Silva e Souza estar provido pelo governador e capitão geral da capitania de São Paulo e Minas de ouro Antonio Albuquerque [...] sargento mor do terço auxiliar do distrito do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, atendendo ao dito Rafael da Silva e Souza estar atualmente servindo de capitão da Infantaria da Ordenança do mesmo distrito mais de dois anos com muita satisfação havendo se com a mesma em várias diligências que lhe forão encarregadas do meu serviço conforme a confiança que faço de sua pessoa (AHU_ACL_CU_011, Cx. 1, D. 31).

Rafael da Silva e Sousa teve uma ascendente carreira militar, visto que foi ganhando patentes de mais alto escalão passando de capitão de Ordenança de pé, sargento mor de Ordenanças, capitão mor de Ordenanças, até chegar a coronel das Companhias de Privilegiados e Reformados e mais Nobreza, todos os postos exercidos em Vila do Carmo²¹⁷.

Andre Gonçalves Chaves, natural do reino, foi sargento mor das Ordenanças dos distritos de Rocha, Gualachos e Pinheiro. A carta patente descreve:

²¹⁷ COSTA, Ana Paulo Pereira. Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade XVIII, Vila Rica, 1711 -1750. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010.

Faço saber aos que esta carta patente virem que tenho direito a que Andre Gonçalves Chaves que se acha servindo a mais de três anos [...] nas obrigações do dito posto com grande satisfação e zelo do serviço se sua Majestade (AHU_ACL_CU_011, Cx. 12, D. 998).

Mathias Barbosa da Silva, juiz ordinário em 1723, assumiu o cargo de mestre de campo e o de coronel do Regimento da Cavalaria da Ordenança de Vila Rica e seu termo, servindo a “sua Majestade com várias partes da América, onde foi sempre bem reconhecido o seu zelo, acerto e valor”²¹⁸.

Os documentos analisados também vêm demonstrando que esses juízes locais alcançaram um forte prestígio econômico na região, estando entre os principais potentados mineiros. Esses juízes adquiriram um considerável número de escravos e importantes bens.

TABELA 7

Número de escravos dos Juízes Ordinários de Vila do Carmo encontrados nos inventários post mortem

Juiz ordinário	Número de escravos
Antônio de Faria Pimentel	34
Antônio de Ferreira Pinto	6
Bernardo Spinolla de Castro	57
Francisco Ferreira de Sá	108
Manoel Cardoso Cruz	44
Francisco Ribeiro de Andrade	26
Pedro Frazão de Brito	56
Manoel de Queiroz	1
Matias Barbosa da Silva	4
Paulo Rodrigues Durão	129
Salvador Fernandes Furtado de Mendonça	61

Fonte: AHCSM e Casa do Pilar de Ouro Preto, Inventários post mortem.

²¹⁸ AHCSM, 2º Ofício, Códice 132, Auto: 2658.

Cabe considerarmos que o inventário é feito após a morte desse proprietário, assim em alguns casos a posse de escravo não condiz com a realidade de vida do inventariado. Um exemplo claro disso é representado por Matias Barbosa da Silva. No inventario do mestre de campo são listados apenas 4 escravos, mas nas listas de quinto de 1723 possuía 73 escravos, e na de 1725, 41 cativos, demonstrado que ele havia sido um grande proprietário de escravos durante a vida²¹⁹. Também encontramos indícios do número de escravos de alguns juizes para quais não possuímos o inventário post mortem, Pedro Teixeira Cerqueira, por exemplo, aparece declarando o número de escravos em duas listas de cobrança dos quintos, em 1717 declarou 20 escravos, e em 1723, 44 cativos²²⁰. Guilherme Mainardi da Silva declarou em 1725 que possuía 38 escravos²²¹.

Além do poder econômico alcançado por esses juizes, percebemos que eles buscaram também as distinções próprias de uma sociedade de Antigo Regime que começava a se formar nas Minas. Encontramos recorrência ao Conselho Ultramarino de 43% dos juizes ordinários de Vila do Carmo, algo que tem relação com as patentes militares e as cartas de sesmaria, o que demonstrava evidentes sinais de distinção e qualidade.

Seguindo essa lógica, alguns desses juizes também se consagraram Cavalheiros da Ordem de Cristo. A ordem de Cristo era uma ordem religiosa- militar portuguesa e os hábitos de Cristo eram pedidos pelos coloniais que dispunham dos serviços mais valorizados pela Coroa. Para ingressar nessa Ordem era preciso que se realizasse um processo com inquirição de testemunhas. Elencarei alguns exemplos de juizes que pediram o hábito dessa Ordem.

José Rebelo Perdigão, juiz ordinário de Vila do Carmo em 1711, solicita ao Conselho Ultramarino a mercê de uma comenda de duzentos mil réis, o Hábito da Ordem de Cristo e a Alcaidaria mor de Vila Rica. E no documento relatou:

Por ser pessoa principal e ter requisito notáveis foi no anno de 1711 nomeado superintendente do distrito do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo com **jurisdição cível e crime** o que executou com muita sertidão e assertação das penas e também encarregado de tirar devassas da consideração que os presos tinham feito [...] por estar servindo de **juiz ordinário** na Vila de Nossa Senhora do Carmo com muito acerto em todas as matérias de justiça (Grifo meu-AHU_ACL_CU_011, Cx. 22, D. 1799).

²¹⁹ COSTA, Ana Paula Pereira. Armas escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

²²⁰ COSTA, Ana Paula Pereira. Armas escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

²²¹ AHCMM, Códice 150. Ver mais in: FARIA, Simone Cristina de. Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos Cobradores d’os Quintos Reais. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010.

No documento apareceram vários relatos alegando a importância e os serviços realizados com “honra e zelo” por José Rebelo Perdigão, como de Artur de Sá Menezes. Esses relatos foram importantes para o português conseguir habilitar-se na Ordem de Cristo.

O processo da Ordem de Cristo de Caetano Álvares Rodrigues, juiz ordinário em 1721, é datado de 1730. O processo descreveu que o suplicante deu serviço na Índia em Praça de Soldado até o posto de segundo capitão tenente de mar e guerra tudo por espaço de quase 6 anos e que chegando na América atuou como Coronel das Ordenanças de São Paulo. O documento relata também:

E no Brasil e Minas do Rio de Janeiro tem servido a V. Majestade a mais de 14 anos nos serviços de soldado, no de coronel, no guarda mor das Minas no distrito de Vila do Carmo, no de vereador da Câmara e de **juiz ordinário**, e em todas estas ocupações tem feito a Vossa Majestade estes relevantes e singulares serviços, com singular zelo e muita despesa de sua fazenda (ANTT- HOC-Letra C. Mç 12, n.6).

Em relação ao cargo de juiz ordinário, Caetano relata nesse documento que quando ocupou esse cargo, o Conde de Assumar o mandou cobrar os quintos, “*que os cobrou sem repugnância alguma e trouxe o ouro em sua companhia e o entregou*”. Simone Faria supõe que essa intervenção na fiscalização teve um aumento das cifras dos quintos em Vila do Carmo²²². Por todos os serviços feitos por Caetano Alvares Rodrigues e confirmados pelos governadores, V. Majestade “*confirmou no hábito que lhe nomeou*”²²³.

Em 1751, Manoel Cardoso Cruz também deseja obter o hábito da Ordem de Cristo, mas em um primeiro momento “*se julgou inábil para entrar na Ordem*”²²⁴, porém apesar de ter alguns impedimentos mecânicos conseguiu dispensa e conseguiu se Consagrar Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo. O processo descreve:

Parece o que V Majestade dispense o suplicante dando o donativo três mil cruzados para as despesas [...] Manoel Cardoso da Cruz, foi S Majestade servido dispensar para receber o Hábito da Ordem de Cristo (ANTT, HOC, Letra M, Mç: 40, Doc: 11).

Alguns desses juízes também se tornaram familiares do Santo Ofício. Os familiares exerciam um papel auxiliar nas atividades da Inquisição, atuando principalmente nos sequestros de bens, notificações, prisões e condução dos réus. Caetano Álvares Rodrigues

²²²FARIA, Simone Cristina de. Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010. A autora também aborda que Rafael da Silva e Sousa, quando juiz ordinário, percorreu o distrito fazendo lista dos escravos e convocando os moradores a pagarem os quintos.

²²³ ANTT- HOC-Letra C. Mç 12, n. 6.

²²⁴ ANTT- HOC- Letra M, Mç 40, doc. 11.

inicia o processo do Santo Ofício em 1739. Nesse processo relata que “*sabe ler e escrever e está em boa disposição e suposto representa ter 50 anos de idade*”²²⁵. Ele fora um dos mais ativos Familiares do Santo Ofício atuando na região, em nome da qual realizara muitas prisões antes mesmo de ser habilitado:

Nas Minas do Ribeirão do Carmo, com diligência, segredo, despesa e risco, no ano de 1728, prendeu a José da Cruz por ordem do familiar Guilherme Maynardi da Silva, porque andava ausente e acautelado e com o nome trocado. Em 1730 prendeu nas Minas Novas, distrito do Serro do Frio por ordem do familiar Dom Lourenço de Almeida, a Diogo Dias a quem chamavam o Diogo tonto, filho ou sobrinho de um médico do Porto, e a ambos os presos tratou com caridade, regalo e segurança (ANTT, Mc: 4, doc. 48).

Cabe sublinhar que o familiar Guilherme Mainardi da Silva havia sido juiz ordinário de Vila do Carmo no ano de 1730. Outros juízes ordinários também conseguiram se habilitar na Ordem de Cristo e se tornar Familiar do Santo Ofício, algo que representa grande distinção no Império Português.

Nesse sentido, a imagem defendida por Caio Prado, de “que na maior parte da colônia a administração e justiça não tinham autoridade alguma presente ou acessível, ou então se entregavam, nos melhores casos, a incompetência e ignorância de leigos como eram os juízes ordinários, simples cidadãos escolhidos por eleição popular e que serviam gratuitamente”²²⁶, não pode ser aplicada a região de Vila do Carmo. Sem entrar no mérito da atuação da justiça, encontramos os homens distintos da localidade assumindo o cargo de juiz ordinário. Assim, podemos afirmar que os eleitos para ocuparem esse cargo na região eram em maioria de origem portuguesa, casados e detentores de importantes cabedais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil dos “homens bons” que exerceram o cargo de juízes ordinários de 1711 a 1731 apontou que, além de um doutor em direito, a grande maioria era sim constituída por leigos em leis. Porém, mesmo não doutores, os juízes ordinários de Vila do Carmo eram homens que constituíam a elite colonial e detinham títulos honoríficos, especialmente os militares (mais de 90% deles) e possuíam um bom grau de letramento expressos nos documentos judiciais.

²²⁵ANTT. Familiatura do Santo Ofício de Caetano Álvares Rodrigues Horta. Completa, maço 4, doc. 48. Maio de 1745.

²²⁶JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2000.

As funções dos juízes ordinários determinadas pelas Ordenações Filipinas são muitas e extrapolam a esfera judicial²²⁷. Os juízes ordinários de Vila do Carmo atuaram nas sessões da Câmara, na fiscalização dos quintos, e em construções de pontes e etc. Porém, torna-se preciso entender a atuação desses juízes nos documentos judiciais, para um melhor conhecimento de suas atuações, do aparato judicial em primeira instância e do Direito Português

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes Primárias:

Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, Livro I. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana- Livro 664, Data limite: 1711-1750.

Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU_ACL_CU_011, Cx. 1, D. 23, 24 de Janeiro de 1711. PROVISÃO do rei D. João V ao governador das Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, informando que decidira erigir em Vila o arraial de Nossa Senhora do Carmo e criar na mesma o lugar de juiz de fora.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 97. REQUERIMENTO do mestre-de-campo [do Terço Auxiliar da Vila do Carmo], José Rebelo Perdigão, ao rei [D. João V], solicitando o traslado da sua patente.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 1, D. 31. CARTAS PATENTES do rei D. João V provendo Rafael da Silva e Sousa no posto de sargento-mor auxiliar da Ordenança do distrito de Ribeirão do Carmo.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 193. CARTA do [governador de Minas e São Paulo], conde de Assumar, D. Pedro de Almeida e Portugal ao rei [D. João V], dando cumprimento a ordem régia de enviar seu parecer sobre Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor da Vila do Carmo, que tinha pedido a prorrogação do seu exercício no cargo.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 5, D. 425. REQUERIMENTO do capitão-mor Rafael da Silva e Sousa, juiz ordinário de Vila do Carmo, solicitando o pagamento dos seus emolumentos.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 6, D. 526. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor na Vila do Carmo, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 9, D. 824. REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor da Vila do Carmo, solicitando o ofício de juiz dos Órfãos da referida Vila.

²²⁷Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, Livro I. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 11, D. 924.REQUERIMENTO de Rafael da Silva e Sousa, capitão-mor em Vila Rica do Ouro Preto, encarregado do governo das Minas na ausência do governador Antônio de Albuquerque, solicitando para continuar a governar o seu distrito na ausência do governador.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 35, D. 2854. REQUERIMENTO de Matias Barbosa da Silva, pedindo sua confirmação no posto de coronel do Regimento da Cavalaria da Ordenança de Vila Rica e seu termo. Anexo: carta patente.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 22, D. 1799. REQUERIMENTO de José Rebelo Perdigão, solicitando a mercê de uma comenda de duzentos mil réis, com o Hábito de Cristo e a Alcaidaria-mor de Vila Rica.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 12, D. 998.REQUERIMENTO de André Gonçalves Chaves, solicitando a mercê de o confirmar no posto de sargento-mor das Ordenanças dos distritos de Rocha, Gualachos e Pinheiro.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 11, D. 947.CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, explicando os prejuízos causados por João Freire Tavares, tenente-general e Manuel de Queirós e solicitando sua mudança daquele governo.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 46, D. 3818.REQUERIMENTO de Maximiano de Oliveira Leite, solicitando a D. João V a mercê de lhe passar carta de confirmação de umas terras dadas em sesmaria.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 44, D. 3597.REQUERIMENTO de Pedro Teixeira Cerqueira, morador na Vila do Carmo, solicitando a restituição do que lhe fora exigido por uma sentença condenatória e a prisão do denunciante.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 4, D. 371.REQUERIMENTO de Paulo Rodrigues Durão, sargento-mor das Ordenanças de Vila Nossa Senhora do Carmo, ao rei [D. João V], solicitando confirmação de sua carta patente no dito posto.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 43, D. 3522.REQUERIMENTO de Manuel Cardoso Cruz, capitão, morador na Vila do Carmo, solicitando provisão para ser conservado na posse de uma roça que comprou, não obstante a oposição do Senado da referida Vila.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 51, D. 4275.REQUERIMENTO de Manuel Cardoso Cruz e Manuel Teixeira Chaves, capitães de Ordenança da cidade de Mariana, solicitando a D. João V a mercê de ordenar se ajustasse com os ditos a melhor forma de se evitar as inundações da cidade, causadas pelas cheias do ribeirão do Carmo.

Inventários:

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana -Inventário post mortem de Agostinho Francisco da Silva – 1º Ofício, Códice:100, Auto: 2085.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - Inventário post mortem de Antônio de Faria Pimentel – 1º Ofício, Códice: 11, Auto: 384.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana -Inventário post mortem de Antônio Ferreira Pinto – 1º Ofício, Códice: 91, Auto: 1896.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - Inventário post mortem Bernardo Spinolla de Castro- 2º Ofício, Códice: 126, Auto: 2469.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana -Inventário post mortem de Francisco Ferreira de Sá –1º Ofício, Códice: 87 Auto: 1842.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana -Inventário post mortem de Francisco Ribeiro de Andrade –1º Ofício, Códice: 88, Auto: 1854.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana-Inventário post mortem Manoel Cardoso Cruz –2º Ofício, Códice: 20, Auto: 533.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário post mortem de Manoel de Queiroz –2º Ofício, Códice: 35, Auto: 813.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana –Inventário post mortem de Paulo Rodrigues Durão–1º Ofício, Códice: 115, Auto: 2377.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário post mortem de Pedro Frazão de Brito–1º Ofício, Códice: 132, Auto: 2658.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – Inventário post mortem de Salvador Fernandes Furtado de Mendonça –1º Ofício, Códice: 138, Auto: 2800.

Casa do Pila de Ouro Preto - Inventário post mortem de Matias Barbosa da Silva –2º ofício, Códice: 101, Auto: 1257.

Testamentos:

Testamento de Francisco Ribeiro de Andrade – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana -1º Ofício, Códice: 88, Auto: 1854.

Testamento de Matias Barbosa da Silva –Arquivo Nacional da Torre do Tombo -ACL, maço 95, doc. 19.

Testamento de Maximiliano de Oliveira Leite –Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana- 1º Ofício- livro 64- f.3.

Processos de Habilitação da Ordem de Cristo:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, HOC, Letra M, Mç: 40, Doc: 11.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, HOC-Letra C,Mç: 12,Doc: 6.

Familiatura do Santo Ofício:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Familiatura do Santo Ofício de Caetano Álvares Rodrigues Horta. Completa, maço 4, doc. 48.

Fontes Bibliográficas:

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais:** produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. **Espelho Cem Faces:** o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. Belo Horizonte: Annablume, 2004.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Geografia do crime:** violência nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAVES, Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria. **Casa de Vereança de Mariana:** 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008

DAMASCENO, Claudia. **O espaço Urbano de Mariana:** sua Formação e suas Representações. Revista LPH, nº 17, 2003.

FARIA, Simone Cristina de. **Os “homens do ouro”:** perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010.

HESPANHA. Antônio Manuel. **História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna.** Coimbra: Almedina, 1982.

HESPANHA. Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan.** Instituições e Poder Político em Portugal. séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns viesamentos correntes. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEMOS. Carmem Silva. **A justiça local:** os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003.

VASCONCELOS. Diogo de. **História Média de Minas Gerais.** 4º Ed. Vol. 5. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil Colonial:** o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WOOD, Russel J. **Centro e Periferia no mundo luso brasileiro, 1500-1808.** Revista Brasileira de História, vol 18, nº 36, 1998.

ST 06. História e Linguagens Políticas

Aa elites de Barbacena na Revolta Liberal de 1842

Leonardo Bassoli Angelo²²⁸

Resumo: A história de Barbacena, no período colonial, está profundamente relacionada às elites políticas e econômicas que atuaram neste espaço. Durante o Império do Brasil, essa cidade protagonizou debates políticos, e nesse lugar ocorreu a Revolta Liberal de 1842, considerada um dos últimos movimentos de grande importância do período imperial. Neste artigo, pretendo destacar a história dessa cidade relacionada à consolidação da ordem imperial no Brasil, enfatizando discursos políticos construídos durante a Revolta Liberal, utilizando principalmente a obra de José Antônio Marinho sobre este tema.

Palavras chave: Revolta Liberal. Barbacena. Império do Brasil.

Abstract: The history of Barbacena, in the Colonial period, is deeply related to political and economic elites who acted in this period. During the Empire of Brazil, this city starred political debates, and in this place occurred the Liberal Revolt in 1842, considered one of the last great importance movements of the imperial period. In this paper, I intend to detach the history of this city related to consolidation to imperial order in Brazil, emphasizing political speeches constructed during the Liberal Revolt of 1842, using mainly the work of José Antônio Marinho about this theme.

Keywords: Liberal Revolt. Barbacena. Empire of Brazil.

A compreensão da história de Barbacena está intimamente ligada à abertura do Caminho Novo, rota alternativa ao Caminho Velho a interligar as então capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. No período em que eram descobertas as primeiras jazidas de ouro em Minas Gerais, essa nova rota permitiu o estabelecimento de pessoas que acumularam capitais e, ao se relacionarem entre si, adquiriram, em intensidades diferentes, alguma projeção política. A partir de Garcia Rodrigues Pais, pessoas influentes formaram um povoado denominado Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo. Em 1791, o crescimento populacional levou moradores dessa região a demandarem do governo central a criação de uma vila, o que se deu a 14 de agosto de 1791, quando o antigo arraial passou a se chamar vila de Barbacena e teve a instauração da Câmara e o estabelecimento de seus primeiros dirigentes.

Para que se estude a história política da Barbacena desse período, é muito importante pensar nas elites políticas e econômicas que essa região comportou ao longo dos anos. Adoto este termo com base em John Scott (SCOTT, 1995: 9), que se refere a uma gama de personagens

²²⁸ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, com pesquisa financiada pela CAPES.

da política, das profissões liberais, entre outros, sem nenhuma perspectiva teórica particular. Para o caso de Barbacena, cumpre salientar que essas elites atuaram em uma economia escravista e mercantil de abastecimento. A importância desses personagens que, a partir de 1791, puderam exercer o poder a partir de uma instância oficial, o senado da Câmara, é atestada, em parte, pelo intervalo entre a chegada da Família Real ao Brasil e os tempos da Revolução do Porto, quando o Termo de Barbacena cresceu mais do que os demais termos de sua região; esse Termo e a Comarca do Rio das Mortes ofereciam possibilidades de acesso à terra e de inserção nos circuitos mercantis do Caminho Novo, valorizados pela política de interiorização da metrópole a partir de 1808.

O século XIX se iniciou em Barbacena com relativa tranquilidade na relação entre essa localidade e o poder central, pois, além do desenvolvimento econômico, a vila não sediu insurreições e tampouco levantes de maior monta. Na ocasião da Independência política, em 1822, os membros da Câmara apoiaram o príncipe regente dom Pedro – futuro dom Pedro I – em sua posição de não acatar as ordens emanadas das cortes de Lisboa, e inclusive se ofereceram para sediar a capital de um possível Brasil independente. Não obstante, o 7 de Abril de 1831 foi recebido com festa em Barbacena, com o grito de “viva a liberdade”: a partir de então, os poderes provinciais sentiram que poderiam exercer o poder mais enfaticamente após quase nove anos de um reinado turbulento e centralizador, mas que garantiu o reconhecimento do Brasil independente no cenário internacional.

Esse período de relativa tranquilidade para a história política barbacenense, o tempo dos anos iniciais da construção do Estado imperial brasileiro, deve ser interpretado com cautela. Apesar de haver múltiplos projetos para as formas, regimes e sistemas de governo de um país recém-independente, os acontecimentos que se seguiram à dissolução da Assembleia Nacional Constituinte de 1823 mostraram que o imperador dom Pedro I desejava exercer o maior controle possível sobre os domínios do Império do Brasil, e não toleraria uma Constituição que o relegasse a segundo plano: em outras palavras, o primeiro imperador do Brasil era centralizador, e assim desejava se manter nesse território outrora governado por seu pai. Certamente, essa tendência ecoou também nas províncias, para as quais não houve, nos nove anos de I Reinado, leis que delegassem maior poder de decisão, daí a comemoração dos barbacenenses diante da abdicação.

A abdicação de dom Pedro I ao Trono foi seguida de um período no qual os debates se desenvolveram mais, em virtude do maior espaço para um exercício político limitado no período 1822-1831, limitação esta que levou o imperador a ser acusado de “déspota” e

“absolutista”. A ideia de que se desenvolveu uma opinião pública posteriormente à saída de dom Pedro I, o tempo das Regências, é atestada em Barbacena, quando a imprensa desenvolveu suas atividades e o “laboratório político” pôde ser verificado mais incisivamente, sendo um exemplo o jornal *O Echo da Rasão*, do qual participou Camilo Maria Ferreira, o conde de Prados, até 1842. Camilo, por sinal, foi deputado na Assembleia Geral e conselheiro do Império. Nesse mesmo período, outro jornal, *O Parahybuna*, foi contrário à Regência de Diogo Antônio Feijó.

As Regências seriam caracterizadas por certas medidas descentralizadoras, entre elas a promulgação do Código de Processo Criminal, criado pela lei de 19 de novembro de 1832 no propósito de determinar uma estrutura judiciária e policial fortemente descentralizada, ampliando o poder dos juízes de paz – magistrados eleitos localmente –, que julgariam ações, prenderiam foragidos, entre outras medidas; por fim, essa lei dava às Câmaras Municipais a autoridade de indicar inspetores e jurados. O Ato Adicional, promulgado a 21 de agosto de 1834, representou grande vitória para as províncias ao criar as Assembleias Legislativas provinciais a substituírem os Conselhos Gerais no cuidado com as despesas e na criação de impostos.

Se as províncias conseguiram certa autonomia com essas medidas das regências, a retração dessa conquista, verificada a partir de 19 de maio de 1838, mostraria os limites que a vertente conservadora imporia à descentralização iniciada após o Sete de Abril, e isso causou incômodo para muitas Assembleias Legislativas, inclusive para a de Minas Gerais. Em 12 de maio de 1840, foi promulgada a Lei de Interpretação do Ato Adicional, instrumento que versava sobre os pontos não contemplados pelo Ato Adicional, e que freava ainda mais a descentralização promovida pelos liberais das Regências. O liberal Tavares Bastos afirmou que

“A lei chamada da interpretação foi, todos o sabem, o ato mais enérgico da reação conservadora: limitando a autoridade das assembleias provinciais, permitiu a criação da polícia uniforme em todo o império e a militarização da Guarda Nacional.” (apud FAORO, 2004: 330).

A política do Regresso pode ser atestada, em Barbacena através do jornal *O Parahybuna*, e há que se atentar para o destaque da imprensa deste período como importante veículo de divulgação de ideias políticas. Para a história política barbacenense isso é ainda mais importante, pois a documentação oficial da Câmara não existe mais. Esse jornal apoiador dos conservadores fez forte oposição ao periódico liberal *O Astro de Minas*, que foi substituído posteriormente por *OPopular*.

O padre de tendência liberal José Antônio Marinho foi, durante algum tempo, redator do jornal *O Astro de Minas*, e sofreu ataques por parte de *O Parahybuna*. Entre as desqualificações que sofreu pelo periódico rival, Marinho foi chamado de “Macaco negro”, pelo fato de ser mulato (RESENDE, 2008: 268). Além de redator do supracitado jornal, Marinho participou da Confederação do Equador e foi vereador e juiz de paz em São João Del Rei. Deputado provincial e deputado à Assembleia Geral, teve seu mandato interrompido com as dissoluções de 1842 e 1848.

Na década de 1830, foram intensos os ataques e as desqualificações dos conservadores sobre os liberais como Marinho, acusados de desejar instaurar uma “infame República para esmagar o Povo em nome da Liberdade” (apud RESENDE, 2008: 269); os liberais moderados foram acusados de serem conspiradores republicanos e jacobinos, em uma clara tentativa de imputar nessas pessoas tendências que não necessariamente possuíam. Os ataques políticos vinham das duas partes, e isso pode ser verificado na Revolta Liberal de 1842. No dia 10 de junho deste ano, com apoio da Guarda Nacional, a então cidade de Barbacena declarou-se como sede do governo da província de Minas Gerais, e seu presidente interino seria José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. As razões dessa medida foram a dissolução, pelo imperador, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara dos Deputados, que tinham, nessa ocasião, políticos liberais. Estabeleceu-se um conflito entre conservadores e liberais que durou dois meses e foi vencido pelo barão de Caxias (futuro duque de Caxias).

Entre os barbacenenses que participaram deste conflito, estavam Camilo Ferreira Armond (conde de Prados), Marcelino Ferreira Armond, Pedro Teixeira de Carvalho, entre outros. A família Ferreira Armond, bastante próxima do ideário liberal, endossou a ideia de revolta contra o Estado Imperial, participando ativamente do governo instalado: o presidente interino, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha nomeou Antônio José Ferreira Armond para tenente quartel mestre da Primeira Legião de Guardas Nacionais do Município de Barbacena. A 17 de junho de 1842, Antônio José emprestou 800\$000 para a causa rebelde (LACERDA, 2013: 269-270). Para os sediciosos de 1842, uma facção tomara o poder, aniquilando a liberdade dos cidadãos; além de não concordar com medidas que consideravam extremamente centralizadoras face às conquistas proporcionadas pelas regências anteriores, os Ferreira Armond desejavam maior participação política em Barbacena.²²⁹

²²⁹ A família Sá Fortes foi adversária política da família Ferreira Armond. No princípio do século XIX, Manoel de Sá Fortes de Bustamante Nogueira foi presidente da Câmara de Barbacena por diversas vezes e prejudicou a inserção dos Ferreira Armond na política oficial barbacenense. Cf: RESENDE, 2008.

Os rebeldes de 1842 não se contrapunham ao imperador, e acreditavam que este fora vítima de uma “oligarquia” que teria se apoderado do governo, impedindo o próprio monarca de governar. A partir da obra do cônego Marinho (1978) e do trabalho *História da Revolução de Minas Gerais, em 1842*, publicada pela Revista do Arquivo Público Mineiro, verifica-se que, desde o princípio, esses sediciosos não envolveram a figura do imperador no movimento, e argumentavam que a propalada oligarquia é quem governava no lugar do chefe do Executivo, que estaria a sofrer nas mãos de “absolutistas”. Os insurgentes de 1842 compreendiam o Conselho de Estado como mais um instrumento da “tirania” – característica atrelada ao absolutismo, no entendimento desses atores políticos –, que obrigava o imperador a se fazer ouvir. Esse órgão se assemelhava aos conselhos áulicos europeus, com membros vitalícios e influência da monarquia europeia, e foi um espaço de mediação entre os interesses dos diferentes grupos políticos do país e o imperador (MARTINS, 2005: 23).

O adjetivo “absolutista”, nesse período, designava uma prática política negativa e era comumente utilizado para desqualificar um político ou uma medida. Os que utilizavam essa denominação possivelmente desconsideraram que não necessariamente o absolutismo estava ligado à tirania, ao exercício do poder de forma arbitrária, mas significava tão somente uma forma de governo. Nesta época em que governos liberais estavam em pleno desenvolvimento, era natural pensar no Antigo Regime como algo que não mais se queria, prática política ultrapassada e carregada de elementos negativos, a exemplo do que fora amplamente combatido por movimentos como a Revolução Francesa.

Enquanto os sediciosos mineiros construía a imagem de que o imperador estava rodeado de males que deveriam ser extirpados do governo, as autoridades constituídas interpretavam esse movimento como um ato de “liberdades exageradas” promovido por “anarquistas”.²³⁰ A ideia dos governistas era construir uma imagem de desordem e caos supostamente promovida pelos insurgentes, que não respeitariam um movimento reformista embasado na lei, e o imperador, longe de ser enganado e ter seu poder usurpado por uma oligarquia, estaria a endossar esse movimento de reformas centralizadoras. Ainda que os sediciosos tenham sido anistiados em 1844 e, posteriormente, conseguido espaço no governo, na “batalha verbal” não se pouparam esforços no sentido de desqualificar o inimigo político, seja relacionando-o à “velha ordem” (absolutismo) ou a um movimento contemporâneo, mas que deveria ser combatido (anarquismo) em nome da segurança nacional.

²³⁰ Cf. *História da Revolução de Minas Gerais, em 1842*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1910.

FONTES

História da Revolução de Minas Gerais, em 1842. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1910, p. 181-390. (Volume 15)

BIBLIOGRAFIA

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Volume 1. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **Negócios de Minas**: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850). Niterói: UFF, 2010. (Tese de Doutorado em História).

MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1977.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha Arte de Governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo**: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial (1831-1840). Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de Doutorado em História)

SCOTT, John. Les élites dans la sociologie anglo-saxonne. In: SULEIMAN Ezra; MENDRAS Henri. **Le recrutement des élites en Europe**. Paris: Editions la Découverte, 1995.

Revolução e Iluminismo no discurso da geração de 1870 em favor da secularização

Dievani Lopes Vital²³¹

Resumo: Neste artigo, buscamos apreender a apropriação do ideário francês iluminista e revolucionário pelas produções de alguns dos nomes selecionados da chamada “Geração 1870” brasileira, no que diz respeito às propostas de secularização da ordem social e política do Império. Para isso, tomamos como contexto o momento em que eclode no Brasil a chamada Questão Religiosa, conflito que opôs as autoridades leigas e religiosas do país, chamando para o debate alguns dos mais ilustres homens de letras daquela geração. O discurso político de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco são analisados neste trabalho. Apesar da diferença entre esses atores sociais, suas propostas são conjuntamente analisadas aqui pois eles catalisaram o debate em torno da luta para a separação da Igreja com o Estado na década de 1870.

Palavras-chaves: Iluminismo, Revolução, Geração 1870; Secularização

Résumé: En cet article nous recherchons l'appropriation de la pensée française des Lumières et de la Révolution de 1789 à travers des ouvrages des quelques noms sélectionnés de la «Génération 1870» brésilienne, en ce qui concerne aux propositions de sécularisation de l'ordre social et politique de l'Empire du Brésil. Pour ça, nous avons pris le context de la "Question Religieuse", conflit qui a opposé les autorités laïques e religieuse du pays. Plusieurs des figures illustres de cet génération a participé du débat autour de cette « Question », tels que Saldanha Marinho, Rui Barbosa et Joaquim Nabuco, lesquels ont produit quelques oeuvres qui sont analysées dans ce travail. Cet trois acteurs social ont catalysé le débat dans la lutte pour la separation entre l' Église et L'État dans les années 1870 au Brésil.

Mots-clés: Lumières; Révolution; Génération 1870; Sécularisation.

A secularização constitui-se em um importante fenômeno que ocorreu no cerne do Iluminismo. Ela se caracteriza por ser uma nova forma de liberdade e autonomia, determinando o mundo e o modo de ser do homem moderno. Segundo Falcon (1989), o conceito está situado no interior do processo marcado pela passagem da transcendência à imanência, e articulado ao desenvolvimento do individualismo e do racionalismo, os quais se encontram expressos nas transformações ocorridas durante a Idade Moderna (FALCON, 1989: 32). Uma incursão nos dicionários de épocas nos permite constatar alguns aspectos desse processo. Portanto, vejamos como este fenômeno é apreendido em termos conceituais pelos dicionários de língua portuguesa de alguns períodos selecionados do dezenove brasileiro.

No ano de 1832, conforme o dicionário Luiz Maria da Silva Pinto, secularização é apresentada como “*acção de secularizar-se*”, ou seja, fazer secular o que era regular

²³¹ Licenciado, Bacharel e Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, na linha Poder, Mercado e Trabalho. E-mail: dievanilopesvital@yahoo.com.br.

(religioso) (PINTO, 1832). A mesma definição é dada ao conceito no *Thesouro da Língua Portuguesa* de 1874 (DOMINGOS, 1874: 434). Em 1891, no dicionário Antônio Moraes e Silva, para além dessa definição, o conceito ganha mais especificações indicando novas experiências, tais como:

§secularização dos bens eclesiásticos; a sua conversão aos bens nacionais. § secularização dos cemitérios; ato ou efeito de lhes dar, pelos atos legais, e em respeito à liberdade de consciência, o caráter exclusivamente civil, quando antes o tinham religioso, sob jurisdição da igreja catholica (MORAES & SILVA, 1891: 781).

Como é possível constatar, entre as experiências a partir das quais se define o conceito de secularização no dicionário Moraes e Silva em 1891, a primeira diz respeito à expropriação dos bens da Igreja e sua imediata conversão em bens nacionais, cujo maior exemplo histórico na modernidade nos remete à Constituição Civil do Clero, aprovada durante a Revolução Francesa, em 1791. A segunda experiência histórica apreendida na semântica do conceito tangencia a ação de retirar das mãos da Igreja Católica, esta em particular conforme se menciona, o monopólio jurisdicional que detinha sobre os cemitérios em respeito ao princípio da liberdade de consciência, fato este que, como observaremos, será alvo de discussão nas publicações de membros da Geração 1870 em meio às polêmicas suscitadas pela Questão religiosa no Brasil.

Neste artigo, buscamos apreender a apropriação do ideário francês iluminista e revolucionário pelas produções de alguns dos nomes selecionados da Geração de 1870, no que diz respeito às propostas de secularização da ordem social e política do Império. Para o alcançar o propósito mencionado, tomaremos como ponto de partida a chamada questão religiosa, que sacudiu na primeira metade da década de 70 no país o que podemos chamar de opinião pública. Ela dividiu a nação em dois grupos, entre aqueles que eram favoráveis aos bispos ultramontanos e os que se manifestavam em acordo com o Governo. A própria Igreja encontrava-se dividida entre padres e irmãos maçons. Igualmente diante dos fatos se encontrava os republicanos daquela agitada década (COSTA, 1999: 456-7).

Sendo assim, analisamos aqui os discursos de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Para a análise do discurso dos dois primeiros letrados, tendo em vista a apropriação daquele ideário, nos valem de obras bibliográficas. Já para Joaquim Nabuco, analisamos tal apropriação através de um discurso parlamentar proferido pelo abolicionista pernambucano na Câmara dos Deputados. Apesar da diferença entre esses atores sociais, as

quais não nos deteremos, suas propostas são conjuntamente apresentadas e analisadas aqui, já que estavam entre os responsáveis por catalisar o debate em torno da luta pela separação da Igreja com o Estado na década de 1870.

Ressaltamos ainda que a modernização conservadora incompleta promovida pelo Gabinete conservador do Visconde Rio Branco (1871-1875) e a crise político-institucional do Império condicionaram a emergência dessa geração de homens de letras no Brasil dos anos 1870. Através do espaço público aberto e em expansão no período, esses homens passariam a propugnar pela reforma da ordem imperial.

Atenta ao atraso e à letargia da sociedade em que estava inserida, essa geração buscou repensar a realidade nacional, a partir das correntes científicas em voga na Europa que eram tributárias do Iluminismo setecentista²³². Para além da secularização, a abolição da escravidão, o federalismo e a expansão da instrução pública eram algumas das defesas desses intelectuais. A república era o ideário político da grande maioria, salvo alguns como Joaquim Nabuco, aqui estudado.

No tocante à questão religiosa em si, trabalhos como o de José Casalecchi (1992) toma o mais sério choque ocorrido entre a Igreja e o Estado na história nacional a partir de eventos internos, enfocando a desobediência civil promovida pelos bispos do Recife, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e do Pará, D. Antônio Macedo Costa, contra os decretos do governo imperial, após o episódio no qual um padre católico fez, em loja maçônica, saudação ao Visconde do Rio Branco em reconhecimento à aprovação da Lei do Ventre Livre, tendo por isso sido afastado do púlpito e do confessionário (CASELECHI, 1992:62-3).

O grande problema de tomarmos abordagens como essa, no nosso ponto de vista, consiste no fato de não nos responder sobre as causas mais profundas que determinaram a hostilidade da Igreja diante da franco-maçonaria, uma instituição de inspiração iluminista por excelência e da qual participavam representantes da Geração 70, tais como Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, entre tanto outros. Outro aspecto que perfaz essa mesma questão consiste no porquê dessa hostilidade, sabendo que a relação entre ambas as instituições no Brasil fora marcada pela proximidade, e uma vez que havia muitos padres e irmãos maçons (COSTA, 1999: 456).

Sem desconsiderar o contexto nacional, pretendemos focar a questão religiosa tomando-a a partir da conjuntura internacional, pois este caminho nos auxiliará a detectar a

²³²O filósofo francês Augusto Comte, teórico do positivismo, considera o Marquês de Condorcet (1743-1794) seu imediato precursor. (COMTE, 1978).

presença da apropriação do ideário iluminista e revolucionária francês nas pautas que levantaram homens de letras do porte de Saldanha Marinho, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, em torno da questão. O contexto internacional ao qual nos aludimos destaca-se pela guinada ultraconservadora da Igreja Católica Romana a partir de meados do século XIX, frente aos avanços da moderna sociedade liberal.

Portanto, a questão religiosa da qual participou os letrados daquela década no Brasil é entendida como um reflexo no país das novas diretrizes adotadas pela Roma pontifícia, o que dá início ao processo de romanização do catolicismo brasileiro, o qual se inicia em meados do Oitocentos e se estende até o limiar do século XX. Conforme Faustino Luiz (1988), para que esse processo ocorresse dois fatores se conjugaram: a restauração da fé católica na Europa, com a centralização do poder religioso da Santa Sé; e a reestruturação do aparelho eclesiástico brasileiro (TEIXEIRA, 1998: 24). Expliquemos brevemente cada um desses pontos segundo as proposições do autor.

Podemos dizer que um possível ponto de partida da posição de franca hostilidade da Igreja em relação aos tempos modernos se dá a partir de 1832, quando Gregório XVI lança a primeira Encíclica desses novos tempos, a *Mirari Vos*. A Igreja ressentida diante das consequências da Revolução Francesa rejeitava qualquer possibilidade de conciliação com o liberalismo, com as novidades e com os pensamentos ilustrados. A modernidade, entendida nesse trabalho como uma projeção do Iluminismo, se associava ao erro. Desde sua ascensão ao pontificado e o lançamento da Encíclica *Qui Pluribus*, Pio IX (1846-1878) vinha dando prosseguimento a essa guinada reacionária, anematizando o comunismo e o socialismo, ambas correntes de pensamento consideradas doutrinas errôneas pela Encíclica *Quanta Cura* (1860).

Nesse pontificado se assiste ao processo centralizador do poder religioso da Santa Sé. Nele ocorre a tentativa de restauração da fé com o reforço das posições em relação à modernidade. Houve a supervalorização dos quadros institucionais, a uniformização pastoral, a intensificação das devoções e da vida da Igreja. É dentro dessa perspectiva que se deve entender o *Syllabus*²³³ e o Concílio Vaticano I (1869-70), no qual se consolida os alicerces de

²³³ O termo “Syllabus” em latim significa lista. No contexto em que estamos investigando, o termo denomina o documento papal, expedido juntamente com a Encíclica *Quanta Cura* em 8 de dezembro de 1864, através do qual Pio IX cataloga os “erros” que se faziam presentes nas constituições dos Estados modernos até a presente década de 70 do século XIX. Podemos afirmar que os “erros” catalogados faziam menção a vários princípios herdeiros do Iluminismo Setecentista conjugados às conquistas da Revolução de 1789. Esses pontos condenados pelo *Syllabus* encontram-se disponíveis em:

<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>.
Acesso em: 29 maio 2014

um catolicismo avesso à modernidade, à modernidade concebida pelo Iluminismo (TEIXEIRA, 1998: 24, 241-2)²³⁴.

O autor afirma que a ênfase da centralização romana se fez sentir inclusive no Brasil. No âmbito da questão religiosa, entre 1872 e 1874, Pio IX manifestou total apoio ao episcopado brasileiro. Dessa forma, no contexto nacional, a reestruturação interna do episcopado seguindo o processo de romanização teve como principais agentes os “bispos reformadores”. Eles buscaram definir a orientação do catolicismo segundo a inspiração universalista de Roma, contrária à modernidade, encontrando no Concílio Vaticano I ressonância para esse projeto. Os bispos reformadores foram igualmente os principais responsáveis pela revitalização ultramontana no catolicismo brasileiro, o qual sofreu um deslocamento das suas dimensões leigas em direção a uma centralização clerical (TEIXEIRA, 1998:24-5). Iniciava-se desse modo a retomada da autoridade pontifícia no catolicismo brasileiro após quatro séculos de Padroado. Um retorno pautado em diretrizes claramente ultrarreacionárias e contrárias à modernidade.

Ao expor um dos fundamentos do Império na década de 70 do século XIX, a união Trono-Altar, a Questão Religiosa promoveu fortes reações no mundo da imprensa, trazendo para o debate vozes como as do jornalista, sociólogo, advogado, maçom e político (deputado e senador) de origem pernambucana Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), o arregimentador dos republicanos daquela década e figura incendiária da questão no país. Ele se transformou num crítico mordaz da Igreja e do clero, escrevendo vários artigos e panfletos de combate ao domínio do partido dos conservadores. A proteção que dispensou a autores do Manifesto Republicano tais como Quintino Bocaiúva e Salvador Mendonça lhes possibilitaram o ingresso na vida pública (ALONSO, 2002: 106).

Em a *Egreja o Estado (1873)*, se valendo do pseudônimo Ganganelli, Saldanha Marinho diz que não teve por pretensão escrever um livro, mas se via obrigado dia a dia à tomar em consideração o legado e o repto de cada novo argumento ou de cada novo

²³⁴O ultramontanismo é uma doutrina de caráter político desenvolvida principalmente na França em oposição ao Galicanismo, que pregava a desde o séc. XIV a interferência dos reis franceses nos assuntos de fórum eclesiástico, e que a partir do século XVII, passou a propugnar pela autonomia dos bispos franceses frente às decisões do Pontífice Romano. A ideia era a de criação de uma Igreja nacional francesa. O Ultramontanismo, portanto, consiste na busca de apoio e orientação além dos montes (Alpes), isto é, na Cúria Romana, para fazer frente à sua opositora, defendendo desse modo a autoridade absoluta do Sumo Pontífice em matérias de fé e disciplina. (GODECHOT, Jacques. **A Europa e a América no Tempo de Napoleão**. Trad. Miriam Lifchitz Moreira leite. São Paulo: Pioneira: Ed. Da USP, 1984, p. 101). No século XIX o que se observa é um recrudescimento afirmativo dessa doutrina diante da mudança de postura da Igreja frente aos valores dos novos tempos decorrentes da explosão revolucionária de 1789.

combatente, que surgia na defesa de uma causa tida por ele como antipática à razão e à consciência, ao direito e à liberdade do século em que vivia. Fruto de uma compilação de artigos escritos por ele e publicados no *Jornal do Commercio*, a *Egreja e o Estado* revela a disposição com a qual o autor se dispôs a afrontar o que chama de “propaganda do obscurantismo”, deixando claro os recursos e subsídios dos quais se valeu no empenho de salvar a sociedade, ameaçada ao seu ver pela mais grave das perturbações que podem afligi-la: a perturbação da sua consciência religiosa (MARINHO, 1873: 5).

Para discutir a questão sob base legais, Saldanha Marinho evoca o 12º artigo da carta constitucional do Império. Ele diz que reconhecer sobre os brasileiros o governo do sumo Pontífice, um rei estrangeiro, como sua única autoridade, é um o pecado que fere a constituição mesmo levando-se em consideração o 5º artigo da mesma, que define a oficialidade legal da religião católica como religião do Estado. Saldanha Marinho conclui que os atos do Sumo Pontífice só podem ser aprovados entre os brasileiros se antes forem submetidos apreciação do governo. Dessa forma, o dogma da infalibilidade pontifical e a Bula dogmática da Imaculada Conceição de Maria deveriam ser repelidos, pois haviam sido aprovados sem beneplácito imperial (MARINHO, 1873: 11-15). Ambos eram tidos por ele como pontos da doutrina ultramontana.

No V artigo, o jornalista republicano defende um dos grandes legados da Revolução de 1789. Saldanha Marinho fala dos Direitos do Homem explicitamente. Aponta para o fato de que o procedimento adotado pelos chefes da Igreja ao longo da história exige a atenção cautelosa por parte dos poderes políticos das nações do mundo católico, para que seja observada a defesa de tais direitos (MARINHO, 1873: 39).

Saldanha Marinho toma a Razão como meio de alcançar a liberdade de consciência²³⁵. No universo do discurso do publicista é possível identificarmos os modos de pensar do Iluminismo uma vez que o propagandista estabelece uma clara oposição entre a Razão, encarnada nas forças do século, e a ignorância e o fanatismo, ambos representados pela ação conservadora do clero ultramontano, o qual recrutava em suas fileiras os membros da ordem dos Soldados de Cristo, os jesuítas. Jesuitismo e ultramontanismo eram para ele a dupla face de uma mesma moeda, o segundo constitui-se no modo de pensar do primeiro (MARINHO, 1873: 145, 295, 407).

²³⁵ A evocação à faculdade da razão é uma constante que aparece nas páginas 6, 52, 67, 73, 74, 79, 81 da obra.

Percebe-se que o liberal republicano aceita a ideia de que a Revolução Francesa traz em seu desenvolvimento a “fulguração do espírito moderno”, como está afirmado na frase do político espanhol Emílio Castellar. Ele demonstra que no Brasil, em meio à questão religiosa, o clero se mostra relutante para aceitar a implantação dos Direitos do Homem decorrentes da Revolução. Eles são sumariamente execrados pela prelaia romana atuante nessa parte das Américas (MARINHO, 1873: 81).

No discurso de Saldanha Marinho do artigo XVII fica claro que o embate gerado pelo ultramontanismo da Igreja de meados do Oitocentos consiste numa investida contra os princípios liberais decorrentes da Revolução Francesa, que fundam a sociedade moderna. A Encíclica de 8 de dezembro de 1864, razão de ordem do Syllabus, toma como heréticas a liberdade de consciência, a liberdade dos cultos, a liberdade de comunicar o pensamento por palavra, por escrito, ou pela imprensa. A reação clerical ultramontana constitui-se igualmente num ataque ao progresso e à civilização, visando o retorno ao poder teocrático. Saldanha Marinho não cita o nome de Jean Jacques Rousseau, mas ele expõe o quão é abominável pelo catolicismo ultramontano de Roma o princípio da vontade geral, que fora teorizado pelo filósofo genebrino (MARINHO, 1873:142, 152).

Saldanha Marinho ergue a voz para defender a maçonaria. Diz que ela contribuiu para o progresso da liberdade no país. Para ele se faz mister que sejam expulsos os clérigos ultramontanos das instituições educacionais, religiosas e hospitalares do país (MARINHO, 1873: 144). O republicano fala das positivas e benéficas consequências para o país que decorreram a partir do momento em que o governo fazer valer sua autoridade no julgamento da questão religiosa. Viriam o casamento civil, a liberdade dos cultos e a separação definitiva entre a Igreja o Estado. Ele elenca a imigração como elemento alternativo ao trabalho escravo. Saldanha Marinho fala que a religião do Estado é o maior obstáculo à imigração. Ela está também atrelada à questão do casamento que afugenta o trabalhador estrangeiro (MARINHO, 1873: 144, 219, 221).

Articulando os empecilhos que obstem o casamento de imigrantes no país, criados pela manutenção da religião do Estado, Saldanha Marinho elenca o exemplo que oferece a Revolução Francesa no tocante à promoção da liberdade de consciência. Saldanha Marinho argui que esses feitos realizados pela Revolução, no âmbito da secularização do consórcio marital, fizeram com que se cessassem as práticas da Cúria Romana. Ele frisa a conotação exemplar que assumiu a revolução para as demais nações no que diz respeito à promoção do

casamento civil. Dessa forma, para ele os padres usurparam um direito que era de fórum civil. Porém, a Revolução o restituiu (MARINHO, 1873: 221-222).

Dado os empecilhos impostos à imigração pela ausência do casamento civil, situação esta decorrente do fato de ser o catolicismo romano a religião oficial do Estado no país, Saldanha Marinho afirma que se as outras nações, seguindo o caminho aberto pela experiência revolucionária francesa, promovem o casamento civil, cabe ao Brasil fazer o mesmo uma vez que essa instituição é naquela altura imprescindível à prosperidade do país. Saldanha Marinho assevera que a secularização do casamento, tal como fora empreendida pela Revolução, é uma condição indispensável para a promoção da independência do poder temporal. Citando Portalis, ele dá evidência de concordar com a ideia de que a determinação do casamento seja pautada tão-somente nos Direitos do Homem (MARINHO, 1873: 224-225).

O projeto de modernidade concebido pelos filósofos do Iluminismo entende a revolução como a aceleração da marcha do espírito em busca da liberdade, o meio violento através do qual se suprime o passado-presente tendo em vista alcançar o futuro almejado, a liberdade, a perfeição. Em seu discurso, Saldanha Marinho indica ser a revolução uma necessidade para que a questão religiosa seja dirimida no país diante da empáfia dos bispos ultramontanos em relação à autoridade constituída do país, e a demora desta em agir (MARINHO, 1873: 307)

Podemos dizer que todas as conquistas da Revolução (a francesa) no tocante à liberdade civil, ou seja, da sua tradição libertária, são exigidas por Saldanha Marinho como uma necessidade para o país. A revolução é vista igualmente por ele enquanto republicano como um recurso para pôr um fim à questão religiosa. Em outros termos, a revolução no país implica em sua regeneração. A Revolução Francesa é apreendida pelo propagandista como a grande providencia da civilização que veio franquear a estrada do progresso, contribuindo para o processo de instrução dos povos e dos Estados diante da ameaça ultramontana cujo empenho fundamental era a supremacia da Cúria Romana (MARINHO, 1873:160-359, 339, 340).

Saldanha Marinho cita a Revolução que eclodiu na França em 1789 como exemplo para ilustrar a ideia de revolução, caso ela se faça necessária. Também a toma como exemplo de ação interventora do povo na resolução dos conflitos. Ele afirma a possibilidade de revolução enquanto discorre sobre a guerra a qual queria levar o país os subversivos clérigos ultramontanos. O letrado pernambucano expressa o legado que deixou a Revolução não só

para a França como também para o restante do mundo. Dessa forma, a ação interventora do governo imperial na questão religiosa se torna mister segundo Saldanha para evitar que o povo venha a ocupar o lugar do Estado em sua função, como ocorreu na França em 1789 (MARINHO, 1873: 309-310).

Diante da situação do Brasil, envolvido pela incendiária questão religiosa, Saldanha Marinho menciona o princípio iluminista da tolerância como imprescindível para a organização da sociedade. Para ele, “*O principio mantenedor da paz e da segurança de todas as sociedades bem organizadas é a absoluta tolerancia em matéria religiosa*. Por isso, o propagandista pede que seja proclamada a liberdade plena de cultos e a “*Libertação franca do Brazil do despotismo de Roma*” (MARINHO, 1873: 555).

Outra voz que a polêmica questão religiosa trouxe para a imprensa no país foi a do jornalista e advogado soteropolitano Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923). Filho de João Barbosa de Oliveira e de Dona Maria Adélia Barbosa de Oliveira, desde muito cedo Rui demonstrava talento para com as letras. De origem humilde, o intelectual baiano em 1855 fez curso de Humanidade no colégio Abílio da Bahia. No ano de 1866, ele matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, transferindo-se para a de São Paulo em 1868, onde concluiu o curso em 1870. Nesta faculdade, cujo funcionamento ocorria no Convento São Francisco, tornara-se colega de outros membros da Geração 70 tais como Joaquim Nabuco, Castro Alves. Na época, Rui foi um dos letrados brasileiros com livre trânsito no meio liberal. Em 1868 fez o seu primeiro e eloquente discurso saudando a José Bonifácio no Banquete oferecido pelos acadêmicos liberais, causando grande admiração ao grande Patriarca. Em 1877, ano no qual ocorre a publicação de *O Papa e o Concílio*, Rui inicia sua carreira política como deputado pela província da Bahia (LACOMBE, 1967: 7)²³⁶.

O Papa e o Concílio (1877) constitui-se no título da versão traduzida por Rui do livro de autoria de um dos grandes teólogos de sua época, o alemão Johann Joseph Ignaz Von Döllinger, que se afastara da Igreja por ocasião do I Concílio Vaticano. Rui trazia essa “bomba” na bagagem quando veio para a Corte, após o falecimento de seu pai em 1874. Ele adicionou ao livro um prefácio que lhe era muito maior, aplicando os seus conceitos ao caso brasileiro. Foi Saldanha Marinho que lhe garantiu o apoio da maçonaria para a venda da edição. Contratando a impressão com uma tipografia carioca, Rui temia que o livro lhe trouxesse complicações para o seu casamento uma vez que a versão original já havia sido

²³⁶Sobre um estudo mais detalhado acerca da vida e da obra de Rui Barbosa ver: LACOMBE, Américo Jacobina. *À Sombra de Rui Barbosa*. SP: Companhia Editora Nacional, 1978.

indexada. A edição do livro lhe trouxe menos vantagens do que prejuízo, tendo inclusive que contar com a ajuda de um primo para saldar as faturas com a tipografia (LACOMBE, 1978: 1-14).

É preciso ressaltar a preocupação com que Rui teve de informar as mentes da opinião nacional acerca do embate entre a postura reacionária da Igreja Romana frente aos princípios fundadores da sociedade moderna, embate que assolava a Europa e que, já naquela altura, havia tido reflexos no Brasil com a desobediência civil promovida pelos bispos do Pará e do Recife, presos após lançarem-se em combate contra a maçonaria, desrespeitando a autoridade leiga do país ao seguirem os ditames ultramontanos expedidos por Roma. No prefácio, Rui cita Ganganelli (Saldanha Marinho) elogiando-o por ter conduzido quase que solitariamente a propaganda em torno da questão religiosa no país, estando dado para ele o quadro precário da propaganda em torno da questão. Objetivando servir à pátria, ele se empossa da tarefa para instaurar a liberdade religiosa no país. Ele diz que toma o livro de Janus como base de sua estratégia política para, a partir desse livro, repudiado pelo clero romano, reconstruir cientificamente a história da criação da infalibilidade papal (BARBOSA, 1877: 11).

Rui critica o que ele chama de idolatria papal, o dogma da infalibilidade pontifícia, proclamado pela Igreja do tempo de Pio IX, através de documentos papais como a *Encíclica Quanta Cura* e o *Syllabus* (1864)²³⁷, ambos ratificados pelo primeiro Concílio Vaticano (1869-70). Ele demonstra claramente como as proposições presentes no *Syllabus* vão à contracorrente do movimento liberal da chamada por ele “sociedade moderna”. Rui expõe a incompatibilidade entre os princípios do *Syllabus* e os princípios da Modernidade (BARBOSA, 1877: 96). Ao estabelecer a equivalência entre os jesuítas e o romanismo (ultramontanismo), Rui indica a que sociedade “moderna” fazem os partidários do papa antagonismos: “(...) a forma christã da sociedade civil triumphante com a revolução franceza” (BARBOSA, 1877: 96).

²³⁷O termo “Syllabus” em latim significa lista. No contexto em que estamos investigando, o termo denomina o documento papal, expedido juntamente com a Encíclica Quanta Cura em 8 de dezembro de 1864, através do qual Pio IX cataloga os “erros” que se faziam presentes nas constituições dos Estados modernos até a presente década de 70 do século XIX. Podemos afirmar que os “erros” catalogados faziam menção a vários princípios herdeiros do Iluminismo Setecentista conjugados às conquistas da Revolução de 1789, tais como: o racionalismo absoluto; a liberdade de pensamento; a liberdade civil de todos os cultos e sua liberdade de manifestação; separação entre as esferas religiosa e política, com a submissão da autoridade eclesial à autoridade civil; a escola leiga; a laicização do direito; o combate à ideia de progresso, à modernidade, ao pensamento liberal. Esses e outros pontos condenados pelo Syllabus encontra-se disponíveis em: <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>

Portanto, para Rui a questão religiosa é um embate entre o Syllabus e a Revolução. Ele é causado, sobretudo, pela reação clérigo-romana frente ao processo de secularização pelo qual passava a sociedade ocidental moderna desde a data de 1789. Ao indagar sobre o fato que pusera fim à Idade Média, ele responde: “*sem duvida nenhuma, a revolução de 89, destruindo pela raiz o feudalismo, e secularizando a ordem civil*”. O intelectual de ascendência baiana aponta que essa revolução “*é a base, a essência, a razão de ser do estado moderno*”, se apresentando intolerável à Roma. Ele nos chama atenção para o fato de os princípios do movimento se encontrarem “*perfilhados*” no texto constitucional brasileiro da época, sendo considerados todos eles sandice, estupidez e absurdo pelo Papa (BARBOSA, 1877: 128).

Ao falar do posicionamento dos católicos liberais frente à idéia da secularização do Estado, ele reconhece que as liberdades consagradas nas constituições das sociedades contemporâneas, mormente a brasileira, são consequências da Revolução Francesa: “*(...) a constituição brasileira, na sua substancia e fôrmas essenciaes, é tão legitima, tão directa e tão congenere prole da revolução como qualquer das nomeadamente excommungada em Roma*” (BARBOSA, 1877: 132, 140).

Rui compartilha a ideia defendida tanto pelo pensamento iluminista quanto pela Revolução Francesa da soberania popular, princípio substancial das constituições modernas de seu tempo. Entendendo que a autoridade é delegada do povo, ele cita os parágrafos da constituição de 1824 que deixam explícito o princípio da soberania popular como fonte de legitimidade da autoridade investida do poder no país. Ele mostra como a constituição brasileira, uma vez inspirada na declaração francesa de 1791, é imperdoavelmente abominada pela Cúria Romana (BARBOSA, 1877: 141).

A questão religiosa é tratada em termos de violação da soberania da nação pela política do clero ultramontano de Roma, um ataque contra os direitos soberanos do Estado, contra o estado leigo edificado pela Revolução Francesa, e contra organização da sociedade civil (BARBOSA, 1877: 187). Ao falar sobre o recrudescimento do ideal ultramontano no Oitocentos, o jornalista sustenta claramente uma ideia cara ao projeto moderno iluminista. Para ele também o fim último da aceleração promovida pelo progresso é a concretização da liberdade: “*Para nos convencermos de que o espirito ultramontano vae recrudescendo no seu*

pendor retrogrado, á maneira que o seculo XIX accelera o seu impulso progressivo para a liberdade, basta cotejar a concordata de 1801 com a de 1855”(BARBOSA, 1877:207)²³⁸.

Citando o orador da Assembleia Nacional Constituinte da França revolucionária, o Conde de Mirabeau, Rui demonstra a primazia do princípio da liberdade de consciência sobre as demais liberdades. Ele atesta a precipuidade que representa para o Brasil esse princípio, promovido pelo movimento revolucionário francês e desenvolvido pelo iluminismo em torno da ideia do sujeito autoconsciente. Ele aponta a sua adoção como imprescindível para estimular a imigração a fim de ocupar a vastidão territorial do país (BARBOSA, 1877:243).

Outro expoente do grupo diversificado de homens de letras, emergido na década de 1870 no Brasil, que manifestou seu ponto de vista no que diz respeito à questão religiosa e às medidas secularizantes a serem adotadas no país, foi o abolicionista de origem pernambucana Joaquim Aurélio Barreto Nabuco (1849-1910). Diferentemente de Saldanha Marinho, republicano convicto, Joaquim Nabuco não aderiu ao republicanismo, se aproximando mais da posição adotada por Rui Barbosa, que nunca advogou pela República (RIBEIRO, 1967: 391). Enquanto membro da Geração 70, o abolicionista pernambucano foi escolhido para tratarmos da secularização nessa subseção, pois, como já indicamos, ele deu sua contribuição nos debates que se seguiram à eclosão da questão religiosa no país.

Em seu discurso pronunciado na Câmara a 30 de setembro de 1879, Nabuco fala do projeto de secularização dos cemitérios associado à questão da liberdade de consciência apresentado pelo deputado do Amazonas, o senhor Saldanha Marinho, o qual atende pelo pseudônimo de Ganganelli. Nabuco expõe que a secularização dos cemitérios é um compromisso do Partido Liberal. Ele afirma que a escola liberal inscreveu entre os seus princípios esse direito novo o qual ele chama de “liberdade moderna de consciência”. Nabuco expõe aos presentes na Câmara que a verdadeira liberdade de consciência não podia ser mais cerceada. Pelo contrário, o seu campo devia ser constantemente alargado, porque a ciência estava cada vez mais aumentando o alcance do espírito humano e do sentimento religioso, o qual ela ia tornando cada vez mais liberal e livre na visão do deputado pernambucano. Ele pergunta se era possível comparar a liberdade de consciência do seu século em curso com a da Idade Média (NABUCO, 2010: 256-257, 259).

Nabuco sustenta que a consciência somente torna-se mais livre quando obedece a si mesma do que quando é apenas o resultado da imposição de uma outra inteligência, de uma

²³⁸Rui cita a Concordata assinada entre Pio VII e Napoleão em 1801, e aquela firmada pelo Estado austríaco com a Igreja em 1855

vontade alheia que governa o nosso pensamento. Para ele, quanto mais caminha a ciência, mais existe a verdadeira a liberdade de consciência entendida no sentido que deve ter. Assim a ciência, que fora já concebida pelo Iluminismo no século XVIII como modelo paradigmático da verdade única e indiscutível, é apreendida por Joaquim Nabuco como a propulsora da liberdade.

Nabuco fala que o primeiro dever para com os mortos é dar-lhes o direito à sepultura dos corpos, e que essa tarefa é função da Igreja. Nabuco expõe a pretensa atitude da instituição em negar sepultura a um cadáver. Afirma que ele e seu partido procuram impedir a ação dos bispos e dos vigários que vetam a escolha, por parte dos fiéis batizados, do cemitério no qual desejam ser enterrados (NABUCO, 2010: 271)

Ao contrário de Saldanha Marinho e Rui Barbosa, que identificaram na reação ultramontana da Igreja de meados do Oitocentos um embate entre o Syllabus e os princípios constituintes da moderna sociedade decorrente da Revolução Francesa, Nabuco no trecho destacado acima não nos aponta a natureza desse embate como fizeram seus coetâneos da Geração 1870. Porém podemos perceber que pelas categorias empregadas ao longo do presente discurso em favor da secularização dos cemitérios no país, o deputado pernambucano constata que a onda reacionária proveniente da nova postura da Igreja era contra os valores do que nós estamos tratando nesse trabalho por projeto iluminista de sociedade moderna. O discurso de Nabuco está permeado de categorias mobilizadas pelo pensamento iluminista, todas elas aplicadas pelo autor à análise do contexto da década de 1870 no país, tais como liberdade, (in-) tolerância, ciência, civilização, progresso, igualdade civil.

O Estado leigo, um dos produtos mais vistosos da Revolução de 1789 na opinião de Newton Bignotto (2010), é concebido por Nabuco como a verdadeira base na qual se assenta a liberdade de consciência a partir da consagração do casamento civil e da secularização dos cemitérios (NABUCO, 2010:380).

O deputado pernambucano esclarece aos senhores presentes na Câmara que os ritos funerários e a disciplina da Igreja quanto aos cemitérios refletem o seu pensamento principal: *“sujeitar o homem em todos os seus atos à sua justiça, e não lhe deixar a liberdade, nem mesmo na morte”* (NABUCO, 2010: 263). Ele indica que é por causa do pensamento exclusivo da Igreja Católica, segundo o qual não há salvação fora do seu seio, que a instituição não consentia que os seus mortos fossem enterrados no mesmo chão em que fossem enterrados os sectários de religiões às quais ela repele, ou sectários de ideias que ela excomunga. Na esteira desse raciocínio, Nabuco desvela a intolerância que há por detrás dos

cemitérios exclusivos, cemitérios “(...)cuja porta está a proibição da Igreja e nos quais não podem ser enterrados senão aqueles que comungaram na mesma crença” (NABUCO, 2010: 265).

Joaquim Nabuco reconhece a igualdade civil como princípio constituinte da sociedade moderna da qual estamos tratando, uma sociedade esboçada pelos iluministas. Esse reconhecimento se apresenta quando ele interroga a outro parlamentar sobre o pensamento exclusivo da Igreja no tocante aos cemitérios. É sob os termos da “civilização” e do “progresso”, duas das categorias que compunham a sensibilidade intelectual iluminista do século XVIII, que Joaquim Nabuco refuta o pensamento daqueles que sustentam a intolerância, na qual se constitui os cemitérios exclusivos. Percebemos no discurso do deputado pernambucano o que nos indica Maria Aparecida Motta (MOTTA, 2000, p. 85). O século XIX identifica, através do deputado discursista, esses dois termos elaborados pelo Iluminismo.

Ele via no programa de secularização dos cemitérios um importante meio de impedir as perseguições religiosas inclusive contra os próprios católicos (NABUCO, 2010: 271-2). Podemos assim dizer, de acordo com a argumentação do deputado discursista, que a medida era a possibilidade de concretização do princípio iluminista da tolerância no Brasil, uma maneira de acabar com o sistema intolerante de cemitérios exclusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representantes da Geração 1870 brasileira, Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, participaram ativamente da chamada Questão Religiosa no Brasil. A imprensa e o Parlamento se transformaram em palanque desses homens de Letras para exporem seus pontos de vistas quanto ao mais sério choque entre a Igreja e o Estado ocorrido no país. Através dos dados que extraímos das obras bibliográficas de Rui Barbosa e Saldanha Marinho, e do discurso de Joaquim Nabuco na Câmara, é possível perceber como esses homens se apropriam e ressignificam o pensamento francês iluminista e revolucionário para o contexto da década de 1870 em questão. Eles percebiam que a reação conservadora da Igreja católica de meados do dezenove era contra os princípios da modernidade edificada pelo Iluminismo e pela Revolução de 1789.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. SP: Paz e Terra, 2002.

CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da república**. Ed. 5. SP: Editora Brasiliense, 1992.

COMTE, Auguste (1798-1857). **Os pensadores**. SP: Abril Cultural, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. RJ: Editora FGV, 2000.

RIBEIRO, Luiz Rezende de Andrade. **Dicionário de conceitos e Pensamentos de Rui Barbosa**. Introdução de Salomão Jorge. SP: Livraria Editora LTDA; Edart – SP, 1967.

TEIXEIRA, Faustino. **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1998.

FONTES PRIMÁRIAS.

JANUS. **O Papa e o Concílio**. Versão e Introdução de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, Editores, 1877,

DOMINGOS, VIEIRA. **Grande dicionário português ou Thesouro da Língua Portuguesa**. Porto: Typ. de Antonio José da Silva, 1874, vol. 5, p. 434. Disponível em: <https://archive.org/details/grandediccionari05vieiuoft>. Acesso 28 maio 2014.

MARINHO, Joaquim Saldanha (Ganganelli). **A Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. ET Const. De J. C. de Villeneuve & E, Rua do Ouvidor, 65, 1873,

MORAES e SILVA, Antonio. **Diccionario da Língua Portuguesa**, v. II, Ed. 8 , f-z. Empreza litteraria Fluminense, RJ, 1891.

Nabuco, Joaquim, 1849-1910. **Joaquim Nabuco / textos de Munhoz da Rocha Netto e Gilberto Freire e seleção de discursos de Gilberto Freire**. – 2. ed., ampl. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Língua Brasileira (...)**. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832.

República e federalismo: imprecisões conceituais e diferenças entre os anseios brasileiros e estadunidenses

Vítor Fonseca Figueiredo²³⁹

RESUMO: O artigo analisa, em um primeiro momento, a imprecisão conceitual da primeira geração de republicanos brasileiros com relação aos conceitos de república e de democracia. Para tanto, a atenção se volta, sobretudo, para o Manifesto Republicano de 1870. Em um segundo momento, a intenção é comparar como, ao fazer uso dos mesmos argumentos, brasileiros e norte-americanos diferiam com relação aos seus objetivos. Aos primeiros interessava uma república federativa capaz de proporcionar autonomia aos seus entes federativos. Já para os segundos, o anseio era o de uma república federativa forte e centralizada. Para perceber as diferenças entre estadunidenses e brasileiros utilizamos dois importantes documentos: o “Manifesto Republicano Brasileiro de 1870” e os “Artigos Federalistas”, produzidos por Alexander Hamilton, John Jay e James Madison.
Palavras-chave: República, Federalismo, Conceitos.

ABSTRACT: This article analyzes, at first, the conceptual vagueness of the first generation of Brazilian Republicans regarding the concepts of republic and democracy. Therefore, the attention is mainly for the Republican Manifesto of 1870. In a second stage, the intention is to compare how, when using the same arguments, Brazilians and Americans differed with respect to their goals. The first interest a federal republic capable of providing autonomy to its federal entities. As for the latter, the desire was that of a strong, centralized federal republic. To understand the differences between US and Brazilian used two important documents: the "Brazilian Republican Manifesto 1870" and the "Federalist Papers", produced by Alexander Hamilton, John Jay and James Madison.
Keywords: Republic, Federalism, Concepts.

1 O conceito de República no Manifesto de 1870

Desde o Manifesto Republicano de 1870, marco do início da militância brasileira em torno da causa, é possível identificar a ambição dos seus signatários em constituir nos trópicos um sistema de governo representativo moderno e mais bem ajustado com os anseios políticos e econômicos então vigentes na sociedade brasileira e internacional. O Império e o seu velho monarca se tornaram o alvo a ser batido. As necessidades sociais, econômicas e políticas que se comprimiam sob a égide do imperador clamavam satisfação, ainda que para isso o país tivesse de passar por profundas mudanças regimentais.

A república, causa defendida, sobretudo pelos cafeicultores, correspondia melhor aos interesses de maior atuação política, representatividade, autonomia e poder nas questões econômicas que atingiam diretamente a classe. Àquele momento, o poder imperial já era visto como um empecilho ao progresso nacional, e a perspectiva de um terceiro reinado um

²³⁹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista de CAPES.

verdadeiro desalento para os propugnadores de uma nova ordem. Por isso mesmo, o Manifesto de 1870 é muito claro com relação às suas intenções: ser uma República Federativa ou, conforme o seu clamor: “Somos americanos e queremos ser americanos.” (MANIFESTO, 2009. p.58). Esta expressão bem pode ser lida como: Somos americanos e queremos ser republicanos! Este brado é facilmente encontrado nas últimas linhas do Manifesto juntamente com outros argumentos que melhor fundamentam a escolha.

O modelo monárquico detido pelo Brasil era evidentemente considerado antiquado e destoante com a ordem política internacional, especialmente no que concerne ao continente americano. À exceção da breve experiência monárquica do México, o Brasil foi a único reino das Américas. Todos os países vizinhos latino-americanos, logo após a sua independência, aderiram ao modelo republicano de governo, ainda que para isso tivessem que pagar o preço das crises, das instabilidades políticas e do caudilhismo²⁴⁰.

Todavia, apesar da intenção dos republicanos, conceitos caros ao manifesto parecem estar contraditoriamente mal definidos e, em alguns casos, praticamente ausentes. O termo República, por exemplo, não aparece no texto e, portanto, sequer é definido. De acordo com as análises do historiador José Murilo de Carvalho, acerca do Manifesto de 1870: “[...] a forma de governo apropriada ao exercício da soberania popular era a república, entendida como fenômeno exclusivamente político. Logo, democracia e república eram uma e a mesma coisa, um país que se autogovernasse, isto é, que elegeisse todos os seus governantes.” (CARVALHO, 2011. p.146).

Embora concordemos com Carvalho acerca da identificação semântica entre democracia e república presente no Manifesto, em alguns momentos democracia pode ser dissociada do entendimento de um regime político para ser entendida apenas como atuação, ou tentativa de atuação da soberania popular. Não por acaso, há trechos em que o Manifesto aponta que: “Perante a Europa passamos por ser uma democracia monarchica [...]. Perante a América passamos por ser uma democracia monarchizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onnipotencia do soberano.” (MANIFESTO, 2009. p.58). “Democracia monárquica” e “democracia monarquizada” nos permitem compreender que a soberania popular, ou melhor, a escolha dos representantes da nação pela população existia, ainda que de modo anômalo sob a força do império.

²⁴⁰ Para mais informações sobre a instabilidade das repúblicas latino-americanas ver: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/ Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

De fato, a anomalia da representação popular não se restringia simplesmente à impossibilidade de se escolher por sufrágio todos os representantes da nação, sobretudo o chefe supremo, mas também por uma legislação eleitoral restritiva, indireta e censitária. Na verdade, todos os códigos eleitorais do Império e, inclusive os da Primeira República, não davam condições ao pleno funcionamento da soberania popular. Por muito tempo parcelas inteiras da população foram mantidas à margem dos processos decisórios. Para se ter ideia, a Constituição imperial de 1824 previa o voto censitário para eleições em dois turnos, o primeiro para a escolha dos votantes e o segundo dos representantes parlamentares (BRASIL, 1824). Já em 1881, a chamada Lei Saraiva possibilitou que as eleições se tornassem diretas, mas o critério censitário foi preservado. A mudança aguardada nos procedimentos eleitorais sob o poder da República não foi tão animadora, o voto passou a ser um direito de todos os homens maiores de 21 anos de idade e alfabetizados. Contudo, as medidas que estenderam o direito ao voto acabaram deixando de fora da soberania popular uma parcela ainda maior de uma população marcada pelo analfabetismo. Para se ter noção, calcula-se que uma das eleições mais concorridas da primeira fase republicana, a da Campanha Civilista de 1910, contou com a participação de apenas 1,7 % da população (BARROS, 2011. p.22).

Ainda assim, para os signatários do movimento republicano, a soberania popular plena parecia estar reservada exclusivamente a democracia, ou melhor, à República. A noção de República associada à democracia e à soberania popular inscrita no documento de 1870 nos remete ao antigo conceito grego de *Politeia*, precursor da expressão latina *res publica*. Concebida como forma de governo misto, a *Politeia* seria capaz de associar no campo político as diferentes partes de uma comunidade visando à consecução do bem comum. A *Politeia*, no sentido atribuído por Aristóteles e por Platão, parece ser o significado que mais propriamente se relaciona com a ideia de república presente no Manifesto de 1870, principalmente por defender o concurso de todos os segmentos sociais na ordem política. Segundo o filósofo Sérgio Cardoso:

[...] o tema da *politeia* como regime misto – nem monarquia, nem aristocracia, nem democracia – já se encontra em Platão e que nele também se enunciam seus quesitos fundamentais: o de um regime incluyente, que recusa a atribuição da autoridade a apenas uma das partes da cidade; o de um governo de leis, dotadas de legitimidade e de força para reinarem efetivamente e serem respeitadas por todos; o de uma constituição empenhada na realização da justa medida – ou justo meio – como princípio da unidade da comunidade política. Todos estes elementos serão encontrados não apenas em Aristóteles mas em grande parte da tradição do pensamento político inspirado pelos clássicos. (CARDOSO, 2002. p.42).

Não é nossa intenção afirmar que os signatários do manifesto redigiram o documento visando esta compreensão de *Politeia*, mesmo porque as concepções que fomentaram o modelo moderno de república sofreram consideráveis modificações ao longo dos tempos. Ademais, posteriormente surgiram vários outros pensadores que defenderam e aperfeiçoaram o conceito. Ainda assim, era a ideia de um governo do bem comum, capaz de escolher os seus representantes com base na liberdade e plenitude da soberania popular, é que estava presente nos planos dos republicanos brasileiros.

República, democracia e soberania popular, portanto, aparecem no Manifesto de 1870 de modo indistinto. A intenção dos republicanos brasileiros, segundo José Murilo de Carvalho, era que a soberania do regime governamental fosse constituída por elementos que pudessem ser livremente escolhidos por sufrágio, o que era impossível sob as hostes do Império. A separação semântica entre República e Democracia, na verdade, só foi operada no Brasil posteriormente, pelos positivistas. Para eles, a democracia representativa era tida como característica de um estágio metafísico da humanidade a caminho de um estado positivo cujo regime transitório seria uma ditadura republicana (CARVALHO, 2011. p.147).

1.1 A ideia de Federalismo presente no Manifesto de 1870

A imprecisão conceitual presente no Manifesto de 1870 não ficou restrita à noção de república. O conceito de federalismo, outro importante termo que estava nas bases do movimento também é apresentado de modo confuso. No documento, não é possível obter um claro entendimento sobre o que os signatários entendiam acerca do termo e nem como ele deveria servir de princípio estruturador da nação. O único aspecto realmente nítido é o clamor por um nível impreciso de autonomia provincial.

Após décadas sob o jogo das relações políticas imperiais, pautadas num caráter essencialmente centralizador e praticamente onipotente, em função da prerrogativa do Poder Moderador, os republicanos tomaram como uma de suas bandeiras o princípio federativo. A causa para eles era tão importante que o termo federalismo, juntamente com o de república, consubstanciou o nome da agremiação: “Partido Republicano Federativo”. Não bastasse, o Manifesto expressava em suas páginas a centralidade da questão para causa republicana brasileira ao afirmar que: “A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciaes, é um principio cardeal e solemne que inscrevemos na nossa bandeira.” (MANIFESTO, 2009. p.55)

Na verdade, as discussões no Brasil acerca da questão federativa já não eram novas à época do Manifesto de 1870, e muito menos negligenciadas por seus signatários. O tema já havia sido discutido em 1821, por ocasião dos debates parlamentares da Constituinte de Lisboa. Mas, ao propor o tema, o movimento republicano fez questão de elencar algumas ocasiões da história nacional em que o referido princípio poderia ter sido implementado, caso não tivesse sido obstado pelos interesses monárquicos centralizadores. O primeiro momento de factível instalação de um modelo federativo teria se dado logo após a independência, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1824. Todavia, a dissolução da Constituinte teria, nas palavras inscritas no manifesto: “cerceado o princípio democrático e desnaturado a ideia de federação”, já que: “[...] a carta outorgada em 1824, mantendo o status quo da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização [...]” (MANIFESTO, 2009. p.53)

Ao definirmos o conceito de federação poderemos perceber como o princípio inscrito neste trecho do Manifesto parece se associar mais a noção de confederação. De acordo com o cientista político Ivo Coser, a percepção dos brasileiros das diferenças entre os aspectos que distinguiam os conceitos de federação e confederação foi lenta, só se afirmando no decurso do século XIX, a partir do entendimento da inovação do sistema político norte-americano instituído na Convenção de Filadélfia (1789) (COSER, 2009. p.92). Nesta reunião foram definidas as bases do primeiro Estado moderno republicano e federal, uma verdadeira inovação da teoria e da prática política que, como veremos adiante, influenciou os republicanos brasileiros. No entanto, até a correta absorção do exemplo estadunidense, os dois termos foram empregados quase sempre de modo indistinto. Para se ter noção, em 1832, o dicionário da Língua Portuguesa de Luiz Maria da Silva Pinto definia o termo federado do seguinte modo: “Federado, adj. O mesmo que confederado” (PINTO, 1832. p.64).

José Murilo de Carvalho também é enfático ao afirmar que, embora tenha surgido com força à época da Constituinte de 1824, a noção de federalismo era confusa e não raramente a “[...] posição dos estados na federação era definida como autonomia, soberania, independência, a despeito das dificuldades de se conceber conceitualmente a convivência de duplas soberanias ou duplas autonomias na mesma federação.” (CARVALHO, 2011. p.150). De acordo com o historiador, até mesmo moedas e marinhas independentes teriam sido propostas, ou seja, preponderava a indeterminação do termo e da ideia federativa.

Ao retornar às análises de Coser acerca da história brasileira do conceito de federação, podemos expor que a definição contemporânea de federalismo se pauta na identificação de um sistema de governo em que o poder é partilhado entre a administração central e as

administrações regionais, mas a primazia das forças está concentrada no poder central. Apesar de possuírem relativo grau de autonomia administrativa e financeira, todas as províncias, estados, departamentos ou como quer que sejam chamadas as regiões, devem estar submetidas à autoridade de um poder central forte e soberano. Já o termo confederação implica na existência de um sistema administrativo formado por uma aliança, liga ou associação de estados independentes que se aproximam apenas em função de interesses comuns, a exemplo da paz e da guerra. Neste modelo, o poder central é fraco e pouco pode intervir na vida do cidadão sem o consentimento do governo do Estado que, neste caso, é quem detém a soberania (COSER, 2009. p.91).

Mediante estas definições conceituais, pode-se perceber que, no trecho anteriormente mencionado do Manifesto, ao reclamar da centralização operada pela Carta outorgada em 1824, os republicanos expõem um anseio muito mais confederativo do que propriamente federativo. A manutenção da divisão territorial advinda do período colonial e a obediência das partes da nação a um centro administrativo alocado na cidade do Rio de Janeiro conferem ao regime um delineamento organizativo de tipo federal. Contudo, a insatisfação dos republicanos talvez não estivesse circunscrita propriamente ao formato administrativo assumido pelo recém criado Império, mas sim pela manutenção de um monarca da Casa de Bragança respaldado por um Poder Moderador capaz de inviabilizar qualquer tipo de autonomia por parte das províncias. Neste ponto, o ataque pode ter sido dirigido mais ao monarca e ao seu especial poder do que propriamente à organização política do novo país.

Também não é demais lembrar, e o próprio Manifesto de 1870 não nos deixa esquecer, que convulsões como a Confederação do Equador (1824) possuem as suas origens justamente no anseio por maior autonomia provincial abruptamente sufocada pela Carta de 1824. A intenção dos revoltosos do Nordeste brasileiro era a constituição de um regime confederativo organizado pela associação de estados independentes originados das então províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Manifesto de Proclamação da Confederação do Equador, embora seja superficial na exposição de seus princípios, nos indica o modo como a liga pretendia se organizar e conclamava os brasileiros a adotarem a mesma atitude:

Segui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida, vossos irmãos, vossos amigos, vossos compatriotas; imitai os valentes de seis províncias do norte que vão estabelecer seu governo debaixo do melhor de todos os sistemas - representativo -; um centro em lugar escolhido pelos votos dos nossos representantes dará vitalidade e movimento a todo nosso grande corpo social. Cada Estado terá eu respectivo centro, e cada um destes centros, formando um anel da grande cadeia, nos tomará invencíveis. (PAES DE ANDRADE, 1824)

Embora não fique clara a intenção, a alcunha de confederação e o fato de se referir às províncias como se fossem se tornar Estados-nação, cada qual detentor de um centro, nos impele a inferir que se trate realmente de uma confederação na acepção moderna do termo. Entretanto, não é impossível que o Manifesto da Confederação do Equador seja também interpretado como um defensor de um modelo federalista com menor concentração de forças pelo poder central. Afinal, aparentemente ele toma como modelo os Estados Unidos ao empregar uma frase que lembra a que seria impressa no Manifesto de 1870: “[...] o sistema americano deve ser idêntico.” (PAES DE ANDRADE, 1824). A esta época os Estados Unidos já possuíam um modelo político federal, portanto, em mais um manifesto impera a imprecisão dos termos e a dificuldade de interpretação quanto aos reais objetivos do movimento.

Não bastasse a menção da insurreição confederativa de 1824, em sua análise histórica acerca da ideia federativa, os republicanos de 1870 ainda destacam outro momento importante, o da abdicação de Dom Pedro I, em 1831. Este teria sido mais um instante em que os anseios de autonomia teriam se despertado, mas, logo, também foram sufocados pelas forças dos adeptos do Partido Restaurador. À época os aderentes do partido argumentaram acerca da fraqueza das províncias para assumir uma vida independente. Ademais, os republicanos expuseram com clareza sobre quais eram os verdadeiros anseios de autonomia então reivindicados:

A autonomia das províncias, a sua desvinculação da côrte, a livre escolha dos seus administradores, as suas garantias legislativas por meio das assembléias provinciaes, o alargamento da esphera das municipalidades, essa representação resumida da família política, a livre gerência dos seus negócios, em todas as relações moraes e economicas, taes foram as condições characteristics desse período de reorganisação social, claramente formuladas ou esboçadas nos projectos e nas leis que formaram o assumpto das deliberações do governo e das assembléas desse tempo. (MANIFESTO, 2009. p.53-54).

As características expostas no trecho supracitado evidenciam o alto grau de independência que já estaria nas bases dos anseios desde 1831: autonomia política, econômica e desvinculação da corte, ou melhor, de um centro unificado de poder. Mais uma vez é a característica confederativa que se faz presente. Todavia, o que os republicanos intencionaram ao fazer esta reminiscência histórica é argumentar que as bases de um sistema político regido por maior autonomia já estava presente nas pretensões brasileiras há décadas, e o que o teria obstado foi a presença de um poder monárquico. O objetivo era legitimar o movimento e as

suas reivindicações o inscrevendo na história das causas e das aspirações brasileiras renegadas.

Ao término de sua apreciação sobre os possíveis momentos na história brasileira em que o federalismo poderia ter sido instituído, os republicanos de 1870 inscreveram em sua manifestação outro caso de batalhas deflagradas contra a centralização do poder imperial. Desta vez o exemplo é a Revolta da Praieira, uma luta desencadeada em Pernambuco entre 1848 e 1850, e que teve como uma das causas a substituição do presidente da província, Antônio Pinto Chichorro da Gama, do Partido Liberal, pelo ex-regente e conservador Araújo Lima.

Em função da ingerência direta do monarca na substituição dos presidentes de província e da insatisfação provocada pela escolha do nome de Lima para a direção de Pernambuco, o movimento insurgente, que possuía sede em Recife, mais especificamente na redação Jornal Diário Novo, localizado na Rua da Praia, toma como uma de suas bandeiras a luta pelo federalismo. Mais uma vez, o desejo por maior autonomia política no âmbito provincial, personificado na insatisfação da interferência do poder central na escolha do chefe de cada unidade do país, é o responsável por uma profunda onda de insatisfação cuja solução sempre aclamada é a autonomia. O chamado “Manifesto ao Mundo”, cuja autoria acredita-se ser do jornalista Borges da Fonseca, elenca dez pontos primordiais para a Revolta Praieira, dentre os quais o federalismo e o direito do povo brasileiro ao voto universal e livre (CHACON, 1981, p.33-34). Ainda que sintético, este manifesto transmite a ideia de que o movimento realmente ambiciona um modelo organizativo pautado em bases federativas e não confederativas, pois a defesa do voto, por exemplo, recai sobre os brasileiros e não apenas sobre os pernambucanos. O anseio autonomista neste movimento, portanto, era limitado e não separatista.

Este “nefasto” conjunto legal que é mencionado pelo Manifesto de 1870 é constituído especialmente por três leis: a de “Interpretação do Ato Adicional”, que revogou o poder legislativo das províncias e determinou que o aparato da polícia judiciária fosse dirigido pelo poder central; a de “Reforma do Código do Processo Criminal”, que determinou que chefes de polícia, delegados, sub-delegados, desembargadores e juízes de direito fossem nomeados pelo imperador, o que esvaziou as atribuições do poder local do Juiz de Paz; e, por fim, a criação do “Conselho de Estado”, órgão consultivo do regente.

Estes três mecanismos legais ajudaram a consubstanciar um longo período de governo pautado nas decisões de praticamente um único homem: o imperador. Por isso mesmo, em

1870, os republicanos foram tão enfáticos contra a monarquia e o rei. Para eles, causa de todos os males centralizadores e anti-democráticos do país. Os signatários do Manifesto acreditavam que só havia um remédio capaz de salvar a nação: a república, um sistema de governo pautado nos seguintes princípios:

O regimen da federação baseado, portanto, na independência reciproca das províncias, elevando-as a cathegoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vinculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defeza exterior, é aquelle que adaptamos no noso progamma, como sendo o unico capaz de manter a communhão da familia brasileira. (MANIFESTO, 2009. p.55).

É neste trecho do Manifesto que é possível perceber com maior facilidade a confusão ainda reinante no que se refere aos conceitos de federação e confederação. Apesar de argumentar que se trata de um regime federativo, o fragmento logo enuncia um arquetípico administrativo composto por províncias autônomas ligadas para fins de representação e de defesa exterior, característica pontual dos modelos confederativos. Na ânsia por maior liberdade, os republicanos de 1870 parecem não ter conseguido perceber as diferenças entre um conceito e outro, e muito menos os princípios que então regiam o principal modelo de república do momento, isto é, os Estados Unidos da América.

Embora os Estados Unidos tenha sido um dos exemplos a ser seguido, o sistema republicano federativo do norte-americano e o do Brasil seguiram trajetórias bem diferentes. É curioso notar que até mesmo os argumentos em prol do federalismo nos dois países eram, na verdade, oposto. Para perceber estas diferenças confrontamos documentos bastante significativos para cada um destes países. Para o Brasil pautamo-nos no já trabalhado “Manifesto de 1870”, já para os Estados Unidos utilizamos os “Artigos Federalistas”, uma série de 85 artigos publicados originalmente nos jornais de Nova York e redigidos por Alexander Hamilton, John Jay e James Madison. Os artigos foram o resultado de reuniões na Filadélfia, em 1787, com o objetivo de ratificar a Constituição Federal Norte Americana (MORAIS, BORGES, FILHO, 2009. p.75).

2 Duas trajetórias e um objetivo: Brasil e Estados Unidos em busca da república federativa

É conhecida a influência do modelo político norte-americano sobre as teorias políticas modernas. Conjuguar república e federalismo em bases territoriais amplas era algo inusitado, e até mesmo pouco provável de ser aplicado com sucesso na visão dos teóricos do século

XVIII. No entanto, a experiência deu certo e influenciou direta e indiretamente o futuro político de várias regiões do mundo, sobretudo a América Latina. É muito comum na literatura brasileira, por exemplo, a associação do arquetípico norte-americano ao modelo de república implantado no Brasil. Todavia, o exemplo americano não foi o único a inspirar os brasileiros, e talvez nem mesmo o principal. Não é por acaso que vários princípios apresentados nos “Artigos Federalistas” também são utilizados no Brasil, pelos republicanos de 1870, porém, com objetivos diametralmente opostos.

Na verdade, ao analisar e, principalmente, ao comparar a utilização de determinados conceitos em épocas e espaços diferentes, devemos ter em mente a concepção pregada por Quentin Skinner. Para este pesquisador, a história das ideias políticas teria incorrido por muito tempo em problemas fundamentais relacionados ao pecado do “anacronismo”. Estudar e atribuir significados a conceitos sem estudar os seus contextos originais de produção ou de aplicação, encaminharia as pesquisas a conclusões equivocadas. Segundo Marcelo Gantus Jasmin: “O resultado básico dessas histórias criticadas seria a produção de um conjunto de *mitologias* históricas que terminavam por narrar pensamentos que ninguém pensou, portanto, não histórias.” (JASMIN, 2005. p.27-28). Sendo assim, analisar as intenções dos republicanos brasileiros e dos federalistas norte-americanos nos impele a pensar em trajetórias e contextos históricos totalmente distintos. Ressaltar as diferenças conceituais não implica em anular a força do modelo norte-americano sobre as teorias políticas e sobre as pretensões dos brasileiros, mas nos permite perceber que as influências da geração republicana de 1870 eram bem mais diversificadas.

Em suas diferenças contextuais, é importante lembrar que enquanto os norte-americanos pretendiam promulgar uma constituição que possibilitasse um poder central forte, os brasileiros, ressentidos com a forte centralização imperial, clamavam por um maior nível de autonomia provincial. Esta divergência de objetivos atinge, por exemplo, a percepção que possuíam sobre o princípio federalista e, por consequência, os motivos que o justificavam. Para os signatários de 1870, o anseio por maior liberdade político-administrativa nas províncias era tão premente que chegaram a afirmar que a independência das províncias era uma de suas causas e o único elemento “[...] capaz de manter a comunhão da família brasileira.” (MANIFESTO, 2009. p.55). Além disso, concluíam a defesa do federalismo de maneira enfática: “Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regimen, nós a resumiríamos assim: – Centralização-Desmembramento. Descentralização-Unidade.” (MANIFESTO, 2009. p.55).

Não bastasse a ênfase com relação à defesa de um federalismo com maior autonomia, “descentralizado”, os republicanos buscaram justificar a implantação deste padrão com base na dimensão territorial e nas diferenças geográficas, climáticas e culturais. A intenção era passar a ideia de que o Brasil era em si tão diverso que a até a natureza advogava em favor da descentralização:

No Brasil, antes ainda da idéia democratica, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topographia do nosso territorio, as zonas diversas em que elle se divide, os climas varies e as producções differentes, as cordilheiras e as aguas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as proprias divisões creadas pela natureza physica e impostas pela immensa superficie do nosso território. (MANIFESTO, 2009. p.52)

Curiosamente, os autores dos Artigos Federalistas também utilizaram a diversidade natural dos EUA como argumento. Contudo, o que para uns é empecilho para outros é a solução. Sendo assim, as diferenças americanas eram vistas antes como fator de integração do que de desmembramento:

[...] a América independente não é composta de territórios separados e distantes uns dos outros. Esta terra de liberdade é vasta, fértil e nunca interrompida: a Providência a dotou, com predileção particular, de prodigiosa variedade de terrenos e produções; deu-lhe rios inumeráveis para prazer e utilidade de seus habitantes; lançou em tomo de seus limites uma cadeia continuada de lagos e mares navegáveis para servirem de laço às partes que a compõem; fez correr no seu seio os mais nobres rios do universo e colocou-os a distâncias convenientes para que servissem de meio de comunicação aos socorros fraternais de seus habitantes e de canais à permutação dos seus produtos. (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003. p.18).

As diferenças naturais apresentadas pelo território norte-americano eram vistas como elementos importantes e capazes de promover a verdadeira União, algo bem diferente do que advogavam os republicanos de 1870 para o Brasil. Na verdade, Hamilton, Madison e Jay procuraram, ao longo dos Artigos, rebater as críticas dos defensores do modelo confederativo. Para estes autores, os propugnadores da formação de algumas confederações independentes, associadas em uma liga, apenas satisfariam os interesses de alguns poucos indivíduos e facções. Além disso, colocaria em considerável risco o futuro e a prosperidade que teoricamente estaria reservado para a grande nação. Em toda a sua trajetória, o território norte-americano pertencente à Inglaterra foi constituído por treze colônias que respondiam diretamente à Coroa, portanto, detinham certa autonomia. Na república, a intenção de criação de um governo central forte, capaz de defender e organizar todo o território, era tido como causa fundamental frente às possíveis hostilidades de potências comerciais rivais, ou ainda, a

implantação de perigosas intrigas entre os entes federados. Este último aspecto é frequentemente mencionado nos Artigos Federalistas.

O caráter panfletário e defensor dos Artigos procurou lembrar aos norte-americanos que foi como povo unido, em tempos de paz e de guerra, que eles se constituíram enquanto nação e que estabeleceram as suas leis e a sua sociedade (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003. p.18-19). A Convenção de Filadélfia, portanto, apenas deveria ratificar as bases deste país ao fundar, de modo definitivo, a comunhão de todas as suas partes através de um pacto em prol do poder central. A crença dos federalistas americanos era a de que apenas um país unido e regido por um governo forte seria capaz de oferecer prosperidade, paz e segurança interna e externa ao país.

Estes últimos aspectos preocupavam os federalistas, tanto que boa parte da obra é dedicada à defesa das vantagens da União em promover a paz e a prosperidade. No que diz respeito à segurança, por exemplo, os federalistas argumentaram que as causas que dão origem às guerras são proporcionais à quantidade de Estados e interesses envolvidos. Sendo assim, a manutenção da paz com as demais nações seria mais precária no caso de uma confederação formada por alguns Estados do que de apenas uma federação, cujo poder central teria força e autonomia para gerenciar os conflitos. A União também poderia intervir nas possíveis relações conflitantes de seus entes federativos de modo a inibir uma guerra interna, ou ainda, afastar os seus estados das intrigas fomentadas por países concorrentes. Por fim, os federalistas acreditavam que apenas um centro de poder teria condições financeiras e estratégicas para fazer frente a qualquer tipo de conflito nacional ou internacional:

Um governo geral pode chamar em seu auxílio os talentos e a experiência de todos os homens de capacidade, escolhidos em todas as partes da Confederação; pode estabelecer princípios uniformes de política – unir, assimilar, proteger todos os membros do corpo social e estender sobre eles os felizes efeitos da sua providência. Na conclusão dos tratados há de cuidar ao mesmo tempo do interesse geral e dos indivíduos que não podem existir separados; há de empregar a fortuna e a força pública na defesa de cada uma das partes confederadas com facilidade e prontidão impossível aos governos dos Estados ou confederações parciais, que, por isso mesmo que o são não podem obrar de concerto e com unidade de sistema. (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003. p.28)²⁴¹

A grande preocupação com a segurança, no caso norte-americano, é perfeitamente justificável. Ainda de acordo com os Artigos Federalistas, os EUA era uma nação cuja prática

²⁴¹ Neste trecho dos “Artigos Federalistas” é possível notar que entre os norte-americanos ainda persistia uma dificuldade com relação a diferenciação entre federação e confederação. Especificamente neste fragmento a palavra confederação remete à federação e confederação é designada como confederação parcial.

do comércio era uma de suas principais atividades econômicas. Sendo assim, a existência de um governo que programasse um sistema de defesa, de regulação comercial e administrativa capaz de desenvolver o país e de protegê-lo de seus rivais, sobretudo da Inglaterra e da Espanha, era essencial. Não é demais lembrar que o território norte-americano era limítrofe às possessões espanholas e inglesas, que proibiram aos norte-americanos a livre navegação em suas fronteiras, ou seja, nos rios Mississipi e São Lourenço. Sendo assim, os federalistas acreditavam que apenas um governo unido e forte seria capaz de propiciar a paz e a prosperidade com igualdade para as diferentes regiões da nação. Já o contrário, a descentralização, era tida pelos federalistas como a causa dos desequilíbrios, das ameaças externas, das possíveis intrigas e dos conflitos internos.

Diferentemente dos americanos, centralização como pressuposto de União, defesa e prosperidade econômica não fazia parte do repertório político da primeira geração dos republicanos brasileiros. Para eles, a verdadeira causa do progresso estaria na capacidade de cada província em gerir a sua administração, afinal, eram os provincianos os melhores conhecedores do seu potencial econômico e de sua capacidade de defender o território. Não por acaso, de acordo com José Murilo de Carvalho (2011), durante a constituinte de 1824 foram propostas a criação de moedas e forças armadas estaduais. A centralização administrativa, portanto, era tida pela geração de 1870 como algo nefasto e que “[...] mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satellites obrigados do grande astro da côrte [...]” (MANIFESTO, 2009, p.54)

Já no campo da defesa, os brasileiros também teciam críticas à capacidade da União em promover um exército forte e apto a atuar de maneira eficiente sobre todo o território. Para defender este argumento, os republicanos remetem à famosa Guerra do Paraguai, desencadeada entre 1864 e 1870 na bacia do Rio da Prata, cujas causas estão associadas à expansão comercial do Brasil e da Argentina sobre a região (MANIFESTO, 2009, p.55).

Não bastassem as diferenças entre federalistas brasileiros e norte-americanos em vários aspectos, o próprio modelo de república a ser implementado também possuía variações. Os autores dos Artigos defendiam um sistema republicano federativo pautado na submissão de todas as regiões da nação a um poder central composto por um sistema republicano representativo. Para eles, a república representativa era perfeitamente aplicável aos grandes países. Além disso, este sistema poderia representar com maior responsabilidade os interesses da coletividade. Soma-se a estes aspectos, o fato de que um grande sistema representativo, na concepção dos autores, poderia inibir a constituição de facções capazes de tomar o poder com

maior facilidade nos regimes democratas. Sendo assim, a república seria melhor do que a democracia.

Outra concepção americana era a de que a soberania não ficava restrita ao poder central, este era formado inclusive pelo poder dos demais entes federativos: “[...] longe de abolir os governos dos Estados, torna-os partes constituintes da soberania nacional, concedendo-lhes representação no Senado, e deixa-os gozar exclusivamente de muitos atributos importantes da autoridade soberana. Isso concorda perfeitamente com a ideia que se forma do governo federativo [...]” (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003. p.57).

Já no Manifesto dos Republicanos brasileiros de 1870 os anseios de República são diferentes. A intenção é a constituição de um regime que mantivesse unidas as várias regiões do país, mas concedendo-lhes autonomia política, econômica e administrativa. Conforme visto anteriormente, a confusão conceitual entre confederação e federação era forte, mas não indica que o Brasil cairia em um irreversível processo de fragmentação. Na verdade, o contexto de produção do Manifesto, imprime às suas páginas uma marcante ojeriza ao poder régio, fonte de toda a centralização. Para os republicanos, atacar a monarquia e o Poder Moderador era atacar um sistema que sufocava o progresso nacional, um aparelho monárquico representativo controverso, capaz de ser manipulado pela força do Poder Moderador; um arquetípico contrário à verdadeira soberania popular e que inibia a adoção de um sistema político moderno.

Os interesses que moviam os anseios dos federalistas do Brasil e dos EUA, portanto, eram bem distintos e por isso também apontavam para concepções diferentes. Não podemos deixar de mencionar que embora o modelo norte-americano de república federalista tenha sido inovador, ele não foi único. A concepção de um federalismo com maior autonomia pode ser percebida no modelo argentino (CHIAMARONTE, 1993).

O modelo de república federativa intencionada pela geração de republicanos brasileiros de 1870, portanto, era algo formado por diferentes influências. Ao contrário do que muitos pensam, não havia um modelo único e rígido, as diferenças com as concepções norte-americanas demonstram esta questão. Além disso, nos permite vislumbrar um modelo em construção sintonizado com as necessidades do seu contexto histórico. Da geração de 1870 até a proclamação da República, este modelo, as ideias e os anseios que o fomentaram sofreram consideráveis variações que possibilitaram a constituição de um tipo de organização republicana federativa em certo sentido “original”, diferente do modelo norte-americano e mais próximo de suas congêneres latino-americanas. Deste modo, examinar o arquetípico

republicano instaurado no Brasil nos impele à uma maior atenção com relação às suas variadas e possíveis influências que não somente a do modelo estadunidense.

Referências

BARROS, Orlando de. Prefácio. In: BORGES, Vera Lúcia Bógea. **A batalha eleitoral de 1910**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p.19-23.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição política do império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro. mar. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 11 set. 2012.

CARDOSO, Sérgio. Que República? Notas sobre a tradição do “governo misto”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.27-48.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo. Brasil, 1870-1891. **Varia História**. Belo Horizonte. v.27, n.45, p.141-157, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a07.pdf>>. Acesso: 27 ago. 2012.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n.45, p.209-238. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16526.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Praieira revisitada: considerações sobre o debate. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.08, p.52-55. 2008. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/alb/n8/a04n8.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

CHACON, Vamirech. **História das ideias socialistas no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino em La primeira mitad Del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/ Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p.81-132.

COSER, Ivo. Federal/Federalismo. In: FERES JÚNIOR, João. **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p.91-118.

HAMILTON, Alexander.; MADISON, James.; JAY, John. **O federalista**. Belo Horizonte: Líder, 2003.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.20, n.57. p.27-38. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

MANIFESTO Republicano de 1870. **Caderno Aslegis** – 120 anos de República e Federação. Brasília, n.37, mai./ago. p.42-60. 2009. Disponível em: <<http://www.site7dias.com.br/aslegisoriginal/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42-p60manifestorepublicano.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

MORAIS, Job Duarte.; BORGES, Eliete Nascimento.; BORGES FILHO, João Nascimento. **“O federalista”**: gênese de uma nova forma de governo. 2009. Disponível em: <<http://www.general-files.com/download/gsl479c7f5h17i0/o%20federalista%20g%C3%AAnese%20de%20uma%20nova%20forma%20de%20governo.pdf.html>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

PAES DE ANDRADE, Manoel de Carvalho. **Manifesto de Proclamação da Confederação do Equador**. 1824. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Manifesto_de_proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Confedera%C3%A7%C3%A3o_do_Ecuador>. Acesso em: 15 set. 2012.

PINTO, Luiz Maria Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

A formação de professores durante os anos de chumbo: algumas considerações

Eliane Silva Sacramento²⁴²

Maria de Fátima Ferreira²⁴³

Resumo: O projeto da aliança civil-militar que tomou o poder com a instauração do regime militar no país importou para a educação preceitos da “Teoria do capital Humano” que contou com o apoio da iniciativa privada e incorporou o ideário liberal. No contexto do debate dos 50 anos da ditadura militar, o objetivo central neste trabalho, centra-se na análise e discussão da política educacional a respeito da formação docente, expressa do ponto de vista das propostas do Governo Central, examinando a interferência do MEC nas iniciativas educacionais. Assim, a partir do contexto histórico da deflagração do golpe e dos governos militares, será objeto de discussão a Lei 5.692/71 que refletiu o regime autoritário que se instalou em 1964 e suas repercussões nos cursos de Habilitação ao Magistério. Também serão consideradas as iniciativas do MEC/INEP que estabeleceram programas e projetos de capacitação de docentes leigos da rede pública.

Palavras-chave: formação de professores- ditadura militar – política educacional.

Resumé: Le projet de l’alliance civile-militaire qui a pris le pouvoir avec l’instauration du regime militaire dans le pays, a apporté pour l’enseignement des préceptes de la “Theorie Du Capital Human” qu’a compté avec le soutien de l’initiative privée et lui a incorporé l’idéal liberal. Dans le contexte du débat de l’anniversaire de 50 ans de la dictature militaire, on centre l’objectif de ce travail dans l’analyse et la discussion de la politique d’enseignement à l’égard de la formation des enseignants, exprime du point de vue des propositions du Gouvernement Central, examinant l’interférence du MEC dans les initiatives de l’éducation. Comme ceci, commençant du contexte historique de l’explosion du coup et des gouvernements militaires, Il sera objet de discussion la Loi 5.92/71 qui a comtemplé le regime autoritaire installé en 1964 et ses répercussions dans les cours de qualification à l’enseignement. On considérera aussi les initiatives du MEC/INEP qui on établis des programmes et des projets pour capaciter les enseignants du réseau public.

Mots-clés: formation des enseignants, dictature militaire, politique educative.

Na busca de subsídios para uma melhor compreensão do debate atual sobre o magistério, é extremamente importante recuperar a história da formação de professores no Brasil, ao completar cinquenta anos da ditadura militar brasileira refletindo os efeitos da ditadura militar sobre a educação brasileira.

O contexto histórico foi marcado pelo modelo econômico nacional desenvolvimentista de industrialização; pelo crescimento econômico baseado no capital externo fundamentado no nacionalismo desenvolvimentista populista e por um Poder Executivo hipertrofiado e repressor que controlava sindicatos, meios de comunicação e a universidade como meios de coerção da sociedade a partir da ideologia da segurança nacional. A esse respeito Germano (1993) faz a seguinte afirmação:

²⁴² Mestre, FAETERJ-Três Rios. E-mail: elianesacramento@hotmail.com

²⁴³FAETERJ-Três Rios

(...) trata-se de grupos que têm a função de ‘domínio’ e não de ‘direção’, o que se traduz, portanto, num regime político em que a função de ‘domínio’ (coerção-repressão) se sobrepõe enormemente à função de ‘direção’ (cultural-intelectual) ou de hegemonia. Mas isso não significa (mesmo em se tratando de uma ‘ditadura sem hegemonia’) que o Regime prescindia de um mínimo de consenso, de legitimação, ainda que estes sejam obtidos pela via do ‘transformismo’ – molecular ou de grupo – através da cooptação ou assimilação, pelo bloco no poder, de frações rivais das próprias classes dominantes e mesmo de setores das classes subalternas, decapitando assim as massas populares. (1993, p. 102, destaques do original)

Vários são os aspectos que envolvem a formação de professores como aspectos curriculares, questões pertinentes à política global do governo, capacitação de recursos humanos, disponibilidade de recursos financeiros e políticas educacionais. Estas últimas impactaram práticas editadas pelo Estado na educação que refletiram na reforma do ensino vinculando-se aos termos precisos do novo regime; na educação voltada para a formação de “capital humano”; na repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país e em reformas de ensino fortemente balizadas por agências internacionais e relatórios vinculados ao governo norte-americano.

Resumindo, a acepção educacional propunha-se a sujeição cultural contida no ideário da política norte-americana do pós-segunda guerra, através “ dos ideais empresariais do “american way of life” em todas as instâncias educacionais dos países periféricos” (SANTOS e AZEVEDO, 2003,0.4). No texto da lei 5.540/68, a Lei da Reforma Universitária, foi incorporado em quase sua totalidade o referido direcionamento. De acordo com Cunha (1988, p. 22), “quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas idéias”.

Segundo Germano (1993):

Na verdade, a reforma universitária de 1968 assimilou, em grande parte, a experiência acumulada no âmbito de instituições do próprio Estado, bem como as demandas estudantis. Mas a assimilação não significa continuidade do projeto anterior; na verdade (...) ela representou a sua liquidação. A reforma incorporou a estrutura e tentou inviabilizar, a todo custo, um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico. Afinal, não se trata de um contexto de ‘democracia populista’, mas da implantação de um Estado de Segurança Nacional de cunho ditatorial. (p. 123)

Os Impactos das políticas e práticas editadas pelo Estado na educação fizeram-se sentir na expansão quantitativa da escola pública e rebaixamento da qualidade, na expansão da iniciativa privada no ensino superior, na legislação educacional através de leis, decretos-

leis e pareceres para garantir o controle político e ideológico sobre a educação escolar em todos os níveis e esferas.

No final dos anos 1950 e até a primeira metade da década de 1960, o MEC desenvolveu o PABAAE- Programa Americano/Brasileiro de Apoio ao Ensino Elementar, que atendia professores, leigos ou não, difundindo novas metodologias e novos recursos pedagógicos, sobretudo para as classes de alfabetização. Esse programa desapareceu na década de 60 sem a divulgação de seus resultados e das metas alcançadas.

Segundo Tanuri (2000), a Lei de Diretrizes e Bases n.º 4024, aprovada em 20/12/1961, não trouxe soluções inovadoras para o Ensino Normal, mantendo as Escolas Normais de grau ginásial e colegial e os Institutos de Educação. Foram observadas alterações curriculares com o objetivo de ajustar as Escolas Normais à nova Lei e, aos Conselhos Estaduais, reservou-se a iniciativa de estender a duração dos seus cursos.

Na década de 1960, o MEC/INEP desenvolveu o PAMP - Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário, proposta mais ampla, que registrava a presença direta do poder central na busca de soluções para os problemas enfrentados nas unidades federadas (Fogaça,1990). A proposta do INEP, elaborada em 1963, segundo Fogaça(1990, p.316/317)) tinha como pontos principais:

- a capacitação com diferentes modalidades, de acordo com a escolaridade anterior do professor;
- a realização de um diagnóstico (no âmbito dos municípios) que propiciasse a articulação entre a formação de professores, a capacitação de leigos e a expansão da rede escolar primária;
- a realização de um estudo da questão salarial, que levasse ao estabelecimento do salário mínimo regional para os professores leigos, que variaria de acordo com a capacitação obtida: dos cursos especiais, ou emergenciais, até o curso ginásial com formação pedagógica (o normal ginásial)., passando pelos cursos supletivos (primário e médio)

O Programa foi extinto em 1971, devido à transferência para os estados da responsabilidade pela realização de treinamento de professores primários, leigos ou não.

Segundo Shiroma(2002), existe um consenso entre pesquisadores que a política educacional durante o regime militar fundamentou-se basicamente nas Leis 5692/71- que reformou o ensino de primeiro e segundo graus e a 5.540/68- que reformou o ensino superior.

A Lei nº 5.540/68, revestiu-se do caráter autoritário e desmobilizador que caracterizou em quase totalidade os atos do regime militar. No tocante à formação docente, a Lei definiu

em seu art.30 que a formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como do preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação de escola e sistemas de ensino deveriam ser feitos em nível de terceiro grau.

A lei definiu ainda no art. 30 § 1º que nas universidades a formação seria oferecida mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos incluídos nos currículos dos cursos respectivos. Nos estabelecimentos isolados, esta formação poderia segundo o art.30 § 2º acontecer em um único estabelecimento ou resultar da cooperação de vários, garantindo-se uma coordenação que assegurasse a unidade dos estudos.

A Lei nº 5.540/68 ainda extinguiu a cátedra; introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores; criou a estrutura departamental; dividiu o curso de graduação em duas partes; criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral e o vestibular eliminatório.

A Lei 5.692/71, reformulou aspectos da Lei 4.024/61, buscando formar profissionais mais escolarizados para atender à produção industrial e, ao mesmo tempo, conter a demanda por ensino superior, introduzindo mudanças substanciais na estrutura e nos objetivos do ensino básico. Essa nova lei estabeleceu diretrizes e bases estruturando a educação básica em dois níveis: o ensino de primeiro grau e o ensino de segundo grau. Essa lei assegurou espaço para o ensino religioso, aumentou o amparo técnico e financeiro à iniciativa privada e ampliou a obrigatoriedade escolar para oito anos. O Curso Normal foi então incluído entre as muitas habilitações profissionais do ensino de 2º grau, chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM), abolindo de vez a profissionalização em nível ginásial.

No que se refere à formação de professores, a Lei 5.692/71, em seu artigo 29, estabelece que

“ professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos”. (Brasil, 1971)

Desta forma, o artigo 29 da Lei 5692/71 propôs pela primeira vez um esquema integrado, flexível e progressivo de formação de professores. A formação de professores das quatro primeiras séries do 1º grau passou a ser oferecida pela rede comum de escolas de 2º grau, com a denominação de Habilitação ao Magistério, o que determinou o fim das Escolas Normais e dos Institutos de Educação.

Aranha (1996) observa que, com a transferência do locus de formação de professores, as Escolas Normais perdem sua identidade, além dos recursos humanos e materiais próprios de sua especificidade. A autora faz ainda algumas críticas em relação à Habilitação ao Magistério que, segundo ela,

“apresenta-se esvaziada de conteúdo, pois não responde nem a uma formação geral adequada, nem a uma formação pedagógica consistente; de “segunda categoria”, por receber os alunos com menor possibilidade de fazerem cursos de maior status; não há articulação didática nem de conteúdo entre as disciplinas do núcleo comum e da parte profissionalizante, e nem entre estas; conforme definida na lei, não permite que se forme nem o professor e menos ainda o especialista (4º ano). A formação é toda fragmentada.” (Aranha, 1996, p.215)

A Lei 5.692/71 apesar de seu caráter de adaptação às condições existentes, reconhece o problema da insuficiência de professores legalmente habilitados, prevendo, nas Disposições Transitórias, o exercício do magistério por pessoas sem a formação mínima exigida e, em seu art. 80, a oferta de programas para a qualificação dos professores leigos, esvaziando desta forma as exigências anteriores.

O artigo 77 parágrafo único desta Lei afirmava que após serem aplicados todas as possibilidades nos artigos anteriores e ainda assim persistindo a falta real de professores, poderiam ainda lecionar:

- a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos;
- b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação;
- c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho. (art. 77, parág. Único)

A Lei 5692/71, previa ainda em seu art. 78 a possibilidade de profissionais diplomados em outros cursos de nível superior assumirem a docência na falta de profissionais licenciados mediante a complementação pedagógica observados os critérios do Conselho Federal de Educação. Em relação ao exercício das funções de direção era permitido que professores habilitados para o mesmo grau escolar, exerceressem esta função, desde que houvesse insuficiência de profissionais habilitados.

A reforma de 1982, Lei 7044, não alterou a Lei 5.692/71, no que se refere à questão da formação de professores e ao aproveitamento de leigos. Em face da deterioração da formação docente, da queda nas matrículas na Habilitação ao Magistério e da desvalorização da carreira, ocorre um movimento de âmbito nacional e estadual de propostas de políticas de formação de professores que buscava a chamada “revitalização do Ensino Normal”.

Segundo Cavalcante (1994), diante do corte de recursos para a educação e as dificuldades da questão da formação, atualização e aperfeiçoamento de professores, em 1982, a SEPS/COES (Secretaria de Primeiro e Segundo Graus/ Coordenadoria de Ensino de Segundo Grau) propôs ao MEC a realização de um seminário para definição de ações integradas para a formação de professores. Entre os resultados obtidos, situa-se a constatação da necessidade de se reestruturar a Escola Normal/ Habilitação ao Magistério, incluindo uma nova proposta curricular.

Diante da política educacional implantada, em meados de 1980 nas palavras de SHIROMA(2002, p.44) “ o quadro educacional era dramático: 50% das crianças repetiam ou eram excluídas ao longo da 1ª série do 1º grau: 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola.”

Considerações finais

Podemos concluir , que a ditadura militar, por meio das reformas educacionais apresentadas estavam impregnadas com princípios de controle e harmonização social num período de regime autoritário, marcado pela descentralização no tratamento das questões do ensino elementar, o retorno à não-intervenção direta da União. Além disso, o Poder Central acabou por revelar preocupações meramente quantitativas, deixando as questões fundamentais para a melhoria do ensino básico de lado contrário ao discurso oficial sobre a importância da educação.Toda política educacional voltada para a formação docente esteve longe de cumprir as belas promessas.

Não obstante as iniciativas de formação docente assinaladas pelas Leis 5.540 e 5.692 e pelos programas desenvolvidos, estas não foram suficientes no sentido de investimento consistente e efetivo para a formação docente.O mais grave de acordo com TANURI (2000,p.25)

é que as falhas na política de formação se faziam acompanhar de ausência de ações governamentais adequadas pertinentes à carreira e à remuneração do professor, o que acabava por se refletir na desvalorização social da profissão docente, com conseqüências drásticas para a qualidade do ensino em todos os níveis.

Fontes Primárias

BRASIL. **Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 5.540, de 28 de Novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** São Paulo: Moderna, 1996.

CAVALCANTE, Margarida Jardim. **Cefam: uma alternativa pedagógica para a formação superior de professores.** São Paulo: Cortez, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FOGAÇA, Azuete. **Formação de professores : Retrospectiva e análise da participação governamental.** Instituto de economia da educação Industrial UFRJ, 1990.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).* São Paulo: Cortez, 1993

CAVALCANTE, Margarida Jardim. **Cefam: uma alternativa pedagógica para a formação superior de professores.** São Paulo: Cortez, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SANTOS, Eder Fernando e AZEVEDO, Mário Luiz Neves. O ensino superior no Brasil e os acordos MEC/USAID: uma contribuição ao estudo do intervencionismo norte-americano na educação brasileira. In: **Seminário de Pesquisa do PPE, 2003,** Maringá. Seminario de Pesquisa do PPE-2003. Maringá, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, M.^a Célia M., EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores.** In: Revista Brasileira de Educação, n.º 14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

ST 07. Por uma História Social da Política: fontes e metodologia no estudo sobre o século XIX

A Liberdade de imprensa no século XIX – Leis e suas aplicações na prática

Laiz Perrut Marendino²⁴⁴

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer, sobre a liberdade de imprensa no século XIX, expondo a legislação, e a confecção de tais leis, referente à liberdade de imprensa das primeiras décadas do Império brasileiro, leis que buscava regular o exercício da imprensa no período.

O artigo inicia-se com a análise das leis referente à temática a partir de 1808, com a vinda da família real para o Brasil, passando pela revolução do Porto, em 1821, pela constituição outorgada, pelos debates posteriores até a promulgação do Código Criminal em 1830.

Palavras-chave: Liberdade de Imprensa, Brasil Império, Leis.

Abstract: This article aims to discuss on press freedom in the nineteenth century, exposing the legislation, and the making of such laws on the freedom of the press in the early decades of the Brazilian Empire, laws that sought to regulate the exercise of the press in the period .

The article begins with the analysis of laws on the subject from 1808, with the arrival of the royal family to Brazil, through the revolution of Porto, in 1821, granted by the constitution, by further discussions until the enactment of the Criminal Code in 1830.

Keywords: Free Press, The brazilian Empire, Laws.

1. Liberdade de imprensa, legislação e crimes de abusos da liberdade de imprensa:

A Imprensa, no Brasil, foi proibida até a vinda da corte, em 1808, quando D. João expediu um decreto permitindo a instalação de tipografias e criando a Tipografia Nacional, antes disso, até mesmo a importação de livros era fortemente controlada pelo estado. Entretanto, mesmo após o decreto, as dificuldades implantadas pela censura faziam com que só jornais oficiais circulassem. Com a revolução do Porto, em 1821, segundo Andrea Smeian²⁴⁵ a situação começa a mudar com a aceitação da constituição que as Cortes elaboraram, essa adesão provocaria de imediato a extinção da censura régia sobre os impressos. Ao analisar esse documento, a constituição elaborada pelas cortes, percebemos que

²⁴⁴ Laiz Perrut Marendino é mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da UFJF. A aluna é bolsista da FAPEMIG.

²⁴⁵ Smeian, Andrea. Vida política em tempos de crise: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2006.

ele copiava a declaração francesa dos direitos dos homens no que se refere à Liberdade de Expressão.

Entretanto, essa liberdade de circulação dos impressos, no Brasil, não foi imediatamente após esse documento das cortes. Demorou mais dois meses para que D. João regulamentasse através de um decreto de 2 de março de 1821:

“Fazendo-se dignas da Minha Real consideração as reiteradas representações que as pessoas doulas e zelosas do processo da civilização e das letras tem feito subir á Minha Soberana Presença, tanto sobre os embaraços, que a prévia censura dos escriptos oppunha á propagação da verdade, como sobre os abusos que uma illimitada liberdade de imprensa podia trazer á religião, á moral, ou publica tranquillidade; Hei por bem ordenar: Que, emquanto pela Constituição Commettida ás Côrtes de Portugal se não acharem regulares as formalidades, que devem preencher os livreiros e editores, fiquem suspensa a prévia censura que pela actual Legislação se exigia para a impressão dos escriptos que se intente publicar”²⁴⁶

O efeito prático desse decreto era a agilidade da censura e não sua extinção total como poderia parecer. Conforme citado por Tássia Tóffoli Nunes em sua dissertação defendida na USP em 2010, embora, no texto do decreto, se afirmasse que não existiria censura prévia, também estava escrito no decreto que, os impressores deveriam, ainda, enviar duas cópias de todo material produzido nas tipografias para a verificação de que não continha nenhum atentado contra a moral pública, religião, constituição ou ao soberano.²⁴⁷

O historiador Marco Morel, grande referência em se tratar de imprensa e espaço público do século XIX, entende que é a partir desse momento que se instala a liberdade de imprensa no Brasil, no entanto, diz que essa liberdade não teve um sentido de progresso linear, mas sim marcada por constantes avanços e recuos através de diversas alterações desta legislação pelos parlamentares até 1840. Nunes, em seu texto, argumenta que, embora tenha se alterado diversas vezes a legislação essas variações se deram muito mais pelas intenções do governo imperial do que dos parlamentares, que observando as discussões sobre esses assuntos na câmara, pode-se perceber que o legislativo sempre se colocou como defensor da liberdade de expressão, segundo preceitos liberais da época, fortemente marcado pelas ideias francesas de limitação do exercício das liberdades individuais em benefício de um interesse maior que era o bem-estar geral e os interesses da nação como um todo. Encontrávamos constantemente essas explicações liberais nos debates parlamentares sobre o tema, o que

²⁴⁶ Coleção de leis do Império, 2/3/1821

²⁴⁷ Nunes, Tássia Toffoli. Liberdade de Imprensa no Império brasileiro. Os debates palamentares (1821 – 1840). 1020, USP. Dissertação de mestrado.

legitimava as iniciativas de regulação da liberdade de imprensa que tinha o objetivo de manter a ordem pública construída.

A partir de 28 de agosto de 1821 há uma decisão ministerial sobre o fim da censura, o Ministério do Reino considerava injusta sua manutenção, visto que as Cortes já haviam deliberado seu fim. Nessa mesma decisão instituíam responsabilidades e penas para os autores e editores, e na ausência destes para os impressores, que eram obrigados a inserir na publicação a autoria dos escritos. E em junho do ano seguinte, D. Pedro anuncia um decreto regulamentando o processo, para que siga a justiça nos casos de abuso da liberdade de imprensa. Segundo Nunes, tal regulamentação surge em momento de preocupação governamental com a capacidade da imprensa de agregar forças em torno de projetos políticos antagônicos. Assim, para manter a ordem pública era imprescindível essa regulação, como mandava os preceitos liberais.

A partir de então a discussão estava aberta no Brasil. D. Pedro, em junho de 1822²⁴⁸, lançou um decreto que regulamentava processos jurídicos contra abusos da liberdade de imprensa. Em suas razões para tal regulamentação citava a preservação da ordem e tranquilidade pública, combater a anarquia, e que assim pretendia conservar a liberdade de expressão e imprensa. Como se pode notar é a preocupação do governo com a capacidade da imprensa de congregar forças ao redor de projetos dissonantes de governo, se não forem controladas de alguma forma. As penas atribuídas aos crimes de abuso eram mais pesadas do que as estabelecidas em Portugal, só passariam a ser mais brandas com a lei de 1830 e o código criminal do mesmo ano.

No decreto de dezoito de junho de 1822, D. Pedro I institui no Brasil o “Juri”, inicialmente para julgamentos de crimes de abuso da liberdade de imprensa e mais tarde para os demais crimes. O corpo de jurados, nesse momento era composto de vinte e quatro cidadãos, podendo o réu recusar até dezesseis desses nomes e também, lhe era garantida uma defesa justa, através de um advogado se assim desejasse. A instalação desse sistema de jurados foi tido como uma inovação necessária, copiada da Inglaterra, o que garantiria que a justiça estivesse mais perto dos cidadãos. De acordo com Nunes, o que podemos observar nesses processos é uma grande tendência nos julgamentos de absolver ou abrandar as penas dos escritores acusados, ao contrário dos juízes correccionais. Entretanto, em 1822, esse corpo

²⁴⁸ Coleção de Leis do Império, 18/06/1822.

de jurados ainda era indicado pelo Juiz de direito e só passou a ser eleito em 1823 e foi definitivamente implantada em 1827, com a criação dos juízes de Paz.

Mesmo com a lei de liberdade de imprensa o questionamento era se, no Brasil, havia liberdade de fato ou apenas de direito. Esse debate se baseava, segundo Nunes, na constante perseguição de José Bonifácio aos jornais e escritores mais liberais, o que fez com que as publicações parassem de circular. O que caracterizava um limite do sistema constitucional brasileiro, já que o governo lançava medidas extraordinárias para conter movimentos de oposição.

Nos debates da constituinte de 1823, o tema da liberdade de imprensa foi recorrente nas falas, e apesar da dissolução dela, o projeto elaborado pela comissão de Legislação se tornou lei através de um decreto de outubro de 1823. Decreto esse que trazia algumas mudanças em relação ao último de 1821, como aumento do número de jurados, a obrigação de se estampar em todas as páginas o nome do impressor e novas e mais pesadas multas para quem descumprisse a lei.

Na constituição outorgada em 1824, sobre o assunto apenas enunciava seu princípio geral, e o decreto do ano anterior ainda vigorava, além da constituição:

“Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos, e publica-los pela Imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos caos, e pela forma, que a Lei determinar”²⁴⁹.

Ainda segundo a autora, apesar de todas as leis garantindo a liberdade de expressão, foi só a partir de 1826, com o início da primeira assembleia legislativa regular que voltaram a circular os periódicos mais oposicionistas. Pois com tantas represálias e perseguições aos editores e escritores, mesmo que extra oficial, quase todos os escritos haviam parado seus trabalhos.

Uma das primeiras preocupações da nova legislação foi discutir uma lei sobre os abusos da liberdade de imprensa. No ano seguinte aprova um texto e o envia para o senado, que volta para a câmara sem muitas alterações e é sancionado em setembro de 1830. O projeto considerava abuso da liberdade de imprensa oito itens, basicamente que se referiam à ataques ao sistema monárquico representativo, à figura do imperador e família real, à religião do estado, às leis e autoridades, e finalmente à publicação de acontecimentos particulares da vida

²⁴⁹ Constituição do Império do Brasil, 1824 capítulo 8, artigo 179, parágrafo IV.

do cidadão e do funcionário público. Alterava também a hierarquia das punições, o primeiro responsável passava a ser o autor da notícia, depois dele, o “apresentante” do impresso e na ausência destes a hierarquia continuava a mesma, impressor, editor ou vendedor ou distribuidor.

O texto final da lei de 1830, demonstrava a evidente preocupação em proteger o sistema político e a ordem pública, essa preocupação expressa de maneira praticamente unânime, nos indica que a imprensa, no momento, constituía-se como meio efetivo de mobilização e agitação da época, inclusive das camadas mais baixas e iletradas, pois como bem sabemos, os escritos da imprensa tinha uma entrada através das leituras em voz alta desses jornais nas praças públicas, livrarias, cafés, entre outros lugares importantes para a sociabilidade do período.

Em dezembro do mesmo ano, 1830, tal lei é incorporada ao Código Criminal, que determinava penas mais brandas em relação aos abusos de liberdade de imprensa.

2 - Conclusão:

Como podemos perceber, a opinião pública, o papel da imprensa, desde seus primórdios, é uma importante preocupação dos governos e governantes. Seu papel mobilizador e agregador da população sempre foi um medo de que organizassem e se rebelassem contra as instituições. Podemos perceber isso, como nos mostra Darnton em seu artigo “Uma Precoce sociedade da informação”²⁵⁰ quando narra a sociedade parisiense antes da revolução francesa, num momento em que a imprensa ainda era proibida pelo absolutismo. Mesmo sem imprensa circulando, meios de comunicação informal e diversos existiam. Notícias e boatos circulavam em forma de cantigas e haviam pessoas que reuniam essas “notícias” em o que se chamavam de “nouvelles” e a operação de cópias destas se tornou uma pequena indústria. Esses exemplos dados pelo autor “mostram que notícias (nouvelles) circulavam por meios de várias mídias e de diferentes formas – oral, manuscrita e imprensa. Em todo caso, permaneceu fora da lei. Assim, nós também devemos considerar a repressão política sobre as notícias, o que acontecia em Paris pré revolucionário e em todos os outros lugares do mundo na época e também para os anos seguintes.

Segundo o autor, uma contradição existia na França setecentista: um público com fome de notícias e um estado e suas formas absolutistas de poder. Este vazio de imprensa, no

²⁵⁰ Darnton, Robert. Uma Precoce sociedade da informação. As notícias e a mídia em Paris no século XVIII. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, nº 25, Jul/01, p.9-51

entanto não pode ser de forma alguma levado a entender que era devido à algum tipo de incapacidade do público leitor, uma vez que, esse público era bastante curioso a respeito dos negócios públicos e começava a tomar consciência de si próprio como uma nova força política, começava assim a surgir a “opinião pública”, mesmo ainda sem direito a voz na condução do governo.

Essa passagem de Darnton é semelhante, porém bastante diferente, do que ocorreu no Brasil dos oitocentos. Nos dois casos a imprensa estava nascendo, e nos dois casos apesar disso existiam formas alternativas de circular a informação e ainda, nos dois casos a repressão política à imprensa existia.

Já no caso da nascente imprensa do Brasil imperial, temos avanços rápidos, desde a vinda da família real, quando começa a poder circular jornais e a implantação de tipografias é liberada. Como já se tratou nesse texto, diversas leis e decretos foram escritas a fim de uma regulação da imprensa e de seus abusos. A preocupação com o poder mobilizador dessa imprensa, aqui no Brasil, também é fortemente perceptível, o que, de certa maneira, acompanha os preceitos liberais do período. O preceito de que para haver liberdade deveria se garantir a manutenção da estabilidade dos órgãos públicos, que deveria haver um equilíbrio entre os interesses individuais de expressão de ideias e opiniões e os da nação.

No Brasil o questionamento girava em torno de qual liberdade de expressão tínhamos no período imperial, ao menos até 1840? A de fato ou a de direito? Em certos momentos, como de 1823 à 1831, podemos perceber que a perseguição extra oficial por parte do governo fez com que a imprensa de opinião praticamente desaparecesse e só voltasse a ter um novo fôlego com o início dos trabalhos do parlamento em 1826 e se fortificasse ainda mais a partir da década de 1830, com a regência. Mas isso é trabalho para um outro artigo.

Referências:

Fontes primárias:

- Coleção de leis do Império
- Constituição do Império do Brasil, 1824

Dicionários:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>

Bibliografia:

BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica**. Tese de doutorado.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. **O Império em Construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial**. Rio de Janeiro, 2004 [Tese de Doutorado]. Instituto de Filosofia e Ciências sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DARNTON, Robert. **Uma Precoce sociedade da informação. As notícias e a mídia em Paris no século XVIII**. *Vária História*, Belo Horizonte, nº 25, Jul/01, p.9-51

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820 - 1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. **Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil**. In: NEVES, Lúcia Maria Pereira das (Org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009, p. 164.

NUNES, Tássia Toffoli. **Liberdade de Imprensa no Império brasileiro. Os debates palamentares (1821 – 1840)**. 1020, USP. Dissertação de mestrado.

Carvalho, José Murilo de. Campos, Adriana Pereira. Editora Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2011

SLEMIAN, Andrea. **Vida política em tempos de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2006.

ST 08. Possíveis estudos da imagem na História da Arte

Escravidão: a questão da violência e a liberdade¹

Fernanda Gallinari Musse²⁵¹

Resumo: Nessa comunicação enfatizarei a questão da liberdade dos homens escravizados e da violência sofrida por eles. Será abordada adicionalmente como era a vinda desses escravos para o Brasil e a realidade dos navios negreiros. E também as principais atividades exercidas pelos cativos, os castigos aplicados (sob a supervisão dos feitores), os variados preços que eram atribuídos a eles em cada região e segundo o tipo de trabalho que realizariam. Outro tema discutido serão as cartas de alforria. O Brasil foi o País que mais libertou os escravos através dessas cartas de alforria. Isso pode ser aplicado na questão da liberdade. Retrata também as diversas leis que acabaram por fechar pouco a pouco o ciclo do escravismo. Mostrarei alguns casos de rebeldia dos escravos, principalmente na década dos oitenta, próximas à Lei Áurea que aboliria oficialmente a escravidão no Brasil. Abordarei o panorama geral do Brasil naquele tempo e detalhes da Zona da Mata Mineira, tendo o foco em Juiz de Fora no século XIX, o principal produtor cafeeiro (plantation) neste período e com o segundo maior número escravos da região, suplantado apenas por Leopoldina.

Palavras-Chaves: Escravidão; Cartas de Alforria; violência.

Abstract: That communication will emphasize the issue of freedom of the enslaved men and violence suffered by them. Will be further discussed as was the coming of these slaves to Brazil and the reality of slave ships. And also the main activities performed by the captives, the punishments applied (under the supervision of overseers), the varied prices that were assigned to them in each region and the type of work they would perform. Another topic discussed will be the manumission papers. Brazil was the country that most freed slaves through these manumission papers. This can be applied to the issue of freedom. It also portrays the various laws that ended up closing little by little the cycle of slavery. Show some cases of rebellion of slaves, especially in the eighties, close to the Golden Law officially abolish slavery in Brazil. Discuss the overview of Brazil at the time and details of the Zona da Mata Mining, with focus in Juiz de Fora in the nineteenth century, the main coffee producer (plantation) in this period and the second largest number of slaves region, supplanted only by Leopoldina .

²⁵¹ Graduanda no Curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: fernanda.gallinari@hotmail.com

Keywords: Slavery; Letters Alforria; violence.

Escravidão: a questão da violência e a liberdade.

Relatando a escravidão no Brasil em seu contexto mais geral tendo como fonte os historiadores Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna os escravos durante muito tempo (XVI – XIX), foram à mão-de-obra básica para a maioria da população livre, que dependia de seus serviços, em todas as atividades econômicas (Sendo que no campo eles eram mais reprimidos e nas cidades mais livres) até o final do século XIX. Os cativos constituíram a força de trabalho essencial. A grande lavoura, a monocultura e o trabalho escravo foram considerados a essência da sociedade brasileira.

A expansão do setor exportador do Brasil durante os quatro séculos de sua evolução foi a principal causa da migração forçada de trabalhadores africanos para a costa brasileira. O Brasil foi o mais destacado destino de Cativos Africanos na América.

O trabalho escravo inicialmente foi introduzido no nordeste brasileiro, nas produções açucareiras (XVI/XVII), as outras regiões permaneciam com a mão-de-obra indígena. A descoberta do ouro em Minas Gerais foi a grande mudança no século XVIII. Então houve uma redistribuição de escravos, e Minas Gerais obteve um número maior dos cativos para que atuasse além das minas, no café, açúcar, algodão entre outros produtos. A entrada de africanos acompanhou as mudanças econômicas e políticas na colônia e no Império.

A sociedade se restringia entre Senhores e Escravos, sendo os Cativos vistos muitas vezes como uma “coisa”, um ser culturalmente atrasado, moralmente pervertido que nada contribuiu para a cultura brasileira, (esse pensamento começa a ser questionado e mudado com o historiador Gilberto Freyre, no século XX).

Os senhores possuíam poder absoluto sobre os escravos, e podiam infligir castigos físicos sérios. Até mesmo quando eram usados os chamados “incentivos positivos”, a violência esteve presente. Esse controle rígido e a violência física era a marca principal da exploração dos escravos, necessário para assegurar o controle da produção.

Na realidade a violência já começava com a “captura” dessas pessoas livres, a maioria da África coloca-las em navios e despacha-las para diversos lugares onde sofreriam diversas humilhações, além, claro, das explorações. A separação dos mesmos das famílias era outro tipo de violência. Famílias eram destruídas, filhos eram deixados para trás.

As viagens nos navios negreiros eram totalmente precárias. Escravos vinham amontoados em porões escuros. A alimentação era imprópria, além da pouca quantidade de

água que eram oferecidos para os mesmos. Muitos não conseguiam chegar ao destino, morriam com doenças, fome. Para diminuir a mortalidade dos Cativos, foram implantados métodos incipientes de vacinação contra algumas doenças que eram muito comuns naquela época, como a varíola. Cabe ressaltar que apesar dessa diminuição, elas ainda eram extremamente altas.

Em relação à supervisão, dependia do tipo de produto que o escravo ia trabalhar. Por exemplo, nas minas, em busca de ouro e diamante, a supervisão geralmente era individual, isso acontecia para que não ocorressem furtos da parte dos mesmos. Nas minas era muito comum os escravos encontrarem pedras com alto valor, e por isso, ganhavam como prêmio a tão desejada alforria. Então os trabalhos eram intensos, os incentivos positivos eram enormes, muitos iludidos trabalhavam sem cessar. A luta era incansável. Já nos campos, nas grandes lavouras dos Senhores Feudais, a supervisão acontecia de forma coletiva. Geralmente os escravos possuíam uma meta pessoal por dia, e aquele que não a cumprisse sofreria com fim do dia castigos, como prova de que se acontecesse novamente seria ruim apenas para eles.

Os preços dos cativos variavam, possuíam valores altos e muitas vezes eram trocados por mercadorias, produtos como têxtil. A maioria proveniente de tecelagem da Índia eram as principais importações europeias usadas para pagar os escravos. Os compradores possuíam a preferência pelo escravo do sexo masculino, devido à força de trabalho. As mulheres vinham em proporções menores, apesar de alguns lugares elas serem bem valorizadas pelo fato de poderem ser mães. Além disso, a maioria das vezes faziam as mesmas funções que os homens. As crianças eram as que vinham em proporções menores. Todo esse desequilíbrio de idade, sexo entre os imigrantes africanos tiveram um impacto direto sobre o crescimento e declínio das proporções das populações cativas afro-brasileiras. Mas não há como generalizar, em algumas regiões brasileiras o crescimento era positivo como Paraná, Piauí.

Sidney Chalhoub em sua análise a respeito da escravidão no Brasil retrata algo peculiar que acontece que faz com que reflexões passadas possam ser questionadas. O foco é nas várias cartas de alforrias dadas aos escravos. É inquestionável o fato de que os escravos eram tratados de forma desigual comparado com a sociedade livre da época, e que como já visto a violência começava a partir do momento que trago esses escravos que muita das vezes possuía famílias na África, e vinham de forma forçada. Porém a alta taxa de alforria no Brasil faz com que questione mais a respeito desta “violência” imaleável. É bom deixar claro, que a obtenção da liberdade era algo totalmente difícil, isso é inquestionável. Porém o Brasil em comparação com Cuba e Estados Unidos da América possuía um alto índice de alforrias. Uma

das justificativas era porque nos EUA para que os Senhores conseguissem a alforria dos seus escravos, eles deveriam pedir no tribunal da Justiça e um Juiz deveria autorizar a carta de alforria. No caso brasileiro, a obtenção da alforria acontecia de uma maneira mais simples para os Senhores, não havia iniciativas do poder político para proibir os senhores de utilizar a prerrogativa de libertar seus cativos quando fosse de sua vontade. Para os escravos em ambos era difícil à obtenção da carta de alforria. População negra no Brasil, era em torno de 42% em Cuba 16% e nos EUA apenas 11%. Nos EUA era quase impossível ser liberto depois de ser escravizado. A expectativa de vida era totalmente pequena.

Manolo Florentino e José Roberto Góes retratam que o sistema escravista brasileiro é conducente à mobilidade social em diferentes dimensões: seriam frequentes exemplos de libertos que conseguiam acesso a terra, tornando-se pequenos proprietários e até mesmo senhores de poucos escravos. Essa mobilidade seria possível em outros países? Provavelmente em proporções menores. Essa mobilidade trazia pro Brasil uma forma peculiar de mencionar a vida dos escravos. Era algo favorável na vida dos mesmos. Muitos saíam da África sem perspectiva nenhuma de vida, e poderia então, encontrar no Brasil uma mobilidade social diante do próprio esforço. Apesar de que havia muitas ameaças de reescravização, de escravização ilegal, de ter mobilidade limitada pela suspeição da polícia que tendia a achar que todo negro era escravo até que fosse provado o contrário e assim por diante.

Os alforriados possuíam alguns direitos, apesar de limitados faziam grande diferença na vida dos mesmos. Essas restrições vieram na constituição de 1824. A constituição considerava cidadão brasileiro os libertos nascidos aqui no Brasil. Nada falava sobre os libertos africanos. Em respeito às eleições, ela era dividida em duas etapas, os libertos podiam votar apenas nas eleições primárias, desde que satisfizessem os outros requisitos gerais estabelecidos para todos os cidadãos, em particular, quanto à renda mínima anual exigida.

Como as qualificações de eleitor constituíam requisito para o exercício de diversos cargos públicos, aos libertos estavam vedadas as funções de juiz de paz, subdelegado, delegados de polícia, promotor público, magistrado, bispo, sequer podiam ser jurados. Eram admitidos na Guarda Nacional, mas não como oficiais. Já os libertos africanos as coisas funcionavam diferente, não possuíam os direitos que os cidadãos brasileiros acarretavam. Nem mesmo locomove-se pela cidade em certas horas sem a proteção de um homem livre, alguém disposto a lhe abonar a conduta por bilhete.

Na década de 80, a situação se reverteu um pouco. A lei eleitoral de 1881 aboliu a eleição em dois turnos, logo aos libertos brasileiros não pesavam mais os óbices à cidadania

constante da constituição de 1824. Além dos critérios mais rígidos de renda, havia a novidade da exigência da alfabetização. Como já se esperava, a maioria dos libertos eram analfabetos.

Em 1831, em respeito ao compromisso assumido com a Inglaterra por ocasião do reconhecimento da Independência, o governo imperial implantou uma lei que proibia o tráfico negreiro. O famoso e conhecido “Lei para inglês ver”, tal lei foi sistematicamente desrespeitada nas duas décadas seguintes, período no qual entraram no país centenas de milhares de africanos escravizados, tornando uma enorme ilegalidade de boa parte da propriedade escrava adquirida durante o período inicial de expansão da lavoura cafeeira nas provinciais do atual sudeste do país.

Porém em 1850, foi decretada a lei Eusébio de Queiroz, proibia o tráfico de escravo no Brasil. Momentaneamente, estabilizou o tráfico de escravos (o período ilegal), na medida em que a pressão inglesa pelo cumprimento dos acordos internacionais sobre o tráfico ameaçara a própria soberania do estado imperial.

Na década de 60, a pressão dos ingleses era enorme, eles queriam que os africanos fossem identificados como livres, “africanos livres” era o termo que deveria se espalhar por todo canto. Deveria abarcar todas as pessoas introduzidas ilegalmente nos país, não apenas aquelas que vieram diretamente para o tráfico.

Em 1871, foi criada a lei que talvez fosse a mais importante para os Cativos. Lei do ventre livre. Tornava-se livre as crianças nascidas das escravas. A lei trazia duas possibilidades para a criança nascida, poderia ficar aos cuidados dos senhores até os 21 anos de idade ou entregues ao governo. O primeiro caso foi o mais comum, e beneficiaria os senhores que poderia usar a mão-de-obra desses livres até os 21 anos como forma de “retribuir” tudo aquilo que já havia sido feito pelo mesmo.

Em 1885, foi criada a lei sexagenários. Concedia a liberdade aos escravos maiores de 65 anos. Mais um incentivo para o fim da escravidão. As leis criadas estavam fechando todas as “portas” para que continuassem a escravidão. Mas, não seria imediato, não havia nenhuma possibilidade de um dia para o outro acabar com a escravidão.

De acordo com Maria Helena Machado houve um período de emancipação (com os decretos de 1853 e 1864). No entanto, mesmo após conceder as cartas de emancipação o Estado Brasileiro continuava impondo restrição ao exercício da liberdade, estabelecendo uma política de tutela, obrigando os emancipados a pedir autorização às autoridades para se deslocar ou mudar de ocupação ou emprego.

Além disso, ao impor os anos de trabalho como condição para a liberdade, o estado exigia que o africano, ainda que livre, adquirisse sua emancipação, de alguma forma consagrando o princípio de que os senhores, o Estado ou mesmo a sociedade em geral tinham direito à indenização pela perda do potencial ou real trabalhador, representado pelo africano e seus descendentes.

Como já foram mencionadas, as diversas leis que foram constituídas com o tempo fechavam a possibilidade de continuar a escravidão. Apesar do movimento abolicionista na década de 80, acirrado pela eterna discursão a respeito da legitimidade da propriedade e da indenização aos senhores. Era óbvio que os senhores não aceitariam tão facilmente perder a comodidade de ter escravos onde os gastos eram relativamente pequenos e ter que mudar para trabalhadores assalariados.

A rebeldia de escravos na década de 80 mostrou-se especialmente assustadora em todas as regiões onde a concentração dos cativos era expressiva. Nesse contexto, algumas áreas particularmente violentas atravessaram na década sobre constante intervenção da chefia de polícia, que enviando pesados contingentes a essas localidades procurava cercar os movimentos escravos, se não conseguisse acabar com esses movimentos apenas mantê-los controlado.

Além disso, havia várias ameaças. Escravos que sabiam de tudo que estava acontecendo, das diversas leis que os acobertavam, não queriam mais aceitar tudo àquilo que o afligia então não media esforços para fazer ameaças e até mesmo violentar aqueles que não os respeitavam. A maioria das vezes atacavam seus senhores, os chefes de polícia que tentavam fazer estratégias para não sofrerem essas ameaças. Os juízes da localidade tendiam a agir de forma a programar os procedimentos legais de maneira seletiva e cuidadosa, com intuito de preservar os interesses de senhores e a tranquilidade pública.

Os já visíveis movimentos insurrecionais do começo da década de 1880 se aprofundaram em seus meados desembocando em crise aguda na qual o constante abandono dos postos de trabalho pelos escravos nas fazendas acrescenta-se as crescentes mobilidades de grupos de cativos que em suas andanças, assustavam as populações das vilas e cidades. Apesar do constante repressão da polícia e capangas, os escravos cada vez mais conseguiam mais abrangência e sentiam que o fim da tortura estava próximo.

Então, em 1888, foi decretado por fim, a Lei Áurea. Onde terminava uma página vivida em diversos países de completamente desigualdade entre escravos e a sociedade. O fim da escravidão trouxe consigo o revivamento, a esperança de muitos. Mas, não seria fácil. Para

onde iriam esses escravos? Onde conseguiriam emprego? Comida? Casa? A maioria não tinha pra onde ir, não sabia por onde começar. O preconceito seria claramente, conseguir um emprego seria algo provavelmente impossível, poucos conseguiram. Acabariam perambulando pelas ruas, virariam mendigos, morreriam de fome e de doenças. Por esse motivo, muitos prefeririam continuar trabalhando para seus Senhores apenas em troca de comida e de abrigo. Agora não haveria mais aquela supervisão rigorosa dos feitores, e não sofreriam com os diversos castigos. Tinham a chance de começar uma nova vida, ter uma família e uma humilde casa. Para eles era uma vitória, uma nova caminhada, uma esperança sem fim. Já haviam conseguido alguns direitos políticos na constituição de 1824, aqueles nascidos no Brasil. Então já era uma grande conquista juntamente com a liberdade consentida em 1888.

A violência é uma questão inerente às sociedades desiguais. E foi assim desde os primórdios da colonização do Brasil até hoje em dia. Não foi apenas primeiramente com os índios, depois com os escravos. O Brasil é relativamente um país desigual, com violências constantes. Onde a ainda o predomínio do racismo, retrato do passado tão perto, onde milhares de escravos sofreram com a violência nos cativeiros e os trabalhos forçados com toda a precariedade.

O racismo é algo que deve ser vergonhoso e demolido não só no Brasil, mas em qualquer parte do mundo. Todos são iguais, a cor da pele não importa. E todos merecem respeito e uma vida digna. Aqueles que praticam o racismo devem ser punidos por justa causa. Racismo é crime, e tem que ser denunciado.

Escravidão em Juiz de fora, século XIX – Era Cafeeira

De acordo com Elione Silva Guimarães em seus estudos sobre escravidão na zona da mata mineira no século XIX, mais especificamente na década de 70, o censo apontou que da população escrava da província de Minas Gerais, 26% concentravam na Zona da Mata, Juiz de fora era o principal produtor cafeeiro (plantation) da Zona da Mata Mineira neste período, e era o segundo mais portador de escravos, perdendo pra Leopoldina.

Quanto aos “privilégios” que os escravos possuíam algumas formas de liberdade que os Senhores os proporcionavam como a posse de pequenas roças, acesso à alforria (como já foi mencionado, o Brasil era um dos países que mais deu cartas de alforrias aos Cativos), formação de famílias, constituição de pecúlio. Esses “privilégios” que assim são chamados pelos Senhores, faziam toda diferença na vida dos Cativos. Alguns historiadores como

Genovês e Souza, acreditavam que os senhores concediam esses “privilégios” aos cativos com o objetivo de evitar possíveis revoltas em massas, o que seria bem pior. Foi assim nas principais concentrações dos Cativos em Juiz de Fora. Os escravos então usavam esses “privilégios” para viverem melhor

Juiz de Fora foi palco de grandes números de ameaças e crimes. Escravos revoltados matavam seus feitores, senhores e até atreviam a alguns crimes sob os chefes de polícia do local. Não existem comprovações empíricas de que Feitor-escravos tratassem com mais “humanidade” os seus parceiros. Mesmo sabendo que era necessário um bom relacionamento com seus subordinados, companheiros infortúnio, há que se considerar que a manutenção do privilégio alcançado dependia da possibilidade de manter a produtividade e a disciplina de seus companheiros, o que os forçava a agir com rigor. Então isso gerava várias revoltas.

Os vários relatos desses crimes são mencionados na obra de Elione Guimarães. Um dos crimes mais importantes aconteceu na fazenda Fortaleza de Sant’ Anna, em 1853. Os escravos da fazenda, na madrugada, assassinaram o feitor. O motivo do crime foi a revolta por tantas chibatadas que ganharam na noite passada. Esse tipo de crime foi muito comum não apenas na Zona da Mata Mineira como em outras regiões como São Paulo (Hebe de Matos retrata bem esses tipos de crimes que tiveram São Paulo como um dos palcos principais).

Quando não se adaptavam aos crimes, outra medida que eles utilizavam eram as fugas. Que aconteciam individualmente ou coletivamente. Representava um prejuízo enorme para os Senhores essas fugas. Era menos um, ou menos um grupo de trabalhadores que poderiam estar dando grandes lucros para aquela produção. Os senhores muita das vezes colocavam os feitores para irem atrás desses escravos, e utilizavam até mesmo os classificados dos jornais para acharem esses cativos. Quando não ocorriam as revoltas ou as fugas, o suicídio era muito comum também, os escravos não aguentavam a solidão que o consumia, e os castigos que sofriam então não vinham outra solução a não ser a morte. Era muito comum também a morte por doenças, naquela época era difícil curar de alguma doença principalmente os escravos. Tudo era sinônimo de prejuízo para os senhores que compravam esses cativos e por esses motivos citados corriam o risco de perdê-los.

Houve muitos laços de família e de compadrio entre os escravos em Juiz de Fora. Em relação às cartas de alforrias, muitas eram compradas a prestações outras eram pagas pelos cativos e familiares depois de muitos de economias. A maioria dos alforriados eram mulheres e pardos, pouquíssimos eram os homens (Relação em Juiz de fora).

Conclusão

Dentre vários aspectos que a escravidão marcou a nossa história e a nossa sociedade podemos enfatizar duas visões: a inquestionável violência e a inerente liberdade. Como exposto houve diversos métodos de violência, desde a captura de pessoas na África, trazidas à força nos navios negreiros, os maus tratos sofridos e as ilusões dos incentivos positivos. Isso contribuiu para que a escravidão durasse tanto tempo no Brasil.

As cartas de alforrias no Brasil retratam algo peculiar que faz com que reflexões passadas possam ser revistas. É inquestionável o fato de que os escravos eram tratados de forma desigual comparada com a sociedade livre da época. A violência tinha início no momento da vinda forçada dos escravos, separados da família e do seu círculo social, que ficavam na África. Porém a alta taxa de alforria no Brasil faz com que se questione a respeito desta “violência” imaleável. É bom deixar claro que a obtenção da liberdade era algo totalmente difícil, fato inquestionável. Porém, em comparação com Cuba e Estados Unidos da América, o Brasil possuía um alto índice de alforrias. E havia grande mobilidade social e os que foram libertos a partir da constituição de 1824 passaram a ter alguns direitos.

Então muitos que saíam da África sem perspectiva nenhuma de vida, poderiam ter no Brasil oportunidades a partir do momento que fossem libertos. Não seria fácil, mas não seria impossível.

Bibliografia

GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro – Juiz de fora, segunda metade do século XIX**. Editora ANNABLUME – 1º edição novembro de 2006. Págs.: 01 a 210

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Das cores do silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX**. Págs.: 28 a 115

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (Século XIX)**. Editora ANNABLUME. Págs.: 35 a 58

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo de Saquarema– A formação do estado imperial**. Editora HUCITEC – segunda edição São Paulo 1990. Págs.: 103 a 191

FLORENTINO, Manolo. **Tráfico, cativeiro e liberdade (Rio de Janeiro, século XVII-XIX)**. Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA – Rio de Janeiro, 2005. Págs.: 333 a 366

KLEIN, Herbert S. ; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. Tradução: Laura Teixeira Motta. Págs.: 129 a 202

CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: O Problema da Liberdade no Brasil Escravista (Século XIX)**. Págs.: 33 a 58

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Brasil Imperial (Vol. III – 1870 – 1889)**. Editora: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA – Rio de Janeiro 2009. Págs.: 369 a 399

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e Escravidão – Trabalho/ Luta/ Resistência nas lavouras paulistas 1830 – 1888**. Editora BRASILIENSE 1987. Págs.: 07 a 134.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998, cap. IV, 34ª edição, pág. 372.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, 19ª edição.

A evolução da população escrava na Paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora na segunda metade do século XIX

Caio da Silva Batista²⁵²

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que teve por finalidade analisar a evolução escrava na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora durante o século XIX. Além deste aspecto, buscou-se compreender quais as principais ocupações que os cativos desta localidade exerciam. A paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora se localizava na Zona da Mata Mineira e abrigava a área urbana, o subúrbio e a zona rural do arraial de Santo do Parahybuna que em 1865 deu origem à cidade do Juiz de Fora.

Palavras-chave: Escravidão, demografia, Juiz de Fora.

Résumé: Ce document est le résultat d'une enquête visant à examiner l'évolution démographique de la population esclave dans la paroisse de Santo Antonio do Juiz de Fora, dans le XIX siècle. En outre, nous avons cherché à comprendre quelles sont les principales occupations des prisonniers détenus à cet endroit. La paroisse de Santo Antonio do Juiz de Fora était situé dans la Zona da Mata de Minas et occupé le village urbain, suburbain et rural de Santo Antonio do Parahybuna qui en 1865 a donné naissance à la ville de Juiz de Fora.

Mots-clés: l'esclavage, de la démographie, Juiz de Fora.

A Paróquia de Santo Antonio do Parahybuna teve sua origem a partir da abertura do Caminho Novo, em 1701, que ligava a Borba do Campo (Atual município de Barbacena) ao Rio de Janeiro (BASTOS, 2004). As margens desta rota se formaram roças, fazendas, paragens, ranchos, povoados, capelas dentre outras aglomerações humanas que auxiliavam no povoamento de Minas Gerais e na formação da Zona da Mata mineira (BASTOS, 2004).

O crescimento dos povoados que margeavam o Caminho Novo se intensificou a partir da segunda metade do século XVIII, período em que houve a redução da extração aurífera na Capitania de Minas Gerais. Este fenômeno fez com que muitos indivíduos migrassem das regiões mineradoras para outras localidades da Capitania, dentre eles, a Zona da Mata (VITORETTO, 2012). Em decorrência deste aumento populacional na região houve um crescimento dos arraiais locais, dentre eles a Paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, que abrigava o Arraial de Santo Antonio do Parahybuna, que a partir de 1865 passou a ser chamado de cidade do Juiz de Fora (BATISTA, 2013).

²⁵² Mestre em História pela Universo-Niterói. E-mail: caiodasilvabatista@gmail.com

Sobre a demografia da localidade na primeira metade do século XIX, Sonia Maria de Sousa ao analisar as listas nominativas de 1831 da paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, demonstra que a localidade contava com uma população estimada em 1.336 almas, sendo 546 livres e 790 escravos, o que correspondia a 40,87% e 59,13% dos habitantes respectivamente (SOUZA, 2007: 51). Ao analisar, no mesmo período, a população total da Comarca do Parahybuna, que englobava a região do povoamento em análise é possível detectar que o território em foco possuía um grande contingente de escravos na primeira metade do século XIX, somando 116.753 almas²⁵³. Além deste aspecto, a presente Comarca apresentava destaque na Província de Minas Gerais por ser a terceira mais populosa de Minas e por conter o maior número de escravos na primeira metade do oitocentos. As tabelas a seguir demonstram de forma mais claras estas cifras.

TABELA 01 - População total das comarcas mineiras (1833)-

COMARCAS	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS
Rio das Velhas	142.987	18,6
Sapucahy	119.509	15,2
Parahybuna	116.753	15,2
Rio das Mortes	113.218	14,7
Ouro Preto	98.506	12,8
Serro Frio	52.050	6,8
Jequitinhonha	49.757	6,5
Paracatú	46.165	6
São Francisco	29.721	3,9
Total da População	768.666	100

²⁵³ Criada pela Resolução de 30 de junho de 1833, compreendia os Termos das Vilas de Barbacena, Baependi e Pomba e posteriormente o Termo de Santo Antonio do Parahybua que a partir de 1865 passou a ser chamado de Juiz de Fora. Informações retiradas de: MINAS GERIAS. **Jurisprudência mineira**. Belo Horizonte. nº1. p. 1 – 439. jul./set. 2011.

FONTE: VITORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna a Zona da Mata:** terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830 – 1870). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012. (Dissertação de mestrado em História). p. 93.

TABELA 02 - Percentual da população das comarcas de Minas Gerais (1833)-

COMARCA	BRANCOS	NEGROS E MULATOS LIVRES	ESCRAVOS	POPULAÇÃO TOTAL
Rio das Velhas	14,7%	21,7%	18,5%	18,6%
Sapucahy	27,0%	8,9%	13,0%	15,5%
Prahybuna	16,5%	10,6%	19,2%	15,2%
Ouro Preto	8,9%	14,5%	14,3%	12,8%
Rio das Mortes	15,0%	11,0%	4,9%	6,8%
Serro Frio	3,4%	11,0%	4,9%	6,8%
Jequitinhonha	4,3%	9,7%	4,8%	6,5%
Paracatu	8,2%	5,1%	5,1%	6,0%
São Francisco	2,1%	6,5%	2,5%	3,9%

FONTE: VITORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna a Zona da Mata:** terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830 – 1870). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012 (Dissertação de mestrado em História). p. 93.

Como é possível observar, a Paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora estava inserido em uma Comarca, que apresentava um alto índice de escravos. A concentração de mão de obra cativa nesta região estava associada, principalmente, pela expansão do plantio do café, que se iniciou a partir das primeiras décadas do século XIX, estimulado pela valorização da rubiácea no mercado europeu. Este fator fez com que aumentasse a procura por terras no vale do Paraibuna, intensificando o povoamento na região.

Em decorrência da expansão econômica, oriunda principalmente da expansão da cafeicultura e da agricultura de abastecimento, além do fortalecimento do comércio e dos membros das elites locais, o Arraial de Santo Antonio do Paraibuna conquistou sua emancipação do termo de Barbacena no dia 31 de maio de 1850, sendo elevado à categoria de vila. Este novo município, apresentava duas Paróquias a de Chapéu D’Uvas e a de Santo

Antônio do Juiz de Fora²⁵⁴. Esta última englobava a área urbana do município, que era composta pelos povoados de Santo Antonio do Parahybuna, Caeté, Chácara, Sarandi, Matias Barbosa e Grama, além da área rural em torno do distrito-sede (Santo Antonio do Parahybuna), ou seja, a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora formava a área urbana, o subúrbio, os arredores e a área rural da Vila de Santo Antonio do Parahybuna e, posteriormente, das Cidades do Parahybuna e do Juiz de Fora (OLIVEIRA, 2010: 48).

Em relação à população deste novo município, Luis Eduardo de Oliveira demonstra que em 1853 esta localidade possuía 22.070 almas, 9.033 livres e 13.037 cativos (OLIVEIRA, 2010: 48). Desse total, 6.466 indivíduos moravam na Vila de Santo Antonio do Parahybuna, sendo 2.441 livres e 4.025 escravos (OLIVEIRA, 2010: 48). Ao fazer a comparação com os dados populacionais de 1831, quando o então Arraial de Santo Antonio do Parahybuna contava com 1.336 almas, sendo 546 livres e 790 escravos, é possível detectar que houve um grande aumento populacional na localidade, o que significou o crescimento de 8.487 indivíduos livres e 12.247 cativos.

Os dados apresentados demonstram também que durante o período de 1830 a 1853 houve um grande aumento demográfico da população que habitava o Arraial de Santo Antonio do Parahybuna que a partir de 1850 foi elevado à categoria de Vila. O crescimento populacional da localidade, principalmente da população escrava, durante a primeira metade do século XIX, se deu, sobretudo, pelo aumento da produção cafeeira na localidade e do crescimento do cultivo de gêneros agrícolas e pecuários para abastecimento. Além deste aspecto o crescimento físico da povoação durante as décadas de 1830 a 1850 exigiu um maior contingente de cativos na área urbanizada do futuro município de Santo Antonio do Parahybuna, para que estes exercessem diversas atividades que a economia urbana exigia, como por exemplo, carregadores, copeiros, cocheiros, dentre outras ocupações (BATISTA, 2013).

Como é possível observar no decorrer da década de 1850 o novo município de Santo Antonio do Parahybuna crescia. O desenvolvimento deste núcleo urbano, fez com que em 1856 a Vila de Santo Antônio do Parahybuna passasse a se chamar cidade do Parahybuna. Em

²⁵⁴ Arquivo Público Mineiro, doravante APM. Lei número 472 de 31 de maio de 1850, Tomo XVI, Parte 1º, p.: 41 -52, Typhografia Episcopal, 1855, Marianna. Link de acesso: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/viewcat.php?cid=1088

1865 houve a alteração da toponímia municipal, que alterava o nome da cidade do Parahybuna para Juiz de Fora ²⁵⁵.

No decorrer da década de 1860 e 1870 a então cidade do Juiz de Fora se tornava um importante centro urbano na região sul da Zona da Mata, pois adquiria grande relevância política, religiosa e econômica dentro do contexto matense. Em relação à população desta localidade, o recenseamento de 1872 demonstra que a sede do município de Juiz de Fora, a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, já havia praticamente triplicado sua população em um período inferior a vinte anos, se comparados com os dados de 1853.

Antes de expor os dados referentes a este censo é importante ressaltar que esta paróquia englobava o território que abrangia os habitantes da sede municipal, cidade do Juiz de Fora, dos Arraiais de Chácara, Caeté e Sarandi, dos povoados de Matias Barbosa e Gramma, além da população da antiga Colônia de imigrantes alemães Dom Pedro II e os moradores da área rural que se localizava ao redor destas povoações e do centro urbano (OLIVEIRA, 2010: 79). Por esse motivo, não há condições de saber exatamente o número específico de moradores da cidade do Juiz de Fora, uma vez que ela não foi recenseada separadamente, pois sua área, tal como dito anteriormente, estava englobada dentro da referida paróquia. Contudo, o aumento do núcleo urbano deve ter sido bastante considerável já que a cidade passava, ao que tudo indica, por um surto de “progresso” e “modernidade” que podem ser detectados por meio das diversas obras e intervenções feitas, sobretudo, ao longo da segunda metade do século XIX nesta localidade (BATISTA, 2013).

Em relação ao número de escravos que habitavam a cidade do Juiz de Fora, o censo de 1872 fornece informações demográficas importantes sobre o quantitativo de cativos que moravam nesta localidade. Todavia tal como ressaltei anteriormente a população do núcleo administrativo desse município estava inserida dentro da Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora.

Em relação à ocupação exercida pelos escravos nessa paróquia, o presente censo indica que esses trabalhavam exclusivamente em atividades manuais ou mecânicas, profissões tipicamente exercidas por escravos (KARASCH, 2000: 259 – 291). A tabela a seguir demonstra quais seriam essas ocupações e o quantitativo de cativos que exerciam cada uma delas.

²⁵⁵APM. Coleção de leis do Império. Ouro Preto. 1889. Link de acesso:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/viewcat.php?cid=2256

QUADRO 01 – Profissões manuais ou mecânicas exercidas pelos escravos e livres na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora de acordo com o censo de 1872-

Profissões	Escravos		Total (A)	Livres		Total (B)	TOTAL (A + B)
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		
Costureiras	---	150	150	---	819	819	969
Em metais	---	---	---	79	---	79	79
Em madeiras	11	---	11	119	---	119	130
De edificações	2	---	2	421	---	421	423
Em couros e peles	1	---	1	10	---	10	11
Em vestuário	2	---	2	26	---	26	28
Em calçados	1	---	1	28	---	28	29
Criados e Jornaleiros	630	---	630	616	---	616	1.246
Serviços domésticos	630	260	890	600	1.750	2.350	3.240
Lavradores	1.650	650	2.300	1.010	406	1.416	3.716
Sem profissões	1.293	1.891	3.184	1.435	1.767	3.202	6.386
TOTAL	4.220	2.951	7.171	6.181	4.742	9.086	16.257

FONTE: Recenseamento do Brasil em 1872, Biblioteca Digital do IBGE, link de acesso:<http://biblioteca.ibge.gov.br/>

OBS: O termo “profissão” foi utilizado pelo censo de 1872. Foi inserido na tabela apenas as profissões mecânicas ou manuais em que apresentavam escravos. Havia as ocupações de “canteiros/calçeteiros/mineiros/cavouqueiros” (1.837) e “Em metais” (79) que só apresentavam trabalhadores livres, somando um total de 1.916 almas.

A tabela exposta acima demonstra que na freguesia/paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, que formava a área urbana do município em análise, havia o predomínio de escravos do sexo masculino que em sua grande maioria não apresentavam um ofício especializado, sendo considerados “sem profissão”, esta categoria foi a que mais concentrou cativos, apresentando um contingente de 3.184 o que equivalia a 44,40% da população mancípia da referida paróquia. Esta tendência em apresentar grande contingente de escravos sem

especialização foi detectado em outras cidades do período, como exemplo o Rio de Janeiro, para esta localidade Mary Karasch nos afirma que neste centro urbano houve um número considerável de escravos que não apresentavam especialização durante o século XIX (KARASCH, 2000: 259 – 291).

O grande número de cativos sem especialização na cidade de Juiz de Fora e em seu entorno, pode ser explicado em parte, pois neste centro urbano os diversos setores da economia necessitavam de escravos para desempenhar funções de ajudante ou realizar trabalhos que não exigiam muita experiência, como por exemplo, os relacionados ao cultivo do café e gêneros de abastecimento, por esse motivo a grande maioria dos mancipios eram “sem profissões” (OLIVEIRA, 2010: 82).

Dentre as profissões mecânicas e manuais existentes na Paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora em 1872, houve uma predominância de escravos e escravas lavradores, que juntos somavam 2.300 trabalhadores, 32,07% da população mancipia desta localidade. Isto nos indica que a presente região apresentava uma economia embasa na produção agrícola e pecuária tanto de abastecimento, para atender as necessidades da população local, quanto exportadora, havendo o predomínio do plantio do café. Nesse sentido, esses escravos lavradores, em grande maioria, trabalhavam nas fazendas e nos povoados que cercavam o núcleo urbano em análise.

Por outro lado, os dados do referido censo nos indicam que havia um predomínio de escravos alugados na referida paróquia, pois os cativos “criados e jornaleiros” e “sem profissão”, representa 3.814 indivíduos que respondiam por 53,18% da população escrava da cidade do Juiz de Fora e seus arredores, esses cativos, e em geral, trabalhavam locados em casas, no comércio, nas chácaras e fazendas da região.

Em relação às demais ocupações exercidas pelos mancipios na Paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, a tabela seis nos demonstra que havia quatorze escravos especializados em serviços de “madeiras” e “edificações”, estes cativos poderiam ser utilizados na construção de edificações, em obras públicas e na construção de fazendas (BATISTA, 2013).

Além destas modalidades havia escravos especializados “em vestuários”, “em calçados”, “em couros e peles”, somando um total de quatro indivíduos. Foram recenseadas também cento e cinquenta escravas que realizavam o serviço de “costureiras”. Estas quatro categorias de ocupações “mecânicas ou manuais” poderiam ser empregadas nas oficinas artesanais ou nas manufaturas locais que produziam roupas, sapatos, chapéus, dentre outros

artigos que necessitavam de mão de obra especializada. Esta presença de serviços manufaturados na cidade do Juiz de Fora nos indica o início da formação da futura “Manchester Mineira”, título aferido a esse centro urbano na década de 1920²⁵⁶.

Por fim, os escravos que se enquadravam nas ocupações “serviços domésticos” representavam 890 indivíduos, que correspondiam a 12,21% dos cativos que moravam na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora. Estas ocupações eram variadas e muitas vezes exigiam dos cativos especializações e habilidades para exercerem tais atividades. Esses trabalhadores poderiam ser locados ou não. Os anúncios de aluguel de escravos e de famílias que procuravam cativos para trabalhar em seus lares publicados no jornal *O Pharol* nas duas décadas finais da escravidão auxiliam a sustentar esta hipótese NOTA EXPLICATIVA.

Esses trabalhadores, tal como nos demonstra o referido periódico exerciam profissões no interior dos lares, na cidade, nos distritos e nas fazendas, como cozinheiros (as), copeiros (as), amas de leite, lavadeiras, dentre outros serviços que o ambiente doméstico exigia, como engomadeiras, carregamento de água e excrementos.

É importante salientar que existiam outros serviços, que o ambiente doméstico exigia e que tais ocupações também eram exercidas por mulheres e homens livre. Estes indivíduos trabalhavam junto com os escravos nas casas das famílias da cidade e de seus arredores, que de acordo com os anúncios publicados no *O Pharol*, preferiam o serviço de escravas adultas e jovens. Todavia, é importante salientar que a escravidão doméstica esteve presente nas áreas urbanas e rurais do país durante o período em análise.

Ao final da análise dos escravos que trabalhavam na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, é importante destacarmos que os 7.171 cativos presentes nesta freguesia correspondiam a 37,01% da população cativa do município. Este dado indica que havia uma grande quantidade de escravos que trabalhavam na cidade de Juiz de Fora, em seus arredores e nas áreas rurais que cercavam o distrito sede²⁵⁷.

²⁵⁶ Ao ser promovida a leitura do jornal *O Pharol* no período de 1870 a 1888 não localizei notícias de fábricas ou oficinas interessadas em comprar, vender ou alugar escravos. Todavia, tal como afirma Luis Eduardo de Oliveira, este fato não significou que tais segmentos da economia urbana de Juiz de Fora foram completamente alheios ou imunes à escravidão. De acordo com Oliveira temos que levar em consideração que as atividades mercantis e manufatureiras que se encontravam no centro urbano de Juiz de Fora estavam ligadas aos capitais oriundos da produção cafeeira que utilizava a mão de obra escrava. Para saber mais detalhes sobre o assunto consultar: OLIVEIRA, Luis Eduardo. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direito (1877 - 1920)**. Juiz de Fora: Funalfa/Rio de Janeiro: FGV, 2010.

²⁵⁷ Esta porcentagem foi feita levando em consideração os escravos da freguesia de Nossa Senhora da Glória em São Pedro de Alcântara, que tinha uma população escrava, no período, estivada em torno de 5.000 cativos. Estes cativos somados com a população total de escravos do município de Juiz de Fora em 1872 fornece um somatório de 19.371 escravos.

Em relação à idade desses cativos o censo de 1872 demonstra que na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora a maior parte da população escrava se encontrava na faixa etária de 21 a 50 anos, apresentando um contingente de 4.992 indivíduos, que representavam 66,61% da população cativa recenseada.

Estes indivíduos, em sua maioria homens, estavam em plena atividade produtiva. Este dado permite afirmar que boa parte dos escravos e escravas que moravam na cidade de Juiz de Fora estavam em atividade produtiva; algo natural em uma sociedade que necessitava da mão de obra escrava para desenvolver diversas atividades, em especial aquelas denominadas pelo censo como “manuais e mecânica” que englobavam, os cativos “sem especialização”, “criados e jornaleiros”, dentre outras profissões que eram essenciais para a economia urbana do município e para o seu centro urbano.

A tabela a seguir indica as faixas etárias que estavam inseridas, todos os escravos da paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora em 1872.

TABELA 03 - Idade dos escravos presentes e ausentes na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora em 1872 –

Faixa Etária (Em anos)	Escravos (A)	Escravas (B)	Total (A + B)	Porcentagem
1 - 10	316	242	558	7,38%
11 - 20	418	406	824	10,89%
21 -30	957	704	1.661	21,97%
31 - 40	910	809	1.719	22,73%
41 - 50	883	774	1.657	21,91%
51 - 60	595	157	752	9,94%
61 - 70	233	64	297	3,92%
71 - 80	18	64	82	1,08%
81 - 90	---	8	8	0,10%
91 - 100	2	--	2	0,02%
Total	4.332	3.228	7.560	100%

FONTE: Recenseamento do Brasil em 1872, Biblioteca Digital do IBGE, link de acesso:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil

OBS: Os escravos aleijados e ausentes somam 335 almas.

Como é possível observar, a tabela acima conta com um total de 7.560 mancípios, o que representa de 379 escravos a mais se compararmos com os dados de cativos trabalhadores recenseados em 1872. Esta diferença de cativos se explica, pois ao recensear a população por idade contou-se também os escravos ausentes e aleijados; que de acordo com o censo de 1872, para a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora o somatório desses dois grupos chegava a 335 almas. Para ser concluída a análise demográfica escrava na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora na década de setenta é necessário ser levantado um último dado que é a comparação da evolução escrava na referida paróquia durante o período de 1831, 1853 e 1872. A tabela a seguir demonstra estas cifras.

TABELA 04 - Evolução da população escrava e livre na paróquia de Santo Antonio do Parahybuna e Santo Antonio do Juiz de Fora (1831, 1853 e 1872)-

Ano	Livres	Porcentagem	Escravos	Porcentagem	Total
1831	546	40,87%	790	59,13%	1.336
1853	4.025	38,36%	6.466	61,63%	10.491
1872	10.933	60,38%	7.171	37,01%	19.371

FONTE: OLIVEIRA, Eduardo Luis de. **Os trabalhadores e a cidade:** a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877 - 1920). Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 48. SOUZA, Sonia Maria de, **Terra, família, solidariedade...:** estratégias de sobrevivência camponesa no período da transição - Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: EDUSC, 2007. Recenseamento do Brasil em 1872 – Minas Geraes, Biblioteca Digital do IBGE, link de acesso: <http://biblioteca.ibge.gov.br>

OBS : Para o total de escravos em 1872 foi levado em consideração a população escrava estimada por Elione Guimarães para a freguesia de São Pedro de Alcântara, que não havia sido recenseada. Nesse sentido, a população escrava estimada nessa localidade, de acordo com Guimarães era de 5.000 escravos que somado aos 14.371 cativos das demais freguesias/paróquias do município chegava a uma total de 19.371 almas.

Os dados expostos acima mostram que houve um aumento significativo da população escrava e livre na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, que deu origem ao centro urbano que formaria a cidade do Juiz de Fora em 1865. O aumento populacional sofrido pela paróquia está associado a uma série de fatores. O primeiro deles diz respeito ao desmembramento da paróquia de Nossa Senhora do Chapéu D`Uvas e Santo Antonio do Juiz de Fora em 1853 do termo de Barbacena, dando origem ao município de Santo Antonio do Parahybuna.

Além desse aspecto, outros fatores auxiliaram no aumento demográfico do centro urbano em análise, como por exemplo, a expansão da cafeicultura, da agricultura e da

pecuária local, que auxiliavam no abastecimento do município, a diversificação econômica sofrida pelo distrito sede durante a segunda metade do século XIX., dentre outros fatores. Este crescimento atraiu para a localidade muitos indivíduos livres e imigrantes estrangeiros que se instalaram na cidade para prestar seus serviços, promover investimentos, trabalhar nas lavouras de café, dentre outros aspectos. Este desenvolvimento econômico demandou um grande contingente de escravos, daí o aumento em mais de 900% dessa população, que era de 790 indivíduos em 1831 passando para mais de 7.000 em 1872.

Como podemos perceber a cidade do Juiz de Fora na década de 1870 apresentou um crescimento social e econômico significativo. Sobre este assunto, Rita Almico ao analisar as transformações da riqueza pessoal em Juiz de Fora no período de 1870 a 1914 afirma que “A década de setenta foi bastante expressiva na transformação urbana do município”.

Para a década de 1880, não encontrei nas fontes consultadas dados populacionais específicos para a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora. Porém, localizei cifras referentes ao ano de 1886 referentes ao município de Juiz de Fora, nesse período Juiz de Fora possuía 20.905 cativos (GUMARÃES, 2006). Se compararmos este dado com o número de escravos no município em 1873, estimada em 19.351 almas, é possível detectar que nos anos finais da escravidão Juiz de Fora apresentou um aumento na população mancipia, o que significou um crescimento 1.554 cativos ou 8, 03%. Este dado indica que a sociedade que se formou em Juiz de Fora foi arraigada ao sistema escravista até seus momentos finais.

Como foi possível observar a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora, que abrigava o centro urbano do município de Juiz de Fora, sofreu um forte desenvolvimento econômico e social a partir da segunda metade do oitocentos. Este fenômeno esteve associado, principalmente, à expansão do plantio do café que começou a ser cultivado na região no final do século XVIII e início do XIX.

Dentro deste contexto, foi possível perceber que durante as décadas iniciais do oitocentos o arraial de Santo do Paraibuna, que pertencia ao termo de Barbacena, apresentou um crescimento demográfico tanto de escravos quanto de livres. Além deste aspecto, a presente povoação começou a adquirir importância política e econômica, prova disto era a presença de vereadores desta localidade na Câmara Municipal de Barbacena.

Dado o crescimento econômico e demográfico e o fortalecimento político da elite local a paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora em 1850 desmembrou-se do termo de Barbacena e seu centro, o arraial de Santo Antonio do Parahybuna passou a ter status de vila. Este novo

município contou com uma sociedade de caráter agrária que defendia a utilização da mão de obra escrava.

Além deste aspecto, foi possível detectar que esta localidade contava com uma maciça presença de escravos que trabalhavam em serviços “manuais ou mecânicos”, havendo o predomínio dos sem especializações, lavradores, criados e jornaleiros. Em decorrência do predomínio de cativos jornaleiros, sem especialização, lavradores e criados, foi possível detectar que na cidade em análise houve o predomínio de escravos que trabalhavam ao ganho e, principalmente, alugados. Além deste aspecto, foi possível constatar que a economia urbana exigiu um grande contingente de mancipios para exercerem atividades que não exigiam especializações, prova disso foi a grande presença de cativos que não apresentavam uma profissão específica.

Por outro lado, dentre os serviços especializados foi detectado que o ambiente doméstico e a lavoura ocuparam boa parte da população escrava que habitava a cidade de Juiz de Fora e seus arredores.

Além deste aspecto, o presente estudo demonstrou que o elemento servil, juntamente com trabalhadores livres, de origem nacional e estrangeira, e libertos foram fundamentais para a construção do centro urbano que deu origem a cidade do Juiz de Fora. Esses indivíduos trabalhavam juntos nas manufaturas existentes nessa cidade, em suas obras públicas e privadas, no carregamento, dentre outras atividades que o ambiente urbano exigia. A convivência entre escravos urbanos, libertos e livres desencadearam, em muitos casos, laços de amizade, solidariedade, como festas e amores, e conflitos, mas isso é outra História.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870 – 1914**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2001. (Dissertação de mestrado em História).

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo: Espinha dorsal de Minas**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

BATISTA, Caio da Silva. **Cotidiano e escravidão urbana na paróquia de Santo Antonio do Juiz de Fora (MG), 1850 – 1888**. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira. 2013. (Dissertação de mestrado em História).

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós – emancipação:** família, trabalho terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928). São Paulo: Annablume, 2006.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro -1808 – 1850.** 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Luis Eduardo. **Os trabalhadores e a cidade:** a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direito (1877 - 1920). Juiz de Fora: Funalfa/Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SOUZA, Sonia Maria. **Terra, Família e Solidariedade...:** estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição, Juiz de Fora (1870 - 1920). Bauru: Ed. EDUSC, 2007.

VITORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna a Zona da Mata:** terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830 – 1870). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012 (Dissertação de mestrado em História).

FONTES

MINAS GERIAS. **Jurisprudência mineira.** Belo Horizonte. nº1. p. 1 – 439. jul./set. 2011.

Arquivo Público Mineiro:

Coleções de leis do Império:

Lei número 472 de 31 de maio de 1850, Tomo XVI, Parte 1º, p.: 41 -52, Typhografia Episcopal, 1855, Marianna. Link de acesso: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

Coleção de leis do Império. Ouro Preto. 1889. Link de acesso: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Recenseamento do Brasil em 1872 Link de acesso: <http://biblioteca.ibge.gov.br>

ST 09. Possíveis estudos da imagem na História da Arte

Abaporu: Antropofagia e inversão hierárquica no corpo do “homem que come”, de Tarsila do Amaral.

Raíssa Varandas Galvão²⁵⁸

Resumo: O seguinte artigo analisa as mudanças introduzidas pelo Movimento Antropofágico na representação da figura humana. Para tal, traça-se um paralelo entre o famoso quadro de Tarsila do Amaral, "Abaporu", e o "Manifesto Antropófago", escrito por Oswald de Andrade. Defendo que o quadro "Abaporu" pode ser entendido como um retrato "anti-humano", no qual a figura representada não dispõe de sinais de identidade e a cabeça não se coloca mais como autoridade do corpo, invertendo-se a hierarquia tradicional. Dessa forma, a pintura de Tarsila sintetiza as ideias do movimento antropofágico, onde o corpo é visto de modo dessacralizado, livre das hierarquias, dos complexos e tabus.

Palavras-chave: Antropofagia; Modernismo; Bakhtin; Baixo-corporal; Corpo grotesco.

Abstract: The following article analyzes the changes introduced by Anthropophagic Movement in the representation of the human images. For this purpose, I propose to compare two great modernists' works: the "Abaporu", painted by Tarsila do Amaral and the "Manifesto Antropófago" written by Oswald de Andrade. I argue that we can understand "Abaporu" as an "anti-human" picture, in which the human representation does not have any identity signs, and the head does not assume the body's control, reversing the traditional hierarchy. Thus, Tarsila's painting summarizes the ideas presented by Anthropophagic Movement, which represents the human body as free of hierarchies, complex and taboos - in other words, desacralized.

Keywords: Anthropophagy; Modernism; Bakhtin; Bodily lower stratum; Grotesque body.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a famosa tela de Tarsila do Amaral, “Abaporu” e discutir suas correspondências com o Manifesto Antropófago escrito por Oswald de Andrade, o qual viria a ser o cerne teórico do movimento antropofágico. Para melhor refletir a respeito do quadro de Tarsila, trabalharei com artigo “O Abaporu, de Tarsila do Amaral: Saberes do pé”, de Gonzalo Aguilar; assim como o capítulo “Ano Zero- Rostidade”, de Deleuze e Guattari; e os livros *A desumanização da arte*, de José Ortega y Gasset e *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, de Mikhail Bakhtin.

A história já nos é conhecida há muito: Tarsila está decidida a oferecer ao então marido, Oswald de Andrade, um presente de aniversário especial, que lhe tocasse a

²⁵⁸ Mestranda em Estudos Literários no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

sensibilidade, de forma que, em 11 de Janeiro de 1928, ela acaba por presentear-lo com seu mais recente quadro. Logo que o presente foi recebido, Oswald convida Raul Bopp para conhecê-lo e impressionados e inspirados pelo “homem plantado na terra” representado na pintura, os dois amigos nomeiam-na “Abaporu”, que em tupi-guarani significaria “homem que come”, decidindo, por fim, criar um movimento em torno daquela obra, o que se concretizaria no “Manifesto Antropófago” escrito por Oswald de Andrade naquele mesmo ano. Desse modo, embora as questões apresentadas pelo movimento antropofágico sejam independentes do quadro que as inspirou, de certa forma todas se articularam em torno dele.

Gonzalo Aguilar convida-nos a pensar a pintura de Tarsila do Amaral enquanto pertencente ao gênero retrato, ou ainda, um retrato anti-humano no qual o rosto encontra-se apagado, destituído de traços e no qual seu corpo remete a um corpo animal, com exceção dos pés extremamente humanos e detalhados, que no quadro ganham destaque, dando origem a uma figura dotada de uma gestualidade humana extremamente parodiada. Dessa forma, ao contrário do que se esperaria de uma pintura do gênero, Tarsila nos apresenta um homem sem rosto, despojado de seus sinais de identidade, próximo à desumanização. A essa característica do Abaporu, podemos associar as ideias defendidas por Ortega y Gasset no seu livro: *A Desumanização da arte*. O autor, ao tratar da arte moderna e das vanguardas que surgiam na primeira metade do século XX, as quais nomeia como “nova arte”, defende que esta tende à desumanização, distanciando-se cada vez mais do objeto e da realidade humana, propondo-se a deformá-la através da ruptura e destruição de seu aspecto humano. Nas palavras de Ortega y Gasset sobre a desumanização na pintura:

Não se trata de pintar algo que seja completamente distinto de um homem, ou casa, ou montanha, mas sim de pintar um homem que pareça o menos possível com um homem, uma casa que conserve de tal o estritamente necessário para que assistamos à sua metamorfose, um cone que saiu milagrosamente do que era antes uma montanha, como a serpente sai de sua pele. O prazer estético para o artista novo emana desse triunfo sobre o humano; por isso é preciso concretizar a vitória e apresentar em cada caso a vítima estrangulada (ORTEGA Y GASSET, 1991: 43).

Dessa forma, Ortega declara o desprezo da nova estética por toda ingerência do humano na arte, de modo que os novos artistas buscariam se distanciar cada vez mais dos elementos que integrariam aquilo que ele classifica como a “realidade humana” habitual, tais como as pessoas, primeiramente; os seres vivos e por fim os objetos que configuram nossa realidade. A nova arte procuraria desligar-se, também, da própria expressão dos sentimentos e sensações humanas e pessoais: “O pranto e o riso são esteticamente fraudes. O gesto da beleza

não passa nunca da melancolia ou do sorriso. E melhor ainda se a isso não chega (ORTEGA Y GASSET, 1991: 50).”, de forma que se tornasse possível a fuga da pessoa humana, dos recursos demasiado humanos em prol de uma “arte artística”, livre da subjetividade e, apta, enfim, para ser apenas arte. “A aspiração à arte pura não é, como se costuma crer, uma soberba, mas sim, pelo contrário, uma grande modéstia. A arte, ao esvaziar-se do patetismo humano, fica sem transcendência alguma- como apenas arte, sem mais pretensão (ORTEGA Y GASSET, 1991: 82).”

Assim, podemos perceber que o retrato anti-humano pintado por Tarsila do Amaral não aparece como manifestação isolada, mas como parte de uma tendência modernista de dissociar a arte do homem, desumanizando-a. Para empreender tal tarefa, a pintora utiliza-se da estilização, que de acordo com Ortega seria a melhor forma de deformar o real e, portanto, de desumaniza-lo; do apagamento dos traços de identidade e de expressão do rosto; e da própria dessacralização do corpo humano, que é desnudado e levado até o limite da plasticidade.

Ainda sobre o rosto apagado do Abaporu, podemos mencionar o texto “Ano Zero-Rostidade”, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os autores definem o rosto como uma superfície e um mapa, que surge do entrecruzamento dos eixos da significância e da subjetivação, fazendo parte, portanto, do sistema que Deleuze e Guattari nomeiam muro branco-buraco negro. Esse sistema, no entanto, não deve ser confundido com o sistema volume-cavidade, que seria próprio do corpo, uma vez que a cabeça estaria compreendida no corpo, mas o rosto não. De acordo com os dois filósofos:

Mesmo humana, a cabeça não é forçosamente um rosto. O rosto só se produz quando a cabeça deixa de fazer parte do corpo, quando para de ser codificada pelo corpo, quando ela mesma para de ter um código corporal polívoco multidimensional- quando o corpo, incluindo a cabeça, se encontra descodificado e deve ser sobre-codificado por algo que denominaremos Rosto (DELEUZE; GUATTARI, 1996: 31).

Dessa forma, o rosto, enquanto sistema muro branco-buraco negro, rostifica a cabeça. No entanto, a cabeça só é rostificada na medida em que todo o corpo também o seja. Essa rostificação é produzida na humanidade, mas por uma necessidade que não é dos homens em geral, de forma que os autores defendem que o rosto não é animal, mas tampouco humano, apresentando-se, na verdade, como algo inumano no homem. Desse modo, o destino do homem seria o de escapar ao rosto, desfazer o rosto e as rostificações, não por um retorno à animalidade ou à cabeça, mas pela possibilidade de devires que ultrapassem o muro e os

buracos negros. Contudo, desfazer-se do rosto é tarefa difícil, uma vez que o rosto apresenta-se como organização extremamente forte e como uma política. Para Deleuze e Guattari:]

Se desfazer o rosto é um grande feito, é porque não é uma simples história de tiques, nem uma aventura de amador ou de esteta. Se o rosto é uma política, desfazer o rosto também o é, engajando devires reais, todo um devir-clandestino. Desfazer o rosto é o mesmo que atravessar o muro do significante, sair do buraco negro da subjetividade (DELEUZE; GUATTARI, 1996: 53).

Assim, podemos ver no rosto apagado do Abaporu uma tentativa de Tarsila de desfazer-se do rosto e das rostificações do corpo enquanto organização e política, abrindo espaço em sua tela para o próprio devir.

Ao observarmos a pintura de Tarsila, logo notamos o contraste entre a cabeça pequena, despojada de rosto e o pé enorme e extremamente detalhado. Ao contrário do movimento natural perante um retrato, no qual somos levados a olhar primeiramente o rosto e depois o restante do corpo representado, na tela da pintora somos levados a um movimento inverso, no qual o olhar repara primeiro o pé, para subir aos poucos pelo corpo até chegar, por último, à cabeça. Quando realiza isso, Tarsila promove uma inversão de hierarquia, de forma que a parte inferior do corpo é privilegiada em lugar da região superior, atacando e subvertendo, assim, o tradicional privilégio e a valorização que a cultura ocidental destina à extremidade superior do corpo, e em especial à cabeça. Na pintura em questão, a cabeça não domina o corpo, possibilitando uma crítica à autoridade que ela comumente representaria. A inversão da hierarquia é justamente um dos instrumentos que Ortega y Gasset propõe como forma de desumanização da arte. Segundo o autor, tal inversão dar-se-ia na medida em que a arte trataria em primeiro plano, destacados de forma monumental, os mínimos acontecimentos da vida, assim como aqueles detalhes que estariam em menor importância na hierarquia, no caso de Tarsila, o pé.

Na sociedade ocidental a cabeça e a metade superior do corpo sempre foram vistas de modo privilegiado, de forma que a essa parte estariam sempre associadas ao nobre, às atividades de valor, às virtudes e a tudo que poderia ser classificado como espiritual e elevado, enquanto a metade inferior do corpo ligava-se ao não nobre, ao material, ao terreno, às entranhas, ao processo digestivo e às excreções que rebaixariam o homem. Como forma de demonstrar o que foi dito, podemos citar como exemplo um dos diálogos de Platão, no qual somos apresentados à ideia de que o homem teria sido criado, primeiramente, como uma esfera, que representaria a cabeça, “o mais divino e o que governa tudo o que há em nós.”

Bakhtin, em seu livro *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, ao tratar do realismo grotesco presente na obra de Rabelais, fala-nos da distinção entre o alto e o baixo material corporal, demonstrando, contudo, a valorização que a cultura popular da época e que o realismo grotesco davam ao baixo corporal, carnavalizando e invertendo a ordem da cultura dita oficial, que privilegiava sempre o “alto”. Para o autor, o realismo grotesco trabalha com a lógica do revés, do mundo às avessas e com a permutação constante do alto pelo baixo, de modo que: “O traço marcante do realismo grotesco é o *rebaixamento*, isto é, a transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade, de tudo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato (BAKHTIN, 2008: 17).” Este rebaixamento, do “alto” é visto sob aspecto positivo, uma vez que o “baixo” associa-se à terra e, portanto, ao princípio de absorção, nascimento e ressurreição (terra vista como túmulo, ventre e seio materno), caracterizando o estado de metamorfose e renovação.

Degradar significa entrar em comunhão com a vida da parte inferior do corpo, a do ventre, a dos órgãos genitais, e portanto com atos como o coito, a concepção, a gravidez, o parto, a absorção de alimentos e a satisfação das necessidades naturais. A degradação cava o túmulo corporal para dar lugar a um *novo* nascimento. E por isso não tem somente um valor destrutivo, negativo, mas também um positivo, regenerador: é ambivalente, ao mesmo tempo negação e afirmação (BAKHTIN, 2008: 19).

Mais tarde, como nos mostra Gonzalo Aguilar, as vanguardas, assim como artistas e filósofos anteriores a estas, também se encarregariam da proposta de inversão da hierarquia dominada pela cabeça e de uma valorização do baixo-corporal. Aguilar cita o exemplo do escritor Georges Bataille, que interessado naquilo que ele nominava como “materialismo baixo”, questionava a hierarquização da cabeça sobre o restante do corpo, valorizando a horizontalidade e apresentando o dedão do homem como a parte mais importante de seu corpo. A partir dos escritos de Bataille, Roland Barthes passa a questionar-se a respeito de “onde começaria o corpo”, concluindo que ele não começaria na cabeça e sim no espaço do “não importa onde”, de forma que a hierarquização do corpo humano surge a partir da designação de um valor ao alto e ao baixo, à mão e ao pé. Segundo Gonzalo Aguilar:

As vanguardas recorrem aos pés num movimento generalizado de transformação do corpo humano: de inversão, de plasticidade (redimensionamento dos órgãos, a “pele de seda elástica”), de contato com o contexto (os pés contêm em si o deslocamento corporal), de crítica da autoridade (representada, tradicionalmente, pela cabeça) (AGUILAR, 2011: 285).

De acordo com o autor, a partir do processo de inversão realizado pelas vanguardas, os membros inferiores converteram-se em antenas de sensibilidade, inspiração e pensamento. Ainda nas palavras de Aguilar: “Daí que em muitas obras visuais se possa observar a translação do olhar do retrato do rosto para o registro diagramático dos pés e de seu movimento (AGUILAR, 2011: 285).”

O pé e o corpo de proporções desmedidas do Abaporu, distanciam-no daquilo que Ortega chama “realidade humana”, proporcionando à figura retratada as características de um corpo plástico e moldável que parece integrar-se à paisagem na tela. Corpo e a paisagem, através das curvas do desenho, misturam-se e devoram-se entre si, em um jogo de forças e intensidades que vivem igual processo de devoração. Assim, o homem retratado por Tarsila faz jus ao seu nome: Abaporu, homem que come. À devoração existente entre o corpo e ambiente, podemos mencionar a noção de Bakhtin do corpo grotesco, que através de suas ramificações, extensões, protuberâncias e orifícios encontra-se aberto para o mundo exterior, uma vez que não existem fronteiras entre eles, de forma que, os dois se misturam e corpo e meio realizam trocas nas quais o mundo penetra o primeiro e este devolve-se para o mundo: “o corpo grotesco é um corpo em movimento. Ele jamais está pronto nem acabado: está sempre em estado de construção, de criação, e ele mesmo constrói outro corpo; além disso, esse corpo absorve o mundo e é absorvido por ele (BAKHTIN, 2008: 277).”

Essa ideia do corpo em troca constante com o mundo distingue-se da visão do corpo pelo cânone moderno, que enxerga o corpo humano como rigorosamente acabado e perfeito, portanto, fechado e isolado em relação ao ambiente e às pessoas que o cercam. Coloca-se ênfase na individualidade e autonomia do corpo em questão, traçando-se fronteiras nítidas entre ele e o mundo, “elimina-se tudo o que leve a pensar que ele não está acabado, tudo o que se relaciona com seu crescimento e sua multiplicação: retiram-se as excrecências e brotaduras, apagam-se as protuberâncias, tapam-se os orifícios (BAKHTIN, 2008: 26).” Assim, nos tempos modernos, as partes do corpo que ganham destaque são justamente aquelas que demonstram a sua individualidade através de suas funções expressivas, tais como: cabeça, rosto, olhos, lábios. Todos pertencentes ao “alto” corporal, enquanto os órgãos que representem aberturas para com o mundo e que compõem o “baixo” corporal, perdem sua significação.

Podemos, então, enxergar semelhanças entre o processo de troca constante entre o corpo grotesco descrito por Bakhtin e o mundo exterior e o processo de assimilação e devoração entre Abaporu e paisagem, presente no quadro de Tarsila. Assim como em

Bakhtin, o Abaporu, com suas curvas, apresenta-se como um corpo em movimento, no qual as fronteiras entre ele próprio e a paisagem se confundem. No entanto, se o corpo grotesco associa-se ao mundo principalmente por seus orifícios, o Abaporu, mais do que isso, devora-o com o pé.

Ao analisar o Abaporu, Gonzalo Aguilar nos chama atenção para a possível associação entre a figura pintada por Tarsila e a escultura de Rodin, o “Pensador”. Ao confrontarmos essas obras de arte, podemos notar as semelhanças entre a posição adotada pelo “pensador” e aquela apresentada pelo “Abaporu”, ambos sentados, com a cabeça reclinada sobre a mão de maneira reflexiva. No entanto, enquanto a escultura se mostra extremamente realista e humana, o “Abaporu” é dotado de proporções desmedidas e de um corpo moldável, próximo à desumanização no sentido descrito por Ortega. A pose do Abaporu, então, pode ser interpretada como uma paródia de o “Pensador”, com a diferença de que, enquanto o último concentra toda a sua tensão na cabeça, o primeiro “pensa com os pés” (AGUILAR, 2011: 284), ou antes, pensa com o corpo inteiro. A paródia, enquanto recurso de humor, pode ser entendida como um dos recursos da “nova arte” identificados por Ortega y Gasset. De acordo com este, a arte carregada de humanidade trazia consigo o caráter de gravidade: “Era uma coisa muito séria a arte, quase hierática. Às vezes pretendia nada menos que salvar a espécie humana (ORTEGA Y GASSET, 1991: 76).”, seriedade esta que a nova arte buscou combater, trazendo até ela o aspecto cômico, transformando a própria arte em um “chiste”, em um escárnio de si mesma. Desse modo, a nova arte ridicularizaria a arte de maneira que: “Nunca a arte demonstra melhor o seu mágico dom como nesse escárnio de si mesma. Porque, ao fazer o gesto de aniquilar a si mesma, ela continua sendo arte e por uma maravilhosa dialética, sua negação é sua conservação e triunfo (ORTEGA Y GASSET, 1991: 77).”

Como é possível concluir até então, o tom de chiste presente na paródia, a quebra de hierarquia, a crítica da autoridade, a plasticidade e as demais características presentes na obra de Tarsila até aqui mencionadas, vão direto ao encontro das ideias vanguardistas e anarquistas de Oswald de Andrade, apresentando-se a estas últimas como figura representativa ideal.

Aguilar chama-nos atenção, também, para o fato do quadro analisado tratar-se de um nu, tema que se apresentava como recorrente aos membros do movimento antropofágico. Para Oswald, no matriarcado de Pindorama o homem antropofágico estaria livre de seus tabus, complexos e repressões, assemelhando-se ao homem nu e despido de sua máscara de civilizado: “Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud- a realidade

sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama (ANDRADE, 2011: 74).”

A reação contra o homem vestido é uma ideia constante em Oswald, em sua defesa de um corpo dessacralizado e não como um tabu, assim como ocorre na pintura de Tarsila do Amaral. Ao falarmos do homem nu, não podemos deixar de nos lembrar do famoso poema de Oswald de Andrade, “Erro de português”:

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena! Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português. (ANDRADE, 1971: 177)

Podemos concluir, então, que a pintura de Tarsila do Amaral encontra-se em confluência com as ideias de Oswald de Andrade expressas no Manifesto Antropófago. Tarsila parece praticar a antropofagia em sua própria técnica, ao devorar aspectos das vanguardas europeias, criando uma linguagem plástica própria traduzida em motivos e formas brasileiros. Oswald enxergava nas pinturas de Tarsila o próprio princípio da antropofagia:

Se me perguntassem qual o filão original com que o Brasil contribuiu para este novo renascimento que indica a renovação da própria vida, eu apontaria a arte de Tarsila. Ela criou a pintura ‘pau-brasil’. Se nós, modernistas de 22, anunciamos uma poesia de exportação, ela foi quem ilustrou essa fase de apresentação de materiais, (...). Foi ela quem deu, afinal, as primeiras medidas de nosso sonho bárbaro na Antropofagia de suas telas da segunda fase, A Negra, Abaporu(...) (ANDRADE, 1971: 109).

A antropofagia antecede, assim, a sua teorização, de forma que, ao ser presenteado com o quadro pintado pela mulher, Oswald coloca em prática a sua própria teoria, devorando-o e produzindo algo novo a partir dos elementos de sua devoração.

Referência Bibliográfica:

ANDRADE, Oswald de. *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *A Utopia Antropofágica*. Rio de Janeiro: Globo, 2011.

_____. Aspectos da pintura através de Marco Zero. In: *Ponta de Lança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

AGUILAR, Gonzalo. O Abaporu, de Tarsila do Amaral: saberes do Pé. In: RUFFINELLI, Jorge; ROCHA, Joao Cezar de Castro. *Antropofagia hoje? Oswald de Andrade em cena*. São Paulo: Realizações, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Próspero devorando Caliban: Richard Morse e o modernismo brasileiro. In: *O Código Morse: ensaios sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Ano Zero: rostidade. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34, 1996. v.3

NUNES, Benedito. A Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald. *A Utopia Antropofágica*. Rio de Janeiro: Globo, 1995.

ORTEGA Y GASSET, José. *A desumanização da arte*. São Paulo: Cortez, 1991.

Cenas de família: legitimação de um *discurso familista* ou produtos da modernidade?

Amanda Tostes Capichoni²⁵⁹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo demonstrar através da análise de duas cenas de família – *Arrufos* (Imagem 01), de Belmiro de Almeida e *Conciliadora* (Imagem 02), de Maria Pardos, aparentemente bastante distintas em sua composição, como estas cenas foram reapropriadas e ressignificadas à luz da carga cultural (críticos de arte, “burguesia” emergente, entre outros) e lugar social de seus espectadores (homens e mulheres, respectivamente). Através das apreciações críticas presentes nos jornais e livros para instrução (manuais domésticos e médicos) buscaremos perceber os discursos e ideologias vigentes no momento em que estas obras foram expostas ao público, produzindo uma interpretação específica diante do contexto sócio-histórico em que estavam inseridas. Por último tentaremos perceber se é realmente possível classificar de maneira estanque tais representações; eram meramente decorativas ou refletiam concepções partilhadas pela sociedade da época?

Palavras-Chave: Cenas de família, crítica de arte, *Arrufos* e *Conciliadora*.

Abstract: This work objective demonstrate through of the analysis of two family scenes – *Arrufos* (image 01) by Belmiro de Almeida and *Conciliadora* (image 02) by Maria Pardos, apparently distinct in your compositions, as these scenes were adapted according of knowledge and social condition of their viewers (men and women, respectively). Trough of critical appreciation in newspapers and books for instruction (domestic and medical) we'll search for understand the discourse and ideology present in the moment in which these scenes were exposed to the viewers, producing a specific interpretation front of social and historical context in which were produced. Finally, we'll try realize if is possible categorize strictly such images. Were there decorative images or reflected shared views of its time?

Keys Words: Family Scenes, Art Critic, *Arrufos* and *Conciliadora*.

1. A família como tema nas representações imagéticas: usos e sentidos

A origem da pintura de gênero remete à pintura nórdica do século XVII, uma região de governos menos centralizados. Para as artes plásticas, isso significou um não comprometimento com a construção de uma iconografia oficial, submetida a preceitos políticos. Deste modo, os artistas tinham liberdade para representar seus pares: pessoas comuns desenvolvendo atividades cotidianas; eram cenas dotadas de realismo.

Desta forma, podemos entender a singela produção iconográfica de cenas de gênero no decorrer do século XIX: sob o patrocínio do governo imperial, a AIBA esteve comprometida com a construção de uma iconografia oficial, enaltecadora dos feitos políticos do regime, dos homens notáveis e das grandes batalhas. O declínio desta lógica só é perceptível quando

²⁵⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação da Professora Dra. Maraliz de Catro Vieira Christo. Bolsista CAPES.

mudanças políticas demarcam o processo de franca decadência das bases do governo imperial e, conseqüentemente, das instituições oficiais como a AIBA consolidando-se efetivamente nas três últimas décadas do XIX, tendo como “público consumidor” uma burguesia urbana ascendente.

Correspondendo a uma tendência europeia, esta “classe média ascendente” demonstrou grande interesse por obras de menores dimensões, elegendo os temas domésticos para aquisição, em oposição às cenas históricas, de grandes formatos.

Tais obras, ainda que tivessem sido produzidas para o “mercado de arte”- constituindo assim, peças *a priori*, de natureza decorativa; hoje constituem importante documentação visual sobre a sociedade da época, bem como nos permite decodificar através das composições, indícios dos discursos e ideologias vigentes no período, da “atmosfera” de valores na qual estava imersa aquela sociedade.

Diante do exposto e partindo de duas cenas de família – *Arrufos*, de Belmiro de Almeida (1887) e *Conciliadora*, de Maria Pardos (1916), procuraremos perceber em que medida estes artistas apropriaram-se ou resistiram ao teor moral vigente no período e transpuseram-no para suas obras. Interessa-nos perceber em que medida tais imagens constituem uma documentação iconográfica das permanências e das mudanças sentidas pela sociedade da época, principalmente diante de uma concepção mais “romantizada” da família e dos papéis sociais de seus membros.

2. *Arrufos* e sua recepção pela crítica



IMAGEM 01: *Arrufos*, Belmiro de Almeida, 1887. Óleo sobre tela, 89 x116 cm. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes

“Ainda no Rio de Janeiro não se fez um quadro tão importante como é este. Os assuntos históricos têm sido o maior interesse dos nossos pintores que, empreendendo-os, **não se ocupam com a época nem com os costumes que devem formar os caracteres aproveitáveis na composição dessas telas.** Belmiro é o primeiro, pois, a romper com os precedentes, é o inovador [...] O pintor desprezando os assuntos históricos para se ocupar de um assunto doméstico, prova exuberantemente que compreende o *desideratum* das sociedades modernas, e conhece que **a preocupação dos filósofos de hoje é a humanidade representada por essa única força inacessível aos golpes iconoclastas do ridículo, a mais firme, a mais elevada, a mais admirável das instituições - a família**[...]”²⁶⁰

Tal apreciação tem origem diante da virada “temática” que a arte brasileira vivenciou principalmente nas últimas décadas do século XIX. A presença de circuitos expositivos alternativos às exposições da Academia Imperial de Belas Artes possibilitou aos artistas uma verdadeira liberdade estética em todos os aspectos da produção das obras, resultando numa pluralidade temática e estilística até então, nunca vistas. Apesar de não ser a primeira cena brasileira de gênero *Arrufos* foi considerada obra inauguradora de uma nova forma de representação que era também resultado da convergência de novos valores para a sociedade de fins do XIX.

Exposta no Salão *De Wilde* em agosto de 1887, *Arrufos* atraiu inúmeros visitantes e suscitou intenso debate na imprensa. Apesar da ressalva de alguns críticos em relação ao local em que a obra fora exposta (desde o espaço exíguo à má iluminação), a afluência do grande contingente de espectadores - dentre eles importantes artistas e notáveis da época (como a Princesa Isabel), denota a expectativa criada em torno do quadro, oriunda em grande parte de sua temática e composição intrigantes²⁶¹.

Mesmo entre os críticos da época, não houve homogeneidade no que diz respeito à interpretação possível de *Arrufos*. Para Gonzaga-Duque, aquela seria uma rusga passageira entre cônjuges, em que a esposa repreendida pelo marido se atira ao divã num momento de “explosão”. Para França Junior, *Arrufos* seria o bastante para eclipsar toda a produção de Belmiro até então. Segundo o crítico, “É impossível reproduzir com mais verdade e sentimento a scena íntima de um arrufo!”.

Opinião diversa à de Gonzaga-Duque e França Junior teve o crítico do jornal *Diário Ilustrado*. Inicia sua apreciação ressaltando o temor que sentiu ao perceber a desproporção entre os personagens da tela e o tamanho da mesma; ironicamente chega a dizer “Deus permita que elles não se levantem!”, antecipando um eminente acidente caso o casal ganhasse

²⁶⁰ DUQUE-ESTRADA, Luiz Gonzaga. **A arte brasileira**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

²⁶¹ CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. “Arrufos” de Belmiro de Almeida (1858-1935) – história da produção e da recepção do quadro. In: **III Simpósio Nacional de História Cultural**. 2006.

vida. Além de ressaltar a ausência de proporção, o crítico demonstra ainda seu desagrado em relação ao fraco título em sua perspectiva. Para ele: “Quando uma mulher, vestida de seda, se atira ao chão, brutalmente, como aquella, quando ella chora, quando espatifa uma rosa, mordida de colera, o negocio é muito mais sério que um simples arrufo.”

Em fins do século XIX as cenas de gênero não apenas ganhavam espaço nos circuitos expositivos, como atraíam a atenção de um público expressivo numérica e socialmente. Estas obras mostraram-se herdeiras de um elemento fundamental da pintura histórica: a dimensão narrativa das imagens. Altera-se, no entanto, o substrato que possibilita/direciona a interpretação adequada destas imagens.

Existem possibilidades diversas de leitura para a cena. Através de sua estratégica composição, aberta a uma infinidade de interpretações, o jovem Belmiro obteve a repercussão provavelmente prevista e desejada. A família, como afirmou Gonzaga-Duque, era a preocupação dos filósofos daquele tempo, a firme e elevada instituição capaz de resistir “aos golpes iconoclastas do ridículo”. Existe ainda outro elemento que não se pode desconsiderar: a recorrência da composição de Arrufos. Ao representar uma cena de família da maneira como o fez, Belmiro a inscreve numa tradição imagética, e esta tradição remete a um assunto específico: o adultério.

2.2 Arrufos: recorrência compositiva e as implicações em sua compreensão

Inserindo-se num contexto em que as artes plásticas e literatura efetivavam uma produção de cunho moralizante, orientada para a “camada burguesa” da sociedade brasileira, Belmiro de Almeida produz *Arrufos*. A tela causou grande escândalo entre os setores mais conservadores da Academia Imperial de Belas Artes, possivelmente devido à interpretação de que a cena remetesse a uma situação de adultério.

Segundo Gilda de Mello e Souza, é exatamente nisso que Belmiro deve ser considerado moderno: ele introduz um tema novo - o adultério, em uma sociedade moralista habituada com as grandes cenas históricas ou religiosas. Ainda de acordo com esta autora, a *prudência da crítica* fez com que se interpretasse a tela como representação de um simples arrufo de casal, de uma “disputa conjugal”, uma cena tipicamente familiar e rotineira.

Apesar do esforço da crítica em caracterizá-la como cena familiar, afirmação corroborada pela fala de Gonzaga-Duque sobre *Arrufos*, os elementos presentes na composição – o desespero da mulher atirada ao divã aos prantos, o indiferentismo masculino diante do sofrimento feminino, a olhar desiludido para a fumaça que se desprende do charuto;

a não retirada de uma das luvas; nos induzem a compreender a cena como a representação de um “arrufo” decorrente de adultério.

Para além das evidências presentes na própria cena, há uma tradição compositiva, característica das cenas de adultério. Belmiro havia retornado da França quando produzira *Arrufos*, o artista provavelmente teria entrado em contato com obras desta temática em território europeu.

Imagem de composição análoga a de *Arrufos* foi executada pelo artista francês Jules Pierre Tranchant, intitulada *Ruptura*:



IMAGEM 03: **Ruptura**, Jules Pierre Tranchant, s/d. Extraído do livro **História da Vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

A imagem, extraída do livro “História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra, sua localização no livro insere-se no debate sobre as relações de ilegitimidade e concubinato na França, durante a primeira metade do século XIX, deixando margem à interpretação da obra *Ruptura* como o término de uma relação extraconjugal, em virtude de um casamento próximo do personagem masculino. Alain Corbin²⁶² ressalta o quanto era corriqueiro o padrão de duplicidade familiar masculina na classe burguesa.

Compositivamente, *Arrufos* e *Ruptura* apresentam diálogos notáveis; diferem apenas na divisão dos “planos”. Enquanto em *Arrufos*, toda a cena se desenvolve num mesmo plano, em *Ruptura* ela se divide, estando a mulher atirada sobre a cadeira em primeiro plano, e o homem que deixa o ambiente doméstico, em segundo. Em ambas as cenas há uma

²⁶² **História da vida privada 4 : Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

hierarquização entre os personagens: mulheres em nível mais baixo, homens em posição mais elevada, provavelmente não por acaso. Tal como se organiza, a cena emite a perspectiva de que as personagens femininas não estão em posição de exigência, mas de quem foi julgada e cuja ação desesperada denuncia não só a condenação, mas a autocondenação.

Dialogam ainda no que diz respeito à atitude masculina: enquanto em *Arrufos* a iminente “saída de cena” do homem é evidenciada pela retirada de apenas uma das luvas para fumar o charuto, em *Ruptura*, o abandono é escancarado: o personagem já se encontra de pé, em direção à porta para deixar o ambiente. Em ambas as obras o olhar masculino é bastante revelador, traduzindo profundo desprezo e grande indiferença pelo sofrimento feminino, reforçando a perspectiva de uma situação de julgamento masculino e consequente condenação por uma “falta” daquelas mulheres.

Nas duas cenas os rostos femininos se escondem emitindo uma dupla perspectiva: primeiramente denotam a ideia de vergonha, elas escondem o rosto para chorar, mas quem se envergonha também se esconde, busca ocultar o rosto, a identidade. Ao mesmo tempo, estas cenas de gênero através de sua dimensão narrativa e da multiplicidade de interpretações que suscitam adquiriram conotação de lição, ou seja, aquela mulher poderia ser qualquer mulher da sociedade. Estas cenas eram pedagógicas na medida em que explicitavam o triste e inescapável destino para as mulheres “desviantes”.

Concluimos a partir da fala do crítico Gonzaga Duque e da recorrência compositiva de *Arrufos* que, entre intencionalidade do artista ao produzir e, apropriação pelo público e crítica há valores e concepções envolvidos que conferem sentidos diversos à obra. Isso significa dizer que tais cenas foram reapropriadas ganhando sentido em função do “lugar de onde se via” e o que se desejava dizer a partir deste lugar. Ou seja, para Gonzaga-Duque, crítico de arte e amigo de Belmiro, era desejável interpretar a obra sob uma perspectiva moralista, pois falava para uma parcela da sociedade - a camada burguesa, permeada por valores e concepções morais sobre família e casamento, muito rígidos e tradicionais. Isso não significa afirmar que a interpretação foi uníssona, o que seria uma inverdade tendo em vista que, muitos críticos contemporâneos a Gonzaga-Duque interpretaram a obra como referência ao adultério. O que objetivamos demonstrar foi justamente estes usos e manipulações dos sentidos da imagem, em função de um discurso moralizante em uma sociedade marcada por um duplo padrão de moralidade para homens e mulheres.

3. Conciliadora - A família como tema: “possibilidades diversas de configuração” e seus significados implícitos

Conciliadora, obra da artista espanhola naturalizada brasileira Maria Pardos, foi exibida ao público na Exposição Geral de Belas Artes do ano de 1916, junto a seis outras telas da artista: *Serenidade*, *Pensativa*, *Saloia*, *Convalescente*, *A poesia predileta* e *Flores*²⁶³. Apesar de ter sido o ano em que Pardos expôs o maior número de telas em uma EGBA, a artista não alcançou premiação. É importante notar, porém, que sua participação despertou a atenção da crítica, tendo recebido *Conciliadora*, a seguinte apreciação emitida no Jornal do Commercio em 24 de agosto de 1916 que, apesar de singela, mostra-se importante para reforçar o reconhecimento da artista, apesar do início tardio e curta duração de sua carreira: “Devemos antes de encerrar esta noticia citar o quadro *Conciliadora*, da Sra. Maria Pardos, de boas qualidades e expressivo.”



IMAGEM 02: *Conciliadora*, Maria Pardos, 1916. Óleo sobre tela, 105 x 151 cm. Juiz de Fora, Museu Mariano Procópio.

Ainda no ano de 1916, Maria Pardos expôs ao lado da jovem artista Regina Veiga - ambas discípulas de Rodolfo Amoedo, na conceituada Galeria Jorge, no Rio de Janeiro. Sobre a exposição que reuniu 114 obras das duas artistas, encontramos na seção “Cartas de Mulher”, da Revista da Semana, acalorado comentário de “Iracema” a respeito da exposição, marcadamente uma duplicidade de perspectivas quando comparamos à nota presente no Jornal do Commercio. Enquanto neste último, o comentário parece uma tentativa de consolação à artista, não conferindo grandes valores à produção de Maria Pardos, em “Cartas

²⁶³ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “A participação de Maria Pardos nas Exposições Gerais de Belas Artes (1913-1918)”. In: LUCAS, Meize Regina de Lucena e outros. **Cultura e imaginário**. Fortaleza: Edições Instituto Frei Tito de Alencar.

de Mulher” a apreciação de uma “observadora” do sexo feminino demonstra grande admiração e reconhecimento do valor artístico das obras exibidas.

Mais uma vez, o lugar social de quem vê – o fato de ser homem ou mulher resulta numa perspectiva diversa. Para “Iracema”, o trabalho das duas artistas a representava e dignificava enquanto mulher, e nisso reside a euforia com as obras: a identificação suscitada. Nele, a comentarista discorre sobre sua admiração com as obras apresentadas, sobre a recepção destas obras e o reconhecimento do valor artístico de ambas as artistas que, por seus talentos, são comparadas aos homens artistas, ou seja, o parâmetro para qualificar o trabalho de uma pintora era que tivesse a destreza e habilidade que “naturalmente” seriam características propriamente masculinas, não femininas: “Li já em uma notícia de jornal, como um preito de homenagem, que qualquer das duas discípulas de Amoedo pintavam... como homens. Eu, porém, prefiro elogiar-as sem mudar o sexo do seu talento.”

Segundo Maraliz Christo, percebe-se na produção artística de Maria Pardos o interesse pelo cotidiano familiar, algo recorrente entre as pintoras de sua época. Mas o que há de mais específico em suas obras, é a ausência do personagem masculino como provedor da família, no auge de sua “vida útil”. Nota-se a opção da artista por retratar uma fase de maior vulnerabilidade - quando está idoso (*Serenidade*) ou apático, inerte (*Sem Pão*). É o que acontece em *Conciliadora*. Alguns elementos presentes na composição merecem destaque, pois nos fornecem pistas necessárias à leitura da obra e compreensão da possível intencionalidade da artista.

Ao invés de retratar o homem que reúne a família ao redor da mesa no auge de sua virilidade, o que segundo Ariès²⁶⁴ constituiu o cerne das representações de família no século XVII, Maria Pardos opta por representar uma ordem familiar bastante alterada quando comparada às representações tradicionais – em Maria Pardos os homens são idosos, por vezes apáticos, já as mulheres apresentam-se altivas, seja executando alguma atividade (*Serenidade*), seja auxiliando o pai idoso (*Conciliadora*).

Partindo de uma perspectiva mais social da produção artística, somos levados a nos questionar sobre quem foi Maria Pardos. A artista foi companheira de Alfredo Ferreira Lage – fundador do Museu Mariano Procópio sem, no entanto, ter se casado oficialmente, atitude nada tradicional para sua época. Ainda que não se possa caracterizá-la como “feminista”,

²⁶⁴ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

temos fortes indícios de que não teria sido uma mulher extremamente conservadora tendo em vista que como artista, Pardos ocupava uma posição marginal na sociedade.

Partimos do princípio de que Maria Pardos teria usado de estratégia semelhante à empreendida por Julia Lopes de Almeida, notável romancista de fins do século XIX. No mesmo ano em que *Conciliadora* foi exibida na Exposição Geral de Belas Artes, Julia Lopes de Almeida foi conferencista. Uma nota de jornal a respeito de sua conferência intitulada “A mulher e a arte” mostra-se elucidativa sobre a posição dúbia das mulheres artistas:

“A Sra. D. Júlia Lopes de Almeida, que foi recebida com manifestações de aplausos, percorreu com elegância sobre o thema escolhido, mostrando as afinidades entre a função social da mulher e a função social da arte e, provando como ser artista não é ser <<desertor do lar>> e que por isso a mulher, cultivando a arte, ainda mais ennobrece e dignifica o seu papel na sociedade como filha, esposa e mãe. *A mulher* foi sempre a inspiradora e a colaboradora da arte: sempre cultivou algumas das suas manifestações, como a musica, e *hoje aparece com êxito nos departamentos de arte até ha pouco tempo reservados exclusivamente ao homem.*”²⁶⁵

Sob a mesma perspectiva compreendemos Maria Pardos. Sua estratégia dava-se não em relação a seu companheiro Alfredo Lage, mas em função da lógica que norteava as premiações nas Exposições Gerais. Seu antecessor, Belmiro de Almeida, encontrou forte resistência entres os setores mais conservadores da AIBA. Por ser mulher, seu cuidado deveria ser ainda maior. Esperava-se da mulher artista que cumprisse com suas funções sociais de filha, mãe e esposa, bem como as demais mulheres da sociedade. Portanto, não estava livre da observância dos valores estimados em uma *boa mulher* da sociedade além da obrigatoriedade de que sua produção artística tivesse caráter pedagógico para suas espectadoras.

Em suma, um olhar superficial não nos permitiria compreender as obras da artista como inovadoras. Entretanto, ao analisarmos o conjunto de sua obra aliado à sua trajetória pessoal, percebemos que Maria Pardos sutilmente imprimiu à sua produção, traços que nos revelam uma concepção mais atualizada a respeito de uma nova ordem familiar, estando por vezes o *pater familias* em posição decadente e as mulheres em posição ativa, como uma nova força no interior destas famílias.

CONCLUSÃO:

²⁶⁵Jornal do Commercio, 17/09/1916.

Através do presente trabalho nosso esforço consistiu em demonstrar as variadas interpretações possíveis para os dois estudos de caso realizados – *Arrufos* e *Conciliadora*, tendo em vista o momento de sua recepção, o parecer emitido pela crítica da época e o “lugar social de seus espectadores”. O que quisemos demonstrar foi que, para além da multiplicidade interpretativa possível, algo óbvio, estas interpretações estavam atreladas ao lugar em que o espectador se encontrava naquela sociedade. Procuramos explicitar de que maneira o status social e o gênero foram fatores importantes para um tipo específico de “apropriação” destas imagens.

Além disso, fez-se necessário explicitar os diferentes usos, apropriações e discursos empreendidos através dos “modos de ver” tais imagens. A partir da fala do crítico Gonzaga Duque, por exemplo, pudemos perceber como a posição que este ocupava dentro do universo das artes plásticas – cuja atividade tornou-se regular a partir do fomento das variadas exposições que ocorriam em circuitos paralelos aos da Academia Imperial de Belas Artes (posteriormente, Escola Nacional de Belas Artes), tendo seu discurso direcionado à camada burguesa da sociedade, gerando um modo de interpretação bastante conservador e até mesmo distorcido da cena retratada em *Arrufos*. Outros críticos contemporâneos à Gonzaga Duque demonstraram descrença em relação à obra como representação de um simples arrufo de casal, mas como representação da crise afetiva.

Através de *Conciliadora*, buscamos demonstrar como o lugar social também da mulher artista, foi definidor de um modo específico do fazer artístico. As necessárias estratégias que uma mulher ao ocupar uma profissão marginal como a carreira artística, teve de adequar-se, devendo estar atenta às projeções criadas pela sociedade e aos valores por ela engendrados.

Estas imagens se efetivaram como documentos iconográficos de uma época, e corroboram a concepção de que o fazer artístico é, antes de tudo, intelectual. Para alcançarem o reconhecimento pretendido, deveriam “projetar” a capacidade de fruição de seus espectadores, além dos valores morais que circundavam este público para, a partir de então, construir representações que poderiam ser reapropriadas de inúmeras maneiras, por públicos diferenciados. A apropriação adquiriu contornos amplos: sua complementação seria resultado da capacidade imaginativa de seu espectador e da atmosfera cultural, intelectual e moral em que estava inserido aquele que via.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Arrufos. In: CARDOSO, Rafael. **A arte brasileira em 25 quadros 1791-1930**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

Bellas Artes, M.C. **Diario Ilustrado**, 30 de agosto de 1887.

Cartas de Mulher. Revista da Semana, 1916.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. “Arrufos” de Belmiro de Almeida (1858-1935) – história da produção e da recepção do quadro. In: **III Simpósio Nacional de História Cultural**. 2006.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “A participação de Maria Pardos nas Exposições Gerais de Belas Artes (1913-1918)”. In: LUCAS, Meize Regina de Lucena e outros. **Cultura e imaginário**. Fortaleza: Edições Instituto Frei Tito de Alencar.

DENIS, Rafael Cardoso. “Intimidade e reflexão: repensando a década de 1890”. In: **Oitocentos – Arte brasileira do Império à primeira república**. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ/ DezenoveVinte, 2008.

DUQUE-ESTRADA, Luiz Gonzaga. **A arte brasileira**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

França Junior, Echos Fluminenses. “**Dous artistas**”. In: O Paiz. Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1887.

História da vida privada 4 : Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Jornal do Commercio, 17/09/1916.

LINS, Vera. Intimidade em cena. In: CAVALCANTI, Ana M. T., DAZZI, C., VALLE, A. (Orgs.) **Oitocentos – Arte brasileira do Império à primeira república**. Rio de Janeiro: EBA- UFRJ/ DezenoveVinte, 2008.

MALTA, Marize. **O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte Brasileira no Século XIX**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público, as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ST 10. Dimensões, Políticas, Características e Ações do Patrimônio Cultural

A importância das iniciativas de Lindolfo Gomes para a preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora nas décadas de 1930 e 1940

Fabiana Aparecida de Almeida²⁶⁶

Resumo: O presente artigo pretende analisar a importância de algumas iniciativas do professor e intelectual Lindolfo Gomes para a preservação do patrimônio histórico e da memória de Juiz de Fora em uma época que a questão preservacionista começava a ser debatida no Brasil (décadas de 1930 e 1940). Pretendemos demonstrar sua importância nessa área através de ações do mesmo, tendo como maior exemplo a tentativa, partida dele, de preservação da Fazenda Velha através do então SPHAN a partir de 1939, apenas alguns anos após a criação do decreto-lei nº 25, de 1937. Outra iniciativa foi o erguimento da herma a Oscar da Gama (no Parque Halfeld, em Juiz de Fora), no início do século XX, com intuito de preservar a memória do poeta e também a memória da cidade.

Palavras-chave: Lindolfo Gomes. Patrimônio. Memória.

Abstract: This article discusses the importance of some initiatives of the teacher and intellectual Lindolfo Gomes for the preservation of historical heritage and Juiz de Fora memory at a time when the preservationist question began to be discussed in Brazil (1930s and 1940s). We intend to demonstrate their importance in this area through the same stock, and its greatest example the attempt, his departure, the preservation of Fazenda Velha by then SPHAN from 1939, just a few years after the creation of the Legislative Decree No. 25 of 1937. Another initiative was the erection of herm Oscar da Gama (in Halfeld Park in Juiz de Fora), in the early twentieth century, aiming to preserve the memory of the poet and also the memory of the city.

Keywords: Lindolfo Gomes. Heritage. Memory.

LINDOLFO GOMES

Nascido em Guaratinguetá (SP) em 1875, Lindolfo Eduardo Gomes era de uma família importante e tradicional da região: era neto do Barão de Mambucaba e filho do médico Dr. Antônio Francisco Gomes. Aos dois anos de idade, com o falecimento de sua mãe foi morar em Volta Redonda (RJ), concluiu os estudos secundários na cidade do Rio de Janeiro (onde já colaborava com alguns jornais) e veio residir em Juiz de Fora em 1894, aos 19 anos de idade.

²⁶⁶Doutoranda em história pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob a orientação do professor Dr. Marcos Olender.

Descrito por Wilson de Lima Bastos como:

Professor emérito, jornalista infalível, filólogo consagrado, historiador de grande reputação, teatrólogo aplaudido, pesquisador metuculoso, folclorista eminente, podendo ser considerado como um dos pioneiros dos estudos folclóricos no Brasil, ao lado de João Ribeiro, Sílvio Romero e outros, escritor aclamado, conferencista e orador de grandes recursos [e] técnico de ensino com notável folha de serviços prestados à causa pública. (BASTOS, 1975:7).

Lindolfo Gomes, um dos “*poetas esquecidos*” de Juiz de Fora, foi, na visão de Leila Barbosa e Marisa Rodrigues, um “*escritor de uma erudição linguística requintada (...) extremamente arguto e engenhoso, pois através de pesquisas e estudos, correlacionou cenas discursivas as mais diversas em busca das identidades (...)*”. (BARBOSA; RODRIGUES, 2002:41). Como jornalista, atuou em diversos jornais de Juiz de Fora, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, tendo sido presidente honorário e um dos fundadores a Associação de Imprensa de Minas. Foi ainda membro e fundador da Academia Mineira de Letras (fundada em Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909), membro das Academia Carioca de Letras, Academia Brasileira de Filologia, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto e Academia Fluminense de Letras e representante da Academia Mineira de Letras na Federação das Academias de Letras do Brasil. (BASTOS, 1975:8). Como historiador, dedicou grande parte de suas pesquisas a descobrir quem teria sido o juiz de fora que deu o nome de seu cargo a cidade, dúvida essa que até hoje não foi esclarecida.

A FAZENDA VELHA OU FAZENDA DO JUIZ DE FORA

Em seus estudos sobre quem teria sido o juiz de fora, cujo cargo nomeara o município mineiro, Lindolfo acabou se interessando pela residência de tal magistrado (que ficava no bairro Vitorino Braga) e em decorrência do estado de abandono que o imóvel se encontrava, pleiteou, no final da década de 1930 e início da década de 1940, o seu tombamento através do então SPHAN, fazendo o pedido ao próprio diretor do órgão, na época Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Interessado no imóvel (um dos poucos exemplares coloniais que Juiz de Fora possuía), Rodrigo incumbiu Lindolfo de fazer um memorial sobre o casarão para seu melhor conhecimento. Tal memorial resultou em uma série de cerca de 77 documentos diversos que destacavam a importância de se preservar a Fazenda Velha (SILVA, 2003: 63). No entanto,

todos os esforços do professor em preservar tal imóvel não foram suficientes para evitar a sua demolição, em 1946.

O caso da Fazenda Velha chama a atenção pelo fato de Lindolfo Gomes ter tentado sua preservação apenas alguns anos após a criação do SPHAN (sendo esse criado pelo decreto-lei n. 25 de 1937 e as primeiras manifestações do professor para com a Fazenda dataram de 1939) e por essa ter interessado ao próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade que se correspondia diretamente com Lindolfo sobre os assuntos referentes ao citado casarão.

Ao analisarmos a história da preservação no Brasil, não é difícil percebermos como Minas Gerais sempre ocupou um papel de destaque no assunto. A criação do então SPHAN, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, se inseriu dentro de uma série de políticas nacionalistas, compreendidas pelo Estado Novo, para buscar uma autêntica identidade brasileira. Essa busca ocorreu principalmente para se apagar as lembranças da política anterior (República Velha) e para que as pessoas respeitassem e admirassem o país em que viviam, se desprendendo de um passado indesejável. A procura desse verdadeiro passado artístico brasileiro apropriou-se das ideias, desenvolvidas anos antes, de um grupo de jovens intelectuais que, na época, estavam ganhando espaço no cenário artístico nacional: os modernistas. Esse grupo, a partir da década de 1920, principalmente após a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922, mostrou que o país tinha também uma arte autêntica que merecia proteção e que teria sido produzida no período colonial. Minas Gerais e sua arquitetura colonial começaram a aparecer com frequência em poemas, quadros e desenhos dos artistas para divulgar a riqueza do estado para o Brasil. O interesse pelo antigo partindo do moderno pareceu um pouco contraditório, mas esse ideal de retorno ao passado, na visão modernista, representava perpetuar para as gerações futuras um estilo brasileiro que mostraria que o Brasil teria sim algo que o distinguiria de outros países. (RUBINO, 1992: 11).

No caso de Juiz de Fora, todo esse processo de destaque nacional não ocorreu. A razão é óbvia: a cidade não possuía uma arquitetura colonial com exceção de três fazendas: a Fazenda do Juiz de Fora, a Fazenda da Tapera e a Fazenda Ribeirão das Rosas existentes na região, antes do surgimento da cidade, e que foram envolvidas em sua malha urbana. Desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX, após a decadência da mineração, Juiz de Fora nasceu através dos investimentos cafeeiros no estado e depois se destacou como uma cidade industrial, ficando conhecida inclusive como “Manchester Mineira”. A visão típica de quem passava por ela era a de uma arquitetura eclética e industrial que nos primeiros

anos de atuação do SPHAN não era muito valorizada.²⁶⁷ Entretanto, a existência dos exemplares de arquitetura colonial citados acima e a iniciativa do professor Lindolfo Gomes para a preservação da Fazenda Velha acabam atraindo a atenção do então SPHAN. Ao trazer esse debate para Juiz de Fora, Lindolfo acabou regionalizando o assunto da preservação, se tornando assim, um pioneiro na área.

Em carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade enviada a Lindolfo Gomes sobre a preservação da Fazenda fica claro o interesse do presidente do SPHAN:

Tenho conhecimento, por favor de um amigo, a sua “Nótula” no DIÁRIO MERCANTIL, mais uma vez referente ao venerando sobrado ou fazenda velha do Juiz de Fora, em torno ou junto da qual se formou e prosperou essa grande cidade, venho consulta-lo sobre a possibilidade deste Serviço obter, por seu prestimoso intermédio, algumas fotografias da referida edificação, ou seja, uma vista da fachada e outras laterais e da posterior. Caso internamente a casa tenha conservado as suas características primitivas de algumas delas, rogar-lhe-ia também o obséquio de mandar fotografar ali os aspectos principais.

Esperando que sua indulgência me releve a importunação e felicitando-o sinceramente pela generosa campanha em prol da preservação dos nossos monumentos tradicionais, antecipo-lhe sinceros agradecimentos.

Do patricio, amigo e adm. obrg. Rodrigo M. F. de Andrade.²⁶⁸

Ao enviar as fotos para Rodrigo, Lindolfo também enviou uma série de documentos que destacavam a importância da preservação da Fazenda Velha como monumento nacional. Nessa documentação, Lindolfo, ao se despedir, disse que se o casarão fosse considerado “*monumento nacional*”, Rodrigo iria prestar a “*Juiz de Fora e a nossa querida terra mineira serviço de maior relevância sob o ponto de vista histórico e cívico, tanto mais merecido, também de outros marcados motivos, por haver sido habitado por um inconfidente – o Dr. Domingos Vidal de Barbosa*”.²⁶⁹

No memorial apresentado por Lindolfo, o destaque recaía na importância da Fazenda Velha como patrimônio nacional. Entre os motivos apresentados estavam o fato do casarão existir desde 1719 (segundo Albino Esteves em seu “*Álbum do Município de Juiz de Fora*”), sendo assim, considerado por ele (Lindolfo) o imóvel mais antigo da cidade; o fato de ter sido a possível residência, ou local de pouso de um juiz de fora que dera nome a cidade; ter

²⁶⁷ Cabe aqui falar que embora haja um privilégio para o tombamento de bens tangíveis associados a arquitetura sobretudo barroca, colonial, religiosa e ligada a elite nos primeiros anos de atuação do então SPHAN, não foram somente esses tipos de bens os tombados. Tombou-se, por exemplo, cidades inteiras, como Ouro Preto, e não somente imóveis de arquitetura religiosa ou ligada a elite presente nessas.

²⁶⁸ IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação IMG-0947.01. 1ª pasta.

²⁶⁹ Carta de Lindolfo Gomes a Rodrigo M. F. de Andrade. 24 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

hospedado ilustres viajantes estrangeiros com o exemplo-mor de Saint-Hillaire; e ter sido residência de importantes nomes para a história local como Antônio e Manuel Dias Tostes e Guilherme Henrique Fernando Halfeld (genro do primeiro), fundamentais para a fundação de Juiz de Fora. Mas o fato que fez Lindolfo requisitar o tombamento do imóvel ao SPHAN foi ele ter sido também a residência dos inconfidentes Domingos Vidal de Barbosa e do Padre Francisco Vidal de Barbosa, fato esse narrado no livro “*História da Conjuração Mineira*” de Joaquim Norberto e confirmado também em depoimento de ambos prestados ao processo de Devassa da Inconfidência Mineira, onde se declararam moradores da Fazenda do Juiz de Fora no Caminho Novo do Rio de Janeiro. Em uma de suas “*Nótulas*”, Lindolfo declarou ainda que Albino Esteves havia lhe dito que possuía cópias de documentos assinados por Tiradentes e datados de 1754 declarando serem os irmãos, Domingos e Francisco, proprietários da Fazenda do Juiz de Fora.²⁷⁰ Esses moradores em particular faziam o imóvel adquirir também uma importância nacional, legitimando assim, a possível proteção por parte do SPHAN. Ainda no memorial, Lindolfo relatou que provavelmente o imóvel tivesse sofrido algumas intervenções, principalmente após a enchente de 1906, onde as paredes internas foram substituídas por paredes de tijolos. Lembrou ainda que o imóvel necessitava de uma restauração urgente, sendo inclusive condenado pela prefeitura por perigo de desabamento, mas acreditava que seu relato era suficiente para transformá-lo em monumento nacional como um “*desejo que vem de encontro de sincera e ardente aspiração do povo desta cidade*”.²⁷¹

Rodrigo enviou um técnico a Juiz de Fora para avaliar o estado físico do imóvel e esse constatou o estado precário do mesmo. Com a necessidade imediata de reformas estruturais em quase todo o sobrado, tentou-se uma parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora onde essa se interessou em adquirir o imóvel (então de propriedade particular) e doá-lo ao patrimônio nacional, tramite esse que não era obrigatório para o tombamento do bem mas facilitador do processo.

O proprietário se interessou no início pela venda, mas no processo de negociação do valor, o mesmo decidiu demoli-lo, privando a cidade de um de seus imóveis símbolos.

A HERMA DE OSCAR DA GAMA

²⁷⁰ GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. 12 de maio de 1942.

²⁷¹ Memorial da Fazenda Velha enviado por Lindolfo Gomes a Rodrigo M. F. de Andrade. 24 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

Nascido em Juiz de Fora em 1870, Oscar Nogueira da Gama foi um dos poetas mais significativos de sua época na cidade, sendo elogiado, segundo Lindolfo Gomes por Olavo Bilac quando esse disse que bastasse ter ele escrito “*o primoroso soneto “Momentos” para que devesse ser considerado um poeta autêntico e ao mesmo tempo artista, digno de figurar ao lado dos mais apreciados do país*”.²⁷²

No entanto, o que aqui nos chama a atenção foi a homenagem prestada a Oscar da Gama com a ereção de uma herma (busto) no Parque Halfeld, no centro de Juiz de Fora, e que teve a iniciativa principal de um grande amigo seu, Lindolfo Gomes.

Tal iniciativa de Lindolfo, que ocorreu no início do século XX, apesar de ser anterior a margem cronológica definida nesse trabalho, deve ser considerada porque muito mais do que uma homenagem ao amado poeta (falecido precocemente em 1900 de febre amarela, contraída no Rio de Janeiro) a iniciativa também preservou a memória literária da cidade, apelidada inclusive de “ninho de poetas” por Arthur Azevedo, sendo inclusive o primeiro monumento em homenagem a um poeta erguido em Minas Gerais.²⁷³

Lindolfo Gomes dedicou várias de suas “Nótula”, publicadas no Diário Mercantil, para a construção da herma de Oscar da Gama. Segundo o professor, houve inclusive boatos na cidade que tal monumento foi custeado apenas pelo pai do poeta. No entanto, ele lembra que o mesmo, construído pelo escultor José Caporalli e com a placa feita pelas antigas oficinas dos srs. Riolino e Sanatore, foi erguido com os fundos arrecadados de uma quermesse promovida por Pedro de Gouveia Horta e por uma subscrição popular, da qual o pai do poeta participou. A Câmara Municipal (presidida por Duarte de Abreu) ofertou a coluna de granito para o monumento. A afirmação de Lindolfo se baseia no fato dele ter sido um dos promotores da iniciativa “*auxiliados por uma incansável comissão, da qual faziam parte Albino Esteves, Mario Horta, Saint-Clair, Elias Machado e Pedro Lisboa*”.²⁷⁴

Com cobertura do jornal *O Pharol*, a inauguração ocorreu em 21 de junho de 1908 com discursos de Belmiro Braga, Amanajós de Araújo e Lindolfo Gomes. Quem recebeu a “herma” em nome do município, com discurso, foi o então presidente da Câmara Antônio Carlos Ribeiro de Andrade.

Tal homenagem, no entanto, não teve a repercussão que Lindolfo Gomes esperava, como ele mesmo deixa claro em suas colunas no Diário Mercantil. Segundo o professor, na

²⁷² GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de fevereiro de 1940.

²⁷³ GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 17 de outubro de 1940.

²⁷⁴ GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de maio de 1940.

Nótula publicada no dia 5 de março de 1940, as duas edições da obra de Oscar da Gama estavam esgotadas e muitos não sabiam quem foi o poeta homenageado. Além disso, ainda segundo Lindolfo, no monumento faltava uma placa com o nome do poeta.²⁷⁵ Tal placa foi colocada, também através de dinheiro de doações, muito pela opção de se colocar, na inauguração do monumento, em 1904, apenas uma placa com alguns versos do homenageado. Lindolfo na *Nótula* de 25 de julho de 1940 fala da carta de um leitor que lhe perguntou de quem seriam aqueles versos e ele explica que na ocasião da inauguração, ele, Belmiro Braga e Amanajós de Araújo, nos discursos que fizeram, lembraram os versos e falou que eles não colocaram o nome do autor porque os versos eram muito conhecidos na época e eles acharam que continuariam conhecidos, o que não ocorreu. Lamenta por esse fato.²⁷⁶ Tais versos seriam:

Novo condor, pela História
Traçando um áureo caminho
Irei fazer o meu ninho
Lá nos píncaros da Glória²⁷⁷

CONCLUSÃO

Como foi demonstrado acima, Juiz de Fora cresceu e se caracterizou como um a cidade de arquitetura eclética, fugindo das características tão valorizadas pelo SPHAN nos primeiros anos da política de preservação no Brasil. No entanto, a cidade, tida como uma das mais importantes do Estado, não deixou de fazer parte desse processo de preservação nacional graças a figura de Lindolfo Gomes. Obviamente que a demolição da Fazenda Velha antes de seu tombamento privou Juiz de Fora de ter um patrimônio nacional já na década de 1940, mas a fez ser lembrada e a fez participar de uma forma ou de outra da história da instituição.

No erguimento da herma a Oscar da Gama, outra iniciativa de Lindolfo, não se falou em preservação patrimonial (hoje o monumento é tombado pelo município em conjunto com os outros monumentos da cidade), mas em preservação da memória da cidade, assunto esse que, a nosso entender, foi a grande luta de Lindolfo. Para Jacques Le Goff, a memória seria “*propriedade de conservar certas informações*” que nos remeteria “*em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas*”. (LE GOFF, 1996: 423).

²⁷⁵ GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de março de 1940 .

²⁷⁶ GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 25 de julho de 1940.

²⁷⁷ Versos de Oscar da Gama transcritos por Lindolfo Gomes. GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 25 de julho de 1940.

Algumas das “memórias” de Juiz de Fora ainda existem graças a iniciativas como a de Lindolfo Gomes.

Essa afirmação se faz presente nas próprias palavras de Lindolfo no discurso de inauguração da herma de Oscar da Gama, no qual ele fala que ao saber pelos jornais da morte do poeta jurou

Sobre o evangelho da saudade um ódio eterno e inapagável, e vibrante, e entusiástico. À memória querida do poeta. Desde então, de abril a abril, tenho perpetuado no jornal e no coração o acontecimento trágico da morte de Oscar da Gama, com a ideia persistente e apaixonada de vê-lo eternizado no mármore – fazendo com que a cidade que o viu nascer pagasse ao filho mimoso que tanto contribuiu para o seu enaltecimento a dívida da homenagem que hoje lhe pagamos.²⁷⁸

De uma forma ou de outra foi isso que Lindolfo fez para Juiz de Fora também: perpetuou nos jornais parte da “memória” da cidade.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 2002. 336 p.

BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes**. S. L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Folcloristas Brasileiros, n. 1).]

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 423.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936-1967**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. As cidades e suas retóricas patrimoniais: considerações sobre o caso de Juiz de Fora. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (coord.). **Arqueologia da Zona da Mata Mineira**: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, 2006.

FONTES

GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de fevereiro de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de março de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de maio de 1940.

²⁷⁸ Discurso de Lindolfo Gomes na inauguração da herma a Oscar da Gama. **O Pharol**. 22 de junho de 1908.

GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 25 de julho de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 17 de outubro de 1940.

GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. 12 de maio de 1942.

IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação IMG-0947.01. 1ª pasta.

O Pharol. 22 de junho de 1908.

Representações da conquista do tricampeonato mundial de futebol nas fontes jornalísticas. Das areias brasileiras à altitude mexicana e o comunismo camuflado de João Saldanha na seleção verde-amarela. A apropriação da Ditadura sobre o maior símbolo de unidade e cultura nacional.

Lucas Toledo Gonçalves²⁷⁹

Resumo: O trabalho objetiva analisar questões sobre as relações entre a Ditadura Militar brasileira e o futebol. Intencionando mostrar como os militares se apropriaram politicamente do futebol brasileiro para interesses próprios e definidos, o estudo apresenta um aspecto em torno da realização da Copa do Mundo de 1970, no México. O destaque é para o curioso caso de João Saldanha, um militante ativo do Partido Comunista que foi treinador da seleção nacional durante o período mais repressor e implacável do regime.

Palavras-chave: ditadura, futebol, Copa do Mundo.

Abstract: The paper aims to analyze questions about the relationship between the Brazilian Military Dictatorship and football. Meant to show how the military politically appropriated the Brazilian football to own and defined interests, the study presents a look around the hosting of the World Cup 1970 in Mexico. The highlight is the curious case of John Saldanha, an active Communist Party member who was coach of the national team during the most repressive period and ruthless regime.

Keywords: dictatorship, football, World Cup.

Introdução

O universo que circunda a Copa do Mundo de 1970 no México, vencida de forma majestosa pela seleção brasileira, é muito amplo, mas ao mesmo tempo permite que sejam feitas investigações e estudos mais detalhados acerca de temas específicos de sua organização, preparação e disputa.

É comum que se tenha uma ideia um tanto quanto simplista sobre a associação do futebol com a política. Ao remeter a um momento da história política do Brasil que foi marcado pelo autoritarismo, pela censura, e pelo rígido controle social acometidos pela Ditadura Militar, essa ideia pode se tornar ainda mais ingênua. Entretanto, de posse de uma massa documental constituída especialmente por fontes jornalísticas, é possível ampliar o

²⁷⁹ Graduado em História (UFSJ). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSJ, área de concentração Poder e Relações Sociais, sob orientação de prof. Dr. Euclides de Freitas Couto. E-mail: lucas_toledo08@hotmail.com.

horizonte de pesquisa acerca de todo este contexto. Este acervo é importante para mostrar-nos que esta noção é muito mais complexa e consistente que imaginamos.

As possibilidades que se criaram em torno da realização da Copa do Mundo do México, em pleno regime ditatorial no ápice de seu autoritarismo eram enormes, especialmente quando levada em consideração a relação do povo brasileiro com o futebol. Os militares perceberam que a seleção brasileira que disputaria aquele Mundial poderia e deveria ser o símbolo maior de unidade da nação, e que torcer para ela, não só representava manter acalorados os anseios de patriotismo, mas como também compactuar, de forma indireta, para com os projetos nacionalistas do Estado. A partir de então, começou o que se costuma chamar de apropriação política do futebol, ou em linhas mais gerais, do “uso político do esporte e o uso da política pelo esporte”²⁸⁰.

A necessidade de aumentar a gama de material relacionado ao assunto no Brasil é clara e justificável, sobretudo se forem consideradas as profundas relações da população com o futebol, bem como a falta de circulação do conhecimento histórico sobre o regime militar e suas perspectivas historiográficas. Nesta direção, os objetivos principais deste trabalho são: a) identificar, nas representações jornalísticas da época, elementos que atestem a relação íntima do povo brasileiro com o futebol, bem como a usurpação dessa relação pelo regime militar; b) compreender como se deu a curta passagem do técnico João Saldanha pela seleção brasileira de futebol e os fatores ligados, de forma direta e/ou indireta ao regime ditatorial, que culminaram na sua demissão; c) a responsabilidade de sanar questões e ir além da descoberta de histórias, e que elas se perpetuem na sociedade brasileira a fim de contribuir na propagação da história e memória nacional.

A historiografia relacionada ao futebol está cada vez mais sólida e perpetuada no Brasil. Os estudos relacionados ao tema têm crescido de forma significativa, sobretudo nas últimas décadas. A temática do trabalho está inserida dentro de um espaço destinado à história política do futebol brasileiro, que tem como principal enfoque a análise das representações políticas do esporte que se tornou um dos principais símbolos de identidade e da cultura do país.

A metodologia empregada na elaboração deste trabalho consiste na utilização das fontes jornalísticas como sendo as principais fontes da pesquisa. Os jornais conquistaram um importante espaço dentro da historiografia contemporânea como objetos e fontes de pesquisa,

²⁸⁰ GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009.

sobretudo a partir da década de 1930, e se constituíram como instrumentos importantes no processo de construção do saber histórico.

Em relação à importância das fontes jornalísticas, se faz necessário ressaltar um cuidado quanto à percepção da realidade que os veículos de imprensa possuem e transmitem. É possível perceber e identificar resquícios de manipulação de interesses e de intervenção no cotidiano social, especialmente se considerarmos que os jornais impressos, agindo como mecanismos de transmissão de informações, estão inseridos em uma lógica própria dentro de um determinado contexto social e político.

A análise de tais fontes históricas requer uma atenção maior quando procuramos identificar mais a forma com que estas transmitem as informações desejadas, e menos as informações em si. Desta forma, é importante propormos uma atividade de crítica em relação às fontes. Em primeiro lugar, deve-se fazer uma crítica interna, que consiste basicamente em analisar o público alvo dos jornais, sua organização estética, seu corpo editorial e os níveis de relacionamento com as instituições de poder. Em segundo lugar, deve-se fazer uma crítica externa, que se baseia na análise do contexto histórico no qual as fontes estão inseridas, com destaque para os setores social, cultural, econômico e político²⁸¹.

A politização do campo futebolístico no Brasil durante a Ditadura Militar

Ao mergulhar no mar de possibilidades da Copa de 70, chama-se a atenção para alguns pontos que usualmente não costumam aparecer com destaque nas mídias especializadas. Aqui está representado um destes: o curto período do técnico João Saldanha no comando da seleção brasileira de futebol.

No momento em que os militares travavam uma árdua batalha interna para definir os rumos do golpe que haviam radicalizado em 1964, que afundou o Brasil nas trevas institucionais, o futebol ia se consolidando como instrumento óbvio dos interesses no cerne das articulações políticas²⁸².

O desempenho desastroso da seleção na Copa do Mundo de 1966, disputada na Inglaterra, repercutiu de forma muito negativa na sociedade brasileira. Neste momento o futebol, e em especial a seleção brasileira de futebol, já haviam adquirido uma enorme

²⁸¹LUCA, Tânia Regina. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁸²GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 156.

importância como elementos de mobilização das massas. O escrete verde-amarelo deixava de ser uma mera representação esportiva do país e passara a apresentar-se como a essência brasileira, e sua expressão de força era capaz de gerar um orgulho nacionalista e patriótico entre os brasileiros.

Com a radicalização do regime ditatorial brasileiro, a partir de dezembro de 1968, a grande preocupação dos generais era construir no país justamente a sensação de legitimidade. A aceitação da ditadura era agora a prioridade em questão, e o futebol, mais uma vez, assumiria papel de destaque, sobretudo com a chegada à presidência do gaúcho e fanático pelo esporte, Emilio Garrastazu Médici, em 1969.

Médici assumiu o poder em 30 de outubro de 1969, momento em que o governo enfrentava uma crise política que tornou o regime ainda mais severo e cruel. Embalado por uma arrancada no campo da economia, que ficou conhecida mais tarde como “milagre econômico”, o general fez acontecer nos anos em que presidiu o Brasil, um casamento entre um autoritarismo paternalista ultrarrepressivo e vigor econômico, fatores que geraram um sentimento de que o país encontrara um caminho próprio de desenvolvimento, sustentados em um nacionalismo forte o bastante para, posteriormente, estremecer até mesmo a relação com os Estados Unidos da América²⁸³. Todavia, o importante aqui é perceber a relação direta do então general presidente Garrastazu Médici com o futebol, e como o mesmo se apropriou politicamente do esporte e em especial da seleção brasileira e da Copa do Mundo de 1970, para instaurar uma aparência de cumplicidade com grande parcela da população em torno de seus maiores projetos. Para sacramentar o sucesso dessa relação, faltava o ‘gran finale’: conquistar o Mundial do México.

O fato de a sociedade brasileira estar naquele momento mergulhada na fase mais brutal e repressora do regime, e ter seu representante maior muito interessado no futebol, fez com a Copa de 1970 se tornasse a mais paradoxal de toda a história brasileira. Torcer pelos craques brasileiros da seleção em um momento tão sombrio como aquele implicava em compactuar com as forças do regime. Pelo menos era essa a alegação de parte da classe intelectual brasileira, que se encontrava no exílio ou na luta armada. Em contrapartida, o time que disputou a Copa do México ficou marcado na história como um dos melhores de todos os tempos – quiçá o melhor – sendo um exímio representante do jogo bonito e bem jogado. Os

²⁸³ GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 161.

ganhos e benefícios almeçados pelos militares em cima da seleção já eram claros e evidentes demais para que a esquerda, que lutava contra o autoritarismo, não o reconhecesse como elemento de legitimação do poder. Mas como não vibrar com os gols e lances geniais de Pelé, Jairzinho e Carlos Alberto, Tostão e Rivelino?

O curioso caso de Saldanha, o “João Sem Medo”

É importante que se diga que até embarcar para o Mundial, a seleção brasileira, muito em função do fraco desempenho e da eliminação precoce de quatro anos antes na Inglaterra, estava envolta por uma nuvem de desconfiança e descrédito. O fiasco resultara em uma grande reformulação da equipe, dentro e fora de campo. O presidente da CBD à época, e aspirante ao cargo honroso de presidente da FIFA, João Havelange, não poderia permitir que tal desastre ocorresse de novo, e para isso surpreendeu ao escolher para o posto de comandante técnico da seleção o comentarista de esportes João Saldanha, também natural do Rio Grande do Sul, logo no primeiro semestre de 1969.

“João Sem Medo”, como era conhecido, sobretudo por não ter receio de se posicionar firmemente de acordo com suas convicções, possuía um passado marcado por ter sido militante comunista participativo desde a década de 1940 e por manter raízes profundas no PCB, o que era uma verdadeira temeridade em um regime fechado e autoritário como o brasileiro. Seu histórico como técnico de futebol de fato ficara restrito à conquista do Campeonato Carioca em 1957 pelo Botafogo de Futebol e Regatas. Entretanto, o cargo de treinador da seleção brasileira fez com que Saldanha colocasse à tona seu lado pragmático e de apaixonado por futebol e esquecesse o envolvimento com a ideologia comunista, pelo menos por um tempo. A história se encarregaria de mostrar, mais tarde, que a decisão de oferecer o posto de técnico da seleção justamente a um de seus maiores críticos foi, no mínimo, equivocada. A intenção lógica era acabar com as críticas, mas a herança da Copa da Inglaterra e o envolvimento e apelo pela seleção canarinho eram forças estrondosas e maiores que qualquer um, naquele momento, poderia prever e medir. A pressão que cairia sobre o novo treinador seria enorme, independente de quem o fosse.

O início da ‘Era Saldanha’ na seleção foi avassalador. Cem por cento de aproveitamento nas Eliminatórias para a Copa: seis vitórias em seis jogos disputados, com a impressionante marca de vinte e um gols de saldo, sendo vinte e três marcados a favor e somente dois sofridos. Este time recebeu a alcunha de “Feras do Saldanha”. Todavia, o comportamento temperamental de João rendia a ele certa oposição por parte dos demais

treinadores e da imprensa. Circulavam informações que no interior da seleção os níveis emocionais não se ajustavam, e como consequências vieram os resultados ruins obtidos nas partidas amistosas e preparatórias para o Mundial. Sobre este fato, o jornal *Última Hora* publicou a seguinte nota quando no embarque para um certame contra os argentinos, em março de 1970: “Os jogadores quase não falaram, demonstrando para muita gente que há algo de errado”²⁸⁴. Como resposta aos rumores sobre uma possível demissão, João Saldanha sempre respondia usando seu tom característico de humor e sarcasmo – características que faziam sucesso entre os torcedores desde os tempos de comentarista. Com o passar do tempo, o treinador foi se isolando dentro da seleção. Algumas de suas atitudes e declarações públicas desagradavam à imprensa, à comissão técnica e aos jogadores. Começaram a surgir informações que apontavam para uma grande interferência externa na seleção.

Ainda na fase de preparação para o Campeonato Mundial, João Saldanha decidiu por fazer cortes na lista dos convocados alegando questões médicas. O zagueiro Scala, do Internacional, e o lateral esquerdo Rildo, do Botafogo foram alguns desses nomes. Segundo outros jogadores que também foram cortados da lista do técnico, o clima que se instaurara na seleção com as recentes dispensas era ruim, e já não se verificava mais o apoio maciço dos comandados para com o comandante. O fato de alguns desses jogadores terem ido a público com tais declarações escancarou o que já se mostrava evidente: a tensão entre a relação de Saldanha com todo o universo de profissionais que circundavam a seleção. Tensão esta que não foi amenizada nem pelos ótimos resultados da equipe sob o comando do gaúcho.

Os episódios a seguir foram considerados substanciais para a saída de João Saldanha do cargo de treinador da seleção brasileira. A decisão do técnico em barrar o maior ídolo do futebol brasileiro e mundial à época foi vista como surpresa e muito provavelmente pode ter custado sua demissão, sacramentada em março de 1970. Afinal, ele decidiu barrar ninguém menos que Pelé. O jogador só completaria 30 anos no ano seguinte, mas suas exhibições excepcionais e seu sucesso como profissional já lhe rendera o título de maior futebolista de todos os tempos. Entretanto, Pelé não conseguia manter o alto nível de suas atuações e começou a receber críticas e também vaias. Até mesmo Zagallo, que viria a assumir a função de treinador da seleção com a demissão de Saldanha chegou a dizer que “Pelé, no momento, era nocivo ao time”²⁸⁵.

²⁸⁴ *Jornal Última Hora*, 3 mar. 1970, p.10.

²⁸⁵ *Jornal Última Hora*, 19 mar. 1970, p.11.

Além de barrá-lo, o “João Sem Medo” continuou a fazer jus ao apelido e cometeu aquele que foi considerado por muitos como o seu grande erro de avaliação sobre o rei do futebol: disse que Pelé era tinha miopia, e que isto faria com que sua condição de praticar o esporte se tornasse limitada. A verdade é que pouco depois o jogador admitiu ser mesmo míope, mas não a ponto de atrapalhá-lo no desenvolvimento de suas funções. Saldanha disse ao jornal *Última Hora* em 19 de março de 1970 – dois dias após a sua demissão – que chegou a conclusão sobre o desvio de visão do craque ao “observá-lo durante muito tempo, não só em campo, mas também no convívio”.

A relação entre os dois era, a princípio, amistosa. O jogador chegou a lamentar publicamente a saída do treinador. Contudo, o que se viu na sequência, foi uma declaração de Pelé ao mesmo jornal *Última Hora* no dia 18 de abril de 1970 dizendo que Saldanha “nunca entendeu coisa alguma sobre futebol” e que a seleção seria muito melhor com a chegada de Zagallo. Dias depois disse ao jornal *Estado de São Paulo* que o ex-comandante “inventava” na hora das escalações, e que quando suas mudanças não surtiam efeito, ficava “apavorado”. É impossível concluir que Pelé e toda áurea de fama e autoridade em cima de sua figura tenham derrubado João Saldanha, mas é certo que a relação e o clima entre os dois não era bom.

Dando sequência aos acontecimentos que culminaram na demissão de Saldanha, o fatídico episódio em 16 de março daquele ano, pôde ser visto como crucial para sua saída. Neste dia, Saldanha invadiu o local onde estava concentrado o time do Flamengo para tirar satisfações com o treinador do rubro-negro Yustrich, que o havia chamado de “covarde”. Fora uma situação conturbada e que certamente traria desdobramentos. O porteiro flamenguista chegou inclusive a dizer que Saldanha portava uma arma no momento que invadiu a concentração – fato que o treinador negou veemente. Toda a confusão foi contornada e o confronto entre os técnicos foi evitado. Todavia, Yustrich, que era conhecido na época por ser um treinador linha dura e autoritário, de porte físico avantajado – o que invariavelmente rendia uma relação entre sua pessoa com as diretrizes da ditadura – aproveitou-se da situação para cobrar junto aos militares uma providência que contivesse Saldanha. Curioso foi que dias antes do ocorrido, Yustrich já havia se pronunciado publicamente sobre sua insatisfação para com o técnico da seleção. Ao jornal *Última Hora*, em 3 de março, ele disse: “Se Saldanha continuar com o comportamento que teve até agora, acho que pode haver uma intervenção do Exército na seleção, como já aconteceu em outros países onde, como no Brasil, o futebol tem grande repercussão na vida nacional”. Sobre o fato, o coordenador da seleção, Antonio do

Passo, revelou que a insatisfação da CBD com Saldanha era grande, e que a paciência da Confederação Brasileira de Desportos com ele chegara ao fim. João Saldanha foi demitido no dia seguinte, curiosamente no mesmo dia em que foi denunciado por Passo a João Havelange.

A demissão do técnico na noite do dia 17 de março de 1970 levantou fortes suspeitas de uma interferência direta dos militares, representados na pessoa do presidente Médici. O uso político do esporte, e o uso do esporte pela política tinham neste momento suas facetas escancaradas²⁸⁶. Logo após sua demissão, Saldanha convocou imediatamente os jornalistas para uma espécie de coletiva de imprensa para explicar os motivos de sua saída. O que ele disse durante a entrevista é usado até os dias atuais como evidência concreta da disposição do agora ex-técnico da seleção em não fazer o jogo da ditadura. João chegou a insinuar, inclusive, que o presidente Garrastazu Médici lhe havia obrigado a convocar o atacante Dario, que na época era um dos cinco maiores goleadores do Brasil e jogava pelo Atlético Mineiro.

Evidente que circularam versões sobre a demissão de Saldanha que se relacionavam com seu passado como militante comunista e ligações com o Partido Comunista Brasileiro. O medo maior era que ele desembarcasse no México para a disputa do Mundial trazendo consigo uma lista com os nomes de presos políticos, e que fizesse ainda um discurso em tons de condenação e aversão ao regime militar brasileiro para toda a imprensa internacional que cobria os jogos. Estas versões, contudo, não se verificariam verdadeiras, ou pelo menos passíveis de comprovação. Se fossem verídicas, os militares jamais permitiram que Saldanha sequer assumisse o posto de técnico da seleção brasileira, objeto grandioso da propaganda política do regime. Fato foi que dias após ter sido demitido, João Saldanha cordialmente pediu que fosse recebido pelo ministro Jarbas Passarinho em audiência para lhe entregar uma pasta contendo propostas e medidas que visavam reformular o futebol brasileiro. Ao recebê-lo, Passarinho recorreu aos antigos discursos patriotas do antigo treinador para que ele não atacasse publicamente a seleção. A revista *Placar*, especialista em futebol, tratou na sua edição datada de 20 de março de 1970, a demissão do “João Sem Medo” como sendo “uma intervenção branca do governo federal no escrete”²⁸⁷.

Quem substituiu João Saldanha no comando técnico da seleção brasileira foi Zagallo. E ele, logo de cara, tratou de expressar sua mágoa em resposta à versão construída e consolidada de que foram as pressões do presidente militar Emilio Garrastazu Médici as

²⁸⁶ GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009.

²⁸⁷ *Revista Placar*, 20 mar. 1970, número 1, p.8.

responsáveis pela queda do antigo Saldanha²⁸⁸. Passados mais de duas décadas, já no ano de 1995, o “Velho Lobo” – como Zagallo ficou conhecido, e três anos antes de dirigir novamente a seleção em outra Copa do Mundo, que seria sediada na França – disse em entrevista ao *Jornal Folha de São Paulo* que “ele (Saldanha) saiu pelas cagadas que fez. Essa é a verdade. E eu entrei no lugar dele. E tem muita gente que quer me tirar o mérito. Quiseram dizer que eu peguei o time montado”²⁸⁹.

Considerações Finais

Certo é dizer, contudo, que a demissão de Saldanha fez instaurar ares de instabilidade e crise na seleção nacional. Existia nas cúpulas de Brasília, uma mobilização transparente por parte dos militares sobre este assunto. Ter um clima tenso na seleção poderia ser prejudicial à nação, uma vez que esta já se consolidara como um dos pilares do discurso político nacionalista e ideológico do governo, e poderia abalar negativamente o ânimo da população. O ministro Jarbas Passarinho solicitou um encontro com o presidente da CBD, João Havelange, onde anunciaria que o governo fazia questão de receber explicações da entidade que comandava o futebol nacional acerca da crise no time brasileiro. Menos de 24 horas depois, o mesmo ministro informou através de comunicado que o governo federal resolvera não intervir na CBD, mas em contrapartida, disse que se fosse necessário, iria “devassar” o órgão para averiguar certas “denúncias de corrupção” sugeridas por Saldanha. Um quadro de idas e vindas, resultado de algumas reuniões entre o alto escalão do governo e Havelange, se instaurou. A pauta destas reuniões seria o futuro da seleção brasileira, que àquela altura poderia abalar profundamente a opinião pública do país²⁹⁰. Neste momento, era mais que necessário atribuir à seleção um modelo de conduta, disciplina e ordem.

A “Era Saldanha” já havia chegado ao fim. O ambiente caótico que tomou conta da seleção brasileira após a sua saída tirou o sono dos militares. O alvo principal do governo passara a ser João Havelange, presidente da CBD. Havelange ainda mantinha o sonho vivo de se tornar o presidente da FIFA. Ao assumir o controle da entidade brasileira em 1958 – que àquela altura congregava diversos esportes, inclusive o futebol – o ex-atleta de esportes aquáticos que disputou duas Olimpíadas representando o Brasil, vinha conseguindo uma rede de contatos interessantes e importantes à nível global, alimentada substancialmente após sua

²⁸⁸ GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 170.

²⁸⁹ *JornalFolha de São Paulo*, 16 jul. 1995, p.4-6.

²⁹⁰ *Jornal Última Hora*, 20 mar. 1970, p.2.

eleição para um grupo seletivo de membros do Comitê Olímpico Internacional (COI). O resultado da preocupação do regime militar em cima de Havelange fez com que o jornal *Última Hora* chegasse a afirmar em 20 de março de 1970: “João Havelange não é mais o todo-poderoso presidente da CBD. Ele apenas dirige, provisoriamente, uma entidade que vai entrar em rigoroso balanço, tendo de se submeter à aprovação do governo cada um de seus atos”²⁹¹.

Em torno da escolha de Havelange por Zagallo, circulavam especulações que esta teria sido feita para que ele pudesse controlar o novo treinador, mesmo diante de tanta pressão vinda de fora. Imediatamente, a figura de Zagallo à frente da seleção passou a ser vista tanto como condescendente a Havelange, quanto à máquina controladora estatal. Dessa forma, o regime militar seguiria com os planos e medidas de usurpação política em cima do esporte mais amado pelos brasileiros. O futebol, ao ser incorporado no imaginário coletivo, era capaz de atribuir fundamento e significado aos desejos e anseios da grande parcela da população. Médicos e os militares sabiam bem disso.

Fontes Primárias

JornalFolha de São Paulo, 16 jul. 1995, p.4-6.

JornalÚltima Hora, 3 mar. 1970, p.10.

Jornal Última Hora, 19 mar. 1970, p.11.

Jornal Última Hora, 20 mar. 1970, p.2.

Revista Placar, 20 mar. 1970, número 1, p.8.

Referências Bibliográficas

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2009.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁹¹*JornalÚltima Hora*, 20 mar. 1970, p.2.

COMUNICAÇÕES LIVRES

O movimento migratório de portugueses e a constituição de famílias luso-brasileiras em comunidades rurais da América Portuguesa – século XVIII

Clara Garcia de Carvalho Silva²⁹²

Resumo: O presente trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa ainda em andamento, cujo objetivo é traçar o perfil socioeconômico das famílias constituídas e chefiadas por indivíduos de origem declarada portuguesa que chegaram a Minas Gerais no século XVIII. A região mineira escolhida para este estudo foi a do Termo da Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, formada por pequenas localidades que se constituíram em função da extração aurífera vinculada a atividades voltadas para uma produção para o mercado interno. Nesta fase inicial da pesquisa, buscamos analisar os registros paroquiais de batismos realizados nessas pequenas comunidades rurais com o intuito de pensar na funcionalidade da família como uma prática de restituição dos laços familiares que ficaram para trás após a travessia do Atlântico e que, conseqüentemente, proporcionaram a fixação desses indivíduos às terras coloniais.

Palavras-chave: migração, portugueses, família luso-brasileira.

Abstract: This paper presents the first results of a research in progress, whose objective is to trace the socioeconomic profile of families constituted and headed by individuals of Portuguese origin declared that arrived in Minas Gerais in the eighteenth century. The mining region chosen for this study was the Borda do Campo, in Rio das Mortes, formed by small towns that formed due to the auriferous extraction linked to activities for a production for the internal market. At this early stage of research, we analyze the parish registers of baptisms performed in these small rural communities in order to think of the functionality of the family as a practice of restitution of the family left behind after the crossing of the Atlantic and, consequently, have provided to keep these individuals to colonial lands.

Keywords: migration, portuguese, portuguese-brazilian family.

A emigração em Portugal foi uma constante estrutural desde a era dos descobrimentos quando navios portugueses partiram para a exploração das costas da Índia, da Ásia e da América. Administração das colônias; possibilidades de enriquecimento e tentativas de mudanças de qualidade de vida foram alguns dos incentivos para portugueses rumarem para

²⁹² Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail:

outras localidades além de seus limites territoriais. Apesar das expectativas de retorno, muitos desses reinóis partiram e não mais regressaram a Portugal, o que demonstram estudos como os de Caroline Brettel (1991). Certamente, grande parte daqueles que atravessaram o Atlântico ainda solteiros constituíram famílias nas regiões que os receberam, se fixaram e eliminaram totalmente a esperança de regresso e, sobretudo, de matrimônio em sua terra natal, trazendo consequências para a configuração social das comunidades em que nasceram e que posteriormente deixaram para trás.

Uma das regiões da América Portuguesa receptoras destes emigrantes foi a Borda do Campo – Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais –, formada por pequenas localidades que se constituíram no início do século XVIII em função das atividades de extração aurífera vinculadas a atividades voltadas para uma produção para o mercado interno. É dentro dos limites destas comunidades e durante os anos que compreendem os Setecentos que analisaremos a seguir a presença de portugueses e a constituição de famílias luso-brasileiras no entorno das Minas.

“*Meu Manél bai pró Brazil...*”²⁹³

Sobre a emigração portuguesa para o Brasil, alguns dados indicam a intensidade deste movimento: no século XVII, as taxas anuais giravam em torno de 3.5 por mil; depois, 1.5 por mil; chegando a 4.0 por mil durante a exploração das minas de ouro e diamante no século XVIII, período que especialmente nos interessa (SCOTT, 2012 *apud* GODINHO, 1978). Estudos sobre a emigração portuguesa apontam a região do Entre Douro e Minho²⁹⁴, Noroeste de Portugal, como a região de maior incidência do fenômeno.

A província do Minho, formada pelos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, era a mais densamente povoada entre todas as províncias portuguesas e a posse de bens fundiários simbolizava poder e prestígio social. Segundo Caroline Brettell (1991), a maioria dos trabalhos sobre o caráter do sistema fundiário e estrutura social descrevem o Noroeste português como uma região de minifúndio, herança divisível e explorações agrícolas familiares de pequena escala, voltadas para a auto-subsistência. Embora não sejam características incorretas, Brettel alerta para o fato de elas serem simplistas, dado o complexo

²⁹³ Trecho de uma quadra popular portuguesa. Segundo a cultura popular do país, entre as mulheres do Minho em idade de se casar havia a prática de bordar em lenços pequenas poesias com mensagens de amor e ternura. Nesses bordados, elas também expressavam suas saudades e promessas de amor aos rapazes que se ausentavam de suas terras.

²⁹⁴ Nomenclatura baseada na divisão das regiões portuguesas de 1758.

sistema de propriedade de terras – e, conseqüentemente, o sistema de transmissão destes bens – em uma sociedade fortemente estratificada, como a minhota.

No Minho, a terra era base da sustentação familiar. No entanto, poucas famílias minhotas eram proprietárias do espaço em que cultivavam o seu sustento. O domínio direto das propriedades pertencia, em geral, aos grandes senhorios, interessados apenas na coleta de seus rendimentos, que eram frutos do trabalho de camponeses que exploravam as terras através de contratos (domínio útil da propriedade). Em meio a este domínio senhorial, havia pequenos proprietários de alguns terrenos de pouca importância, que não garantiam a sobrevivência de um agregado familiar, sendo necessário aliar ao trabalho dessas pequenas propriedades a exploração dos domínios senhoriais ou ainda a algum tipo de trabalho artesanal, como a carpintaria, por exemplo (BRETTEL, 1993; DURÃES, 2002). Diante das dificuldades de se viver em um solo intensamente ocupado e com terras caracterizadas pela pequena dimensão, os camponeses da região precisavam recorrer a determinadas manobras que garantissem a sobrevivência do grupo familiar e a manutenção de seu patrimônio.

Para compreender as estratégias de sobrevivência econômica das famílias camponesas minhotas setecentistas, é de suma importância recorrer ao conjunto de leis que regiam a sociedade da época. Tais estratégias estão diretamente ligadas às práticas sucessórias e hereditárias do mundo rural lusitano, sendo necessário, portanto, conhecer as linhas mestras do direito sucessório português.

Segundo Jean-Louis Flandrin (1979), estudos de Frédéric Le Play – pioneiro na introdução do conhecimento do direito sucessório aos estudos históricos – classificavam a transmissão do patrimônio às novas gerações como a principal função e característica da família. Para ele, “nada seria mais adequado para definir um tipo de família do que o sistema de devolução de herança que nele se adaptava”. A historiadora Margarida Durães (2001) acrescenta que, embora muitos historiadores tenham colocado à prova a visão playsiana de que a transmissão de herança bastava para classificar o grupo familiar²⁹⁵, há uma íntima ligação entre o direito sucessório e a constituição e organização do agregado familiar. Para ela, em todos os tempos e em todas as organizações político-econômicas, o direito sucessório é o “espelho vivo” do contexto familiar – razão que nos leva ao seu estudo.

O direito sucessório estava assentado em dois critérios fundamentais: a *família* e a *propriedade*. Quando o critério da *família* tinha maior influência nos regulamentos do direito

²⁹⁵ Consideravam esta abordagem uma “visão reconstruída da realidade”, uma vez que ela é feita sob um universo rural complexo e cheio de contrastes.

sucessório, prevaleciam as formas de sucessão legítima, ou seja, aí encontravam-se consignados os princípios da igualdade entre os herdeiros; quando o critério *propriedade* prevalecia sobre todos os outros aspectos, eram as formas de sucessão testamentária que organizavam a reprodução social e econômica. Ambos os critérios eram sensíveis às transformações das condições sociais e econômicas, assim, haveria ora a prevalência de um, ora a de outro – a adoção de determinado critério dependeria das formas de apropriação e exploração do solo. Em Portugal, estes princípios foram implantados no quadro jurídico nacional através da difusão do movimento romanístico e à medida que o poder absoluto do Rei se implantava. A partir de então, começam a surgir um conjunto de leis que se concretizaram na publicação das Ordenações Afonsinas, em que há partes que se dedicam a temas como o direito da família e o direito das sucessões. (DURÃES, 2001).

Sobre as regras que consubstanciavam o direito sucessório, as Ordenações Afonsinas – e, mais tarde, as Filipinas – definiam, entre outros pontos, que a Lei era geral e que a regulamentação sucessória deveria ser aplicada a todo Reino e a todas as categorias sociais; que os direitos sobre a herança entre os descendentes era igualitário, bem como a legítima teria um caráter sagrado e inviolável, compostas somente por bens móveis, suscetíveis à partilha.

Os padrões hereditários minhotos inseriam-se na contradição de dois conjuntos normativos: se de um lado tínhamos as Ordenações, que decretavam para todo o Reino a igualdade na partilha dos bens entre os herdeiros; do outro tínhamos a principal forma de acesso à exploração da terra na região, os contratos. Para as propriedades enfitêuticas, havia uma legislação particular que as definiam como bens indivisíveis e de sucessão única, com primazia dos homens sobre as mulheres, dos mais velhos sobre os mais jovens, estabelecendo, portanto, a desigualdade entre os herdeiros. Enquanto as regras de herança impunham igualdade entre os herdeiros legítimos, as regras de sucessão de uma exploração aforada impunham a sucessão única, já que ela não podia ser dividida.

Ao tecer um estudo acerca dos padrões de herança da região minhota de Braga no século XVIII, Margarida Durães (2001) identifica uma série de estratégias camponesas que visavam conciliar igualdade entre os herdeiros e indivisibilidade da propriedade no processo sucessório e de partilha de herança, práticas estas que nem sempre respeitavam o sistema jurídico da sociedade, mas que eram adotadas de acordo com as circunstâncias e necessidades de cada família. Ao analisar um conjunto de testamentos, a historiadora percebe que a divisão dos bens em muitos deles não seguiam as diretrizes das leis. Para a região minhota em

questão, ela encontra uma diversidade dos padrões de herança: sucessão igualitária entre todos os herdeiros; sucessão única e herança indivisa ou ainda um herdeiro beneficiado com o maior quinhão.

Margarida Durães conclui que as práticas sucessórias e hereditárias eram múltiplas, adotadas de acordo com o interesse de cada família. Percebemos, portanto, que em inúmeros casos as práticas sociais cotidianas eram mais fortes que o sistema jurídico da sociedade, embora este não fosse relegado para um plano inferior. Entre famílias de todos os estatutos sociais, é perceptível uma adaptação do sistema jurídico com o intuito de não desassistir os herdeiros que ficariam à margem da sucessão e também de preservar a integridade do patrimônio da família.

Apesar da existência de tais estratégias de sobrevivência da família e de proteção de seu patrimônio, a densidade populacional exercia forte pressão sob a divisão das terras no Minho. Com o tempo, mesmo com todos os esforços dos senhores para evitar a sua fragmentação, as terras a serem exploradas foram sendo fracionadas para satisfazer a necessidade de um número cada vez maior de famílias. Sendo assim, as propriedades assumiam um tamanho cada vez mais reduzido, limitando o crescimento da produção e ocasionando a insuficiência econômica do patrimônio da família (DURÃES, 2002, 2004).

Identificamos, portanto, uma segunda estratégia de sobrevivência da casa camponesa minhota: a migração. Impossibilitados de uma mobilidade social baseada na posse de terra, a solução para muitos minhotos seria partir para outras localidades, inclusive para o Brasil, que passava por um período de abertura de fronteiras em Minas Gerais e trazia a possibilidade de enriquecimento com o acesso e cultivo das terras do outro lado do Atlântico. A emigração funcionava como um importante meio para se alcançar o equilíbrio entre alto índice populacional minhoto e a pouca disponibilidade de recursos, ou seja, de terras.

Do Minho a Minas

Ao final do século XVII, o ouro é dado oficialmente como descoberto na região de Minas Gerais. A notícia de tal descoberta provocou o afluxo de milhares de pessoas vindas de outras partes da Colônia e até mesmo de Portugal, dando início a um intenso processo de ocupação do espaço em torno das minas (OLIVEIRA, 2012). Nas primeiras décadas do século XVIII, a ocupação da região foi marcada pelo esforço da Coroa portuguesa para controlar a área mineradora, mantendo a população sob vigilância para garantir a exploração mineral, cobrança de impostos régios e envio de parte do ouro para o outro lado do Atlântico. Entre os

anos de 1701 e 1702, o Caminho Novo já era utilizado para o fluxo de pessoas e mercadorias, viabilizando a saída do ouro de aluvião, bem como o abastecimento da região aurífera.

A movimentação das tropas demandava a existência de pontos de abastecimento que contribuíssem para o bom resultado do projeto da metrópole de ocupação e exploração da fronteira que se abria. Paralelamente à atividade mineradora começou a se desenvolver o cultivo de roças e criação de animais ao longo do caminho, impulsionando o desenvolvimento de atividades rurais na região. Nas primeiras décadas dos setecentos, os primeiros povoados que surgiram em função da atividade mineradora começaram a adquirir um caráter mais estável com a construção de uma capela e pequenas moradias em torno desta e ao longo dos caminhos. Formaram-se, então, as primeiras pequenas comunidades agrárias ao redor do Caminho Novo (RESENDE, 2009).

O Termo da Borda do Campo, localizado na serra da Mantiqueira e hoje correspondente à região do entorno de Barbacena, foi uma das regiões que serviu de passagem aos viajantes do Caminho Novo em direção aos núcleos mineradores de Minas Gerais. A região possuía solos férteis e agricultáveis, propícios para o estabelecimento de lavouras, roças e criações, e ainda terras minerais não exploradas, o que levou à formação de núcleos de povoamento – como Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Santana do Garambéu, São Domingos da Bocaina –, caracterizados pela pequena propriedade, posse de cativos e com uma lógica socioeconômica e cultural de unidades agrícolas familiares de caráter camponês (OLIVEIRA, 2010).

O contínuo movimento populacional para a região das Minas trouxe muitos portugueses para o exercício de cargos na administração civil, militar e como membros do clero, que trabalhavam junto a Coroa na organização da ocupação da região em torno da área mineradora. No entanto, a descoberta do ouro e de pedras preciosas não atraiu apenas os ilustres homens do reino. Outros tantos portugueses, a maioria empobrecida em sua terra de origem, viram em tal descoberta, bem como na oportunidade de acesso a terra na América Portuguesa, a esperança de mudança da qualidade de vida e assim vieram atraídos pelas possibilidades enriquecimento na exploração mineral e também pela expectativa de mobilidade social baseada na posse de terras na fronteira que se abria na região das Minas. Para muitos destes indivíduos, a travessia do Atlântico ocorreu apenas uma vez: desembarcaram na América, formaram famílias, se fixaram à terra e nunca mais regressaram a Portugal (PEREIRA, 2009).

Para identificar as famílias presentes na Borda do Campo no século XVIII cuja figura paterna fosse de origem portuguesa, contamos com os registros paroquiais de batismos. Para esse período foram coletados 4592 registros de batismos realizados nas paróquias dos povoados da região escolhida para o estudo.²⁹⁶ Entre esses, identificamos 1090 assentos em que a figura paterna declara ser de origem portuguesa. Com a elaboração de fichas individuais para cada registro, centradas na figura paterna de origem lusa, constatamos que muitos indivíduos levaram inocentes a pia batismal por mais de uma vez. Para evitar o equívoco de duplicações de indivíduos e, em consequência, a duplicação de famílias, foi necessário filtrar ainda mais os registros coletados em uma segunda base de dados para que houvesse apenas uma entrada por chefe de família. Desta maneira, chegamos a 295 famílias cuja chefia é de responsabilidade de um imigrante português. Ao analisarmos as origens lusitanas dos pais das crianças batizadas nas comunidades eleitas para o estudo, chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 01 – Origens dos Pais Portugueses

Portugueses	Províncias ²⁹⁷					Dados incompletos
	Arquipélago dos Açores	Entre-Douro-e-Minho	Beira	Estremadura	Alentejo	
295	117	138	7	26	5	2
100%	40%	47%	2%	9%	1,5%	0,5%

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – *AEAM e CMJF*.

Os resultados encontrados para a Borda do Campo – maioria (47%) de portugueses naturais do Minho – confirmam a tendência já apresentada por Donald Ramos (1993) e outros estudiosos do movimento migratório de portugueses para Minas Gerais no século XVIII: é forte a presença de indivíduos oriundos do Noroeste de Portugal nas Minas Gerais. Iraci Del Nero encontrou uma taxa de 68,1% de indivíduos que vieram da região norte portuguesa para Vila Rica; para Paracatu, Renato Pinto Venâncio encontrou um percentual de 75%; em seu trabalho sobre comerciantes portugueses estabelecidos em Minas Gerais na primeira metade

²⁹⁶ Os registros paroquiais de batismos estão sob custódia da *Cúria Metropolitana de Juiz de Fora* e do *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, doravante *CMJF e AEAM*.

²⁹⁷ As nomenclaturas das províncias estão baseadas na divisão das regiões portuguesas de 1758.

do século XVIII, Júnia Ferreira Furtado encontrou uma taxa de 77,4% destes indivíduos; Carla Almeida chegou a um grupo de 89% de homens naturais das províncias do norte português (ALMEIDA, 2006). Diante das limitadas condições socioeconômicas nas quais o Minho estava inserido nesse período, a localidade mineira, com a vasta disponibilidade de terras para serem cultivadas e regiões minerais ainda não exploradas, apresentava-se como uma promessa de mudança de qualidade de vida para esses emigrantes.

Outro dado significativo refere-se à presença de indivíduos do Arquipélago dos Açores na região das Minas, representantes de 40% do total de portugueses que batizaram seus filhos na Borda do Campo. Ao estudar a migração açoriana para Rio Grande de São Pedro, região Sul do Brasil, no século XVIII, Ana Silvia Volpi Scott (2012) ressalta que os movimentos migratórios açorianos tem sido frequentemente entendidos como um mecanismo de regulação destinado a amenizar os desequilíbrios demográficos da região, as crises de subsistência – dada a abundância de população em relação aos recursos disponíveis – ou até mesmo as recorrentes catástrofes naturais, como erupções vulcânicas, grandes tempestades, maremotos e tremores do solo. Além destes dados, Volpi Scott lança mão dos trabalhos de Martha Hameister (2006) para acrescentar o impacto que os regimes sucessórios de caráter não igualitário teriam sobre aquelas populações.

O sistema de heranças e propriedades levava à exclusão sistemática de parcelas da população do acesso à terra. As terras do Arquipélago foram doadas em mercês; senhores que já possuíam alguma fidalguia ou que também a receberam em mercê promoveram o seu povoamento. Como no Minho, as terras açorianas estavam concentradas nas mãos dos grandes proprietários, restando aos camponeses as práticas de agricultura e pecuária em terras enfitêuticas. As leis do Reino acerca do direito sucessório também valiam para os habitantes das ilhas, desta maneira, as famílias dos Açores padeciam dos mesmos males das famílias da Península: se menos abastadas, não tinham muitas opções de expansão de sua produção; se de melhores condições econômicas, estavam condenadas a viver na dependência do irmão primogênito, sucessor da figura paterna na gestão da propriedade. O arquipélago não podia crescer, o oceano era o próprio limite de qualquer expansão. Nas palavras de Hameister (2014): “De todos era a necessidade de deixar as ilhas. De cada um eram os motivos para fazê-lo”.

Mônica Oliveira (2011) aponta para a ideia de que muitos desses portugueses, de todas as localidades do Reino, partiram para tão desconhecida região mediante o garantido acesso a sesmarias. No entanto, a historiadora alerta para a funcionalidade da sesmaria enquanto um

benefício legal que recompensava e favorecia apenas indivíduos que prestavam serviços a Coroa. Desta maneira, para aqueles que não o recebiam restava apenas a emigração livre para áreas pouco articuladas ao núcleo minerador, aproveitando-se até mesmo de uma ausência de fiscalização sobre as terras para ocupá-las.

No que tange à posse da terra, dos 295 personagens desta pesquisa, localizamos apenas 13 indivíduos (4%) como sesmeiros, ou seja, que obtiveram suas terras através de doações feitas pela Coroa portuguesa. Em uma relação de posseiros da região, encontramos 33 portugueses.²⁹⁸ Assim como para os posseiros, para os demais indivíduos que não apareceram na documentação – embora seja difícil afirmar e quantificar a emigração livre – é possível que tenha lhes restado os riscos de uma viagem em busca do enriquecimento com o ouro e com as terras de além-mar. A Borda do Campo, menos articulada aos centros mineradores e menos sujeita ao controle da Coroa, foi também o destino de muitos desses homens que não contavam com os benefícios legais dados por Portugal aos colonizadores.

Os personagens centrais desse trabalho não se enquadram, portanto, na nobreza do Reino, com seus conquistadores, homens de negócio ou burocratas, mas sim entre os pobres emigrantes que almejavam melhores condições de vida e se aventuraram ao partir para o Brasil. Ao chegarem às novas terras, se depararam com novas situações que exigiam comportamentos estratégicos para melhor adaptação: o estabelecimento de redes relacionais revelou-se um dos mais importantes meios para adequação às novas circunstâncias encontradas.

“Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!”²⁹⁹

*Rosa que está na roseira
Deixa-te estar até ver
Que eu vou ao Brasil e venho
Inda te hei de vir colher*

Ainda que o fenômeno da migração fosse uma constante em Portugal, muitos emigrantes almejavam retornar às suas terras de origem após a conquista de seus objetivos, como expressa a cantiga popular transcrita acima. O trabalho de Caroline Brettel (1991) sobre

²⁹⁸ A relação de sesmeiros e posseiros encontrados na Serra da Mantiqueira estão sob custódia do *Arquivo Público Mineiro*.

²⁹⁹ PESSOA, Fernando. Mar Português. In: ____ *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010. p.66.

as consequências da emigração no Noroeste português demonstra que essa foi uma realidade para alguns emigrantes, mas também houve aqueles que nunca mais regressaram às suas comunidades, como exprime o poeta Fernando Pessoa em *Mar Português*: “Quantas noivas ficaram por casar para que fosses nosso, ó mar!”.

Ao estudar os membros da elite mineira setecentista, Carla Almeida (2006) constatou a forte fixação de portugueses na região das Minas. De acordo com Mônica Oliveira (2009), em regiões de fronteira, como a Borda do Campo, a formação de famílias funcionou como uma estratégia de restituição dos laços familiares que ficaram para trás após a travessia do Atlântico e, conseqüentemente, esses laços proporcionaram o enraizamento dos recém chegados.

Ao analisarmos a naturalidade das esposas dos portugueses aqui apresentados, chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 02 – Origens das Esposas dos Portugueses

Esposas	Portuguesas			Naturais da Colônia			
	Arquipélago dos Açores	Entre-Douro-e-Minho	Dados incompletos	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Dados incompletos
	34	5	A	115	19	26	B
295	39		6	160			90
<i>100%</i>		<i>15%</i>				<i>85%</i>	

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos – *AEAM e CMJF*.

Acerca dos casamentos entre portugueses (15%), destacam-se as uniões com mulheres naturais das ilhas Atlânticas, especificamente dos Açores. Destes, foram identificados 27 casais com naturalidade declarada açoriana, sendo os outros 12 casais portugueses de origens mistas (açorianos e minhotas; açorianas e naturais da Estremadura, por exemplo). Entre os **Dados incompletos A**, constatamos, através da análise da naturalidade dos avós maternos, que 6 mulheres são filhas de casais portugueses, o que pode significar que elas também são naturais de Portugal. Possivelmente as uniões em que os cônjuges são de origem lusa ocorreram ainda no Reino, antes mesmo da emigração para a América Portuguesa.

Em relação à migração de casais açorianos para o Brasil, no século XVIII houve uma política da Coroa de envio de pares das ilhas para resolver duas questões: a primeira refere-se ao anseio de uma colonização efetiva dos domínios coloniais na América; a segunda relaciona-se com a densidade populacional frente a pouca disponibilidade de recursos nos Arquipélagos.

Através de um documento que ficou conhecido como *O Edital de 1747*, foi feita a convocatória para o deslocamento de ilhéus para a Colônia, informando que

Sua Majestade atendia representações de moradores das Ilhas dos Açores, que lhe têm pedido mande tirar o número dos casais que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado. (*Edital de 1747*. In: HAMEISTER, 2014 *apud* FORTES, 1999)

O *Edital* não estabelecia para onde seriam dirigidos os casais que o aderissem. No entanto, em complemento ao mesmo havia uma Provisão Régia que estabelecia as condições de transporte das famílias para a Ilha de Santa Catarina. Para Minas Gerais, por exemplo, não foi ainda encontrado nenhum documento que demonstre uma política de envio de casais como esta para a região. No entanto, Martha Hameister (2014) acredita que a Provisão que menciona Santa Catarina não tenha sido a única, uma vez que no mesmo período foram enviados casais para o Estado do Grão-Pará.

Os dados encontrados para a Borda do Campo comprovam a presença de casais açorianos na Capitania de Minas Gerais. É possível que, caso não tenha havido uma convocatória de deslocamentos para a região mineira, estes casais se aproveitaram de brechas dos incentivos formais de migração dados pela Coroa aos habitantes das Ilhas: através de uma travessia mais livre, casais açorianos de baixo estatuto social optaram pela partida para uma região de onde chegavam as alvissareiras notícias de minerais preciosos e de vasta disponibilidade de terras cultiváveis – esperança de fortuna para indivíduos que poderiam estar longe das possibilidades de ganhos de mercês ou benefícios legais dados pelo Rei.

Ainda de acordo com o quadro anterior, a maioria das uniões foi realizada com mulheres que se autodeclararam naturais da colônia, com destaque para as referências às localidades da Capitania de Minas Gerais, como a própria Borda do Campo, Mariana e São João Del Rei; seguidas pelas da Capitania de São Paulo, como Jacareí, Mogi,

Pindamonhangaba e Taubaté; e, por fim, pela Capitania do Rio de Janeiro, que é citada de forma geral. Entre os **Dados incompletos B**, identificamos 14 mulheres filhas de pai português e mãe natural da Colônia (também das Capitânicas apresentadas pelo *Quadro 02*). Ainda que tenham sido geradas em solo americano, o que diferencia essas 14 mulheres das demais também naturais das terras brasileiras é o fato de elas pertencerem a uma primeira geração de portugueses nascidos na América. Em um período de hierarquia social bem marcada, *ser português* já era um elemento de diferenciação social entre os membros do corpo social que compunha o Brasil.

Também entre as esposas nascidas na América lusa, encontramos mulheres designadas como pardas e índias, além daquelas que não possuem a naturalidade declarada, mas que aparecem como descendentes de mulatas ou pretas forras. Em *Barrocas Famílias – Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*, Luciano Figueiredo ressalta que com o desenvolvimento da mineração nas Gerais a Coroa tomou algumas medidas em relação a sua política familiar, que visava combater as uniões ilícitas e a miscigenação da população através do olhar vigilante da Igreja. Além do incentivo às relações legais, o Estado estimulava o casamento entre a população de pura descendência portuguesa, na tentativa de preservar a pureza racial. Para preservar tal pureza, estabeleceu-se que o critério de acesso a cargos de importância política e social na comunidade seria a cor, ou seja, o ser branco.

No entanto, os dados encontrados para a região da Borda do Campo demonstram o grande número de uniões que ultrapassam essa noção de preservação de uma raça pura. A presença de casais cujas esposas são índias, pardas e descendentes de mulatas ou pretas forras pode ser explicada pelas características da própria região: fortemente ruralizada, predomínio de pequenas propriedades e o mínimo controle da Coroa marcado pela ausência de Câmara na localidade. Nessas condições, as uniões matrimoniais poderiam ocorrer de forma mais livre, longe das diretrizes e olhares do Estado português, e mais adequadas às possibilidades apresentadas por comunidades de natureza ainda inóspita.

O matrimônio apresentava-se, portanto, como uma primeira estratégia de vida: casar significava recriar os laços familiares que ficaram em Portugal. Os casamentos estabelecidos em Minas Gerais certamente contribuíram para as altas taxas de desequilíbrio demográfico do Noroeste português. A migração minhota era tendencialmente masculina, o que levou a população da região a alcançar uma proporção maior de mulheres solteiras do que outras regiões de Portugal. A escassez de homens contribuiu para configuração de um padrão social em que mulheres se casavam tardiamente (após 25 ou até mesmo 30 anos) em função da

espera pelos homens que partiram em busca de melhores situações financeiras, como também aborda o estudo de Caroline Brettel, *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Mais do que isso, Brettel constatou uma sociedade em que a figura feminina alcançou grande importância diante da ausência masculina: a mulher adquiriu tamanha independência para época que poderia escolher se gostaria ou não de se casar, sem que isso trouxesse marcas para sua imagem social; por permanecer em casa, ocupou a posição de principal gestora da propriedade da família, passou a herdar na exata proporção de seus irmãos e se tornou economicamente ativa em sua comunidade.

Além do matrimônio, foi perceptível outra estratégia adotada pelos imigrantes portugueses nas terras mineiras: a extensão das redes relacionais através dos apadrinhamentos, que se revelam um importante instrumento de solidariedade em função do dom e contra dom, comportamento característico do Antigo Regime. Dos 1090 assentos de batismos analisados, em 258 registros a origem do padrinho do batizando é especificada: desses, apenas um é natural do Reino e todos os outros se declararam naturais de localidades da Capitania de Minas Gerais, como Ibitipoca, São João Del Rei, Mariana, Prados, entre outras. Essa tendência se repete entre as madrinhas que declararam suas origens (223): apenas uma também é portuguesa, dos Açores, e as demais são das próprias Minas. Percebemos, assim, que as redes tecidas na pia batismal transcendiam o parentesco – certamente, muitos desses homens vieram acompanhados de irmãos, primos, tios e sobrinhos – e também se baseavam na amizade, vizinhança ou mesmo nos negócios aqui realizados. O compadrio significava o fortalecimento dos laços de identidade entre aqueles que acabavam de chegar e aqueles que já estavam estabelecidos na América Portuguesa. Os laços estreitados pelas relações compadrescas se tornaram, portanto, um significativo recurso de ajuda mútua que colaborou para a superação das dificuldades encontradas pelos reinóis no Novo Mundo.

Os laços matrimoniais e de afinidade proporcionaram a segurança e a estabilidade necessárias para que os portugueses se fixassem às terras de além-mar e não mais regressassem a Portugal. Seguindo a lógica econômica da região, eles constituíram unidades agrícolas de economia doméstica – com a mão-de-obra familiar acrescida por uma força extra, representada pelos cativos – nas pequenas comunidades rurais da Borda do Campo do século XVIII. O próximo passo da pesquisa é a análise de suas propriedades, através de inventários *post-mortem*, comparando-as às características da vida camponesa que estes indivíduos buscaram superar com a partida para a América Portuguesa.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla M. C. de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social**. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2006. pp-71-100.

BRETTELL, Caroline. **Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

DURÃES, Margarida. Filhos e enteados: práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga – século XVIII e XIX). In: **Cadernos do Noroeste - Série História**. Portugal: 2001. pp. 175-218.

_____. A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII. In: **Ler História**. n. 43. Lisboa, 2002. pp. 57-83

_____. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu, 2004.

FLANDRIN, Jean-Louis. **Origines de la familia moderna**. Barcelona, 1979.

GODINHO, Vitorino Magalhães. L’Emigration portugaise (XVè-XXè siècles) Une constante structurale et lês responses aux changements du monde. In: **Revista de História Econômica e Social**. nº 01. Lisboa, 1978. pp. 05-32

HAMEISTER, Martha. O Continente e o Arquipélago: os povoadores da freguesia de São Pedro do Rio Grande e os nativos das ilhas do Açores (século XVIII). In: SCOTT, A.S.V.; BERUTE, G. S. & MATOS, P.T.. **Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

HAMEISTER, Martha. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Indivíduos, famílias e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. In: ALMEIDA, C. & OLIVEIRA, M. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2009. pp-209-238.

_____. Senhores, roceiros e camponeses: apontamentos para uma história das comunidades rurais dos setecentos colonial. In: ECHEVERRI, A. M. A., FLORENTINO, M. & VALENCIA, C. E. (Orgs). **Impérios Ibéricos em Comarcas Americanas: estudos regionais de história colonial brasileira e neogranadina**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. pp. 165-196.

_____. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). In: **Varia História**. vol 27, n. 46. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v XLVIII. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2012. pp. 100-115.

RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the Mineiro family. **History of the American Historical Review**. n. 4, vol.73, 1993. pp. 639-662.

PEREIRA, Ana. Luiza de Castro. **Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799**. Tese de doutorado. Braga, Universidade do Minho, 2009.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Abril, 2010.

RESENDE, Edna. M. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo. In: **Mal-Estar e Sociedade**. Ano II, n. 2. Barbacena, 2009. pp. 121-143.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Gentes das Ilhas: migração açoriana para o Rio Grande de São Pedro. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, 2012.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; MATOS, P.T.; SANTOS, C.; BERUTE, G.S. & CARVALHO, G.P. Casais de Ilhéus: a migração do Arquipélago dos Açores para o Rio Grande de São Pedro (décadas de 1740 a 1790). In: **Anais do X Congreso de la Asociación de Demografía**. Albacete: ADEH, 2013.

De Democracia cominada à Democracia ameaçada: O breve período de soberania popular no Brasil – 1945 a 1964

Ronaldo Passos³⁰⁰

Resumo: O objetivo deste texto é analisar a política interna e externa do Brasil, seu processo de inserção e de introspecção internacional ante o mundo bipolarizado pela Guerra Fria e seus reflexos durante o breve período democrático de 1945 a 1964. As participações populares; as crises econômicas, os processos de alternância presidencial e suas peculiaridades também serão abordados.

Palavras-chave: Democracia. Crise. Política.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the internal and foreign policy of Brazil, the process of integration and international introspection bipolarised before the world by the Cold War and its consequences during the brief democratic period from 1945 to 1964. popular participation; economic crises, the process of presidential alternation and its peculiarities will also be addressed.

Keywords: Democracy. Crisis. Political.

1 – INTRODUÇÃO

A democracia instaurada em 1945, após 15 anos da ditadura varguista, caracterizou-se pela volta das liberdades democráticas, pelo crescimento econômico no setor industrial e por medidas populares. De início o governo Dutra abre o Brasil para o capital internacional. Enquanto Vargas oferece uma nova forma de desenvolvimento nacionalista. No entanto, é frágil esse equilíbrio, em breve os grupos conservadores irão tratar de sufocar o avanço dos movimentos sociais que a democratização política estava permitindo. O festejado governo Kubitschek surge em meio uma crise política, no auge do modelo em que democracia convive com o crescimento industrial. Em contraponto ao desenvolvimentismo dos anos JK, os governos Jânio Quadros e João Goulart representam o pináculo descendente desse breve momento de democracia. Seus projetos de reformas procuraram produzir uma face mais humana ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Goulart ousou por transformações na vida econômica e política brasileira sem alterar seus fundamentos burgueses. Contudo, a ousadia era demais para os influentes e poderosos grupos conservadores e os interesses estrangeiros. Essa onda democrática acabaria em março de 1964 com um golpe de Estado liderado pelas Forças Armadas.

³⁰⁰ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

2 – DUTRA: UM GENERAL DEMOCRATA

Após 15 anos no poder, Getúlio Vargas já não correspondia aos anseios do país. A “revolução” do Estado Novo, desgastada pelo tempo e por si própria, se mostrou uma aparelhada ditadura apoiada na Constituição de 1937, que em vigência, delegava elevados poderes a Vargas. Em meados de 1945, ao fim da II Guerra Mundial, a ditadura varguista ficou insustentável numa nova ordem mundial, mais democrática. Pressionado e isolado, Vargas renunciou. Abrindo caminho para a redemocratização.

A eleição do general Eurico Gaspar Dutra, 1945-1950, do PSD (Partido Social Democrático), ocorre à sombra do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Vargas. Essa aliança vence a UDN (União Democrática Nacional) de Eduardo Gomes. Para muitos estudiosos, o período compreendido entre 1946 e 1964 foi caracterizado pelo “populismo” no Brasil. O conceito é abrangente, Weffort (1990) o explicita como:

Estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto econômico que se abre com a Revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na História brasileira, e do processo de ampliação do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo (p.14).

No entanto, essa redemocratização foi feita de forma negociada, contendo inclusive, entre as forças que capitaneavam o poder, políticos do regime anterior – como ocorreria na transição do governo Figueiredo para o governo Tancredo/Sarney, em 1985. O presidente Dutra, na ditadura Vargas, havia sido Ministro da Guerra.

Logo no início do governo, realizou-se uma Assembléia Nacional Constituinte, promulgada, aos 18 de setembro de 1946. A nova Carta Magna brasileira, de teor liberal, atendia mais aos interesses dos grandes empresários do que aos das classes trabalhadoras. Mas respeitava a liberdade de pensamento e não alterava a legislação trabalhista, aplicada por Vargas (FERREIRA, 2001, p. 80).

Dutra adotou uma política econômica liberal de não-intervenção do Estado na economia, abrindo o país ao capital estrangeiro – “realizado sob a condução de uma burguesia nacional hegemônica” (GOLDENSTEIN, 1994, p. 10). As importações foram liberadas e as reservas cambiais acumuladas durante a II Guerra Mundial, foram gastas na compra de produtos supérfluos, como automóveis, rádios e coisas do gênero. Agenda que trouxe prejuízo à indústria nacional, que enfrentou a competição dos importados.

Entre 1945 e 1964, vivemos momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham um ritmo acelerado (MELLO; NOVAIS, 2001, p. 560).

A dívida externa, que havia diminuído na ditadura varguista, 1930-1945, começou a crescer, assim como a inflação. A política nacional de contenção dos salários provocou diversas greves, que foram reprimidas com violência e com intervenções nos sindicatos. O governo responsabilizou os comunistas pela agitação dos trabalhadores (NEGRO; SILVA, 2003, p. 59). “Em maio de 1947, o PCB (*Partido Comunista Brasileiro*) tem seu registro cassado e é posto na ilegalidade”. Inúmeros sindicatos sofreram intervenção do Ministério do Trabalho, sob a alegação de que deviam afastar dos movimentos sociais (SEGATTO, 2001, p. 223 - grifo nosso).

Na política externa, Dutra reforçou os laços com o governo estadunidense, que passaram a interferir nas orientações econômicas e políticas brasileiras. Ainda em 1947, o Brasil rompe relações diplomáticas com a União Soviética.

3 – A VOLTA DE VARGAS: UM GOVERNO NACIONALISTA

Embora afastado do poder, Getúlio Vargas saiu vitorioso nas eleições de 1945. Foi eleito senador por dois estados, Rio Grande do Sul e São Paulo, e deputado federal por outros sete – algo viável à época. Ficando com a vaga de senador pelo Rio Grande do Sul. Na campanha eleitoral de 1950, Vargas do PTB, contava com o apoio do vice, João Café Filho, do PSP (Partido Social Progressista). A chapa derrotou Cristiano Machado, do PSD, e o udenista Eduardo Gomes (FAUSTO, 1995, p. 402).

Vargas toma posse aos 31 de janeiro de 1951. As forças que o apoiavam eram bastante heterogêneas: burguesia industrial e financeira, trabalhadores urbanos e algumas oligarquias conservadoras. Foi organizado um ministério com representantes de todos os partidos, ficando o PTB apenas com a pasta do Trabalho, nas mãos de João Goulart. Na Câmara, predominava a oposição udenista. Para conseguir mais simpatias, e

diferenciar-se do ditador estadonovista, o novo presidente retomaria o trabalhismo – mas indicaria os conservadores Danton Coelho e Segadas Vianna para o MTIC. Na sua plataforma estavam os ideais do desenvolvimento, nacionalismo e distributivismo (NEGRO; SILVA, 2003, p. 62).

Vargas enviou ao Congresso seu programa de governo, que se caracterizava por uma maior intervenção do Estado na economia e defesa da indústria nacional. Sua política era

nacionalista, todavia, o capital para o desenvolvimento da indústria de base viria da exportação e de empréstimos estrangeiros.

Ao dar ao Estado um poder que ele, teoricamente, não alcançou, mesmo nas ditaduras mais intolerantes, surgem afirmações bastante questionáveis: “nas formas espontâneas do populismo, a massa vê na pessoa do líder o projeto de Estado; abandona-se a ele, entrega-se à sua direção e, em grande medida, ao seu arbítrio (FERREIRA, 2001, p. 78).

O nacionalismo de Estado se firmou na política do petróleo. De um lado, colocavam-se os “entreguistas”, favoráveis à participação estrangeira na exploração do petróleo, e, de outro, os “nacionalistas”, contra essa participação. Desencadeada por uma campanha governista, cujo lema era “O petróleo é nosso”, se criou em 1953 a Petrobras. Ficando estabelecido o monopólio estatal da exploração e do refino de petróleo no Brasil. Além disso, com a “Carta de São Lourenço”,

[...] Vargas anunciara o seu programa econômico, em que preconizava: a) nacionalização das jazidas minerais; b) nacionalização das quedas d’água e outras fontes de energia; c) nacionalização das companhias de seguro; d) nacionalização dos bancos de depósitos; e) custo histórico para o capital estrangeiro, garantida sua remuneração nessa base; f) criação da indústria básica (VIANNA, 1999, p. 307-308).

Em relação às divergências existentes entre os nacionalistas varguistas e seus adversários, em geral da UDN, o historiador Boris Fausto (1995) observou:

Esquemáticamente, os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas - petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o capital estrangeiro, os nacionalistas o encaravam com muitas restrições, seja por razões econômicas, seja porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional. Os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro. Sustentavam ainda uma postura de rígido combate à inflação, através do controle da emissão de moeda do equilíbrio dos gastos do governo (p. 407).

A oposição reagia não somente contra o nacionalismo do presidente, mas também contra a política de concessões aos trabalhadores, como o aumento salarial, a lei da insalubridade e de acidente de trabalho. Mas esses artifícios do governo agradavam também a burguesia, rendendo à Vargas a alcunha de “pai dos pobres”.

O mito de Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores (FERREIRA, 2001, p. 88).

3.1 – CRISE NO GOVERNO: O SUICÍDIO DE VARGAS

Devido à crise inflacionária e ao elevado custo de vida, as reivindicações operárias por aumento salarial tornaram-se uma ameaça aos empregadores. A burguesia exigia uma posição mais firme do governo para o restabelecimento da ordem. João Goulart, Ministro do Trabalho, reorganizou os sindicatos, atrelando-os mais ao governo. O número de trabalhadores sindicalizados aumentou. Em fevereiro de 1954, Goulart propôs o aumento de 100% para o salário mínimo, o que desagradou os empresários e coagiu Vargas a demiti-lo. No entanto, o governo concedeu o aumento.

Em consequência, o jornalista Carlos Lacerda, dono do jornal Tribuna da Imprensa e membro da UDN, intensificou a oposição ao governo acusando Vargas de viver envolto num “mar de lama”. Lacerda contava com o apoio da grande imprensa, como O Estado de São Paulo, O Globo, TV Tupi, além das Forças Armadas, de grupos econômicos ligados ao capital estrangeiro e do próprio governo dos Estados Unidos.

O governo Vargas sofreu renhida oposição, sobretudo da UDN, antagonismo que se realimentava dos maus resultados da política de desenvolvimento, da alta dos impostos sobre importação, da espiral inflacionária e da carestia. Outrossim, a insatisfação dos trabalhadores aumentava e o movimento operário se fortalecia, sobretudo por causa da renovação advinda com a formação de comissões de fábricas e o subsequente – porém gradativo – desalojamento de dirigentes sindicais ministerialistas (NEGRO; SILVA, 2003, p. 59).

Aos de cinco de agosto de 1954, na Rua Toneleros, no Rio de Janeiro, então capital federal, houve um atentado contra a vida de Lacerda. No entanto, quem morreu foi Rubém Vaz, major da Aeronáutica que estava com o jornalista. Em poucos dias o inquérito da Aeronáutica responsabilizou o chefe da guarda presidencial, Gregório Fortunato, como mandante do crime. O que implicava diretamente o presidente. “Naqueles dias de tensão, o país passou a ser governado a partir da chamada ‘República do Galeão’, um poder paralelo comandado pela UDN” (FAUSTO, 1995, p. 455-456).

Na madrugada de 24 de agosto de 1954, o presidente Vargas reuniu-se com seu ministério e propôs afastar-se temporariamente, por 90 dias, até que os fatos fossem

esclarecidos. A proposta foi levada a um grupo de generais, mas não aceita. Eles exigiam a renúncia do presidente. Ao saber da decisão dos militares, Vargas retirou-se aos seus aposentos e, por volta das 4 horas da manhã, cometeu suicídio com um tiro no coração. Deixou uma carta-testamento explicando ao país o motivo de seu ato.

Esse documento pode ser considerado um símbolo do nacionalismo econômico e do populismo. Com ele, Vargas conseguiu abafar, pelo menos temporariamente, a oposição udenista, uma vez que denunciou abertamente os interesses atingidos pela sua política econômica, responsabilizando-os pela sua morte.

Isso pode ser comprovado pelos seguintes trechos da carta-testamento:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. [...] A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. [...] Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (CARONE, 1980, p. 58-59).

A comoção popular mobilizou as forças democráticas e populares tornando inviável um golpe. O país parou e houve tumulto nas grandes cidades. A população atacou e incendiou jornais anti-getulistas, apedrejou a sede da UDN e o consulado dos EUA. “Carlos Lacerda, [...] refugiou-se na embaixada dos EUA e, quando esta foi atacada, fugiu” (FERREIRA, 2003, p. 314) do país.

4 – JK: UMA POLITICA DESENVOLVIMENTISTA

Nos meses que ainda faltavam para completar o mandato de Vargas, a presidência foi exercida inicialmente por Café Filho, vice de Vargas, que se cercou de forças conservadoras udenistas. “Manteve a postura anterior de Dutra (intervenção governamental nos sindicatos), sendo igualmente seguido por seus sucessores” (NEGRO; SILVA, 2003, p. 68). Café Filho se afastou por doença. O governo foi provisoriamente ocupado por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, e a seguir por Nereu Ramos, presidente do Senado Federal.

Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD) venceu as eleições para presidente de 1955, e contou com João Goulart (PTB) como vice. Todavia, inconformados com o fracasso, os udenistas tentaram um golpe para impedir a posse de Kubitschek. Utilizaram uma “argumentação jurídica”, na qual diziam que os candidatos vitoriosos não haviam obtido a maioria absoluta dos votos. Reagindo ao golpe, o general Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra, conhecido como “Soldado da Lei”, desmontou a conspiração com o “Golpe Preventivo”. Garantindo a posse de JK e Goulart.

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pela estabilidade e respeito à democracia. JK governou com a maioria no Congresso e contou com o apoio das Forças Armadas, graças às articulações feitas pelo Ministro da Guerra, o marechal Lott.

Seu programa de governo, denominado Plano de Metas e resumido no lema “cinquenta anos em cinco”, consistia em expandir a economia e a integrar no sistema capitalista internacional. Ao contrário de Vargas, Kubitschek abriu o país ao capital estrangeiro, implantou tecnologia e fez empréstimos para concretizar, num curto período o Plano de Metas. Este priorizou a indústria, notoriamente a automobilística, as matrizes de energia, o ramo alimentício e a educação de uma forma geral.

Porém, como analisa Goldenstein (1994):

[...] com a produção restrita a produtos primários [...], a periferia estaria submetida à deterioração dos termos de troca, portanto impossibilitada de alcançar uma maior acumulação capitalista e, conseqüentemente, fadada a permanecer, nesta condição (p. 27).

A situação internacional contribuiu para a concretização da política desenvolvimentista, pois, nesse momento, os países desenvolvidos estavam com excesso de capital, valia a pena investir no Brasil, onde a mão-de-obra era abundante e barata. O governo, por sua vez, oferecia vantagens ao investidor estrangeiro. Grupos econômicos europeus, japoneses e estadunidenses instalaram indústrias no país.

Contudo, o desenvolvimento industrial se localizava na região sudeste do país, agravando as diferenças regionais e incentivando a imigração para as cidades.

4.1 – BRASÍLIA: O DESCOBRIMENTO DO CENTRO-OESTE

O crescimento industrial do sudeste se realizou a custa do abandono de outras regiões do país. No nordeste, a seca e a fome provocaram o êxodo rural. O que fez expandir as Ligas Camponesas, associações que surgiram em 1950 e que lutavam pela sindicalização do

camponês e pela reforma agrária. As Ligas contavam com o apoio da CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil).

Em maio de 1956, em Campina Grande, na Paraíba, após um encontro dos bispos do Nordeste, organizada pela CNBB e com o apoio do governo e de setores da sociedade civil, é publicado um documento que manifesta a posição de uma ala da Igreja quanto aos graves problemas sociais da região (FERREIRA, 2003, p. 264).

O governo respondeu a essa situação com a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, órgão que tinha por objetivo industrializar e modernizar a agricultura da região.

Para o desenvolvimento e a integração do centro-oeste com as outras regiões do país, JK realizou a construção da nova capital federal, abrindo vasto campo de trabalho para milhares de brasileiros. Aos 21 de abril de 1960, a capital federal deixava de ser o Rio de Janeiro, era inaugurada a cidade de Brasília. Entretanto, o progresso cobrou seu preço, a dívida externa cresceu, assim como aumentou consideravelmente a inflação, com a emissão de papel-moeda e o conseqüente acréscimo do custo de vida (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560).

O maior financiador brasileiro no período, o FMI (Fundo Monetário Internacional)³⁰¹, exigiu do governo o combate à inflação, a redução de despesas e o fim dos subsídios para o trigo e o petróleo. O que provocaria a elevação do pão e do transporte. JK não aceitou essas exigências e rompeu com o FMI, fato que dificultou a continuidade do crescimento econômico. A partir de 1958, as críticas ao governo eram muitas: endividamento externo, inflação, elevação do custo de vida, greves, e os grandes lucros das empresas estrangeiras. O presidente foi perdendo apoio.

5 – JÂNIO QUADROS: UM CURTO E RUIDOSO GOVERNO

As eleições de 1960 tiveram enfoque no combate à corrupção, ao comunismo e à inflação. Foi com base nessas promessas que Jânio da Silva Quadros, da UDN, galgou amplo apoio e derrotou o candidato do PSD, marechal Lott. Entretanto, uma vez que a legislação eleitoral permitia o voto individual de presidente e vice, Jânio Quadros foi eleito tendo como vice João Goulart, do PTB – vice também de JK.

³⁰¹ Agência da Organização das Nações Unidas, criada para promover a cooperação monetária entre os países membros, em dificuldades econômicas temporárias.

Quando assumiu a presidência em 1961, o país estava com uma dívida externa alta, inflação acima de 30% ao ano e muitas tensões sociais. Para estabilizar as finanças e combater a inflação, “congelou os salários, reduziu o crédito bancário e cortou subsídios à importação de trigo, papel e gasolina, provocou o aumento no preço de vários produtos e dos transportes” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 588). Essas medidas antipopulares desagradaram os empresários, os trabalhadores e a classe média.

Na política externa, Quadros assumiu uma posição de independência e de neutralidade em relação ao mundo bipolarizado. Fugindo da dependência estadunidense, procurou mercado para os produtos brasileiros nos países do bloco socialista e restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética. Defendeu Cuba na OEA (Organização dos Estados Americanos), quando os EUA exigiram que todos os países membros dessa organização se aliassem contra a ilha. Apoiou a entrada da China comunista na ONU e foi contra o imperialismo europeu na África.

Essa nova orientação dada à política não agradava às forças conservadoras civis e militares nem ao governo estadunidense. A UDN, sob a liderança de Carlos Lacerda, abandonou o presidente, que ficou totalmente sem apoio. Todos estavam contra ele: políticos tradicionais, ameaçados com investigação de corrupção; burocracia governamental, considerada ineficiente; industriais e comerciantes inquietados com a economia; e a população, descontente com alto custo de vida.

Aos 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou afirmando ter sido pressionado por “forças terríveis”. Todavia, quem assumiu a presidência da República foi o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzili (PSD), pois Goulart estava numa viagem oficial à China (TOLEDO, 1987, p. 4).

6 – JOÃO GOULART É PRESIDENTE

Embora o presidente da Câmara tivesse sido empossado da presidência, quem estava governando eram as Forças Armadas - que tentaram impedir posse de Goulart. Os democratas se mobilizaram em defesa do cumprimento da lei. A reação mais violenta partiu do Rio Grande do Sul, onde era governador Leonel Brizola.

Cunhado de Goulart, Brizola recebeu o apoio do comandante do III Exército, o general Machado Lopes, na chamada “Rede da Legalidade”. Os militares aceitaram a posse de Goulart, mas exigiram como “solução de compromisso” que o Congresso aprovasse a Emenda

Constitucional N°4, criando o Parlamentarismo, que deveria ser referendado mais tarde por um plebiscito.

A esse respeito, Toledo (1987), observou:

O governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se, em agosto de 1961, o golpe militar pôde ser conjurado, em abril de 1964, no entanto, ele deixaria de se constituir no fantasma - que rondou e perseguiu permanentemente o regime liberal-democrático inaugurado em 1946- para se tornar numa concreta realidade (p. 7).

A partir de setembro de 1961, sobre o regime parlamentarista, o país viveu um clima de muita instabilidade. O povo votaria, por meio de um plebiscito, pelo retorno ao presidencialismo somente em janeiro de 1963. Goulart era presidente de fato.

Essa fase do governo Goulart foi marcada por intensa participação popular. O número de trabalhadores sindicalizados havia crescido e se integrando cada vez mais aos movimentos sociais, que defendiam uma política econômica nacionalista e reformas que beneficiassem a população trabalhadora (NEGRO; SILVA, 2003, p. 81-82).

No nordeste as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, continuavam a lutar pela sindicalização dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária. Para a conscientização dos camponeses, a igreja criou o MEB (Movimento de Educação de Base), um programa radiofônico que atingia as áreas mais pobres.

A expressão ‘Ligas Camponesas’, resgatada pela imprensa na tentativa de colocar a opinião pública contra a SAPP³⁰², pois a nomeia como organização comunista, é reapropriada pelos camponeses, e através dessa expressão é que serão registradas as próximas Sociedades Agrícolas (FERREIRA, 2003, p. 254).

A UNE (União Nacional dos Estudantes), através dos CPC (Centro Popular de Cultura), participava de campanhas de alfabetização e fazia uma arte revolucionária e popular, levando peças de teatro, shows e filmes até o povo para conscientizá-lo.

6.1 – O ESTOPIM: AS REFORMAS DE BASE E O GOLPE

A política econômica do governo propunha também as Reformas de Base: reforma agrária; reforma urbana, facilitando a aquisição da casa própria; reforma eleitoral, com a extensão do voto aos analfabetos; reforma universitária, com aumento de números de vagas

³⁰²Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco.

nas universidades públicas; nacionalização de algumas empresas estrangeiras e controle das remessas de lucros para o exterior.

Após o Plano de Metas implementado por Juscelino Kubitschek, na década de 1950, a economia necessitava de um novo pacote de investimentos, que, entretanto, estava comprometido tanto pela falta de recursos para financiá-lo como pela carência de demanda que o tornasse rentável. (GOLDENSTEIN, 1994, p. 43).

Para realizar as Reformas, o governo necessitava de recursos. Os grupos econômicos internacionais, além de serem contra as reformas, impunham o controle da inflação. Esse controle significava o arrocho salarial, o corte de crédito bancário e o aumento dos preços. Os partidos de esquerda – PCB, PC do B (Partido Comunista do Brasil) e AP (Ação Popular) – ainda que na ilegalidade, apoiavam as reformas, atuando com “sua força orgânica e seu tamanho numérico” (SEGATTO, 2001, p. 232-334).

Apesar das pressões dos grupos econômicos e do capital internacional, o governo conseguiu aprovar uma lei que controlava a saída do lucro das multinacionais e o Estatuto do Trabalhador Rural. O homem do campo passou a ter os mesmos direitos já conquistados pelos operários: salário mínimo, férias remuneradas, jornadas de trabalho de oito horas por dia e direito de sindicalizar-se. “O trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima” (FERREIRA, 2001, p. 103). Todavia, a discussão no congresso sobre o programa do governo dividiu a classe política. Os grandes partidos, como PSD e UDN, acusavam Goulart de estar aliado a grupos radicais de esquerda. As forças conservadoras desencadearam uma campanha contra o governo, que ganhou a elite, a classe média e parte dos trabalhadores rurais e urbanos. Empresários e militares, com o apoio dos EUA, se articularam para derrubar Goulart (SEGATTO, 2001, p. 237).

Aos 13 de março, Goulart realizou um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a participação de aproximadamente 300 mil pessoas. Nele o presidente assinou dois decretos: um que nacionalizava algumas refinarias de petróleo particulares e outro que estabelecia a desapropriação de terras improdutivas, localizadas a até 10 quilômetros de distância das margens de rodovias, açudes e ferrovias. O populismo dava sua face novamente na “relação carismática direta entre o líder e as massas populares” (FERREIRA, 2001, p. 107).

A respeito das Reformas de Base, Fausto observou:

É fácil perceber que as Reformas de Base não se destinavam a implementar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e

reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado. Isso, porém, implicava uma grande mudança à qual as classes dominantes em geral, e não apenas os latifundiários, como se pensava, opuseram forte resistência (p. 448-449).

Seis dias após o comício, se realizou em São Paulo, com a participação de 500 mil pessoas, a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, organizada pelos setores mais conservadores da sociedade e a Igreja Católica a fim de pedir o *impeachment*³⁰³ do governo federal. “Estas manifestações civis – onde praticamente era inexistente a presença popular e operária – nunca foram ‘espontâneas’ [...] foram estimuladas e incentivadas pelos conspiradores” (TOLEDO, 1987, 99-100).

Já na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, eclodiu uma conspiração militar em Minas Gerais. O movimento visava tomar o poder mediante um golpe de Estado, e contou com o apoio dos principais membros do exército, governadores dos maiores estados e da elite econômica do país. Sem condições de resistir ao golpe de força, Goulart deixou Brasília ainda em 1º de abril. No Congresso, parlamentares recebiam a notícia da “vacância” da Presidência da República. Ranieri Mazzili (PSD), presidente da Câmara dos Deputados, foi empossado presidente do Brasil, pelo presidente do Senado, Aldo de Moura Andrade (UDN) (FERREIRA, 2003, p. 340-341). A democracia cominada cerrava o breve ciclo de soberania popular.

Apeado do poder, Goulart passou pelo Rio Grande do Sul e, no dia 4 de abril, seguiu para o Uruguai, onde morreria sem voltar ao Brasil. O desfecho do golpe, contudo, viria ainda em 15 de abril de 1964, quando Mazzili deixou a Presidência para que o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco a assumisse.

Sobre Goulart, o historiador Marco Antônio Villa escreveu:

João Goulart foi transformado em um presidente reformista, defensor dos valores democráticos e administrador capaz. Curiosamente, quando esta narrativa é cotejada com relatos de assessores, como o ministro Celso Furtado, ou de um amigo, como o jornalista Samuel Wainer, cai por terra. Furtado, em entrevista à revista “Playboy” (abril, 1999) disse que Jango “era um primitivo, um pobre de caráter”. Wainer relatou que “uma vez por mês, ou a cada dois meses, eu visitava os empreiteiros e recolhia suas doações, juntando montes de cédulas que encaminhava às mãos de João Goulart.” [...] Não é possível ignorar o caos instalado no país em março de 1964. A quebra da hierarquia militar incentivada pelo presidente da República é sabidamente conhecida. A gravidade da crise econômica e a inépcia

³⁰³ O *impeachment* é um processo essencialmente político com raízes constitucionais, destinado a possibilitar o afastamento do agente político, ou seja, dos titulares de cargos políticos de suas funções quando cometem ato contra o interesse público, definidos pela Lei nº 1.079 de 1950 como crimes de responsabilidade, sendo próprios dos seguintes cargos: Presidente da República, Ministro do Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, Governador e Secretários de Estado (GÓES; MEDEIROS, 2011, p. 4).

governamental em encontrar um caminho que retomasse o crescimento eram mais que evidentes. O desinteresse de Jango de buscar uma solução negociada para o impasse não pode ser contestado: é fato. [...] Em um país com uma terrível herança autoritária, perdemos mais uma vez a oportunidade de discutir a importância dos valores democráticos. [...] isto, evidentemente, não justifica o terrorismo de Estado. [...] A queda de Jango deve ser entendida como mais um momento na história de um país com tradição (infeliz) de intervenções militares para solucionar crises políticas. (VILLA, 2014).

Ainda que os desdobramentos de 1964 tenham múltiplas interpretações e demandem mais estudo e pesquisa, não é cedo para afirmar que os 21 anos de ditadura militar que o Brasil entraria seriam nocivos à democracia e, em especial, à população. Mais que ameaçada, a democracia dava lugar aos “anos de chumbo”, um dos períodos mais infames da História do Brasil.

CONCLUSÃO:

O projeto de dominação popular de Vargas fugiu do controle do Estado. O trabalhador viu no “trabalhismo” e no “populismo” sua emancipação. Ainda que de uma forma atribulada, a apropriação do significado dos sindicatos, sua resignificação, fez o trabalhador, de uma forma geral, galgar seus direitos. Os modelos políticos adotados de 1945 a 1964 deram autonomia aos trabalhadores e uma consciência de classe, um ideal para lutar. Esse período foi, até a redemocratização de 1985, o de maior ação democrática jamais vivida pelo Brasil. Sua constante ameaça, por crises das mais variadas, talvez, de alguma forma, fizeram mobilizar todo um país. Contudo, não tão acostumada a ceder espaço político e econômico ao povo, as elites se mobilizaram. À surdina, articularam e impuseram um golpe fatal à democracia. Esta demoraria longos 21 anos para ser restaurada. Mas fica para a história a lição de uma geração de trabalhadores que, hora manipulada pelo Estado, hora não, fizeram surgir uma nova forma de pensar e agir. Fizeram surgir um Brasil Novo.

REFERÊNCIAS

CARONE, Edgar. (Org.). **A quarta República (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1980.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Ligas camponesas e sindicatos em tempos de revolução. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 242-271.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp/FDE, 1995.

FERREIRA, Jorge. Crises da republica: 1954, 1955, 1961. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 301-342.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (Org.). **O populismo e sua historia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

GÓES, Mauricio Silva de; MEDEIROS, Guilherme Luiz Medeiros. **O Impeachment**. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania** - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque: FAC. São Roque: n. 1, v. 2, 2011. Disponível em: <http://www.facsaroque.br/novo/publicacoes/pdfs/mauricio_drt_20111.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

GOLDENSTEIN, Lígia. Dependência e desenvolvimento In: _____. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 7-55.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Mortitz. (Orgs.). **Historia da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.4, p. 560-658.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 47-96.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 217-240.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VILLA, Marco Antônio. **Os gigolôs da memória**: Não é possível ignorar o caos instalado no país em março de 1964. Rio de Janeiro: O Globo, 8 abr. 2014 . Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/os-gigolos-da-memoria-12121516#ixzz3CqPcig3M>>. Acesso em: 18 set. 2014.

VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e Sindicatonno Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WEFFORT, Francisco. In: BARROS, Edgard Luis de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1990.